DARCY

RIBEIRO

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

DARCY RIBEIRO

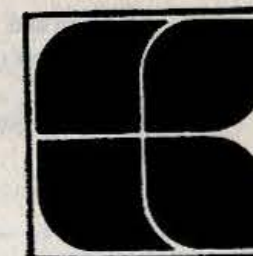
ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA
DA CIVILIZAÇÃO

I

O Processo Civilizatório

ETAPAS DA EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL

3.ª Edição

1975

civilização
brasileira

Desenho de capa:
DOUNÊ

Direitos desta edição reservados à
EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua da Lapa, 120 — 12º andar
RIO DE JANEIRO

ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA DA CIVILIZAÇÃO

I.
O PROCESSO CIVILIZATÓRIO — *Etapas da Evolução Sócio-cultural*
1.ª edição brasileira: *Editora Civilização Brasileira*, Rio, 1968
2.ª edição brasileira: *Editora Civilização Brasileira*, Rio, 1972
1.ª edição inglesa: *Smithsonian Institution Press*, Washington, 1968
2.ª edição inglesa: *Harper 8 Row*, N. York, 1971
1.ª edição castelhana: *EBUC*, Caracas, 1970
2.ª edição castelhana: *CEAL*, Buenos Aires, 1971
Edição alemã: *Suhrkamp Verlag*, Frankfurt, 1971
Edição italiana: *Feltrinelli*, Milão, 1972
Edição portuguesa: *Centro do Livro Brasileiro, Lda.*, Lisboa, 1975

II.
AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO — *Processo de Formação e Causas do Desenvolvimento Desigual dos Povos Americanos*
1.ª edição brasileira: *Editora Civilização Braşileira*, Rio, 1970
2.ª edição brasileira: *Editora Civilização Brasileira*, Rio, 1973
1.ª edição inglesa: *E. P. Dutton*, N. York, 1971
2.ª edição inglesa: *E. P. Dutton*, N. York, 1972
1.ª edição castelhana: *CEAL*, B. Aires, 1969 (3 volumes)
2.ª edição castelhana: *CEAL*, B. Aires, 1972 (1 volume)
Edição italiana: *Giulio Einaudi*, Torino, 1973

III.
O DILEMA DA AMÉRICA LATINA — *Estruturas de Poder e Forças Insurgentes*
Edição castelhana: *Siglo XXI*, México, 1971
Edição italiana: *Il Saggiatore II*, Milão, 1973

IV.
OS BRASILEIROS (I — *Teoria do Brasil*)
Edição castelhana: *Arca*, Montevidéu, 1969
Edição francesa: *Les Editions du Cerf*, Paris, 1970
Edição brasileira: *Paz e Terra*, 1972

V.
OS INDIOS E A CIVILIZAÇÃO — *A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*
Edição brasileira: *Editora Civilização Brasileira*, Rio, 1970
Edição castelhana: *Siglo XXI*, México, 1971
Edição italiana: *Jaka Books*, Milão, 1973

SUMÁRIO

Prólogo

INICIAMOS COM êste livro a publicação de uma série de estudos sôbre o processo de formação dos povos americanos, sôbre as causas do seu desenvolvimento desigual e sôbre as perspectivas de auto-superação que se abrem aos mais atrasados. O objetivo dêste primeiro estudo é proceder a uma revisão crítica das teorias da evolução sociocultural e propor um nôvo esquema do desenvolvimento humano.

Bem sabemos quanto é temerária uma tentativa de reformulação das teorias de alto alcance histórico como a que aqui apresentamos, que focaliza a evolução sociocultural nos últimos dez milênios. No entanto, esta tarefa se impôs como requisito prévio indispensável àquele estudo da formação dos povos americanos. Na verdade, só poderíamos eludi-la se deixássemos inexplícito o esquema conceitual com que trabalhamos ou se apelássemos para esquemas evolutivos clássicos,

visìvelmente inadequados para explicar as situações com que nos deparamos.

Com efeito, queiramo-lo ou não, agimos todos com base numa teoria global explicativa do processo histórico quando usamos conceitos referentes a fases evolutivas — tais como escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo — ou conceitos concernentes a processos universais de mudança sociocultural — como revolução agrícola, revolução mercantil ou revolução industrial. Isto é o que faz a maioria dos cientistas sociais de perfil acadêmico, mesmo em contextos em que negam a possibilidade de estabelecer seqüências evolutivas. Os cientistas de orientação marxista, aceitando embora uma teoria geral do processo histórico, pouco têm contribuído para desenvolvê-la, em virtude da tendência a converter a maioria dos seus estudos em meras exemplificações, com novos materiais, das teses marxistas clássicas. Acresce ainda que, nas últimas décadas, acumulou-se copioso material etnográfico, arqueológico e histórico descritivo das sociedades humanas de diversos tipos, bem como uma série de estudos especiais sôbre os processos de mudança cultural e sôbre certas vias multilineares de evolução sociocultural que tornaram viável, e inadiável, a formulação de uma teoria geral da evolução.

Por sua própria natureza, os nossos estudos sôbre as causas da desigualdade de desenvolvimento dos povos americanos tanto exigiam a formulação de um esquema das etapas evolutivas quanto possibilitaram sua elaboração. Exigiam-na porque tornavam imperativa a construção de uma tipologia para classificar diversos contingentes que se conjugaram para formar as sociedades nacionais americanas de hoje. Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação àqueles povos e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem transladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos que chegaram primeiro e os nórdicos que vieram depois — sucedendo-os no domínio de extensas áreas — configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial? Tôdas estas questões e muitas outras igualmente cruciais exigiam a elaboração de uma teoria geral do processo evolutivo que definisse de forma mais precisa os conceitos faseológicos (geralmente usados de maneira arbitrária) e que explicitasse mais acuradamente os modos pelos quais interagem as sociedades diversamente desenvolvidas.

Conforme assinalamos, aquêles estudos não só exigiram a elaboração desta teoria, mas também possibilitaram sua formulação. Isto porque nos deram uma perspectiva não cêntrica de análise das causas da desigualdade de desenvolvimento e também porque forneceram uma extraordinária base factual. Aquela perspectiva nos permitiu criticar o eurocentrismo das teorias correntes sôbre a evolução cultural; esta base factual — representada pela copiosa bibliografia americanista de fontes primárias e por nossa própria experiência no estudo antropológico de sociedades tribais e nacionais — proporcionando-nos um conhecimento acurado de sociedades que exemplificam quase tôdas as etapas da evolução e quase tôdas as situações de conjunção de povos, nos permitiu reexaminar a teoria evolucionista com maior amplitude de visão.

Dêsse modo é que, no esfôrço por estabelecer critérios de classificação dos povos americanos, tivemos de alargar nossa perspectiva de análise no tempo e no espaço, acabando por elaborar uma primeira esquematização dos passos da evolução tecnológica, social e ideológica das sociedades humanas, de cujo desdobramento posterior resultou êste trabalho. Ela é aqui apresentada como formulação preliminar de um estudo que continuaremos desenvolvendo, mas cujo aprofundamento exige, nesta altura, o exame crítico de outros especialistas.

Cumpro o dever de registrar que o presente estudo só pôde ser realizado graças ao amparo da Universidade da Re-

pública Oriental do Uruguai, através de um contrato do autor como professor de tempo integral. E tenho a satisfação de assinalar que êste trabalho, na forma em que se apresenta, muito deve à colaboração de minha colega Betty J. Meggers e, sobretudo, de minha mulher, Berta Ribeiro.

Montevidéu, março de 1968.

Prefácio à Edição Norte-Americana

BETTY J. MEGGERS

O TEMA dêste livro abrange o segmento mais recente da história humana, ou seja, a décima parte da duração do *Homo sapiens* sôbre a Terra e menos de uma centésima parte do tempo a partir do qual os primeiros hominídos começaram a fabricar utensílios. Esta fração representa, ainda assim, cêrca de dez mil anos, no decorrer dos quais o homem viveu sob condições muito diferentes das de hoje. Por que nos preocuparmos com ressuscitar história antiga? Não seria mais ajuizado dedicar nosso tempo a problemas contemporâneos? Para responder a essas perguntas precisamos considerar alguns fatos.

O mundo atravessa hoje um estado de sublevação. Guerras, rebeliões, golpes, guerrilhas, greves e outras manifestações de tensão comparecem diàriamente nos jornais. Nos Estados Unidos nos defrontamos com problemas de crescente

magnitude. Os conflitos dos "guetos negros" estão se tornando tão inevitáveis quanto os dias quentes do verão e agora ameaçam destruir porções apreciáveis de nossas principais cidades. Os conflitos raciais explodem por todos os lados. As enormes diferenças no acesso às vantagens econômicas e educativas não apenas criam problemas específicos como difundem seus efeitos dilaceradores através de tôda a ordem social. Como se isso não fôsse suficiente, o cidadão comum é acossado pelo balanço de pagamentos desfavorável ou é obrigado a lutar numa guerra distante, cuja validade seus próprios líderes contestam pùblicamente. Com exceção dos mais jovens, todos recordamos "os bons dias de antigamente" quando parecíamos ter poucos problemas sérios e a vida era confortável, serena e previsível. Que terá mudado?

Uma das tendências mais significativas dos últimos anos tem sido a intensificação da rebeldia, não apenas por parte dos despossuídos que lutaram, com freqüência, ao longo da história contra seu destino, mas também por parte dos membros mais jovens das classes média e alta. Êsse comportamento já é tão notório que foi preciso inventar novas palavras, tais como *hippy* e *beatnik*, para descrever os que transgridem normas de vestimenta e de conduta, criando graves conflitos entre gerações. Pais, que lutaram para garantir educação e segurança econômica a seus filhos, não conseguem comunicar-se com êles nem impedir que abandonem os estudos, procurem alívio em drogas, se vistam como o sexo oposto ou se recusem a lutar por sua pátria. A "alienação" dos valores tradicionais ameaça crescentemente a manutenção da ordem social. Que terá acontecido? Em que erramos?

Como se tudo isso não fôsse suficiente, a população humana aumenta em ritmo tão acelerado que os especialistas prevêem que ultrapassaremos um limite fatal dentro de poucas gerações, a menos que se tomem medidas de contrôle. Há muito que o homem vem remodelando arbitràriamente a superfície terrestre, desviando rios, aplanando montanhas, derrubando florestas, abrindo túneis debaixo da terra e das águas e capeando o solo com cimento e asfalto. Procedendo assim, altera inadvertidamente o delicado equilíbrio da natureza, poluindo o ar e a água, modificando os padrões de revestimento florestal e pondo em movimento fôrças que podem, um dia,

tornar o planêta inabitável. Mesmo os conservadores se apercebem da ruína iminente, mas os interêsses comerciais lutam cada vez mais denodadamente por uma oportunidade de auferir lucros. Aonde levará tudo isso?

A solução de qualquer problema depende de uma compreensão dos fatôres nêle envolvidos. A existência de opiniões diametralmente opostas sôbre o manejo das questões com que hoje nos defrontamos é o melhor indício do pouco que sabemos a respeito de suas causas. Coagidos pela necessidade de fazer alguma coisa, recorremos ao remédio tradicional, que é o uso da fôrça. Dado que o recurso a medidas de fôrça só pode suprimir os sintomas sem alterar suas causas, apenas se adia o ajuste de contas. E o desespêro cresce à medida que se torna evidente a inoperância dos remédios policiais e militares para os males sociais de nosso tempo. Sentimo-nos encurralados, enredados por fôrças que não controlamos, abandonados pelos deuses e lançados violentamente à destruição. Que se passará conosco?

Se a compreensão é o primeiro passo para a ação racional, o que nos cabe é alcançar essa compreensão. A perspectiva aberta por Darcy Ribeiro neste trabalho mostra claramente que estamos envolvidos numa das grandes revoluções culturais que periòdicamente traumatizam a humanidade. Nossa tecnologia avançou mais ràpidamente do que os setôres sociais e ideológicos da cultura, criando tensões que se distendem com violência semelhante à de um terremoto. As incertezas, os terrores, a angústia, a rebelião, a alienação e a frustração que sentimos foram experimentadas, certamente, por aquêles que se viram enleados no bojo da Revolução Industrial ou de revoluções tecnológicas precedentes, como a da Irrigação. Agora, contudo, possuímos técnicas sofisticadas de observação científica e de processamento de dados que nos permitem, pela primeira vez, compreender o que está ocorrendo.

Entretanto, levamos a desvantagem de estar psicològicamente imersos nas situações que nos cabe analisar. Nossa tarefa é dissecar a própria cultura — e a cultura, aparentemente, só tem eficácia quando rege os atos humanos sem a consciência de que está agindo. Quando pomos em dúvida nossas crenças e os fundamentos de nosso modo de agir cor-

remos o risco de pôr à prova tôda a ordem social. É por êsse motivo que os *hippies*, os ateus, os homossexuais e tôda sorte de conduta discrepante tendem a ser encarados com suspeita e hostilidade, como o desvio de normas compartilhadas, e sempre foram tidos como uma ameaça à solidariedade social. Em séculos pretéritos, os indivíduos assim eram condenados ao ostracismo, queimados na fogueira, crucificados ou atirados aos leões. Atualmente, são tolerados nas grandes sociedades, mas estigmatizados como radicais ou mesmo subversivos e punidos socialmente dos modos mais sutis.

Sem embargo, do ponto de vista social, êsses "radicais" são necessários.. A evolução social não poderia ter ocorrido sem êles. A perspectiva histórica de dez mil anos demonstra que numerosas crenças antes "inadmissíveis" alcançaram posterior aceitação, ainda que a um preço demasiadamente alto. Quantas pessoas foram perseguidas ou mortas por insistir em que a terra era redonda e não plana; ou por afirmar que o mundo girava em tôrno do sol e não o contrário; ou porque duvidavam que o destino humano fôsse guiado pelos astros; ou ainda porque demonstravam que o homem evoluíra a partir de formas mais simples de vida? Suponhamos que um estudo científico da cultura venha a revelar serem falsas algumas das crenças que hoje acalentamos? Que tal se descobrirmos, por exemplo, que o capitalismo não é a forma derradeira de ordenação social, ou que não existem deuses, ou que o comunismo não é intrìnsecamente diabólico? O mêdo do que possamos descobrir nos impele a rejeitar o exame de nossas crenças mais profundas, mas êsse exame é ineludível se quisermos alcançar uma compreensão científica do mundo de nossos dias.

Os instrumentos de pesquisa sôbre o modo de ação da cultura são fornecidos, na sociedade contemporânea, pelas ciências sociais. Entretanto, como se movem sôbre terreno socialmente perigoso, os cientistas sociais sofrem pressões para neutralizar a eficácia de suas pesquisas. Em conseqüência, os sociólogos restringem seus estudos a temas seguros como a estrutura social, empregando métodos impessoais de pesquisa como os questionários e as estatísticas. Pela mesma razão, os antropólogos transformam num credo profissional o preceito de que só podem analisar objetivamente suas próprias culturas depois de mergulhar nas culturas dos povos primitivos e, em conseqüência, raras vêzes se entregam ao estudo dos estágios mais altos da evolução sociocultural. Os economistas e cientistas políticos são mais ousados, mas encontram maiores resistências às inovações que propugnam, tal como o seguro de renda (*guaranteed income*) porque elas afetam enormes interêsses investidos. O problema geral com que se defrontam os cientistas sociais é o de se lhes reconhecer a qualidade de especialistas, com fundamento em sua longa experiência direta de estudo da sociedade e da cultura. Lamentàvelmente, ainda hoje, um cientista político não merece maior respeito que um político profissional; a um economista se dá menos crédito que a um empresário e se confia menos num sociólogo ou antropólogo do que num oficial das fôrças armadas ou num ministro de Estado, sob a alegação de que os primeiros são "teóricos', enquanto que os últimos têm experiência "prática". Felizmente, há indícios de que esta noção começa a alterar-se em face da evidência crescente de que a ação e a assessoria dêsses "práticos" não conduz aos resultados desejados.

Dentre todos os cientistas sociais, os antropólogos são os mais bem preparados para explicar a cultura. A história de nossa disciplina se caracteriza, todavia, por violentas disputas entre evolucionistas e antievolucionistas; entre os que vêem a cultura como uma entidade a ser estudada em seus próprios têrmos e em consonância com suas próprias leis e os que a entendem como uma livre criação do intelecto humano, obediente a seus caprichos; entre aquêles que acham que a compreensão do passado permitirá vaticinar o futuro e os que consideram o futuro imprevisível. No presente momento, ganham terreno os evolucionistas e se generaliza a aceitação do ponto de vista de que o desenvolvimento cultural decorre da ação recíproca de fôrças definidas, atuando sob condições específicas.

O autor do presente ensaio representa a escola evolucionista de antropologia e nos oferece aqui uma nova abordagem do "processo civilizatório". Êle traz qualificações singulares para essa tarefa. Nascido em 1922 no Estado brasileiro de Minas Gerais, recebeu formação em antropologia, sociologia e ciência política na Escola de Sociologia e Política

de São Paulo. A primeira década de sua vida profissional foi dedicada principalmente ao trabalho de campo entre tribos indígenas da Amazônia e do Brasil central, como os Kadiwéu, Terena, Kaywá, Ofaié-Xavante, Boróro, Karajá, Urubus-Kaapor, Kaingáng, Xokléng e diversos grupos da área do Xingu. Nesse período, também realizou um estudo de aculturação, de dois anos de duração, sob os auspícios da divisão de Ciências Sociais da UNESCO, e organizou o Museu do Índio do Rio de Janeiro. Em 1956, iniciou sua carreira universitária como professor de etnologia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que culminou com sua nomeação, em 1961, para primeiro Reitor da nova universidade criada em Brasília, que em grande parte planejou. Entre 1958 e 1961, na qualidade de chefe da Divisão de Pesquisas Sociais do Ministério da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro dirigiu um programa de estudos sôbre as variantes regionais da sociedade brasileira e sua significação para o avanço da urbanização, da industrialização e da educação pública.

Em 1962, Darcy Ribeiro iniciou uma terceira carreira ao ingressar na vida política como Ministro da Educação e Cultura do Brasil. Nesse período, projetou e pôs em execução o primeiro plano qüinqüenal de erradicação do analfabetismo, de reorganização e democratização do sistema de ensino secundário e lançou as bases da reforma da estrutura universitária. Deixou o cargo para voltar à Reitoria da Universidade de Brasília, mas foi chamado, em seguida, pelo Presidente João Goulart, para chefiar a Casa Civil da Presidência, um organismo de assessoria geralmente comparado ao Executive Office do Presidente dos Estados Unidos. Serviu nesse cargo até a derrocada de Goulart a 31 de março de 1964, que levou ao exílio os colaboradores mais destacados daquele govêrno. Desde então, Ribeiro reside em Montevidéu, Uruguai, onde retomou sua carreira acadêmica como professor de antropologia da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República Oriental do Uruguai.

Esta multiplicidade de experiências proporcionou a Darcy Ribeiro uma oportunidade única de observar o funcionamento da cultura sob as mais diversas condições: conviveu com grupos indígenas no seu estágio mais primitivo; e participou do govêrno de uma das maiores nações modernas.

A par disso, estudou comunidades humanas que experimentavam desde um processo de aculturação da condição mais primitiva à integração em uma nação moderna, até a ascensão de sociedades nacionais da condição agrária à industrial. Como antropólogo profissional, Ribeiro analisa tôdas essas situações com uma abordagem diferente da do sociólogo, do economista ou do cientista político, alcançando uma percepção nova e estimulante de como age o processo civilizatório.

O trabalho de Darcy Ribeiro merece especial atenção por um motivo mais. Nos Estados Unidos, herdamos a tradição da civilização ocidental européia por nós considerada como a corrente principal ou central da evolução humana. Em conseqüência, medimos todos os demais povos à nossa medida e os consideramos carentes. Nossos objetivos políticos nacionais se baseiam no pressuposto de que o sentido do progresso consiste em fazer os outros povos mais parecidos a nós, do ponto de vista político, social, industrial e ideológico. Acresce ainda que os melhores estudos sôbre a evolução cultural foram elaborados por estudiosos europeus ou norte-americanos e, em virtude disso, corroboram, implícita ou explìcitamente, êsse ponto de vista. Ribeiro, entretanto, não é um produto da nossa tradição política ou acadêmica. É um cidadão do chamado "terceiro mundo". Como tal, encara o desenvolvimento cultural sob um prisma distinto e percebe nuances que para nós permanecem encobertas. O fato de não compartilhar do nosso parcialismo não significa, simplesmente, que êle seja imparcial. Todavia, os pontos focais de sua análise que mais se contrapõem a nossas concepções não podem ser rejeitados sob a alegação de preconceito. Não apenas porque suas qualificações profissionais o recomendam à nossa atenção, mas, sobretudo, porque só combinando outras perspectivas com a nossa própria poderemos distinguir entre a verdade e a distorção e alcançar, finalmente, uma compreensão realista do processo civilizatório. A conquista de tal percepção é, sem qualquer dúvida, crucial para a existência humana sôbre a Terra.

INTRODUÇÃO

As Teorias da Evolução Sociocultural

Nos últimos anos, pràticamente todos os antropólogos retomaram a perspectiva evolucionista, reformulada, agora, em têrmos explìcitamente multilineares e descomprometida do caráter conjetural de muitos dos antigos ensaios sôbre a origem de costumes e instituições. Entretanto, não se conta ainda com um esquema global das etapas da evolução sociocultural formulado com base nas contribuições mais recentes da arqueologia, da etnologia e da história, que permita situar qualquer sociedade, extinta ou atual, dentro do *continuum* do desenvolvimento sociocultural.

A inexistência de esquemas dêsse tipo tem levado as ciências sociais a pelo menos quatro ordens de deformações. Primeiro, à tendência a tratar nos têrmos das teorias de alcance médio problemas que, por sua natureza, como os estudos do desenvolvimento e da modernização, exigem uma abordagem

mais ampla e compreensiva. Segundo, a redução dos estudos antropológicos sôbre dinâmica cultural a micro-análises — como no caso dos estudos de aculturação — cuja contribuição para o conhecimento dos processos pelos quais se plasmam as tradições culturais e se formam e transformam as etnias é pràticamente nula. Terceiro, a privilegiar os estudos funcionalistas, condenando, assim, a antropologia a formular explicações teóricas em têrmos da interação entre os conteúdos presentes de cada cultura e crestando a criatividade que alcançara na busca de generalizações dentro da antiga perspectiva diacrônica. Quarto, à contingência de deixar implícita, em muitos estudos, uma teoria da evolução sociocultural que jamais se discute diretamente. Acresce ainda que até mesmo os estudos realizados à base da metodologia da evolução cultural freqüentemente se formulam dentro de limites tão acanhados que não proporcionam uma explanação da dinâmica cultural em têrmos de causalidade, nem conduzem à formulação de teorias explicativas dos modos de ser e de interagir das sociedades contemporâneas, enquanto resultantes de longos e complexos processos históricos.

Com o objetivo de contribuir para superar esta carência — que ultrapassa, evidentemente, a capacidade de uma só pessoa — é que nos propusemos elaborar uma reformulação preliminar das concepções da evolução sociocultural para servir de base aos nossos estudos sôbre o processo de formação étnica e sôbre os problemas de desenvolvimento com que se defrontam os povos americanos. Focalizamos o desenvolvimento das sociedades humanas nos últimos dez milênios, ou seja, depois do surgimento dos primeiros núcleos agrícolas. Apenas tratamos as etapas anteriores nos limites mínimos indispensáveis para situar as que se seguiram.

De especial valia na realização dêste trabalho foi o apêlo a estudos clássicos sôbre a evolução sociocultural que abordam o problema globalmente, muitos dos quais têm, ainda hoje, um flagrante valor de atualidade. Recorremos igualmente a estudos contemporâneos que reconstituem seqüências parciais do processo evolutivo ou analisam problemas particulares da dinâmica cultural.*

Dentre as fontes clássicas queremos destacar *Ancient Society*, de Lewis H. Morgan, publicado em 1877, que demonstra, pela primeira vez, que a história humana é "una em sua origem, una em sua experiência e una em seu progresso", sendo, por isso, suscetível de dividir-se uniformemente em três etapas gerais de evolução. Tais são a Selvageria, a Barbárie e a Civilização, cada uma das quais subdividida em três idades: a Inferior, a Média e a Superior. A partir da Selvageria Inferior, correspondente à economia de simples coleta de frutos, raízes e nozes, o homem alcançaria a etapa Média com o uso do fogo e a economia de pesca; e a Superior, com a descoberta do arco-e-flecha. A Barbárie teria início com a cerâmica, desdobrando-se, na etapa média, com a domesticação de plantas e animais, a irrigação, a edificação com tijolos e pedra, e passando à Superior com a fabricação de instrumentos de ferro. A Civilização iniciar-se-ia com a escrita fonética. A cada uma destas etapas de progresso tecnológico, Morgan faz corresponder modos particulares de organização social e conteúdos especiais da visão do mundo e dos corpos de crenças e valores.

Friedrich Engels publicou em 1884 uma reelaboração do esquema de Morgan, à luz da concepção marxista das formações econômico-sociais, definidas como tipos históricos de sociedades caracterizadas pela combinação de um modo de produção (tecnologia + divisão do trabalho) com uma forma determinada de organização social e com um corpo particular de concepções ideológicas. Nesse estudo clássico (1955), Engels distingue cinco formações: o Comunismo Primitivo, o Escravismo, o Feudalismo, o Capitalismo e o Socialismo, que

* Nas Observações sôbre a Bibliografia, o leitor encontrará um comentário sôbre as fontes bibliográficas que utilizamos no tratamento de cada tema. As referências bibliográficas são feitas pela citação do nome do autor seguida do ano de publicação da obra citada e das páginas respectivas, no caso de citação textual. Na bibliografia geral, os autores são citados por ordem alfabética e o título de cada uma de suas obras vem precedido pelo ano de publicação da edição que utilizamos.

se sucederiam històricamente, sempre nesta ordem, para tôdas as sociedades.

Karl Marx, em seu estudo das formações pré-capitalistas (redigido em 1857/1858 mas só publicado pela primeira vez em 1939/41) assinala que o rompimento evolutivo da condição primitiva pode assumir diversas feições, conforme o tipo de propriedade que o dinamize. Dentre elas cita especìficamente a Formação Asiática, que designamos como teocrática de regadio; a Antiga Clássica, que chamamos mercantil escravista; a Eslava, que êle não definiu claramente; e a Germânica, que Marx identifica com os primeiros passos do feudalismo europeu. Os dois primeiros caminhos não constituem necessàriamente, a seu ver, etapas sucessivas e obrigatórias da evolução cultural, mas formas alternativas (de ruptura com a condição tribal), através das quais diferentes sociedades podem ter chegado ao Feudalismo, passando ou não pelo Escravismo. Para Marx, a universalidade do processo evolutivo parecia estar antes no progresso continuado dos modos de produção e na sua resultante histórica, que era o sistema capitalista industrial de base mundial tendente ao socialismo, do que na unilinearidade da via de ascensão do primitivismo à civilização.

É de assinalar, porém, que poucos aspectos das teorias de Marx foram tantas vêzes revistos por êle próprio e por Engels, e também por outros estudiosos marxistas, do que estas seriações de etapas da evolução sociocultural. Êles próprios as encaravam, provàvelmente, como tentativas pioneiras de distinguir as formações econômico-sociais fundamentais e de estabelecer algumas ordens possíveis de sucessão das mesmas. Embora trabalhando com a melhor bibliografia da época e capacitados a tirar dela o máximo proveito, Marx e Engels não podiam suprir lacunas só posteriormente preenchidas pelos estudos arqueológicos, etnológicos e históricos. Entretanto, mesmo passado um século, as anotações de Marx sôbre êste campo — *As Formações Pré-Capitalistas* — constituem uma das formulações teóricas mais ousadas e fecundas de que se dispõe.

Lamentàvelmente, o próprio Marx não retomou o tema posteriormente, cabendo a Engels rever os antigos estudos comuns com base na bibliografia publicada mais tarde, principalmente na contribuição de Morgan. Os estudos marxistas posteriores encaminharam-se para uma orientação cada vez mais unilinear e dogmática (J. Stalin 1946; O.V. Kuusinen 1964; A. Viatkin [ed.] e outros s.d.), pouco acrescentando às contribuições originais e até mediocrizando-as em seus esforços originais por formular leis universais de transição entre etapas e empobrecendo-as com o abandono dos estudos sôbre a Formação Asiática e a redução do conceito de Feudalismo a um mero pré-capitalismo. Só recentemente, com a publicação das *Formações* de Marx (1966), êstes estudos foram retomados com maior amplitude de visão, restabelecendo-se a concepção da pluralidade de formações econômico-sociais e dos modos alternativos de transição de uma à outra. (E. Hobsbawm 1966; M. Godelier 1966; J. Chesneaux 1964; O. del Barco 1965).

Gordon Childe (1937, 1946, 1951), a quem se devem os melhores estudos modernos sôbre a matéria, fundados nos desenvolvimentos recentes das pesquisas arqueológicas e etnológicas, segue as linhas mestras do esquema de Morgan. Estende, porém, a Selvageria até a Revolução Neolítica, representada pela difusão da agricultura e do pastoreio (que dariam início à Barbárie). Esta é dividida em duas etapas: a Barbárie Neolítica e a Alta Barbárie da Idade do Cobre que êle estende até a Revolução Urbana, iniciada com o desenvolvimento das cidades. Começaria, então, a Civilização, que Childe divide em três etapas: as Idades do Bronze e do Ferro e o Feudalismo, que se prolongaria até a Revolução Industrial.

Leslie White (1949 e 1959) foi o primeiro dos antropólogos modernos a retomar a perspectiva evolucionista em tôda a sua inteireza e profundidade. Utiliza como critério de determinação das etapas de evolução cultural o grau de contrôle e de utilização das fontes de energia alcançado por cada sociedade. Discrepando mais do que Gordon Childe do esquema de Morgan, White propõe uma etapa inicial de Selvageria que se estenderia até a Revolução Agrícola, através da qual o homem coloca a seu serviço a energia solar, mediante o cultivo de plantas. A partir de então, até a Revolução Industrial, se desdobraria a Barbárie, a que se seguiria a Civilização. Em um de seus estudos, White fala de Idades da Caça e da Coleta, dos Cereais e do Carvão (1945).

Devemos a Julian Steward (1955, caps. 2 e 11) contribuições assinaladas à teoria da evolução cultural. Comparando o desenvolvimento de seis focos culturais (Mesopotâmia, Egito, Índia, China, Peru e Meso-América), em que floresceram civilizações fundadas na agricultura de regadio, Steward demonstra que em todos êles se podem distinguir "etapas homotaxiais não sincrônicas" de desenvolvimento. A primeira delas é a de Caça e Coleta (correspondente à Selvageria da classificação de Morgan), que se estenderia até o cultivo de plantas e a criação de animais, quando teria início a etapa da Agricultura Incipiente. Desta passar-se-ia à Formativa, com o surgimento da irrigação e da cerâmica. A partir daí se desdobrariam quatro eras distintas (Florescimento Regional — Conquistas Iniciais — Idades Obscuras — Conquistas Cíclicas e Idade do Ferro) caracterizadas por certos avanços na tecnologia e nas formas de organização social, até atingir a Revolução Industrial. Posteriomente, à luz da crítica de diversos especialistas, num simpósio de 1953, Steward (ed. 1955) introduziu algumas modificações conceituais e taxonômicas em seu esquema. As principais delas foram a fusão do Florescimento Regional com as Conquistas Iniciais e a reformulação das Conquistas Cíclicas como uma Era Militarista.

Karl Wittfogel (1955 e 1964) retomou o conceito clássico de "Despotismo Oriental" desenvolvido especialmente por Marx (Formação Asiática) e, com base nos seus estudos sôbre a China, procurou generalizá-lo como uma das linhas básicas do desenvolvimento evolutivo. Para isso realçou antes o caráter supostamente despótico do que o hidráulico destas formações, chegando a abandonar êste último. As "Sociedades Hidráulicas" se opõem, para Wittfogel, às "Sociedades Estratificadas de Pastôres", às "Sociedades Agrárias não-Hidráulicas e não-Feudais de Grécia e Roma republicanas" e às "Sociedades Feudais da Europa e do Japão". Êle não procura relacionar, todavia, êsses tipos socioculturais uns com os outros; nem escaloná-los num esquema evolutivo. Seu interêsse fundamental é formular uma teoria geral do totalitarismo pela análise das culturas de regadio, com rêgo ou sem rêgo.

Nosso esfôrço consistirá, principalmente, em sistematizar os esquemas faseológicos e os princípios dinâmicos da evolução sociocultural, formulados nos estudos clássicos e modernos. A isto acrescentaremos um corpo de conceitos analíticos novos. Esperamos que essa tentativa de sistematização e de renovação conceitual contribua para determinar as etapas básicas de desenvolvimento tecnológico distinguíveis no *continuum* da evolução humana; para discernir os modos de vida correspondentes a êsses avanços evolutivos, em têrmos de formações econômico-sociais ou sócio-culturais para identificar as fôrças dinâmicas responsáveis pela sucessão de etapas e de formações; e, finalmente, para definir as condições em que esta sucessão se acelera ou se retarda, ou entra em regressão e estagnação.

Pressupostos Teóricos

A história das sociedades humanas nos últimos dez milênios pode ser explicada em têrmos de uma sucessão de revoluções tecnológicas e de processos civilizatórios através dos quais a maioria dos homens passa de uma condição generalizada de caçadores e coletores para diversos modos, mais uniformes do que diferenciados, de prover a subsistência, de organizar a vida social e de explicar suas próprias experiências. Tais modos diferenciados de ser, ainda que variem amplamente em seus conteúdos culturais, não variam arbitràriamente, porque se enquadram em três ordens de imperativos. Primeiro, o caráter acumulativo do progresso tecnológico que se desenvolve desde formas mais elementares a formas mais complexas, de acôrdo com uma seqüência irreversível. Segundo, as relações recíprocas entre o equipamento tecnológico empregado por uma sociedade em sua atuação sôbre a natureza para produzir bens e a magnitude de sua população, a forma de organização das relações internas entre seus membros bem como das suas relações com outras sociedades. Terceiro, a interação entre êsses esforços de contrôle da natureza e de ordenação das relações humanas e a cultura, entendida como o patrimônio simbólico dos modos padronizados de pensar e de saber que se manifestam, materialmente, nos artefatos e bens; expressamente, através da conduta social e, ideològicamente, pela comunicação simbólica e pela formu-

lação da experiência social em corpos de saber, de crenças e de valôres.

Essas três ordens de imperativos — tecnológico, social e ideológico — e o caráter necessário de suas respectivas conexões fazem com que a uma classificação de etapas evolutivas de base tecnológica devam corresponder classificações complementares fundadas nos padrões de organização social e nos moldes de configuração ideológica. Se isto é verdade, torna-se possível elaborar uma tipologia evolutiva geral, válida para as três esferas, ainda que fundada na primeira delas, e em cujos têrmos se possam situar as sociedades humanas em um número limitado de modelos estruturais seriados numa seqüência de grandes etapas evolutivas.

Existe um alto grau de concordância entre os estudiosos quanto ao poder de determinação dos conteúdos tecnológicos sôbre os sociais e ideológicos e quanto à possibilidade de seriar o desenvolvimento tecnológico em passos evolutivos do progresso humano. O acôrdo é igualmente amplo quanto ao caráter necessário das conexões entre o sistema tecnológico, o social e o ideológico de uma sociedade. Mas é muito menor com respeito à possibilidade de definir padrões necessários dessas conexões em têrmos de etapas evolutivas que combinem certo grau de desenvolvimento tecnológico com certas características de organização social e certos modos de configuração da cultura.

A muitos autores parece demasiadamente amplo e até mesmo arbitrário o âmbito das respostas socioculturais possíveis às formas tecnológico-produtivas, para que seja praticável correlacionar umas às outras e classificá-las numa tipologia de aplicação universal. Outros estudiosos, admitindo embora a possibilidade de lograr-se esta esquematização de etapas, ponderam que não teria qualquer valor operacional porque, para serem universais, deveriam formular-se tão genèricamente que "não seriam nem discutíveis, nem úteis" (Steward 1955a:17). Ainda que o argumento fôsse válido, justificar-se-ia a elaboração de um esquema global da evolução sociocultural por seu valor de explanação mais geral dos nossos conhecimentos sôbre a dinâmica dos fenômenos culturais. É muito provável, porém, que tal esquema possa ter também certo valor operacional, desde que proporcione um

quadro geral da evolução sociocultural do homem, desdobrável em subquadros revestidos de qualificações específicas, aplicáveis a situações concretas. Na realidade, enquanto faltar êste quadro geral, os cientistas sociais não poderão sequer propor-se problemas que permitam entender as relações entre o nível de objetividade dos estudos históricos, etnográficos e arqueológicos e as categorias abstratas das explicações antropológicas ou sociológicas. Uma teoria geral da evolução sociocultural é, por isto, indispensável, até mesmo para situar e dar amplitude explicativa às generalizações científicas fundadas na análise de relações sincrônico-funcionais.

O conceito básico subjacente às teorias de evolução sociocultural é o de que as sociedades humanas, no curso de longos períodos, experimentam dois processos simultâneos e mùtuamente complementares de autotransformação, um dêles responsável pela diversificação, o outro pela homogeneização das culturas. Por fôrça do primeiro processo, as sociedades tendem a multiplicar seus contingentes populacionais, a desdobrar as entidades étnicas em que êstes se aglutinam e a diversificar seus respectivos patrimônios culturais. Por fôrça do segundo processo, porém, esta diversificação, em lugar de conduzir a uma diferenciação crescente dos grupos humanos, conduz à homogeneização de seus modos de vida através da fusão das entidades étnicas em unidades cada vez mais inclusivas e da construção de seus patrimônios culturais dentro de linhas paralelas, tendentes a uniformizá-los.

O primeiro processo, de caráter diversificador, responde ao imperativo de adaptação ecológica diferencial que colore com qualidades particulares a cultura de cada sociedade, especializando-a a certo ambiente ou desviando o rumo do seu desenvolvimento, em virtude de acontecimentos históricos particulares. Êstes coloridos, ainda que decisivos na explicação do modo de ser de cada sociedade particular, não podem entrar no exame do processo evolutivo, exceto quando criam formas gerais de adaptação humana, adotáveis por outras sociedades porque não decorrentes do simples ajustamento a particularidades ambientais e do impacto de vicissitudes históricas singulares.

O segundo processo integrador e homogeneizador é a evolução sociocultural. Radcliffe Brown o definiu como um

processo de "atualização progressiva de potencialidades presentes quando os primeiros sêres humanos começam a viver em sociedade" (1961). Desdobrando esta conceituação poderia dizer-se que a evolução sociocultural se processa através da realização de possibilidades limitadas de resposta aos mesmos imperativos fundamentais, dentro dos mesmos enquadramentos condicionadores, conducente à reiteração das mesmas formas culturais e, dêste modo, à criação de estruturas uniformes, classificáveis dentro de uma tipologia genética universal.

O exame das variedades de modos de ser das sociedades humanas a respeito das quais contamos com documentação adequada revela que elas são classificáveis em diferentes categorias, de acôrdo com o grau de eficácia que alcançaram no domínio da natureza. Demonstra, também, que elas são ativadas por um processo de desenvolvimento que, embora não opere simultâneamente com o mesmo vigor sôbre cada uma delas, não atua arbitràriamente mas de forma regulada e direcional. Tal se dá em virtude da atuação de uma série de fôrças causais uniformizadoras, entre as quais devemos incluir um imperativo geral e três condicionamentos básicos, de caráter extracultural, bem como uma série de fatôres causais de natureza pròpriamente cultural.

O imperativo básico consiste na uniformidade da própria natureza sôbre a qual o homem atua, que o obriga a ajustar-se a regularidades físico-químicas e biológicas externas à cultura. O papel homogeneizador dêste imperativo se exprime principalmente na tecnologia produtiva que, por seu caráter de modos de ação sôbre a natureza, deve ater-se necessàriamente aos requisitos desta. Como resposta a êste imperativo é que encontramos em tôdas as culturas um corpo mínimo de conhecimentos objetivos e de modos estandardizados de fazer. Vale dizer que a lógica das coisas se impõe às culturas, desafiando-as a desenvolver-se mediante a percepção de seus princípios e o ajustamento a êles.

Três contingenciamentos básicos, de natureza extracultural, somam-se a êste imperativo para conformar as culturas, imprimindo-lhes as mesmas pautas; todos êles referem-se à chamada "natureza humana". Primeiro, os decorrentes da estrutura biológica do homem, cujos atributos especiais de inteligência, flexibilidade, individualização e socialização — resultantes do processo de evolução biológica — o uniformizam como espécie em face de tôdas as outras (G. C. Simpson 1966 e Julian Huxley 1952 e 1955). Esta uniformidade elementar se imprime às culturas fazendo-as essencialmente homogêneas, enquanto modos de contrôle do meio ambiente por agentes biológicos especializados. Em virtude dêste contingenciamento, tôdas as culturas desenvolvem normas uniformes de orientação da ação adaptativa sôbre o meio para tirar dêle os materiais específicos indispensáveis à sobrevivência e à multiplicação biológica dos sêres humanos (coleta, caça, pesca, etc.). Segundo, os contingenciamentos da vida associativa, cujo desenvolvimento e manutenção exigem a criação de pautas culturais capacitadas a propiciar o convívio e ordenar a interação social para os efeitos de reprodução do grupo (incesto, família, parentesco, clã, etc.) e da produção econômica (divisão do trabalho, estratificação, etc.). Terceiro, os contingenciamentos de natureza psicológica, mais difíceis de precisar, mas responsáveis, ao menos, pela unidade essencial da estrutura neuropsicológica e mental dos sêres humanos, que, segundo dizia Adolph Bastian, permite encontrar as mesmas soluções ante idênticos desafios causais.

Àquele imperativo elementar e a êstes contingenciamentos — todos de natureza extracultural — acresce um outro imperativo geral, êste de natureza pròpriamente cultural, que consiste na capacidade especìficamente humana de comunicação simbólica, responsável pelo enquadramento da vida social dentro de corpos de herança cultural, transmitidos de geração a geração, e que faz com que todos os desenvolvimentos posteriores dependam das características do patrimônio preexistente.

Dentro do âmbito dêstes diversos condicionamentos, as culturas se desenvolvem pela acumulação de compreensões comuns e pelo exercício de opções, como um desdobramento dialético das potencialidades de conduta cultural, cuja resultante é o fenômeno humano em tôda a sua variedade. A contingência de gerar-se dentro dêstes enquadramentos uniformizadores é que permite às culturas evoluir direcionalmente. Em lugar de recomeçarem sempre a partir de suas bases, concatenam as atividades humanas através de gerações,

para compor seqüências evolutivas equivalentes às da evolução da vida. Estas seqüências são, a um tempo, mais capazes de variação e mais uniformes do que as biológicas. Enquanto a natureza, evoluindo por mutação genética, não pode voltar atrás e é regida por um ritmo lento de transformações, a cultura, evoluindo por adições de corpos de significado e de normas de ação, e difundindo-se pela aprendizagem, pode experimentar mudanças rápidas, propagá-las sem grandes limitações espaciais ou temporais, e redefinir-se permanentemente, compondo configurações cada vez mais inclusivas e uniformes.

Tôda a bibliografia antropológica comprova exaustivamente o caráter universal daqueles condicionantes, bem como a uniformidade das respostas culturais dadas a êles, expressas na presença das mesmas classes de elementos nos diversos patrimônios culturais, formando uma estrutura básica comum a tôdas as culturas (G. P. Murdock, 1947; C. Kluckhohn 1953). Comprova, por igual, o caráter reiterativo das respostas registradas no curso da história para os diferentes desafios causais com que se defrontaram as sociedades, expressas, estas, na presença de tantas formas comuns de estratificação social, de institucionalização da vida política, de conduta religiosa, etc. Comprova, ainda, a sucessão de sistemas tecnológicos fundados nos mesmos princípios físico-químicos e biológicos e dotados de crescente eficácia, tanto no plano da produtividade e da capacidade de manutenção de contingentes humanos cada vez maiores, como no poder de compulsão das sociedades umas sôbre as outras. Por todos êsses motivos é que o processo evolutivo deve ser conceituado como homogeneizador e direcional (Leslie White 1959).

A evolução sociocultural tal como conceituada até aqui é um processo interno de transformação e auto-superação que se gera e se desenvolve dentro das culturas, condicionado pelos enquadramentos extraculturais a que nos referimos. Na realidade, porém, as culturas são construídas e mantidas por sociedades que não existem isoladamente, mas em permanente interação umas com as outras. Destas relações externas, diretas e indiretas, decorre um outro modelador do processo evolutivo que, aos fatôres de desenvolvimento interno, acrescenta fatôres externos. Assim, à criatividade interna, respon-

sável por inovações culturais próprias, somam-se a difusão, responsável pela introdução de novos traços culturais, e as compulsões sociais decorrentes da dominação externa, ambas igualmente capazes de alterar o curso do desenvolvimento evolutivo de uma sociedade (L. Gumplowicz 1944). Embora seja possível isolar conceitualmente as variações devidas à adaptação ecológica especializante, o mesmo não ocorre com respeito à difusão e às compulsões externas. Sua importância é tão decisiva no processo geral que uma teoria da evolução sociocultural só será satisfatória se combinar êsses três motores básicos da evolução: as invenções e descobertas, a difusão e a compulsão social aculturativa.

O presente estudo procura demonstrar que o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que a certos avanços nesta linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical, que permitem distingui-los como etapas ou fases da evolução sociocultural; de que a essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniformes, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura que designamos como formações socioculturais.

O fato de atribuir-se um poder determinante às inovações tecnológico-produtivas e militares não exclui a possibilidade de atuação de outras fôrças dinâmicas. Assim é que, dentro de escalas reduzidas de tempo, é igualmente identificável um poder condicionante das formas de ordenação da vida social sôbre as potencialidades de exploração do progresso tecnológico, bem como um papel fecundante ou limitativo de certos conteúdos do sistema ideológico — como o saber e a ciência — sôbre a tecnologia e, através dela, sôbre a estrutura social.

Exemplos desta capacidade condicionante ou limitativa dos sistemas sociais e ideológicos são oferecidos pelo estudo do papel dinâmico representado na vida social e na evolução cultural pelos fenômenos de solidariedade (P. Kropotkin 1947) ou de conflito entre classes econômicas (K. Marx 1956) ou entre outras unidades sociais estruturadas através do desenvolvimento de lealdades culturais, como as étnico-

nacionais (F. Znaniecki 1944) e as religiosas (Max Weber 1948). Ainda que tenham conexões com conteúdos tecnológicos, estas formas de solidariedade e de conflito não são redutíveis a tais conteúdos, nem explicáveis em sua variedade de formas e de funções apenas por tais conexões. Leslie White exprime esta mesma concepção quando afirma que "todo sistema social se apoia sôbre um sistema tecnológico e é determinado por êste último. Mas todo sistema tecnológico funciona *dentro* de um sistema social e é, em conseqüência, condicionado por êle" (L. White 1959: 353).

É precisamente a focalização conjunta da interação entre estas diversas ordens de determinação, a global — de base tecnológica, que se imprime como uma linha contínua no processo civilizatório geral e é comprovável nas análises de alto alcance temporal — e as particulares — de natureza social ou cultural, observáveis nas análises de alcance médio, que condicionam o surgimento e a generalização do processo tecnológico, acelerando-o ou retardando-o — que nos pode dar uma compreensão realista da evolução sociocultural. Para tanto será preciso combinar-se uma perspectiva de conjunto da evolução humana com visões parciais, através da utilização de conceitos válidos para distintos âmbitos históricos e para diferentes níveis de abstração. Esta integração conceitual importa na admissão da possibilidade de combinar uma perspectiva mais abstrata concernente à evolução sociocultural com perspectivas complementares de base histórica, assentadas no estudo das interrelações de correntes civilizatórias através da difusão cultural e das compulsões aculturativas.

Trata-se, portanto, já não de tomar partido entre as doutrinas relativistas, privilegiadoras do difusionismo, do paralelismo, da convergência e as explanações evolucionistas mais radicais, fundadas na proclamação da unidade psíquica da humanidade ou na superapreciação da freqüência de invenções independentes. A superação destas duas estreitezas será possível mediante a adoção de uma perspectiva mais ampla de análise que conceitue a diversificação e a homogeneização das sociedades e de suas culturas como o resultado tanto de invenções originais — naturalmente mais raras — quanto da adoção de desenvolvimentos alcançados por outros povos, através da difusão e da expansão civilizadora e, ainda, de

seus próprios esforços de adaptação ecológica e de integração das diferentes esferas de suas culturas.

O conceito de processo civilizatório permite essa abordagem conjunta porque ressalta, na sua acepção global, a apreciação dos fenômenos de desenvolvimento progressivo da cultura humana tendentes a homogeneizar configurações culturais. E valoriza, na sua acepção limitada, os fatôres de diferenciação das culturas singulares, só explicáveis como esforços de adaptação a condições ecológicas e históricas específicas e como produto de uma criatividade própria, capaz de apresentar respostas alternativas aos mesmos incitamentos básicos. Esta conceituação aproxima-se, de certo modo, do sentido geral atribuído aos ciclos culturais dos difusionistas (Schmidt e Koppers 1924; Graebner 1925; G. Montandon 1934), às áreas culturais (C. Wissler 1938; G. P. Murdock 1951; A. L. Kroeber 1944; 1947) e, ainda aos tipos culturais (Linton 1936; 1955; R. Benedict 1934). Mas a êles também se opõe pela teimosia antievolucionista que os impregna, pelo caráter cerebrino dos complexos de traços que compõem os *Kulturkreise*, pelo geografismo do conceito de área cultural e pelo psicologismo em que descambam tantas vêzes as buscas de tipicidades (R. Benedict 1934).

Por tudo isso, aproxima-se mais da reformulação do conceito de tipo cultural devida a J. Steward (1955 a, cap. 11), que também se opõe claramente às antigas noções de áreas culturais e de etapas evolutivas. Mas supera a limitação casuística dêste último, mediante a análise do processo civilizatório geral através da utilização conjunta das noções de revolução tecnológica, como fator causal básico; de formação sociocultural, como modêlo teórico de resposta cultural àquelas revoluções; e do conceito de civilização, como entidade histórica concreta cristalizada dentro daquelas formações.

Esta perspectiva importa no salto a um plano de abstração ainda mais alto do que aquêle em que operou Steward, ao superar o nível de análise funcionalista para examinar diacrônicamente grandes grupos de sociedades como as hordas pastoris nômades e as civilizações fundadas no regadio. Êste nível mais alto de generalização compele, òbviamente, a um grau maior de abstração na definição dos traços "diagnósticos" de cada formação. Resta saber se em tal nível ainda será

possível alcançar generalizações explicativas da evolução sociocultural global e instrumentais para a classificação dos seus componentes concretos dentro de uma escala geral de passos evolutivos. Cremos haver demonstrado que isto é possível mesmo nos limites dêste estudo preliminar.

Esquema Conceitual

A grande dificuldade que apresenta a formulação de um esquema evolutivo global consiste na necessidade de combinar diferentes abordagens temporais e funcionais, emprestando-lhes a devida fidedignidade e congruência, a fim de permitir a compreensão tanto da grande corrente de evolução cultural humana quanto dos seus passos tumultuários de progresso e retrocesso histórico.

Tentaremos, nas páginas seguintes, estabelecer as bases e os limites dentro dos quais nos propomos formular um esquema evolutivo geral com os atributos assinalados. Ou seja, uma explanação teórica ideal, construída pela redução conceitual da multiplicidade de situações concretas registradas pela arqueologia, pela etnologia e pela história, a um paradigma simplificado da evolução global das sociedades humanas, mediante a definição de suas etapas básicas e dos processos de transição de uma a outra dessas etapas.

Para isto conduzimos nossa análise dentro de diversos níveis de abstração, através do emprêgo dos conceitos de *processo civilizatório geral* com um significado próximo àquele em que A. Weber (1960) fala de "processo civilizador"; de *processos civilizatórios singulares* com a significação que P. Sorokin (1937/1941) deu à expressão "supersistemas culturais"; de *revoluções tecnológicas* num sentido mais restrito do que o atribuído ao conceito de "revoluções culturais" por Gordon Childe (1937; 1951) e Leslie White (1959); de *formações socioculturais* com o significado que K. Marx (1956, 1966; Marx e Engels 1958) deu à expressão *formações econômico-sociais*; de modelos e tipos estruturais no sentido weberiano (1964); e, ainda, de *configurações histórico-culturais*, com um significado próximo ao de J. Steward para "tipos culturais" (1955 a). Empregamos, também, os conceitos de *progresso* e *regressão* (Gordon Childe 1960), de *estagnação*, de *atualização histórica* e de *aceleração evolutiva* com sentidos particulares que serão precisamente definidos. Nos têrmos da conceituação proposta tivemos também de redefinir as noções de *civilização, cultura autêntica* e *cultura espúria* (Sapir 1924), de *autonomia cultural, defasagem cultural* (Ogburn 1926), de *traumatização, restauração* e *cristalização cultural* (Foster 1964), bem como os conceitos de *aculturação* e *deculturação* (Barnett e outros 1954), de *etnia, macro-etnia, etnia nacional* (F. Znaniecki 1944; G. Weltfish 1960) e, ainda, os conceitos sociológicos de *assimilação*, de *desenvolvimento* e de *modernização* (Eisenstadt 1963).

Concebemos a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas (agrícola, industrial, etc.) sôbre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las à transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma a outra formação sociocultural. Empregamos esta última expressão para designar as etapas evolutivas enquanto padrões gerais de enquadramento sociocultural dentro dos quais se desenvolve a vida dos povos. Ou, em outras palavras, como modelos conceituais de vida social, fundados na combinação de uma tecnologia produtiva de certo grau de desenvolvimento, com um modo genérico de ordenação das relações humanas e com um horizonte ideológico, dentro do qual se processa o esfôrço de interpretação das próprias experiências com um nível maior ou menor de lucidez e de racionalidade.

Procuramos emprestar maior congruência e instrumentalidade ao conceito de etapas evolutivas, mediante a construção teórica de cada formação sociocultural como uma constelação particular de certos conteúdos do seu modo de adaptação à natureza, de certos atributos de sua organização social e de certas qualidades de sua visão do mundo.

Estas três ordens de fenômenos correspondem, por seus graus de organização interna, a três sistemas. O *sistema adaptativo* compreende o conjunto integrado de modos culturais de ação sôbre a natureza, necessários à produção e à reprodução das condições materiais de existência de uma socieda-

de. O *sistema associativo* compreende, fundamentalmente, os modos estandardizados de regulamentação das relações entre as pessoas para o efeito de atuarem conjugadamente no esfôrço produtivo e na reprodução biológica do grupo. Como decorrência do desenvolvimento das formas de conduta adaptativa e associativa surgem, em certas etapas da evolução sociocultural, tendências à institucionalização de outras esferas de vida social, além da família e das formas elementares de divisão do trabalho. Entre outras destacam-se a forma da propriedade, a estratificação da sociedade em camadas diferenciadas por seu papel no processo produtivo e a ordenação do convívio social através de instituições reguladoras de caráter político, religioso, educacional, etc. A terceira ordem de elementos que compõe uma formação sociocultural corresponde ao seu *sistema ideológico*. Compreende, além das técnicas produtivas e das normas sociais em seu caráter de saber abstrato, tôdas as formas de comunicação simbólica como a linguagem, as formulações explícitas de conhecimentos com respeito à natureza e à sociedade, os corpos de crenças e as ordens de valôres, bem como as explanações ideológicas, em cujos têrmos os povos explicam e justificam seu modo de vida e de conduta.

Numa sociedade considerada històricamente em certo local e em certo tempo, êsses três sistemas, em seu caráter de corpos simbólicos de pautas socialmente transmitidas de geração a geração, formam sua cultura. Um conjunto particular de sociedades suficientemente homogêneas pode ter essas três esferas de conduta descritas genèricamente em têrmos de um modêlo estrutural como, por exemplo, o modo de ser dos povos indígenas agricultores da floresta tropical da América Latina. O conceito de formação sociocultural deve ser operado em nível de abstração ainda mais alto porque engloba numa só categoria, por exemplo, todos os povos tribais que vivem da caça e da coleta, ou tôdas as sociedades classificáveis dentro do sistema mundial capitalista mercantil, seja como seus centros metropolitanos, seja como suas áreas coloniais.

Por esta razão, o grau de especificidade dos sistemas adaptativo, associativo ou ideológico correspondente a uma formação sociocultural deve ser, necessàriamente, muito genérico, mas não tanto que torne o esquema inservível para efeitos classificatórios. A grande dificuldade que se apresenta para a construção teórica dos paradigmas de formação sociocultural consiste, por isso, na seleção dos aspectos distintivos dessas formações que, por seu caráter crucial e por sua capacidade de influenciação sôbre as demais, devam ser incluídos entre suas qualificações mínimas. O âmbito de variação dos patrimônios culturais, embora não impossibilite a definição dêsses traços distintivos, obriga-nos a utilizá-los apenas em seu sentido diagnóstico, ou seja, com o objetivo de situar sociedades concretas em certas formações de escala evolutiva, sem esperar que todos os traços estejam presentes em cada sociedade.

A solução ideal para êste problema seria a determinação de um corpo de traços diagnósticos homogêneos referentes aos sistemas adaptativo, associativo e ideológico que atravessassem tôdas as formações, apresentando em cada uma delas certas alterações significativas. Entretanto, esta construção ideal está muito distante do possível, em virtude do âmbito de dispersão das variações de conteúdo de cada cultura. Nestas circunstâncias, cada etapa ou formação terá que ser caracterizada pelos elementos que nela possam estar presentes, sem exigir que os mesmos traços devam compor, com conteúdos distintos, as etapas anteriores ou posteriores. Nem mesmo nas designações descritivas de cada formação sociocultural podemos alcançar a homogeneidade desejável, pela contingência de nelas combinar têrmos baseados em diferentes critérios, a fim de torná-las mais expressivas e permitir relacioná-las com as designações da bibliografia clássica sôbre a matéria. Assim é que apelamos para elementos referentes a atividades produtivas (caça e coleta, pastoril, agrícola, rural-artesanal, regadio, industrial); a elementos concernentes à estratificação social e às relações de trabalho e propriedade (indiferenciada — em oposição à estratificada — coletivista, privatista, escravista, mercantil, capitalista, socialista); e ainda a têrmos descritivos de unidades políticas (tribal, horda, aldeia, chefia, estado, império, colônia); e, finalmente, a qualificativos do perfil ideológico e de atributos especiais de certas formações (teocrático, salvacionista, despótico, revolucionário, evolutivo, modernizador).

A construção teórica das formações socioculturais apresenta duas dificuldades adicionais, dada a sua natureza de

categorias abstratas de análise. A primeira delas decorre da necessidade de conciliar seu caráter de etapa do *continuum* evolutivo das sociedades humanas e, portanto, de uma categoria temporal, com seu caráter assincrônico. Para perceber esta dupla característica basta considerar que, embora se escalonem temporalmente como etapas da evolução sociocultural, sua seqüência não é histórico-temporal, porque em cada momento coexistem sociedades classificáveis nas etapas mais díspares: por exemplo, os povos tribais e as estruturas industriais imperialistas, contemporâneas mas não coetâneas dentro do mundo moderno.

Esta característica geral das etapas evolutivas, que levou Julian Huxley (1952 e 1955) a defini-las como "homotaxiais não sincrônicas", obriga-nos a focalizar problemas especiais decorrentes da coexistência e da interação de sociedades classificáveis em diferentes etapas de desenvolvimento. As relações entre estas formações defasadas conduz, freqüentemente, a situações ambíguas em que uma sociedade apresenta, ao mesmo tempo, traços correspondentes a "momentos" evolutivos muito distanciados. Êste é o caso, por exemplo, dos índios Xavante recém-pacificados, que utilizavam instrumentos de metal; ou da implantação de indústrias modernas em áreas de populações atrasadas na história. Estas duas situações, longe de invalidar os esquemas evolutivos, antes comprovam sua imperatividade. Mas compelem-nos a considerar, em tôda a sua complexidade, tanto os processos autônomos de desenvolvimento, como os reflexos, decorrentes da difusão e da aculturação, e as conseqüências de uns e outros sôbre os povos que os experimentam.

O segundo atributo da formação sociocultural é seu caráter mais de movimento direcional-temporal do que de etapa de um *continuum*, o que torna muitas vêzes imperativo dividi-la em passos de manifestação incipiente (formativo), quando emerge ainda indiferenciada da formação anterior, e de amadurecimento (florescimento), quando se intensifica a expressão das características diagnósticas da nova formação. Entre duas etapas sucessivas, o período florescente de uma e o formativo de outra. ambas se confundem em muitos casos concretos. E é inevitável que assim seja, porque, nos casos de progressões evolutivas continuadas, o florescimento é o

conduto à nova etapa; e nos casos de progressões interrompidas é o clímax a partir do qual começa a decadência. Só dentro dêste âmbito de variação se pode situar, na tipologia proposta, algumas sociedades concretas que se encontram em situações de traumatização cultural ou em estágios de transição entre duas ou mais formações, nas quais se registram qualidades de tôdas elas, umas como sobrevivências de formas arcaicas, outras como emergências de qualidades novas ainda não configuradas como seus traços dominantes.

Só em condições excepcionais as sociedades têm oportunidade de experimentar processos evolutivos contínuos puramente ascendentes que as conduzam a viver sucessivamente diversas etapas da evolução. Via de regra, são interrompidos por várias causas conducentes à estagnação e à regressão cultural ou a desenvolvimentos cíclicos de ascensão e decadência. Parece mesmo haver certa correlação entre maturidade e tendência à regressão, explicável, em certos casos, pela coincidência da maturidade com a saturação da exploração das potencialidades criativas de uma tecnologia; em outros, pela tendência ao expansionismo que se desenvolve com a maturação. Êste último, conduzindo à criação de relações de dominação fortemente tensas por sua própria natureza opressora, pode provocar a ruptura da constelação sociocultural, pela reversão do contexto de povos dominados sôbre o centro dominador. Esta tendência é que explica o desenvolvimento do militarismo e do colonialismo como categorias gerais, presentes em certa etapa do desenvolvimento de tôdas as formações avançadas, e, por êste caráter universal, não utilizáveis como traços diagnósticos gerais na definição de etapas evolutivas particulares; mas, por êsse mesmo caráter universal, decisivamente importante no estudo geral de um dos motores básicos da evolução que é a compulsão social aculturativa, principal responsável pela criação e transformação das unidades étnicas.

As sociedades concretas, como formas vivas nas quais se estão continuamente processando alterações — decorrentes tanto da interação de seus componentes quanto da influência de outras sociedades — apresentam descompassos e defasagens mais ou menos profundos. Diferem, por isso, das formações construídas conceitualmente, porque estas são meros pa-

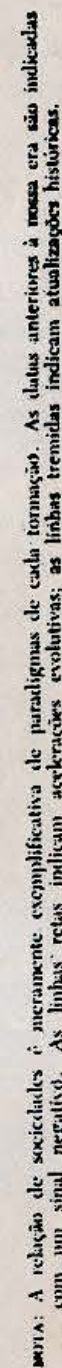
radigmas expressivos de um estado ideal de maturidade e de equilíbrio, dificilmente encontrável na vida real. As situações comumente classificadas como de "dualidade estrutural" são expressões de um tipo similar de descompasso, explicável pela diferença de ritmos de transformação dos vários conteúdos de uma cultura, sujeitos aos mesmos agentes de mudança.

Tudo isto significa que a classificação das sociedades concretas dentro dos esquemas evolutivos deve ser feita depois de despojá-las conceitualmente do que têm de peculiar, para atentar sòmente no modo como nelas se conformam as qualidades diagnósticas atribuídas a cada modêlo de formação. E, também, focalizando-as em largos períodos, que tornem perceptível o sentido das alterações que estão experimentando.

Revoluções Tecnológicas e Processos Civilizatórios

Empregamos o conceito de revolução tecnológica para indicar que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sôbre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do *continuum* da evolução sociocultural. Dentro desta concepção, supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou à propagação de seus efeitos sôbre contextos socioculturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações socioculturais.

A maioria dos estudiosos concorda com a classificação de Gordon Childe, que distingue três "revoluções culturais" a partir de uma pré-revolução que se confunde com o próprio processo de humanização que fêz o homem transcender da escala zoológica para situar-se no plano da conduta cultural (Hockett e Ascher 1964; Washburn e Howell 1960). Tais são a *Revolução Agrícola* que, introduzindo o cultivo de plantas e a domesticação de animais no sistema produtivo, transfigura a condição humana, fazendo-a saltar da situação de apropriadora do que a natureza provê espontâneamente à posição

ETAPAS DA EVOLUÇÃO SOCIOCULTURAL

REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS, RESPECTIVOS PROCESSOS CIVILIZATÓRIOS E FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS CORRESPONDENTES

POVOS TRIBAIS

Aldeias Agrícolas Indiferenciadas

MARAJOARA (1000)
JARMO (−5000)
FAYUM (−4500)
TUPINAMBÁ (1500)
KWAKIUTL
ZUÑI
IFUGAO
DOBU
TIKOPIA
MAORI
MANDINGA
ASHANTI

HORDAS PASTORIS NÔMADES

MBAYA
COMANCHE
CHUKCHI
NUER
SAKALAVE

ETNIAS NACIONAIS

Estados Rurais Artesanais

HALAT (−4000 a −3000)
MÊNFIS, TEBAS (−4000 a −2500)
MOHENJO-DARO e HARAPA (−2800)
HSIA, YANG-SHAO (−2000)
TIRO, SIDON, BIBLOS (−2000 a −1000)
MICENAS (−1400)
MINOICA (−1700)
URARTU (−1000)
MAARIB (−700)
KHMER (−500)
PALESTINA (−1000)
ATENAS (−600)
ROMA (−350)
KUSHAN (−500)
UXMAL (−1000)
GALINAZO (−700)
MOCHICA (−200)
CHIBCHA (1000)
RÚSSIA (1000)
GHANA (800)
MALLI (1200)

Impérios Teocráticos de Regadio

ACÁDIA (−2350)
BABILÔNIA (−1800)
EGÍPCIA I (−2070)
EGÍPCIA II (−1750)
SÍNICA (−1122)
MAURYA (−327)
CHIN e HAN (−220)
TANG (618)
MING (1368)
GUPTA (320)
MAYA (−300)
CAMBÓDIA (600)
CHIMU (1000)
AZTECA (1200)
INCA (1300)

CIVILIZAÇÕES REGIONAIS

Impérios Mercantis Escravistas

ASSÍRIA (−1200)
AQUEMÊNIDA (−600)
HELÊNICA (−450)
CARTAGINESA (−209)
ROMANA (−27)

Impérios Despóticos Salvacionistas

SASSÂNIDA (−226)
ISLÂMICA (651)
OTOMANA (1460)
TIMÚRIDA (1530)

Chefias Pastoris Nômades

HIKSOS (−1750)
HITITAS (−1600)
KASSITAS (−1600)
ÁRIOS (−1300)
AQUEUS (−1200)
CITAS (−500)
HUNOS (−400)
SAKAS (−120)

TEUTOS (300)
ÁRABES (600)
VÂNDALOS (400)
VISIGODOS (400)
HÚNGAROS (600)
TURCOS (600)
MONGÓIS (1200)
MANDCHUS (1500)

Impérios Mercantis Salvacionistas

ESPANHA (1500)
PORTUGAL (1500)
RÚSSIA (1500)

Capitalismo Mercantil

HOLANDA (1600)
INGLATERRA (1650)
FRANÇA (1700)

Colonialismo Escravista

AMER. ESPANHOLA (1500)
BRASIL (1550)
ANTILHAS BRIT. (1650)

Colonialismo Mercantil

INDONÉSIA (1600-1945)
ÍNDIA (1876-1945)
ANGOLA (desde 1648)

CIVILIZAÇÕES MUNDIAIS

Imperialismo Industrial

INGLATERRA (1850)
FRANÇA (1880)
U.S.A. (1890)
JAPÃO (1910)

Colonialismo de Povoamento

AMÉRICA DO NORTE (1650)
CANADÁ (1800)
AUSTRÁLIA (1850)

Neocolonialismo

BRASIL (1808)
VENEZUELA (1819)
ÍNDIA (1945)

Socialismo Revolucionário

URSS (1917)
EUROPA ORIENTAL (1945)
CHINA (1949)
N. CORÉIA (1948)
N. VIETNAM (1954)
CUBA (1959)

Socialismo Evolutivo

SUÉCIA (1950)
DINAMARCA (1950)
INGLATERRA (1965)

Nacionalismo Modernizador

MÉXICO (1940)
EGITO (1953)
ARGÉLIA (1962)

REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

Lavoura
Pastoreio
Cestaria
Tecelagem
Cerâmica

REVOLUÇÃO URBANA

Arados
Veículos de roda
Tração Animal
Regadio
Tijolos
Cobre — Bronze
Edificações em Pedra
Silos
Veleiros

REVOLUÇÃO DO REGADIO

Comportas e Canais
Adubação
Estradas
Azulejo
Porcelana
Instr. Metálicos
Polia. Prensa
Cabrestantes
Balança. Metros
Arquit. Monumental
Escritura Ideográfica
Matemática
Astronomia
Calendários

REVOLUÇÃO METALÚRGICA

Ferro forjado
Moeda Cunhada
Mó rotativa
Nora. Grua
Ferramentas e Armas de Ferro
Aquedutos
Moinhos Hidráulicos
Alfabeto
Notação decimal
Faróis Marítimos

REVOLUÇÃO PASTORIL

Cavalaria
Freios
Estribos
Ferraduras
Arnês de Sela
Arnês Rígido
Aparelhos Hidráulicos
Moinhos Eólicos
Alambiques
Atafonas

REVOLUÇÃO MERCANTIL

Veleiros Oceânicos
Bússola
Apar. óticos
Leme fixo
Mapas
Cronômetros
Ferro Fundido
Armas de Fogo
Papel. Imprensa
Máquinas Hidráulicas
Tornos
Talandros
Trefilação
Ligas Metálicas
Biela-Cardan

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Aço — Coque
Motores a Carvão, Hidrelétricos, Combustão interna
Borracha
Máquinas Operatrizes
Tornos Automáticos
Ácido Sulfúrico. Soda
Prensas Hidráulicas
Turbinas. Dínamos
Ind. Têxtil, Química, Metalúrgica
Locomotivas
Navios a vapor
Automóveis
Aviões
Submarinos
Máq. Agrícolas
Apar. Elétricos
Refrigeração
Telégrafo
Telefone. Fonógrafo
Radiodifusão
Foto. Cinema
Televisão
Cimento armado

REVOLUÇÃO TERMONUCLEAR

Eletrônica
Transistores
Radar. Helicópteros
Retropropulsão
Reator Nuclear
Bomba Atômica
Bateria Solar
Plásticos
Computadores
Automação
Gravação Magnética
Luz Coerente
Projéteis Espaciais
Radiotelescópio
Sintéticos: Fertilizantes, Herbicidas, Germicidas
Dessalinização da água do mar
Gaseificação subterrânea do carvão

NOTA: A relação de sociedades é meramente exemplificativa de paradigmas de cada formação. As datas anteriores à nossa era são indicadas com um sinal negativo. As linhas retas indicam acelerações evolutivas; as linhas tremidas indicam atualizações históricas.

de organizadora ativa da produção; a *Revolução Urbana*, fundada em novos progressos produtivos como a agricultura de regadio, a metalurgia e a escrita, que conduziu à dicotomização interna das sociedades numa condição rural e numa condição urbana e à sua estratificação em classes sociais, além de outras profundas mudanças na vida social e no patrimônio cultural das sociedades que atingiu; e a *Revolução Industrial*, que emergiu na Europa Ocidental com a descoberta e a generalização de conversores de energia inanimada para mover dispositivos mecânicos, responsável também por novas alterações fundamentais na estratificação social, na organização política e na visão do mundo de todos os povos.

No esfôrço por correlacionar as revoluções tecnológicas com as formações socioculturais, fomos levados a identificar maior número delas e a desdobrar algumas em distintos processos civilizatórios. Assim é que, em nosso esquema, à Revolução Urbana fazemos suceder uma *Revolução do Regadio*, que proporcionou as bases tecnológicas para a configuração das primeiras civilizações regionais, através de inovações prodigiosas na construção de grandes canais de irrigação e de novos barcos para a navegação; de sistemas de estradas, de edificações ciclópicas — pirâmides, templos, palácios — de cidades urbanizadas, além das escrituras ideográficas, de sistemas uniformes de pesos e medidas e de desenvolvimentos científicos, sobretudo no campo da matemática e da astronomia. Vem, depois, a *Revolução Metalúrgica* — correspondente aproximadamente à Idade do Ferro dos arqueólogos — no curso da qual se aprimoraram e difundiram a tecnologia do ferro forjado, a manufatura de ferramentas, a moeda cunhada, e se inventaram o alfabeto e a notação decimal. Segue-se a *Revolução Pastoril* com a aplicação criadora de algumas destas inovações aos problemas da utilização de animais para tração e para a cavalaria de guerra, bem como o aperfeiçoamento do emprêgo da energia hidráulica e eólica para fins produtivos. À Revolução Industrial acreditamos que deva anteceder uma *Revolução Mercantil*, assentada na tecnologia da navegação oceânica e das armas de fogo e responsável pela ruptura com o feudalismo europeu. E se deve acrescentar uma *Revolução Termonuclear*, que parece desencadear-se em nossos dias com a eletrônica, a energia atômica, a automação,

os raios laser, etc., cujas potencialidades de transformação da vida humana serão provàvelmente tão radicais quanto as das revoluções tecnológicas anteriores. Consignamos, portanto, oito revoluções tecnológicas, caracterizáveis pelo vulto das inovações que introduziram nas potencialidades produtivas e no poderio militar das sociedades humanas e pelas mudanças que provocaram no sistema adaptativo, associativo e ideológico dos povos que as experimentaram, direta ou reflexamente.

A sucessão destas revoluções tecnológicas não nos permite, todavia, explicar a totalidade do processo evolutivo sem apêlo ao conceito complementar de *processo civilizatório,* porque não é a invenção original ou reiterada de uma inovação que gera conseqüências, mas sua propagação sôbre diversos contextos socioculturais e sua aplicação a diferentes setores produtivos. Neste sentido, a cada revolução tecnológica podem corresponder um ou mais processos civilizatórios através dos quais ela desdobra suas potencialidades de transformação da vida material e de transfiguração das formações socioculturais (Quadro II).

A *Revolução Agrícola,* como motor do primeiro processo civilizatório, permite a ruptura com a condição das tribos de caçadores e coletores nômades e dá lugar a uma nova formação sociocultural — as *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas.* Conduzida, depois, por um segundo processo civilizatório — correspondente à domesticação dos animais e à especialização funcional de alguns grupos humanos nesta atividade produtiva — dá nascimento a uma nova formação, as *Hordas Pastoris Nômades.*

A *Revolução Urbana* desdobra-se em quatro processos civilizatórios. O terceiro, correspondente ao surgimento das cidades e dos estados, à estratificação das sociedades em classes sociais, aos primeiros passos da agricultura de regadio, da metalurgia do cobre e do bronze, da escritura ideográfica, da numeração e do calendário, enseja a cristalização de uma nova formação, os *Estados Rurais Artesanais.* Nessa etapa amadurece o quarto processo civilizatório, com a adoção da propriedade privada e da escravização da fôrça de trabalho em alguns Estados Rurais Artesanais, opondo-os como forma-

EVOLUTIVAS EM DIVERSOS ESQUEMAS CONCEITUADOS

K. MARX (1857)	L.H. MORGAN (1877)	F. ENGELS (1884)	V. GORDON CHILDE (1937)	JULIAN STEWARD (1955)	D. RIBEIRO
COMUNISMO	CIVILIZAÇÃO	COMUNISMO			SOCIEDADES FUTURAS
SOCIALISMO		SOCIALISMO			SOCIALISMO EVOLUTIVO; SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO
CAPITALISMO INDUSTRIAL		CAPITALISMO INDUSTRIAL		(Impérios Econômico-Político dos Séculos XIX e XX)	IMPERIALISMO INDUSTRIAL; NACIONALISMO MODERNIZADOR; NEOCOLONIALISMO
CAPITALISMO MERCANTIL		CAPITALISMO MERCANTIL		(Expansão Centro e Norte-Européia); (Conquistas Espanholas)	CAPITALISMO MERCANTIL; COLONIALISMO MERCANTIL; COLONIALISMO DE POVOAMENTO; IMPÉRIOS MERCANTIS SALVACIONISTAS; COLONIALISMO ESCRAVISTA
FEUDALISMO		FEUDALISMO	FEUDALISMO	(FEUDALISMO)	IMPÉRIOS DESPÓTICOS SALVACIONISTAS; Regressões Feudais
FORMAÇÃO ASIÁTICA: FORMAÇÃO GERMÂNICA; FORMAÇÃO ANTIGA CLÁSSICA	ESCRITA	ESCRAVISMO	IDADE DO FERRO; IDADE DO BRONZE	(GRÉCIA E ROMA); ESTADOS MILITARISTAS DE REGADIO; Estados Teocráticos de Regadio; Estados Teocráticos Comerciais	IMPÉRIOS MERCANTIS ESCRAVISTAS; IMPÉRIOS TEOCRÁTICOS DE REGADIO
	BARBÁRIE: FERRO; LAVOURA	BARBÁRIE	ALTA BARBÁRIE DO COBRE	FLORESCIMENTO REGIONAL	ESTADOS RURAIS (PRIVATISTAS) (COLETIVISTAS) ARTESANAIS
COMUNIDADE GENTÍLICA	DOMESTICAÇÃO; CERÂMICA		BARBÁRIE NEOLÍTICA	FORMATIVO; AGRICULTURA INCIPIENTE	ALDEIAS AGRÍCOLAS INDIFERENCIADAS; CHEFIAS PASTORIS NÔMADES; HORDAS PASTORIS NÔMADES
COMUNIDADE PRIMITIVA	SELVAGERIA: CAÇA; PESCA; COLETA	COMUNISMO PRIMITIVO	SELVAGERIA	CAÇA E COLETA	TRIBOS DE CAÇADORES E COLETORES

QUADRO II

Seqüências Básicas da Evolução Sociocultural em Têrmos de Revoluções Tecnológicas, de Processos Civilizatórios e de Formações Socioculturais

Revoluções Tecnológicas	*Processos Civilizatórios Gerais*	*Formações Socioculturais*	*Paradigmas Históricos*
I Revolução Agrícola	1.º Revolução Agrícola	Aldeias Agrícolas Indiferenciadas	Tupinambá (Séc. XVI) Guaná (Séc. XVIII)
	2.º Expansão Pastoril	Hordas Pastoris Nômades	Kirguiz (Séc. XX) Guaikuru (Séc. XVIII)
II Revolução Urbana	3.º Revolução Urbana	Estados Rurais Artesanais Coletivistas	Urartu (Séc. X a.C.) Mochica (Séc. II)
	4.º Expansão Escravista	Estados Rurais Artesanais Privatistas	Fenícios (Séc. XX a.C.) Kushan (Séc. V a.C.)
	5.º Segunda Expansão Pastoril	Chefias Pastoris Nômades	Hiksos (Séc. XVIII a.C.) Hunos (Séc. IV)
III Revolução do Regadio	6.º Revolução do Regadio	Impérios Teocráticos de Regadio	Egito (Séc. XXI a.C.) Incas (Séc. XV)
IV Revolução Metalúrgica	7.º Revolução Metalúrgica	Impérios Mercantis Escravistas	Grécia (Séc. V a.C.) Roma (Séc. II)
V Revolução Pastoril	8.º Revolução Pastoril	Impérios Despóticos Salvacionistas	Islão (Séc. VII) Otomano (Séc. XV)
VI Revolução Mercantil	9.º Revolução Mercantil	Impérios Mercantis Salvacionistas	Ibéria (Séc. XVI) Rússia (Séc. XVI)
		Colonialismo Escravista	Brasil (Séc. XVII) Cuba (Séc. XVIII)
	10.º Expansão Capitalista	Capitalismo Mercantil	Holanda (Séc. XVII) Inglaterra (Séc. XVII)
		Colonialismo Mercantil	Indonésia (Séc. XIX) Guianas (Séc. XX)
		Colonialismo de Povoamento	U.S.A. (Séc. XVIII) Austrália (Séc. XIX)
VII Revolução Industrial	11.º Revolução Industrial	Imperialismo Industrial	Inglaterra (Séc. XIX) U.S.A. (Séc. XX)
		Neocolonialismo	Brasil (Séc. XX) Venezuela (Séc. XX)
	12.º Expansão Socialista	Socialismo Revolucionário	URSS (1917) China (1949)
		Socialismo Evolutivo	Suécia (1950) Inglaterra (1965)
		Nacionalismo Modernizador	Egito (1953) Argélia (1962)
VIII Revolução Termonuclear	13.º Revolução Termonuclear		Sociedades Futuras

ção àqueles que institucionalizam a propriedade estatal da terra e estabelecem uma estratificação social baseada antes na função do que na exploração econômica, o que desdobra os Estados Rurais Artesanais em dois modelos diferenciados: o *Coletivista* e o *Privatista.* A propagação de alguns desenvolvimenttos tecnológicos, como a utilização do cobre e sua aplicação às atividades pastoris, corresponde ao quinto processo civilizatório com o qual surgem as *Chefias Pastoris Nômades.*

O amadurecimento da mesma tecnologia básica da Revolução Urbana, principalmente a das grandes obras de irrigação, provoca o desencadeamento da Revolução do Regadio e, com ela, o sexto processo civilizatório, que dará lugar ao aparecimento das primeiras civilizações regionais como uma nova formação sociocultural: os *Impérios Teocráticos de Regadio.*

O sétimo processo civilizatório corresponde já à *Revolução Metalúrgica,* assentada na generalização de algumas inovações tecnológicas como a metalurgia do ferro forjado, que permite o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva nas áreas florestais, a fabricação de uma multiplicidade de ferramentas de trabalho e, com elas, o aprimoramento dos veleiros. A êstes elementos se acrescentam a cunhagem de moedas, que viabilizaram o comércio externo, o alfabeto fonético e a notação decimal. Com esta base tecnológica amadurece uma nova formação, configurando os *Impérios Mercantis Escravistas.*

O oitavo processo civilizatório é acionado pela *Revolução Pastoril,* fundado na aplicação de elementos da mesma tecnologia básica, sobretudo o ferro fundido, aos problemas de produção e de guerra das Chefias Pastoris Nômades, permitindo a generalização do uso de selas e estribos, de ferraduras, de espadas e do arnez rígido que multiplicam a eficiência dos animais de montaria e tração. Com base nesta tecnologia desencadeia-se um movimento de expansionismo messiânico daqueles povos que atacam áreas feudalizadas de antigas civilizações e as cristalizam como *Impérios Despóticos Salvacionistas.*

O nono processo civilizatório corresponde já à *Revolução Mercantil,* com a qual se expandem as primeiras civilizações mundiais na forma de *Impérios Mercantis Salvacionistas* e

suas áreas de dominação conformadas principalmente como *Colonizações Escravistas.* O décimo processo civilizatório é um desdobramento desta mesma revolução tecnológica responsável pela configuração das primeiras formações *Capitalistas Mercantis* e de seu contexto de *Colônias Escravistas Mercantis* e de *Povoamento.*

A *Revolução Industrial* dá lugar à estruturação dos *Imperialismos Industriais* e do *Neocolonialismo* como undécimo processo civilizatório e, como décimo-segundo, ao surgimento das primeiras formações socioculturais implantadas mediante a intervenção racional na ordem social: as *Socialistas Revolucionárias, Socialistas Evolutivas* e *Nacionalistas Modernizadoras.*

A emergência de uma nova revolução tecnológica, a *Termonuclear,* com suas imensas potencialidades de transformação da vida material de todos os povos da Terra que ela já encontra unificados num mesmo sistema de interação, deverá agir como um acelerador da evolução dos povos atrasados na história e como o configurador de novas formações socioculturais que designamos como *Sociedades Futuras,* em que, supomos, devem ser superados tanto a estratificação classista quanto o apêlo à guerra nas relações entre as nações.

Com base na conceituação exposta, será possível falar tanto de um processo civilizatório global, que se confunde com a própria evolução sociocultural, como a visão de conjunto dos dez últimos milênios da história humana, quanto de processos civilizatórios gerais e singulares, ocorridos dentro do global e que, contribuindo para conformá-lo, modelaram diversas civilizações. A visão *global* é-nos oferecida pela perspectiva tomada desde agora sôbre o passado. Ela permite apreciar como diversas tradições culturais particulares, desenvolvidas por diferentes povos em épocas e lugares distintos, se concatenaram umas com as outras, interfecundando-se ou destruindo-se recìprocamente, mas conduzindo sempre adiante uma grande tradição cultural e contribuindo, assim, para conformar a civilização humana comum que começa a plasmar-se no mundo de nossos dias.

Os *processos civilizatórios gerais* correspondem às seqüências evolutivas genéricas, em que vemos difundirem-se os efeitos de um surto de inovações culturais como um movi-

mento de dinamização da vida de diversos povos, em conseqüência do desencadeamento de uma revolução tecnológica. Cada um dêles, ao propagar-se, mescla racialmente e uniformiza culturalmente diversos povos, incorporando-os a todos em novas formações socioculturais, como núcleos cêntricos e como áreas dependentes. É o caso, por exemplo, da expansão da grande agricultura de regadio que, em regiões distintas e em épocas também muito diferentes, ativou a vida de diversos povos, remodelando suas sociedades e suas culturas dentro das mesmas linhas gerais.

Conceituamos os *processos civilizatórios específicos* como as seqüências históricas concretas em que se desdobraram os processos civilizatórios gerais. Um exemplo é-nos dado pela expansão do regadio na Meso-América, que constituiu um processo civilizatório singular, responsável pelo amadurecimento ali de diversas civilizações fundadas na irrigação. Processos equivalentes produziram os mesmos efeitos no Egito, na Índia, etc.

No corpo desta concepção ganham nôvo sentido os conceitos de Etnia e Civilização. As *civilizações* são cristalizações de processos civilizatórios singulares que nelas se realizam como um complexo sociocultural històricamente individualizável. Cada civilização, ao expandir-se — a partir de centros metropolitanos — difunde-se sôbre uma área, organizando-a como seu território de dominação político-econômica e de influenciação cultural (civilização egípcia, azteca, helênica, etc.). As *etnias* são unidades operativas do processo civilizatório, cada uma correspondente a uma coletividade humana, exclusiva em relação às demais, unificada pelo convívio de seus membros através de gerações e pela coparticipação de todos êles na mesma comunidade de língua e de cultura (Etnia Tupinambá, Germânica, Brasileira, etc.). Falaremos de *Etnia Nacional* quando estas entidades se constituem em estados organizados pollticamente para dominar um território; e de *Macro-Etnias,* quando tais estados entram em expansão sôbre populações multi-étnicas com a tendência a absorvê-las mediante a transfiguração cultural. Uma horda caçadora, composta de grupos familiais que se movem sôbre um território, ou uma minoria nacional unificada pela língua e pela tradição e aspirante à autonomia, são etnias. Ou, ainda,

uma coletividade que cultiva certas tradições comuns integradoras, cujos membros se unificam pelo desenvolvimento de lealdades grupais exclusivistas, como os ciganos ou os judeus. Um povo estruturado em nacionalidade, com seu território e govêrno próprio, é uma etnia nacional. Um complexo multi-étnico unificado por uma dominação imperial que se exerça sôbre seus povos, com propensão a transfigurá-los culturalmente e a fundi-los em uma entidade mais inclusiva, é uma macro-etnia (Macro-etnia Romana, Incaica, Colonial-Hispânica, etc.).

A evolução sociocultural, concebida como uma sucessão de processos civilizatórios gerais, tem um caráter progressivo que se evidencia no movimento que conduziu o homem da condição tribal às macro-sociedades nacionais modernas. Os processos civilizatórios gerais que a compõem são também movimentos evolutivos através dos quais se configuram novas formações socioculturais. Os processos civilizatórios singulares são, ao contrário, movimentos históricos concretos de expansão, que vitalizam amplas áreas, cristalizando-se em diversas civilizações, cada uma das quais vive sua existência histórica, alcançando clímax de auto-expressão, para depois mergulhar em longos períodos de atraso. As civilizações sucedem-se, desta forma, alternando-se com períodos de regressão a "idades obscuras", mas sempre reconstruindo-se nas mesmas bases, até que um nôvo processo civilizatório geral se desencadeie, configurando processos civilizatórios específicos com os quais emergem novas civilizações.

No âmbito dêsses processos civilizatórios singulares ganham clareza os estudos dos problemas de dinâmica cultural decorrentes da difusão ou da aculturação. O primeiro conceito não exige definição especial, porque será sempre empregado no sentido geral de transferência de traços culturais de qualquer tipo, de forma direta ou indireta, sem importar no estabelecimento de relações de subordinação entre a entidade doadora e a receptora. O conceito de aculturação, porém, terá que ser redefinido de modo a não se restringir exclusivamente aos efeitos da conjunção de entidades culturais autônomas. Esta conceituação, que é a corrente na literatura antropológica, só abrange as relações intertribais porque só neste caso as culturas são efetivamente autônomas e oferecem con-

cretamente seus patrimônios umas às outras em condições que tornem possível a livre seleção e a adoção completa de traços culturais alheios, sem o estabelecimento de vínculos de dependência (Herskovits 1938; Redfield e outros 1936; R. Beals 1953; Barnett e outros 1954). Em lugar desta acepção restritiva usaremos o conceito de aculturação para indicar também os movimentos de confluência de altas tradições culturais e a expansão delas sôbre complexos culturais mais atrasados como o principal processo de formação e transfiguração de etnias.

É o que ocorre com a expansão de uma civilização de mais alto nível tecnológico sôbre contextos de povos atrasados na história, os quais são subjugados e engajados nos sistemas de dominação e de influenciação da sociedade civilizadora como parcelas dela dependentes, passíveis de assimilação ou de reconstituição posterior como novas entidades étnicas. Nessas sociedades traumatizadas, as compreensões comuns que regem a vida social configuram-se como uma cultura espúria. Só através de longos períodos tais culturas podem refazer-se pela combinação de traços sobreviventes do seu antigo patrimônio com elementos tomados do complexo cultural em expansão, amadurecendo para aspirar à retomada da autonomia na condução de seu destino.

No estudo dos processos civilizatórios gerais visualizam-se, principalmente, as alterações nos sistemas adaptativo, associativo e ideológico decorrentes do impacto das revoluções tecnológicas sôbre as sociedades, estruturando-as em sucessivas formações socioculturais. No estudo dos processos civilizatórios específicos visualizam-se as expansões de tradições culturais singulares associadas a movimentos econômicos e políticos de dominação que se cristalizam em civilizações individualizadas, em núcleos centralizados por redes metropolitanas. Êstes últimos, atuando através da subjugação, da deculturação e da traumatização cultural de etnias dominadas, assimilam-nas como parcelas indiferenciadas de macro-etnias imperiais ou as reativam para amadurecerem como entidades étnicas aspirantes à autonomia e à expansão.

Atualização Histórica e Aceleração Evolutiva

A problemática do desenvolvimento, posta nestes quadros de largo alcance histórico, se ilumina, tornando mais evidente o caráter transitório das instituições, mais inteligíveis a natureza e o papel dos conglomerados de interêsses na implantação de ordenações sociais e mais fàcilmnete perceptível o caráter progressivo ou regressivo das tensões que se processam dentro das sociedades em transição. À luz da perspectiva dos mesmos processos civilizatórios podem-se superar as limitações inerentes ao tratamento dos problemas de dinâmica social no quadro das teorias de alcance médio (R. Merton 1957) e das posições funcionalistas, ambas predispostas a explicar os problemas socioculturais pela interação dos seus conteúdos presentes, como se as sociedades não tivessem história, ou à base do pressuposto de que todos êsses conteúdos têm iguais potencialidades determinativas. Pode-se, também, superar dois tipos de concepção da dinâmica social. Primeiro, o que considera os povos dependentes como sobrevivências de etapas pretéritas da evolução humana. Segundo, o que confere às sociedades mais desenvolvidas a qualidade de têrminos do processo evolutivo, figurando-as como o modêlo ideal de ordenação sociocultural para onde marchariam todos os povos (D. Lerner 1958; W. W. Rostow 1961 e 1964; A. Gerschenkron 1962; S. N. Eisenstadt 1963).

Dentro desta gama de problemas, alguns conceitos especiais deverão ser definidos, como os de *atualização* e de *aceleração histórica,* por um lado, e, por outro, o de *estagnação cultural,* de *atraso* ou *regressão histórica.*

Por *aceleração evolutiva* designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autônomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modêlo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. Por *atraso histórico,* entendemos o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por *atualização* ou *incorporação histórica,* designamos os procedimentos pelos quais êsses povos atrasados

na história são engajados compulsòriamente em sistemas mais evoluídos tecnològicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica. Êste foi o caso, por exemplo, da incorporação de povos autóctones subjugados pelo conquistador e de populações africanas transladadas como mão-de-obra das minas e das plantações tropicais, nas formações coloniais escravistas da América. O conceito de atualização retrata, por isso mesmo, tanto situações de caráter regressivo — do ponto de vista das entidades étnicas avassaladas, traumatizadas ou destruídas — como conteúdos progressistas, enquanto um procedimento de incorporação de povos atrasados a sistemas sócio-econômicos mais avançados. A característica fundamental do processo de atualização histórica está no seu sentido de modernização reflexa com perda de autonomia e com risco de desintegração étnica.

No corpo dêsses processos de incorporação ou atualização histórica é que se devem situar os movimentos através dos quais uma sociedade sofre os efeitos indiretos de alterações havidas no sistema adaptativo de outras sociedades. Em muitos casos, êsses efeitos produzem profundas transformações progressistas em seu modo de vida, mas conduzem fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa. Tal ocorre, por exemplo, com a difusão dos produtos da revolução industrial, como instalações de ferrovias ou de portos que "modernizaram" enormes áreas em todo o mundo extra-europeu, apenas para fazê-las mais eficazes como produtoras de certos artigos, mas que, nada obstante, as tornaram importadoras de bens industriais. Por êsse processo é que as populações latino-americanas, com a Independência, desatrelaram-se da condição de áreas coloniais de uma formação mercantil-salvacionista para cair na condição de áreas neocolonialistas de formações imperialistas industriais.

O conceito de *aceleração evolutiva* será utilizado para indicar os procedimentos diretos, intencionais ou não, de indução do progresso com a preservação da autonomia da sociedade que o experimenta e, por isso mesmo, com a conservação de sua figura étnica e, por vêzes, com a expansão desta como uma *macro-etnia* assimiladora de outros povos. Tal é o caso das sociedades que experimentam uma revolução tec-

nológica com base em sua própria criatividade, ou na adoção completa e autárquica de inovações tecnológicas alcançadas por outras sociedades; ou, ainda, com base em ambas as fontes. Identificamos, também, como situações de aceleração evolutiva, os processos de reconstituição étnica através dos quais sociedades, antes avassaladas por processos de atualização, reconstroem seu próprio *ethos* para conquistar sua independência política e retomar a autonomia perdida. Isso foi o que ocorreu em alguns movimentos de emancipação dos povos coloniais, como o da América do Norte. Classificam-se na mesma categoria as revoluções sociais em que uma vanguarda política, agindo em nome dos interêsses das camadas subalternas, induz, revolucionàriamente, uma reordenação da sociedade segundo os interêsses destas camadas e de modo a afastar óbices estruturais à adoção e generalização de uma tecnologia produtiva mais eficaz. Estão no mesmo caso, ainda, se bem que em menor grau, os esforços intencionais de indução do progresso sócio-econômico através da ação de lideranças renovadoras ou de programas governamentais de desenvolvimento planejado, sempre que se orientem para a acentuação da autonomia econômica e política.

Dentro desta concepção, os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo moderno não se explicam como representações de etapas distintas e defasadas da evolução humana. Explicam-se, isto sim, como componentes interativos e mùtuamente complementares de amplos sistemas de dominação tendentes a perpetuar suas posições relativas e suas relações simbióticas como pólos do atraso e do progresso de uma mesma civilização. No mundo contemporâneo, são desenvolvidas as sociedades que se integraram autônomamente na civilização de base industrial por aceleração evolutiva; e são subdesenvolvidas as que nela foram engajadas por incorporação histórica como "proletariados externos", destinados a preencher as condições de vida e de prosperidade dos povos desenvolvidos com os quais se relacionam.

Resta-nos definir os conceitos de *estagnação cultural* e de *regressão histórica*. O primeiro indica a situação das sociedades que, através de longos períodos, permanecem idênticas a si mesmas sem experimentar alterações assinaláveis no seu modo de vida, enquanto outras sociedades progridem. É o caso, por exemplo, de tantas tribos pré-agrícolas, assim como de tribos de lavradores da floresta tropical latino-americana, que permaneceram no mesmo estágio cultural através de milênios, enquanto outros povos do continente ascenderam ao nível de civilizações urbanas. As situações de estagnação têm sido explicadas, tanto pela presença de elementos dissuasores do progresso — as condições opressivas e desestimulantes da floresta úmida, ou o contrário, a dadivosidade da natureza tropical que não estimularia o esfôrço — como pela carência de fatôres dinâmicos — ausência de animais domesticáveis, sobretudo o gado e, em virtude disso, ausência de povos pastôres agressivos ou de contatos externos; em têrmos do pêso esmagador do repto decorrente do meio ou da conjunção social que tiveram de enfrentar e, ainda, em têrmos da superespecialização que, garantindo a algumas sociedades uma adaptação adequada ao meio, as teria tornado incapazes de progresso.

Entre inúmeros exemplos possíveis dêste último fator de estagnação pode-se citar a superespecialização de certos povos das regiões frígidas ou das estepes, que configuram modos de adaptação genéricos, e por isso mesmo homogêneos, para sociedades muito diversificadas em suas demais características, mas peculiares, porque só se desenvolvem onde as condições ecológicas se reproduzem nas mesmas bases. Assim, os Esquimó polares e os Timbira do cerrado brasileiro exemplificam modelos gerais de adaptação ecológica que alcançaram extremos de especialização cultural criativa em face do ambiente. Fizeram-no, porém, trilhando antes desvios do que caminhos alternativos do desenvolvimento humano. A excelência de algumas destas adaptações, que permitiram a criação, a reprodução e o crescimento de comunidades humanas onde pareciam inviáveis, não lhes tira o caráter de complexos marginais, não multiplicáveis e condenados a tornarem-se, a certa altura da evolução cultural geral, atrasadas ou estagnadas. Para comprovar êste caráter basta considerar que, tanto nas zonas árticas como nos cerrados, tornaram-se possíveis, com base na tecnologia científica moderna, adaptações muito mais eficazes em têrmos da magnitude da população que podem manter (C. D. Forde 1966; P. Gourou 1959; A. Toynbee 1951/64; M. Bates 1959).

Ainda que se possam alcançar certas generalizações sôbre os fatôres da estagnação — quando menos pelo uso com sinal inverso das indicações dos fatôres de progresso — ela só se explica histórica e ecològicamente. Naquilo que nos importa para o estudo geral do processo civilizatório, é suficiente registrar que estas sociedades de culturas estagnadas correspondem a povos que ainda estão à margem de alguns ciclos do processo, mas serão fatalmente atingidas por êles e, afinal, conscritas, seja para se atualizarem històricamente, seja para experimentar um processo de aceleração evolutiva, conforme as condições em que entrem em contato com povos mais avançados que penetrem seus territórios.

As situações de regressão sociocultural são explicáveis por vários fatôres, como o resultado do impacto de uma sociedade de alto nível sôbre povos mais atrasados em que êstes conseguem sobreviver pelo recuo, evitando, assim, sua descaracterização étnica, mas compelidos a acoitar-se em áreas inóspitas ou nas quais seu antigo sistema adaptativo não pode atuar com eficácia. Isto foi o que sucedeu a diversos povos americanos ante o avanço europeu sôbre seus territórios. Situações de regressão podem produzir-se, igualmente, como resultado de traumas internos que conduzam ao desencadeamento de insurreições das classes subalternas, ocasionando a destruição da velha ordem social, sem a capacidade de implantar uma nova, mais progressista. Isto foi o que ocorreu, entre muitos outros casos, com a sociedade egípcia, 2 200 anos antes de nossa era, paralisando e fazendo regredir Mênfis, que jamais voltou a florescer, e também com o Haiti, após a Independência, em que só uma reordenação global e intencional de tôda a vida social, que superava suas possibilidades, teria permitido criar uma estrutura econômicamente tão eficaz quanto o colonialismo escravista, mas capacitada a atender às aspirações de liberdade e de progresso da própria população.

Também conduzem a regressões os movimentos anti-históricos desencadeados por classes dominantes que, sentindo-se ameaçadas em sua hegemonia, submetem seus próprios povos a transfigurações intencionais de caráter involutivo. Isto foi o que se deu com a caricatura espartana da cultura grega, resultante de um projeto obsessivo de perpetuação do seu domínio sôbre um contexto escravista. E também com a Alemanha hitlerista e a Itália fascista, desfiguradas no esfôrço desesperado de frear movimentos socialistas emergentes e por se constituírem em novos núcleos de dominação imperialista. Tôdas essas irrupções anti-históricas descambam em expansionismos militares de decadência e em regimes despóticos que, primeiro, degradam as bases da vida social e cultural de seus povos e, depois, os conduzem a guerras desastrosas.

Outra causa de regressão cultural é a superutilização de uma tecnologia eficiente, mas destruidora em seu nível de saturação, como a agricultura de regadio. Exemplos desta forma de regressão são-nos dados por tantas regiões que configuraram, no passado, civilizações florescentes, fundadas na irrigação, mas que mergulharam na estagnação e, depois, na regressão cultural. Isto foi o que sucedeu nos vales do Indo, do Nilo, do Tigre e do Eufrates, do Hoangho e do Yangtsé, onde milhões de hectares de terras de cultivo foram perdidos por efeito da erosão, da alcalinização ou da salinização das terras e da putrefação das águas, provocadas por deficiências de drenagem, através de longos períodos de cultivo por inundação (R. Revelle, 1965).

As regressões culturais têm tido, porém, como causa principal o esgotamento das potencialidades de uma formação sociocultural que, nos limites de sua aplicação, enrijece a estrutura social e acumula tamanhos conflitos de classes contrapostas a ponto de tornar inviável a vida social ulterior sem o desenvolvimento de instituições despóticas de contingenciamento da fôrça de trabalho e de repressão aos levantes das camadas subalternas. Nesta forma de regressão representam papel especial os ataques de povos relativamente atrasados do seu contexto, que conseguem vencer e subjugar sociedades mais avançadas, cuja rigidez estrutural ou cujas crises internas as tornaram vulneráveis. Êste é o caso típico da mais importante dos formas de regressão sociocultural que consiste no mergulho de sociedades relativamente avançadas nas chamadas "idades obscuras", empurradas pelos célebres *Völkerwanderung*.

Tal é a natureza do *feudalismo*, que não identificamos como uma formação sociocultural, ou como uma etapa da evolução humana, mas como uma regressão provocada pela desintegração do sistema associativo, das instituições políticas

centralizadoras e do sistema mercantil de uma antiga área integrada numa civilização, fazendo-a recair numa economia de mera subsistência. Ao produzir-se a regressão feudal, as cidades são destruídas ou se despovoam e a tradição cultural erudita que delas irradiava tende a ser substituída por uma tradição popular rústica, de transmissão principalmente oral. Nesse processo deterioram-se, igualmente, as antigas formas de conscrição de mão-de-obra, como a vassalagem ou o escravismo, dando lugar a novos modos de contingenciamento das camadas subalternas a senhorios militares locais.

Regressões feudais dêsse tipo se sucederam, como compassos necessários a tôdas as expansões civilizadoras, até a emergência da Revolução Mercantil. Esta, prontamente seguida pela Revolução Industrial, impôs às sociedades humanas mudanças progressivas de intensidade infinitamente maior que tôdas as anteriores, não dando lugar a regressões feudais, a não ser em casos excepcionais. Isto só ocorreu em áreas que se marginalizaram econômicamente por curtos períodos ou cujas estruturas sociais inigualitárias se enrijeceram demasiadamente para perpetuar interêsses patrimonialistas, impossibilitando a renovação tecnológica e a reordenação social correspondente.

Na verdade, a história humana se fêz mais de passos regressivos dos tipos mencionados do que de passos evolutivos. As regressões representam, porém, o esgotamento das potencialidades de um sistema produtivo ou de uma forma de ordenação social, constituindo, por isso, recuos episódicos de povos exauridos no esfôrço de auto-superação ou abatidos por outros em ascensão. Os passos evolutivos representam, ao contrário, processos de renovação cultural que, uma vez alcançados e difundidos, alargam a capacidade humana de produzir e de utilizar energia, de criar formas de organização social crescentemente inclusivas e de representar conceitualmente o mundo com fidedignidade cada vez maior.

Como se vê, entendemos a evolução sociocultural como uma série genética de etapas evolutivas expressas numa seqüência de formações socioculturais geradas pela atuação de sucessivas revoluções culturais e respectivos processos civilizatórios; mas, também, como um movimento dialético de progressões e de regressões culturais, de atualizações históricas e

de acelerações evolutivas. Esta concepção tem, provàvelmente, a virtude de substituir a compreensão corrente de evolução como a sucessão de etapas fixas e necessárias — seja unilineares, seja multilineares — por uma perspectiva mais ampla e matizada que reconhece o progresso e o atraso como movimentos necessários da dialética da evolução. Dentro desta concepção, cada revolução tecnológica, ao agir sôbre um nôvo contexto, não repete, em relação às sociedades nêle existentes, a história daquelas em que ocorreu originalmente, em virtude de quatro fatôres de diferenciação. Primeiro, porque mais freqüentemente os povos são chamados a reviver o processo por efeito da difusão do que conduzidos por esforços autônomos de auto-superação. Segundo, porque a difusão não coloca ao alcance das sociedades os mesmos elementos originalmente desenvolvidos, nem na mesma ordem em que se sucederam e, tampouco, com as mesmas associações com outros elementos na forma de complexos integrados. Terceiro, porque os processos civilizatódios são movidos por revoluções tecnológicas que privilegiam os povos que primeiro as experimentam, ensejando-lhes condições de expansão como núcleos de dominação. Quarto, porque os povos atingidos pelos mesmos processos civilizatórios, através de movimentos de atualização histórica, perdendo o comando do seu destino e condenados à subjugação e à dependência, vêem estritamente condicionado todo o seu desenvolvimento ulterior.

Êste é o caso, por exemplo, das civilizações regionais que integraram diferentes povos numa mesma tecnologia básica, fazendo-os, porém, encarnar os papéis mais díspares, conforme se configurassem como centros imperiais ou como áreas dependentes. É o caso, ainda, da formação mercantil-salvacionista, primeira das civilizações de base mundial que engajou povos tanto para a posição de metrópoles mercantis como para a de colônias escravistas, umas e outras só inteligíveis em sua complementaridade, mas que submetiam os povos nelas enquadrados a condições de vida totalmente distintas, conforme se situassem num ou noutro dos pólos do grande complexo.

Outra conseqüência da perspectiva aqui adotada é que impõe a integração conceitual dos vários processos civilizatórios singulares — correspondentes às linhas divergentes dos

distintos evolucionismos multilineares — num processo global, tal como ocorreu efetivamente na história. Êste procedimento permite valorizar os efeitos tanto fecundantes quanto destruidores de suas interações. Permite, também, reconstituir, em suas linhas mais gerais, as relações dos povos modernos de todo o mundo com os processos civilizatórios que plasmaram as grandes tradições culturais dentro das quais cristalizam suas presentes culturas. E permite, por fim, fixar uma tipologia das revoluções tecnológicas, dos processos civilizatórios e das correspondentes formações socioculturais, aplicável à classificação tanto das sociedades de diversos níveis de desenvolvimento de um passado remoto, como das sociedades contemporâneas, atrasadas ou avançadas.

DIAGRAMA DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO.
PRINCIPAIS FOCOS DE IRRADIAÇÃO,
SUAS INTERPENETRAÇÕES E PROJEÇÕES
SÔBRE OS POVOS CONTEMPORÂNEOS

grande tradição
foco de irradiação
invasões bárbaras
impérios teocráticos de regadio
imperios mercantis-escravistas
impérios despótico-salvacionistas
impérios mercantis-salvacionistas
colonialismo escravista
colonialismo mercantil
capitalismo mercantil
colonização de povoamento
colonialismo escravista
colonialismo mercantil
dominação imperial
capitalismo industrial
neocolonialismo
socialismo revolucionário
socialismo evolutivo

52b

DIAGRAMA DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO.
PRINCIPAIS FOCOS DE IRRADIAÇÃO,
SUAS INTERPENETRAÇÕES E PROJEÇÕES
SÔBRE OS POVOS CONTEMPORÂNEOS
grande tradição
foco de irradiação
invasões bárbaras
impérios teocráticos de regadio
imperios mercantis-escravistas
impérios despótico-salvacionistas
impérios mercantis-salvacionistas
colonialismo escravista
colonialismo mercantil
capitalismo mercantil
colonização de povoamento
colonialismo escravista
colonialismo mercantil
dominação imperial
capitalismo industrial
neocolonialismo
socialismo revolucionário
socialismo evolutivo
EUROPA NÓRDICA CENTRAL IBÉRICA
GRECO-ROMANA CRISTÃ
BALCÂNICA
ÁFRICA ISLÂMICA
MUÇULMANA
EGITO
TURQUIA
SÍRIA
IRAQUE
IRÃ
ARÁBIA
RÚSSIA EUROPÉIA
SOCIALISTA
RÚSSIA ASIÁTICA
SOVIÉTICA
AFEGANISTÃ
PAQUISTÃO
INDONÉSIA
BIRMÂNIA
ÍNDIA
HINDU
SOCIALISTA CHINESA
CHINA
INDOCHINA
JAPONESA
CORÉIA
JAPÃO
FILIPINAS
AUSTRÁLIA
NOVA ZELÂNDIA
NEOBRITÂNICA
POLINÉSIA
ANGLO AMÉRICA
PROTESTANTE
ANTILHAS
NEOLATINA
HISPANO AMÉRICA
CATÓLICA
BRASIL
COLONIAL AFRICANA
ÁFRICA NEGRA
HOLANDA INGLATERRA FRANÇA
IBERIA
OTOMANA
CAROLÍNGIA
ROMANA
HELÊNICA
BIZANTINA
SASSÂNIDA
AQUEMÊNIDA
ASSÍRIA
BABILÔNICA
EGÍPCIA
ACÁDIA
SUMÉRIA
RÚSSIA
MAURYA
GUPTA
MUGHAL
HINDU
SÍNICA
CHOU
CHIN e HAN
MONGOL
SILLA
COREIA
KHMER
MANCHU
INCAICA
MAIA
MEXICANA
Creta
Fenícia
Micenas
Atenas
Roma
Constantinopla
Harapa
Mohenjo-Daro
3000 AC
2000 AC
1000 AC
AC DC
1500

PRIMEIRA PARTE

As Sociedades Arcaicas

I

A Revolução Agrícola

O PRIMEIRO processo civilizatório corresponde à Revolução Agrícola, que se desencadeou originalmente, há cêrca de 10 mil anos passados, sôbre os povos da Mesopotâmia e do Egito e se repetiu, mais tarde, por efeito da difusão ou como desenvolvimentos independentes, na India (6 000 a.C.), na China (5 000 a.C.), na Europa (4 500 a.C.), na África Tropical (3 000 a.C.) e nas Américas (2 500 a.C.).

Esta revolução tecnológica desdobrou-se em dois processos civilizatórios com os quais surgiram a agricultura e o pastoreio, configurando modos de vida tão diferenciados de todos os anteriores que cumpre identificá-los, desde suas formas mais incipientes, como duas novas formações socioculturais. O primeiro processo cristalizou-se em *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas* (não estratificadas em classes) dos povos que se fizeram lavradores de tubérculos ou de cereais, a exemplo das

tribos da floresta tropical, nas Américas, e de inúmeros povos tribais de outros continentes. Alguns dêles combinaram, mais tarde, a agricultura com a criação de animais, mas ainda não os utilizavam na tração. O segundo processo conformou as *Hordas Pastoris Nômades* dos povos que, posteriormente, se especializaram na criação de animais, ajustando todo o seu modo de ser às condições de sobrevivência e de multiplicação dos rebanhos.*

Antes da Revolução Agrícola o homem vivera sempre em pequenos bandos móveis, de coletores de raízes e frutos, de caçadores e pescadores, rìgidamente condicionados ao ritmo das estações, engordando nas quadras de fartura e emagrecendo nos períodos de penúria. Só em regiões excepcionalmente dadivosas, como as costas marítimas ricas em mariscos, e por isso mesmo muito disputadas, êsses bandos podiam alcançar maiores concentrações. Ainda assim, o montante de cada grupo era limitado pela capacidade de provimento alimentar nas quadras de maior escassez e pelas dificuldades de ordenar socialmente o convívio de unidades sociais maiores.

Nesse largo período de vida pré-agrícola, avaliado em meio milhão de anos, o homem dominara o fogo; aprendera a fabricar instrumentos de trabalho que compensaram suas carências físicas com meios de ataque e de defesa, e aumentaram sua eficiência produtiva. Desenvolvera idiomas, criara instituições sociais reguladoras da vida familiar e grupal e in-

* Na caracterização das *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas* tivemos em mente, principalmente, os grupos indígenas agricultores da floresta tropical americana, tal como os pudemos observar em nossos estudos de campo e como são descritos na bibliografia etnográfica pertinente (H. Baldus 1954; J. Steward [ed.] 1946/1950). Consideramos, também, as fontes arqueológicas que revelam a antigüidade e a dispersão dêsses grupos nas Américas e, ainda, com objetivo de comparação, as reconstituições arqueológicas de outros continentes, tal como resenhadas por Gordon Childe (1951).

Com respeito às *Hordas Pastoris Nômades* tivemos em mente os primeiros grupos de criadores de gado maior da Ásia, da Sibéria, da Mongólia e do Norte da África, segundo registros históricos, bem como as populações pastoris modernas dessas mesmas áreas e da África Oriental como são descritas na bibliografia etnológica, além das fontes americanas concernentes à adoção do cavalo pelas tribos chaquenhas da América do Sul e das planícies da América do Norte.

tensificadoras do sentimento de lealdade étnica. Acumulara patrimônios de saber e de crenças que explicavam sua experiência e orientavam sua ação; bem como fantasmagorias, através das quais procurava alcançar segurança emocional em face dos riscos a que estava sujeito e dos quais se tornara consciente, como a dor e a morte.

O característico fundamental dos grupos humanos pré-agrícolas era sua multiplicidade e a disparidade de seus modos de ser. Cada pequeno bando, vivendo isolado, subdividindo-se sempre que crescia, conformava uma face pronunciadamente diferenciada do humano, hostil a tôdas as outras. Nestas circunstâncias, prevaleciam as tensões centrífugas que conduziram a espécie humana à dispersão, desde seus nichos originais, até cobrir a Terra inteira, atingindo as regiões mais ínvias e adaptando-se às condições mesológicas mais contrastantes, através da diversificação e especialização de seus patrimônios culturais (J. Steward 1955a; R. C. Owen 1965; M. D. Sahlins 1968).

As instituições do tabu do incesto e da exogamia, atuando como vinculadoras de diversos grupos sociais, contribuíram para aglutiná-los em unidades tribais cooperativas ou, ao menos, não necessàriamente hostis. O intercruzamento resultante dessas instituições permitia capitalizar a criatividade de maiores contingentes humanos através da difusão dos avanços culturais alcançados por cada grupo, para assim criar e preservar um corpo crescente de compreensões comuns (L. White 1949; C. Levi-Strauss 1949). A julgar pelos registros da etnologia, devem-se acrescentar aos referidos procedimentos de vinculação intergrupal alguns outros, como o rapto de mulheres, que podem ter desempenhado um papel importante na difusão de certas técnicas.

Em alguns dêsses núcleos, por efeito da acumulação de observações e de experimentos, através de milênios, surgiram as primeiras formas de agricultura. Estas se iniciam, provàvelmente, pela horticultura de frutos e tubérculos nas áreas tropicais e, nas regiões temperadas e frias, pelo cultivo de cereais, uns e outros anteriormente coletados nos mesmos sítios. Tais procedimentos acabam por fixar-se como um processo produtivo nôvo que, permitindo reordenar intencionalmente a natureza, a colocava a serviço do homem para pro-

ver a massa principal de alimentos vegetais de que carecia (N. I. Vavilov 1926; E. C. Curwen e G. Hatt 1947; Ch. B. Heiser 1965; C. O. Sauer 1952).

A domesticação de animais, surgida em certas áreas, permitiria enriquecer a dieta humana com uma provisão regular de carne e também de leite e peles. Mais tarde, alguns dos animais domesticados proporcionariam uma nova fonte de energia muscular, além da humana, como montaria ou fôrça de tração de arados e carros, multiplicando, dessa forma, a capacidade produtiva do homem e sua mobilidade espacial.

Tal como a agricultura, a domesticação de animais desenvolveu-se progressivamente, a partir de procedimentos ocasionais que familiarizaram o homem com as condições de sobrevivência e de reprodução dos animais. Segundo o testemunho etnográfico, os grupos caçadores têm gôsto em levar para suas moradas, e entregar ao cuidado das mulheres e das crianças, filhotes dos animais que êles caçam, para serem criados como um brinquedo animado. Esta atividade está, provàvelmente, na base da domesticação que, começando pelos cães de caça, se estenderia às aves, porcos e muitas outras crias de terreiro e, depois, a animais de maior porte, criados já em rebanhos, como as renas, os camelos, as ovelhas, os eqüinos e os bovinos, cujas condições de crescimento conduziriam ao pastoreio como atividade especializante.

Supunha-se que o pastoreio surgiu independentemente da agricultura, a partir do encurralamento de reservas de animais obtidos na caça, ou por um processo paralelo àquele que conduziu algumas tribos americanas a redomesticar cavalos e gado bovino trazidos pelos europeus, que se haviam multiplicado astronômicamente em rebanhos selvagens, nas imensas pastagens naturais do Norte e do Sul do continente (Schmidt e Koppers 1924). A ausência de comprovação arqueológica para esta hipótese com respeito ao Velho Mundo torna mais verossímil que o pastoreio se tenha desenvolvido a partir da domesticação de animais por parte de grupos lavradores ao nível de *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas.* Selecionadas as espécies por êsses agricultores, sua multiplicação ulterior — nos terrenos apropriados e à distância conveniente das plantações — conduziria a uma especialização ocupacional crescente. Esta acabaria por diferenciar, primeiro funcional e ocupacionalmente, e em seguida até mesmo ètnicamente, as populações de agricultores e as de pastôres,* bipartindo a condição sócio-econômica dos grupos humanos mais desenvolvidos em duas linhas mercadamente diferenciadas (Gordon Childe 1951).

O efeito crucial da agricultura e do pastoreio na esfera das relações do homem com a natureza foi um enorme incremento demográfico, causado pela relativa fartura alimentar que proporcionou. A fecundidade humana "natural", antes comprimida pelo condicionamento aos ciclos estacionais da coleta, da caça e da pesca, experimenta uma primeira expansão que teria, doravante, não a carência de alimentos como limite principal ao incremento do grupo humano, mas os efeitos letais das enfermidades e outras causas de ordem social que abateriam, periòdicamente, os aumentos mais desbordantes. Esta explosão demográfica processar-se-ia, daí em diante, enquadrada por dois modeladores. Primeiro, a cissiparidade e a expansão horizontal que se mantêm enquanto atua como fator dinâmico a Revolução Agrícola. Depois, a aglutinação e a estamentação vertical que seriam desencadeadas pela Revolução Urbana, conduzindo já os grupos que as experimentaram e se configurarem como novas formações socioculturais.

O primeiro modelador consistiu na tendência, ainda prevalecente, da subdivisão dos grupos, cuja população excedesse certos limites, em novas unidades tribais, em virtude da rudimentaridade da tecnologia e da inaptidão dos sistemas sociais para dar coesão a grupos populosos ou para unificar, num mesmo corpo étnico, muitos núcleos dispersos. As novas técnicas produtivas, conquanto capazes de aumentar o contingente de cada núcleo, eram ainda insuficientes para sedenta-

* O desenvolvimento do pastoreio como ocupação exclusiva só se daria tardiamente, porque exigiria, como condições prévias, o estabelecimento do comércio com grupos agrícolas, bem como a criação e o aperfeiçoamento da metalurgia. Foram identificados restos fósseis de diversas raças bovinas domesticadas na Ásia e no Egito que o faz supor que as tentativas originais de domesticação de gado bovino datam de cêrca de 6 000 a.C. e as das raças eqüinas de 3 000 a 4 000 a.C. (Bibliografia em K. Dittmer 1960).

rizar o homem e para criar grandes unidades sociais extra-familiares. Assim, os primeiros grupos de lavradores e criadores viam-se compelidos a uma vida transumante em busca de terras virgens para os roçados e de pastagens novas para os rebanhos e a subdividirem-se em novas unidades étnicas à medida que crescia sua população.

Como vanguardeiros da nova tecnologia, os povos agricultores e pastôres, divididos em grupos tribais, avançaram sôbre vastas áreas, desalojando suas antigas populações, sempre que estas ocupavam terras agricultáveis ou pastagens naturais. Conformam-se, dêsse modo, em diferentes regiões do mundo, áreas de ocupação agrícola e pastoril cada vez mais extensas, cercadas por contornos marginais. Mais tarde, êsses contornos reduzir-se-iam a meras ilhas, onde grupos de caçadores e coletores continuam vivendo a antiga existência, como povos atrasados na história. Quase todos êles, porém, seriam paulatinamente atingidos pelo processo civilizatório fundado na Revolução Agrícola, tendente a integrá-los também na condição de agricultores ou pastôres.

Aldeias Agrícolas Indiferenciadas e Hordas Pastoris Nômades

As sociedades estruturadas nos dois tipos de formação sociocultural — as Aldeias Agrícolas Indiferenciadas e as Hordas Pastoris Nômades — dedicam-se, essencialmente, à reprodução do seu modo de vida através de economias de subsistência. Mas suas disputas recíprocas e os conflitos com os povos mais atrasados sôbre cujos territórios se expandem já começam a fazer da guerra uma ocupação fundamental, garantidora das suas condições de sobrevivência e de expansão. A unidade étnica, fundada na comunidade lingüística e cultural, já nessa época enseja associações periódicas de muitos grupos locais ou de hordas independentes para ações conjugadas de ataque ou de defesa, começando a gerar, dêsse modo, unidades étnicas mais amplas. A vida e as posses de cada família não dependem, porém, destas uniões eventuais. Ao contrário, elas é que encontram nos grupos de parentesco as unidades estáveis que podem ser eventualmente conjugadas (R. Linton 1936; J. Steward 1955 a).

Nestas circunstâncias, as relações anteriores de mero usufruto dos bens do território pelo qual transitam os grupos pré-agrícolas, como um rebanho, se alteram pela necessidade de defesa coletiva do território de exploração tribal. Ainda não surgira a propriedade territorial como instituição, mas as unidades tribais já se fazem co-possuidoras da terra beneficiada pelo trabalho humano ou das pastagens indispensáveis para os rebanhos, enquanto membros de um grupo coletivamente responsável por sua preservação, como condição fundamental da sua sobrevivência e autonomia.

Tal como as economias precedentes de caça e coleta, estas novas economias agrícolas e pastoris incipientes ainda não ensejam condições de diferenciação de categorias sócio-econômicas capazes de estamentar as comunidades. O grupo étnico inteiro — apenas dividido em famílias e distribuindo as atribuições produtivas segundo o sexo e a idade — devota-se às tarefas de subsistência como um esfôrço coletivo que ocupa igualitàriamente todos os seus membros. O domínio tribal coletivo das áreas de caça, pesca e coleta, estendendo-se, depois, às áreas de cultivo e de pastoreio, permite manter cada família como unidade de produção e de consumo. Nesta etapa não há lugar ainda para a acumulação privada de bens, nem para a apropriação dos produtos do trabalho alheio. Os excedentes alimentares ou de outro tipo — geralmente produto da dadivosidade da natureza em certas quadras do ano — são destinados a gastos supérfluos, com atos de fé, ou ao consumo festivo. Mesmo quando êsses bens são apropriados pelos chefes dos grupos familiares, revertem geralmente à coletividade, após sua morte, ou são transferidos segundo regras de parentesco classificatório que incluem grande parte, senão a totalidade, do grupo local.

Nestas formações, diversas modalidades de organização social baseadas nos sistemas classificatórios de parentesco permitem atender às necessidades de respostas institucionais ao crescimento da capacidade produtiva. Tanto os sistemas bilineares de parentesco, com as respectivas formas de organi-

zação das unidades familiares, quanto os unilineares, tendentes a desdobrarem-se em estruturas clânicas, são suscetíveis de ampliar-se para atender à necessidade de organização de unidades étnicas mais inclusivas. Essa a razão por que malograram as tentativas de correlacionar os modelos de parentesco classificatório com formas progressivas de desenvolvimento sociocultural. Na realidade, êste é um setor em que a amplitude das respostas possíveis aos desafios da renovação do sistema produtivo, ainda que não arbitrária, dificulta sua utilização para a construção de seqüências genéticas (G.P. Murdock 1949; C. Lévi-Strauss 1949, 1953).

A renovação institucional mais assinalável desta etapa encontra-se, provàvelmente, no aprofundamento da divisão de trabalho entre os sexos, que atribui às mulheres as tarefas relacinadas com a semeadura, a colheita e a preparação de alimentos cultivados. Esta nova carga de trabalho reacentua a linha tradicional que já atribui à mulher funções rotineiras e ao homem as tarefas mais cansativas. Assim como a êle cabia antes a caça, agora lhe incumbe a derrubada dos bosques e o preparo dos terrenos para a lavoura. Ambas são tarefas grandemente exigentes, mas episódicas, porque concentradas no tempo, ensejando-lhe oportunidades de refazer-se dos esforços dispendidos em longos períodos de repouso. Às mulheres, todavia, cabem novas tarefas cotidiânas que, como a manutenção da casa, o preparo da comida, a coleta, o cuidado das crianças, exigem um esfôrço continuado e sem interrupções para repouso.

Simultâneamente com esta diferenciação de papéis produtivos surgem crenças e cultos destinados a impor a dominação masculina, que se vira virtualmente ameaçada. Com o apêlo a mitos e ritos — como os do Jurupari entre os grupos Tupi do Brasil, de instituições como a Casa dos Homens e os sistemas de castigos a que ambos estão associados — perpetua-se uma precedência social que já não corresponde ao papel masculino na nova economia dos povos agricultores.

As Hordas Pastoris Nômades não parecem enfrentar êsses problemas, em virtude da relevância do papel masculino no sistema produtivo. Em conseqüência, nelas se aprofunda essa dominância que assume as formas patriarcais mais despóticas. Também nos grupos de economia mista, em que o cuidado dos animais de criação cabe aos homens, a precedência social dêstes se ressalva. Por último, a guerra age também como fator de fortalecimento da precedência masculina dentro das sociedades agrícolas e pastoris, determinando, desde muito cedo, o aparecimento de diferenciações sociais que ampliam e dignificam as antigas formas de chefia, cujas responsabilidades vinham sendo aumentadas. Agora lhes cumpre fazer face aos riscos de saque das safras e dos rebanhos e a condução das lutas pela conquista de novas áreas de cultivo e de pastagens.

Amplia-se, igualmente, na mesma etapa, o número de especialistas no trato com o sobrenatural, que são chamados ao exercício de funções mais complexas, como a salvaguarda do grupo contra variações estacionais e a garantia da fertilidade do solo e das sementes, junto aos povos agricultores, e da saúde e da multiplicação dos rebanhos, junto aos pastôres.

Ainda no curso da revolução agrícola, algumas sociedades experimentam grandes progressos na sua capacidade produtiva, devidos à substituição da enxada pelo arado puxado por animais e ao uso de fertilizantes. A tecnologia geral se enriquece com a descoberta e a generalização da cerâmica, que introduz o hábito de consumir principalmente alimentos vegetais cozidos, e, também, com o surgimento da fiação e tecelagem, que substitui as vestimentas de couro por tecidos de fibras vegetais e animais e enriquece a tralha doméstica com uma multiplicidade de utensílios.

Estas atividades artesanais recairão principalmente sôbre as mulheres, tornando mais penosa sua rotina, que se vira aliviada com a substituição da coleta de frutos e tubérculos silvestres pela produção dos roçados. Ao homem incumbe, agora, menos que caçar e pescar, preparar a terra para a lavoura e cuidar dos animais domesticados. Com isto, o âmbito de circulação espacial rotineiro de cada pessoa vai diminuindo, iniciando-se a tendência à sedentarização, que se acentuará cada vez mais.

Esta nova tecnologia agrícola e artesanal não supõe, ainda, o surgimento de especialistas de tempo integral e, por esta via, a estratificação da sociedade em classes econômicas. O parentesco classificatório continua sendo o sistema funda-

mental de ordenação da vida social e os grupos familiais, bem como as comunidades locais, continuam a ser as unidades operativas e os núcleos de lealdade aglutinadores dos membros de cada sociedade. Todos se dedicam à produção de alimentos e apenas conhecem formas elementares de troca de produtos e serviços. Dentro de cada comunidade local, os novos membros alcançam direitos iguais aos de todos os outros, pelo mesmo processo através do qual aprendem a língua e se tornam herdeiros do patrimônio cultural comum. A qualidade de membro do grupo é que os faz usuários do domínio coletivo sôbre a terra e o rebanho e coparticipantes do esfôrço coletivo de provimento das condições de sobrevivência e de crescimento de sua sociedade. Cada indivíduo sabe fazer o mesmo que qualquer outro; dedica-se a tarefas idênticas — exceto os papéis já diversificados de chefes e sacerdotes — convivendo em um pequeno mundo social em que todos os adultos se conhecem e se tratam pessoal e igualitàriamente.

II

A Revolução Urbana

COM o desenvolvimento da Revolução Agrícola, algumas sociedades foram acumulando inovações tecnológicas que, ao alcançar o nível de uma nova revolução, lhes imprimiram um movimento de aceleração evolutiva que acabou por configurá-las como novas formações socioculturais. Seus motores foram uma acumulação de inovações técnicas que ampliaram progressivamente a eficácia produtiva do trabalho humano, provocando alterações institucionais nos modos de relação entre os homens para a produção e nas formas de distribuição dos produtos do trabalho. Tal se deu sucessivamente em várias regiões do mundo, a partir de diversas condições ecológicas e de diferentes contextos culturais, tanto por efeito da difusão quanto de desenvolvimentos independentes e, mais freqüentemente ainda, pela combinação de ambos.

Em todos os casos, estas sociedades aumentaram o número de plantas cultivadas, aprimoraram as qualidades genéticas destas e revolucionaram suas técnicas agrícolas com a adoção de métodos de trabalho e de instrumental mais eficazes para o preparo do solo destinado às lavouras, transporte e estocagem das safras. Algumas sociedades de economia pastoril ou mista também alcançam os mesmos resultados mediante a seleção genética dos rebanhos e a especialização do criatório para obter animais de montaria e de tração ou para o provimento de carne, de leite e de lã.

As inovações mais importantes da Revolução Urbana consistem, porém, na descoberta das técnicas ainda incipientes de irrigação e de adubagem do solo que, controlando os dois fatôres essenciais da produtividade agrícola, asseguram colheitas cada vez mais fartas. Tal se dá tanto em terras baixas, mediante o contrôle de processos naturais de fertilização do solo pelas enchentes, como em terras altas, através da construção de complexos sistemas de captação e distribuição da água por meio de canais artificiais. Outras inovações fundamentais foram: a generalização do uso do arado e de veículos de roda, ambos de tração animal, bem como de barcos a vela capacitados para a navegação costeira. De modo geral, êsses sistemas de tração e de transporte apresentaram-se juntos no Velho Mundo, mas dissociados na América, onde a ausência de animais domesticáveis de grande porte conduziu o desenvolvimento por outras linhas.

Com base em diferentes combinações desta tecnologia diversos povos revolucionam sua capacidade de produção de alimentos, ensejando o advento das primeiras cidades e, nelas, de novas técnicas de fabrico de tijolos e ladrilhos, a arte da vidraria, a metalurgia do cobre e do bronze, os silos, a escrituração ideográfica, a numeração, o calendário e, por fim, a arquitetura monumental. Gordon Childe (1946) demonstra que êsses desenvolvimentos tecnológicos se concentram no período relativamente breve dos dois milênios que antecederam a 3000 a.C., tendo por isso um caráter nìtidamente explosivo, pelo contraste com a infecundidade criativa dos longos períodos anteriores e dos dois milênios imediatamente posteriores.

As sociedades vanguardeiras desta revolução tecnológica, ampliando a capacidade de produção de cada lavrador, passaram a contar com excedentes de alimentos que permitiram desligar um número cada vez maior de pessoas das atividades de subsistência. Ensejou-se, dêsse modo, o surgimento de formas mais complexas de divisão social do trabalho através da especialização artesanal e do comércio, tanto interno como externo, entre lavradores e pastôres.

Por êste caminho é que os progressos da tecnologia produtiva puseram em ação um segundo modelador da vida social — a estratificação ocupacional — que imporia reordenações tendentes a transformar tôda a estrutura interna da sociedade. A expansão horizontal que, desde muitos milênios, vinha multiplicando etnias começa, então, a ser contida por uma nova orientação reordenativa, no sentido vertical, que enseja o incremento de cada unidade étnica e a fusão de várias delas em entidades cada vez maiores.

Esta reordenação se rege fundamentalmente pelos processos de estratificação social e de organização política que passarão a operar, de então por diante, acionados por sucessivos progressos tecnológicos. Com êles surgem mecanismos de compulsão do aumento da produtividade, de acumulação de riqueza e de concentração desta em mãos de grupos minoritários que, na defesa de seus privilégios, atuam como incentivadores do desenvolvimento econômico. No curso dêsse processo, o sistema produtivo vai-se tornando cada vez mais complexo, exigindo crescente aplicação de recursos em bens de produção. Surgem, simultâneamente, novos modos de ordenação das unidades étnicas, que as tornam cada vez mais diferenciadas, mediante a segmentação interna em estratos sociais contrapostos, embora mùtuamente complementares, no corpo de entidades pluricomunitárias, e mais inclusivas, mediante o aumento das populações aglutinadas nas mesmas unidades etnopolíticas e a incorporação nelas de gente de outras etnias.

Dentro de algumas dessas sociedades de tecnologia avançada, os prisioneiros de guerra já não são sacrificados nos cerimonais de antropofagia ritual, mas apresados como trabalhadores cativos, surgindo, dêsse modo, o escravismo. A presença de escravos tomados a outros povos e despersonali-

zados para serem possuídos como instrumentos de produção afeta profundamente todo o modo de vida dessas sociedades, que deixam de ser igualitárias, ao mesmo tempo que se transformam em comunidades multi-étnicas caracterizadas pela polarização de escravos em contraposição a senhores e em competição com os trabalhadores livres.

Das primitivas comunidades agrícolas igualitárias e das hordas pastoris, fundadas ambas na propriedade coletiva da terra e dos rebanhos e na garantia a cada unidade familiar dos produtos do seu trabalho, passa-se, assim, progressivamente, a sociedades de classe, assentadas na propriedade privada ou em outras formas de apropriação e de acumulação do produto do trabalho social. Umas e outras tornam-se cada vez menos solidárias internamente, porque as relações entre pessoas, antes reguladas pelo parentesco, começam a ser condicionadas por considerações de ordem econômica.

Os motores básicos desta diferenciação social, além da renovação tecnológica, foram a contingência de regular a distribuição, dentro da comunidade, dos excedentes de bens que se tornara capaz de produzir; o imperativo de utilizar o poder de compulsão que se capacitara a exercer sôbre grupos estranhos; e a necessidade de ordenar a vida social interna de comunidades humanas cada vez mais populosas. Êstes desafios comuns apontavam para algumas formas possíveis de ordenação, dentro das quais se foram enquadrando uniformemente as diferentes sociedades. Uma delas era a propriedade privada da terra e o escravismo; outra, a preservação da acessibilidade de todos à terra, combinada com novas formas de ordenação político-religiosa da vida social, que também incentivavam a produtividade e a acumulação de riquezas.

Os progressos técnicos acumulados pelas sociedades que ascendem à economia agrícola superior — pela irrigação artificial e o uso de fertilizantes ou pela utilização de animais para tração de arados e carros — tornam aquêles desafios ainda mais imperativos. O esfôrço por enfrentá-los é que induz, a certa altura, o aparecimento da especialização ocupacional e de formas mais altas de troca de bens e de serviços, bem como o contingenciamento da fôrça de trabalho e, com elas, a diferenciação progressiva dos indivíduos por categorias definidas segundo o seu papel e o seu lugar na produção. Surgem, assim, as classes sociais, diferenciando os produtores das camadas parasitárias de apropriadores dos excedentes produzidos. Estas se concentram, de preferência, nas vilas que começam a configurar-se como cidades, atuando como exatores de impostos ou como intermediários entre os setôres já diferenciados de lavradores e pastôres ou entre todos êles e os artesãos. Também êstes, à medida que se especializam no fabrico de instrumentos de trabalho, de objetos de uso comum e de bens supérfluos, tendem a abandonar as atividades de subsistência alimentar e, por isso, a se concentrarem nas cidades nascentes.

Em algumas sociedades, a propriedade individual de bens, circunscrita originàriamente aos produtos do trabalho de cada indivíduo ou de cada família, se estende, progressivamente, com o aumento da capacidade produtiva, até fazer-se o principal sistema de ordenação da vida social. Acaba por abranger os próprios agentes da produção, os animais de tração, os trabalhadores escravizados e, finalmente, a condição básica da produção agrícola, que é a terra. Dêsse modo, são aumentadas as possibilidades de acumulação de bens e êstes se tornam não apenas mera riqueza concentrada em algumas mãos e consumida de modo ostentoso, mas um instrumento utilizável na produção contínua de mais riqueza.

Em outras sociedades, preservam-se as formas coletivistas de propriedade, geralmente em associação com o desenvolvimento de técnicas novas, como o regadio, e a criação de instituições extrafamiliares reguladoras das atividades produtivas e de integração do artesanato com a agricultura em comunidades auto-suficientes. Nestes casos, a estrutura social pode evoluir para formas mais altas de comunitarismo que, sem apêlo à propriedade privada e à escravidão pessoal do trabalhador, preenchem, por outras vias, os requisitos indispensáveis à expansão étnica e ao progresso sociocultural.

Por todos êsses caminhos criam-se formas de interdependência social que exorbitam da solidariedade meramente familiar e da mutualidade de nível local. Novas tramas de interdependência passam a regular o intercâmbio dos setôres diferenciados destas sociedades: dos produtores de alimentos

com os artesãos especializados e as camadas parasitárias que intermedeiam suas relações ou exercem outras funções sociais. Com base nesta diferenciação configuram-se dois modelos de sociedades, as regidas por princípios coletivistas, fundados na propriedade coletiva ou estatal da terra e em procedimentos não escravistas de contingenciamento da mão-de-obra; e as regidas por princípios privatistas, principalmente a propriedade privada e a escravização da fôrça de trabalho. Estas linhas diferenciadoras, dando lugar a distintas formações socioculturais, devem ser classificadas como dois processos civilizatórios: o primeiro, correspondente ao trânsito de Aldeias Agrícolas Indiferenciadas a *Estados Rurais Artesanais de Modêlo Coletivista;* o segundo, correspondente à configuração de *Estados Rurais Artesanais de Modêlo Privatista,* desenvolvida por evolução interna, desde as aldeias agrícolas, ou através da subjugação destas por Hordas Pastoris Nômades.

Simultâneamente, atuava em certas áreas um terceiro processo civilizatório, fundado nos desenvolvimentos da Revolução Urbana, através do qual algumas Hordas Pastoris Nômades, especializadas na criação e no adestramento de animais de montaria e de guerra, integrando-se na tecnologia metalúrgica, ascendem à condição de *Chefias Pastoris Nômades.*

Os Estados Rurais Artesanais dos dois modelos emergem, efetivamente, com a superação da condição igualitária das sociedades primitivas regulamentadas pelo parentesco e com o surgimento do Estado, que instaura um tipo nôvo de ordenação social baseada nos vínculos cívicos e na estratificação social. Lewis Morgan (1877 e 1880) acentuou esta transmutação, chamando *societas* ao antigo modêlo de vida social, *civitas* ao nôvo. O Estado se configura com a implantação do domínio político sôbre um território, o que coincide com o início da vida urbana.

Nos Estados Rurais Artesanais de modêlo privatista, a escravização assume cunho pessoal e ganha impulso crescente, estimulando guerras de conquista que não apenas expandem o domínio territorial como ensejam a conversão das populações das áreas conquistadas em escravos-pessoais apresados como mão-de-obra tanto para a agricultura como para manufaturas e transportes cada vez mais ativos. Esta nova modalidade de contingenciamento da fôrça de trabalho afeta tanto

os povos subjugados — porque os desenraíza e converte em condição material de vida de outros povos, equivalente ao gado ou a qualquer recurso natural apropriado — quanto os próprios subjugadores, porque lhes impõe modos de vida e de ordenação social opostos aos anteriores, por inigualitários e multi-étnicos.

Introduz-se, assim, um fator dinâmico que passará a reger todo o desenvolvimento social ulterior. As relações do senhor com seus escravos assumem caráter de dominação, impossível de alcançar-se com respeito a qualquer outro bem, e se imprimem sôbre as sociedades que as adotam, transmudando o caráter da sociabilidade vigente entre seus membros que, de igualitária e homogênea, se vai tornando categorial, privilegiando uns e transformando outros em párias.

Com o alargamento das camadas servis e dos estratos correspondentes de amos liberados da obrigação de trabalhar, surge um modo peculiar de vida, sustentado por novos valôres, não mais assentados na virilidade ou na operosidade, mas na riqueza ou no poder. Aos poucos, êsses novos estratos se configuram como uma camada senhorial tendente a exercer domínio, não apenas sôbre seus escravos, mas sôbre a sociedade inteira, a fim de preservar e ampliar sua condição privilegiada.

Nos dois modelos de Estado Rural Artesanal, com a transformação das aldeias em vilas e cidades, emerge um campesinato que progressivamente se diferencia até configurar-se, enquanto camada social e enquanto condição humana, num estrato distinto e oposto aos novos componentes da sociedade, desobrigados das tarefas de produção alimentar. Êstes últimos, concentrando-se nas vilas, as transformam em cidades, cujo núcleo residente se compõe, predominantemente, de artesãos profissionalizados (oleiros, tecelões, vidreiros, metalurgistas e, depois, inúmeros outros) dedicados à produção de bens para troca, e de comerciantes incumbidos do intercâmbio, dedicados à acumulação das safras e dos produtos artesanais. A estas camadas juntar-se-ão, sucessivamente, novos estratos de especialistas — sacerdotes, funcionários, soldados — encarregados de manter a ordem na sociedade ampliada e enriquecida, de defendê-la contra saques tornados altamen-

te atrativos pelo seu enriquecimento, bem como de abrir espaço à expansão étnica sôbre novas áreas e, ainda, de prover massas de escravos para as atividades produtivas. Os conteúdos rural e urbano da sociedade evoluem, desde então, sempre correlacionados, mas crescentemente diferenciados, como duas tradições culturais distintas por seus modos de vida discrepantes.

Na verdade, com a cidade é que surge o próprio campesinato como categoria social anteposta à sua contraparte urbana, como parcelas da mesma sociedade, mùtuamente dependentes para o preenchimento de suas condições de sobrevivência (R. Redfield 1953 e 1956; H. Barnett e outros 1954). Esta nova estrutura societária de rurícolas e citadinos capacita-se a fazer do território, e não da descendência, a base da unidade social e, dêsse modo, a incorporar numa mesma unidade sociopolítica diversas comunidades locais, cujas populações já podem ser muito maiores, cujas origens e identificações étnicas podem ser amplamente diferenciadas e cuja estratificação social pode ser muito mais diversificada.

Um dos reptos principais com que se defrontaram essas primeiras sociedades estratificadas consistiu na necessidade de desenvolver princípios integradores capazes de dar unidade social e coesão moral a suas populações divididas em estratos sociais profundamente diferenciados e contrapostos, a fim de torná-las entidades políticas unificadas e operativas. A fonte básica desta coesão foi encontrada nas velhas tradições religiosas, que para isso tiveram de ser redefinidas, a fim de resignar o pobre com sua pobreza e também com a riqueza dos ricos, a todos permitindo viver e interagir e encontrar gôsto e significação para suas existências tão contrastantes.

Os especialistas no trato com o sobrenatural, cuja importância social vinha crescendo, tornam-se, agora, dominadores. Constituem, não apenas os corpos eruditos que explicam o destino humano, mas também os técnicos que orientam o trabalho, estabelecendo os períodos apropriados para as diferentes atividades agrícolas. Mais tarde, compendiam e codificam todo o saber tradicional, ajustando-o às novas necessidades, mas tentando fixá-lo para todos os tempos. Êste caráter conservador era inarredável à sua posição de guardiães de verdades reveladas, cuja autoridade e cujo poder não se encontravam nêles, mas nas divindades a que eram atribuídas.

Os *xamãs* convertem-se, assim, em sacerdotes e, para atender às novas funções, organizam-se em corpos burocráticos e institucionalizam em igrejas a antiga religiosidade coparticipada. Estas se tornam, em seguida, as principais agências de ordenação da sociedade a partir de centros cerimoniais construídos com crescente magnificência. Sua edificação e manutenção tem dois efeitos cruciais. Primeiro, ao exigir a apropriação de parcelas cada vez maiores de bens e de serviços, proporcionam as motivações de caráter sagrado necessárias para induzir o campesinato a produzir mais do que consumia, assegurando, dêsse modo, uma direção externa ao processo produtivo. Segundo, a necessidade de aliciar temporàriamente trabalhadores das aldeias para a edificação dos templos permite desgarrar massas rurais cada vez mais numerosas para constituir a fôrça de trabalho urbano. Dela selecionam-se os artesãos mais talentosos para a manufatura de jóias, adornos e artigos de luxo destinados ao culto e a outros usos. O govêrno dos homens, que fôra, até então, matéria de lideranças tradicionais, vai-se tornando função de uma classe burocrática diferenciada, na qual a posição de precedência cabe a figuras novas que, fazendo-se divindades viventes, encarnam, conjuntamente, o poder político e o religioso.

Estados Rurais Artesanais e Chefias Pastoris Nômades

Na fixação do paradigma de Estados Rurais Artesanais tivemos em mente dois modelos básicos correspondentes a dois processos civilizatórios distintos. Primeiro, as cidades-Estados que inauguram a vida plenamente urbana, com base na agricultura de regadio e em sistemas sócio-econômicos coletivistas, antes de 4000 a.C. na Mesopotâmia (Halat); entre 4000 e 3000 a.C no Egito (Mênfis, Tebas); na Índia (Mohenjo-Daro, por volta de 2800 a.C.); an-

tes de 2000 a.C. na China (Yang-Shao, Hsia); e, muito mais tarde, na Transcaucásia (Urartu, 1000 a.C.); na Arábia Meridional (Hajar Bin Humeid 1 000 a.C.); na Indochina (Khmer, 500 a.C., Champa, 700 E.C., Annam, 1 000 E.C., Sião, 1 200 E.C.); na Indonésia (Xrividjava 750 E.C., Madjapahit, 1293 E.C.); e, ainda, no Altiplano Andino (Salinar e Galinazo, 700 a.C., e Mochica, 200 E.C.); na Meso-América (Uxmal, 300E.C.); na Colômbia (Chibcha, 1000 E.C.); no primeiro milênio de nossa era no Japão (Jimmu), reiterando-se diversas vêzes (Heian, 782 E.C.; Kamakura, 120 E.C.).

O segundo modêlo é representado pelos Estados Rurais Artesanais de organização privatista, que se exemplificam nas primeiras talassocracias maduras como a Fenícia (Tiro, Sidon, Biblos, entre 2000 e 1000 a.C.); as Minóicas (Knossos, 1700 a. C.) e Micênicas (1700 a. C.), além dos Etruscos (sec. IX a.C.); de Atenas do século VI a.C. e Roma anterior ao século III a.C. A elas podem-se acrescentar, ainda, o Estado Sacerdotal Judaico (1000 a.C.) e os estados que se estruturaram como entrepostos comerciais da Ásia Central (Kushan, 500 a.C.), da Rússia (Kiev e Novgorod, 1000 E.C.). É duvidoso o caráter dos chamados "reinos" africanos fundados aparentemente no escravismo como Ghana (século IX E. C.), Zimbabwe (século X E.C.), Malli (século XII E. C.), Gao (século XIV E.C), Congo (século XV E.C.) e Songhai (século XVI E.C.). Estas formações de amadurecimento mais tardio, tendo ocasião de adotar uma série de desenvolvimentos tecnológicos difundidos por outras áreas, como a metalurgia, e de se impregnarem de valôres de grandes tradições culturais, configuram já de forma distinta sua estrutura de Estados Rurais Artesanais.

O terceiro processo civilizatório provocado pela Revolução Urbana, correspondente à expansão experimentada pelas formações pastoris arcaicas, deu lugar às Chefias Pastoris Nômades. Estas podem ser exemplificadas pelos "povos de areia", como os Hiksos, os Hititas e os Kassitas (1750 a 1500 a.C.), que se lançaram sôbre as civilizações egípcia e mesopotâmia; pelos Ários Orientais (1300 a.C.), por Citas (500 a.C.), Hunos (400 E.C.) e Sakas (120 a.C.) que avançaram em várias ondas sôbre as civilizações orientais; pelos

guerreiros Teutônicos, Celtas e Escandinavos que atacaram a Civilização Romana a partir do século III; e, também, pelos Árabes, Bérberes (600 E.C.), os Tártaros e Mongóis (1200 E.C.) e Mandchus (1500 E.C.) Alguns dêstes últimos, por seu desenvolvimento tardio, tiveram a oportunidade de integrar-se na tecnologia do ferro e de se configurarem como um nôvo tipo de formação sociocultural: os Impérios Despóticos Salvacionistas, no curso de outro processo civilizatório.

A Revolução Urbana, atuando através dos três primeiros processos civilizatórios referidos, que deram lugar àqueles distintos modelos de organização sociopolítica, provocou, além da dicotomização das sociedades em conteúdos rurais e urbanos, a emergência de duas formas divergentes de vida rural: a rural artesanal e a pastoril. Ensejando, embora, em muitas delas, a manutenção de singularidades que continuaram a diversificá-las culturalmente, unificou-as como estilos de vida. Surgem, assim, em oposição a um estilo de vida citadino, dois estilos rurais, o camponês e o pastoril, cujas diferenças culturais passam a ser menos relevantes do que suas semelhanças como estruturas sociais, decorrentes da uniformidade dos respectivos sistemas adaptativos. Êstes é que imprimem, tanto às populações urbanas quanto às camponesas e também às pastoris do mundo inteiro, uma feição comum que sobressai entre tôdas as suas variedades de línguas e de costumes.

Os dois modelos básicos de Estados Rurais Artesanais configuram-se com o surgimento de unidades políticas supracomunitárias, como centros de poder instalados em cidades que dominam populações rurais muito maiores que elas (80 a 90% da população total), dispersas no seu contôrno imediato ou aglutinadas em comunidades camponesas. Estas têm sua vida disciplinada por uma tradição milenar e não experimentam as alterações radicais que se desencadearam sôbre as populações citadinas. Nelas, as unidades familiais e a solidariedade fundada no parentesco continuam representando o papel de princípios ordenadores da vida social; a existência permanece rotineira, marcada apenas pelo suceder das estações, cada uma das quais as obriga a reiterar as mesmas atividades. Homens e mulheres trabalham, sucessivamente, na

lavoura, na criação de animais domésticos e nas indústrias caseiras de fabricação de artefatos. Há pouca margem para a especialização, já que todos conhecem as técnicas produtivas básicas, não obstante atribuídas segundo linhas de sexo e de idade. Tampouco há lugar para a competição aberta ou para o espírito aventureiro e renovador. O que prevalece é antes um profundo sentimento de que a vida é sempre igual, de que a tradição contém todo o saber, de que os bens terrenos são limitados. Ante as populações das cidades, desenvolvem um arraigado sentimento de aversão, fundado na idéia de que os citadinos são incapazes de dedicar-se a um trabalho verdadeiro, vivem da exploração dos camponeses e são os culpados das desgraças desencadeadas sôbre o mundo rural, como as guerras e as pestes (R. Redfield 1953; G.M. Foster, 1964, 1965; E. Wolf 1966).

Nas cidades nascentes começa um estilo de vida voltado para o futuro, pleno de elã expansionista e de ambição, informado por um saber explícito que, conquanto deificador da tradição, permite o cultivo de certo espírito de indagação. Uma mobilidade social maior estimula a competição pelo contrôle das fontes de riqueza, de poder e prestígio, entendidas tôdas elas de modo mais objetivo e enfrentadas de forma prática e combativa. Um desenvolvimento particular é experimentado por algumas destas estruturas, que se especializam como núcleos de traficantes e de guerreiros do mar. São as *talassocracias*. Crescendo, colocam a serviço dos seus centros de poder marítimo vastas populações que passam a dominar ou com as quais comerciam, absorvendo seus excedentes. Algumas destas estruturas alcançam grande desenvolvimento e exercem um papel de dinamização do processo evolutivo só equiparável ao das formações pastoris, como núcleos de difusão cultural que atuam através do comércio e da guerra.

As *Chefias Pastoris Nômades*, condicionadas ao atendimento dos seus rebanhos transumantes, jamais chegaram a sedentarizar-se; apenas desenvolveram uma estratificação incipiente e só raramente diferenciaram conteúdos citadinos. Sua rotina de vida mais uniforme, em núcleos sociais menores e mais isolados, porque dispersos sôbre enormes áreas, bem como seu sistema alternado de trabalho que, por vêzes,

exige grande esfôrço mas proporciona, depois, largas quadras de recuperação, não dão lugar a uma estamentação rígida. A mobilidade que o cavalo ou o camelo lhes asseguram, somada ao espírito aventureiro que desenvolvem, acaba por imprimir a êstes povos pastôres. um estilo peculiar de vida e certas qualidades especiais de agressividade e brio que os fazem, não apenas diversos, mas opostos ao campesinato. Êsses fatôres de diferenciação transformaram as Hordas e, depois, as Chefias Pastoris. Nômades no terror dos povos ruralizados, incapazes de defesa contra seus ataques e, por isso, freqüentemente obrigados a pagar-lhes tributo ou a sofrer saques periódicos e, por fim, a se submeterem a seu domínio, mediante a substituição da antiga camada dominante pela chefia pastoril que os vença e subjugue.

Essas formações pastoris desenvolveram-se na orla dos Estados Rurais Artesanais, como provedores especializados de bovinos para atrelar a arados ou a carros, de asnos para carga, de cavalos e camelos para montaria e para a guerra. A documentação arqueológica comprova que em princípios do segundo milênio antes de Cristo alguns dêstes grupos pastoris já dominavam a tecnologia metalúrgica indispensável à fabricação dos freios dos cavalos e de grande parte de sua tralha de uso comum. Começam, então, a lançar-se sôbre as populações ruralizadas, transmudando-as étnica e socialmente e, mais tarde, sôbre os próprios centros de civilização urbana que antes proviam de animais domesticados ou aos quais serviam como condutores de tropas de animais de carga.

Seu modo de vida, viabilizado por uma economia mercantil lucrativa, fundada na exploração do crescimento natural dos rebanhos e na valorização dos animais através do adestramento, lhes permite uma multiplicação constante do gado e dos pastôres. Seleciona o gado e os homens; a êstes, pelas altas exigências de tenacidade, agilidade e resistência que a lida pastoril impõe, infundindo atitudes senhoriais, bem como ambições de riqueza e domínio que os tornariam, mais tarde, os naturais dominadores dos povos sedentarizados.

Como se vê, a Revolução Urbana não apenas aprofundou as diferenças entre os modos de vida agrícola e pastoril, mas

também os contrapôs um ao outro, da maneira mais drástica. A interação entre estas duas formações teve um papel dinâmico de importância capital na linha evolutiva das sociedades humanas. O elã expansionista e conquistador dos povos pastôres é que compeliu muitas sociedades agrícolas a ascender à condição de Estados Rurais Artesanais, seja pela necessidade de defesa contra seus ataques, seja por efeito de sua dominação por hordas pastoris guerreiras. Esta conjunção teve, ainda, dois efeitos cruciais. Primeiro, porque, conduzindo à constituição de sociedades multi-étnicas, fortaleceu os vínculos políticos em detrimento dos familiares e tribais e permitiu constituir amplas unidades nacionais capacitadas a expandir-se de modo imperialista sôbre vastos territórios, através da subjugação e do engajamento de todos os seus povos em amplos sistemas de dominação econômica e política. Segundo, porque contribuiu, provàvelmente, para o surgimento de sociedades de modêlo privatista, uma vez que, projetando as formas de repartição dos rebanhos sôbre as terras e sôbre as populações conquistadas, pôs em causa a propriedade coletiva dos campos de cultivo, antes coparticipada por lavradores, e, dêsse modo, ensejou sua divisão em lotes de terras e grupos de homens para apropriação pelos conquistadores.

A institucionalização dos Estados Rurais Artesanais faz-se através de duas linhas básicas de ordenação da vida social que atuam simultâneamente e em constante interação uma com a outra: primeiro, a regulação da vida econômica mediante a institucionalização da propriedade privada ou estatal, como um sistema de incentivo à produção de excedentes e de apropriação dêstes por uma camada minoritária; segundo, a institucionalização do poder político através da organização do Estado.

Os exemplos mais expressivos de Estados Rurais Artesanais fundados na propriedade privada e no escravismo pessoal nos são dados pelas talassocracias. Estas surgem e se desenvolvem para a exploração das possibilidades de comércio e de guerra, tendendo a crescer como unidades multiétnicas de ordenação social rìgidamente classista. Suas populações se dividem em categorias de homens livres, de diversas

condições sociais que variam conforme sua riqueza em bens acumulados, escravos e terras, ou sua pobreza e dependência, e numa ampla camada subalterna de escravos composta dos estrangeiros apresados na guerra, mas na qual podem cair os antigos cidadãos livres que perdem seus meios de vida.

O desenvolvimento dêsses Estados de modêlo privatista se deve mais a fatôres externos do que a um processo evolutivo autônomo. Efetivamente, isto seria impraticável sem o amadurecimento prévio das sociedades com as quais puderam comerciar suas manufaturas, para assim viabilizarem-se econômicamente. Um mínimo de desenvolvimento próprio era, porém, indispensável para os tornar capazes de especialização no setor manufatureiro e comercial ou para empreender façanhas como a construção de veleiros marítimos, que exigem a combinação de diversos materiais e uma organização de esforços só praticável numa sociedade ordenada por uma autoridade supracomunitária (F. Cottrell 1958). Seu poderio se amplia paralelamente ao seu enriquecimento, porque com os mesmos veleiros faziam o comércio e a guerra, tanto ofensiva como defensiva, e também porque desenvolveram os primeiros sistemas de exploração colonial-escravista que colocaram a serviço de suas classes dominantes enormes massas humanas escravizadas fora de seus territórios. Através dessa combinação de atividades comerciais, guerreiras e colonialistas, é que estas primeiras sociedades privatistas de traficantes do mar puderam crescer para empreendimentos cada vez mais ambiciosos que as fariam, por fim, uma das principais fôrças destruidoras dos núcleos de civilização que haviam viabilizado sua existência.

Em suas formas mais avançadas, a camada superior destas sociedades privatistas pode chegar a apropriar-se das terras do seu próprio campesinato, reduzindo-o a uma fôrça de trabalho alienada dos seus interêsses e submetida a vontades estranhas. Como o objetivo dêsse domínio é obter lucros pela apropriação dos excedentes produzidos pelo trabalho, o consumo dos trabalhadores tende a ser comprimido até limites extremos. Assim, as potencialidades da nova tecnologia, condicionadas por certas formas de organização social para a produção de bens, acabam por condenar à penúria não apenas estrangeiros escravizados, mas uma parcela crescente da pró-

pria etnia nacional. E o que é mais significativo: a uma penúria que já não decorre de imperativos naturais ou da rudimentaridade tecnológica, mas das formas de organização das relações de produção, ou seja, do poder constrictor de uma camada privilegiada. Esta tendência conduz algumas sociedades a aprofundar o processo de estratificação até atingir a população inteira, dividindo-a numa minoria de proprietários da terra, do gado e dos instrumentos humanos e materiais de trabalho, e numa maioria de dependentes, transformada em classe subalterna, livre ou escrava.

O modêlo coletivista de Estado Rural Artesanal funda-se principalmente na agricultura de regadio e na propriedade estatal da terra, controlada por um poder central de caráter sacerdotal e por sua burocracia, e assenta antes no avassalamento da massa camponesa através da cobrança de tributos e de contribuições em serviço do que na escravização pessoal da fôrça de trabalho. Os Estados dêsse modêlo, embora dedicados também às guerras de conquista para ampliar suas áreas de domínio, nelas não têm uma função permanente, ao contrário dos Estados de tipo privatista que exigem um contínuo suprimento de escravos para operar seu sistema produtivo. Suas camadas dominantes, recrutadas por critérios tradicionais, tendem a preservar um grau mais alto de responsabilidade social para com sua própria população de camponeses e artesãos concentrados principalmente em pequenas aldeias.

Nos passos iniciais do desenvolvimento dêste modêlo de Estado Rural Artesanal coletivista, a organização da produção se faz com base nas instituições tribais de cooperação intercomunal (J. Steward 1955 e 1955 b). Mais tarde, estas tendem a ser substituídas por formas cada vez mais imperativas de conscrição da mão-de-obra por parte do Estado e sua burocracia, que crescem e se fortalecem no exercício das funções de conscrição e de exação, à medida que se alargam os sistemas de irrigação. Êste poderio político, ensejando, a certa altura, o empreendimento de obras cada vez mais ambiciosas, tanto destinadas ao regadio (que fortalece o sistema econômico) como obras faraônicas (que o enfraquecem), conduzem o Estado a um crescente despotismo. Êstes desenvolvimentos já ocorrerão, porém, no corpo de um nôvo tipo de formação e na fase decadente dela.

A estrutura econômica dessas formações coletivistas, não incentivando uma viva competição pelo enriquecimento nos estamentos sociais superiores, poderia levar à etagnação sociocultural. Contra essa tendência, porém, atuam mecanismos próprios de dinamização social, que conduzem também ao aumento da produtividade e à reaplicação produtiva dos excedentes gerados. Nessas sociedades, a tendência ao consumo conspícuo por parte das camadas parasitárias encarregadas de funções públicas como agentes do poder político ou como altas hierarquias sacerdotais e burocráticas e comandos militares enseja também um fomento das atividades de produção de artigos de luxo, de construção de residências e de usufruto de serviços subalternos, à custa de sacrifícios crescentes das camadas despossuídas. Em certos casos, a exploração da massa da população por parte dêsses estratos dominantes se torna tão opressiva que conduz, aqui também, a insurreições camponesas, como a egípcia de 2200 a.C. Entretanto, a circunstância de o principal fator dinâmico assentar-se mais nas disputas pelo poder como a fonte real de tôdas as regalias do que na conquista do enriquecimento pessoal através de atividades produtivas e de intermediação, garante a êsses Estados Coletivistas uma estabilidade social e política muito maior que a das sociedades configúradas segundo o modêlo Privatista.

A outra forma básica de ordenação dos Estados Rurais Artesanais corresponde ao advento do próprio Estado, através de um esfôrço de institucionalização de sistemas de govêrno incipientemente desenvolvidos. Êste esfôrço processa-se como resposta a várias ordens de imperativos. Primeiro, o da preservação da solidariedade grupal e da capacidade de autodefesa em sociedades internamente diferenciadas, em que o destino de cada pessoa se rege, fundamentalmente, por sua posição de classe. Segundo, a manutenção da ordem interna em sociedades tornadas inigualitárais, o que só se torna praticável através da criação de complexos serviços de contrôle social e de repressão. Terceiro, a necessidade de delegar a órgãos centrais funções de planejamento, execução e contrôle de serviços de interêsse coletivo, como a construção e manutenção de redes de irrigação e muitos outros tipos de serviços que se vão tornando cada vez mais complexos e exigentes.

Os Estados têm suas instituições básicas conformadas principalmente pelo tipo de regulamentação da propriedade que orientou sua constituição. Serão principalmente ordenações do poder patronal fundado na exploração econômica nas sociedades de modêlo privatista, baseadas na propriedade privada e na escravidão; e, principalmente, institucionalizadoras do poder patricial fundado nas funções técnico-burocráticas, nas sociedades de modêlo coletivista, que se assentam na propriedade estatal da terra. Ambos são reptados, porém, a cumprir um mínimo de funções gerais de preservação da ordem interna, de defesa externa, de prestação de serviços, de administração e provisão de recursos e, sobretudo, de regulamentação formal da vida social. Suas principais expressões foram alcançadas, nos Estados de modêlo coletivista, através da compendiação das normas sociais em códigos. Esta foi uma tarefa de sacerdotes que se incumbiram de ajustar a tradição às novas exigências da vida social diversificada, estatuindo em textos legais-religiosos a ordem social inigualitária como uma ordem sagrada, cujos preceitos e regras passam a vigorar em todo o âmbito de dominação do Estado.

Nesses códigos encontram-se as expressões mais claras dos objetivos gerais da sociedade, cuja consecução cabe a todos os cidadãos, bem como das metas individuais socialmente prescritas como desejáveis, em têrmos de consentimentos, prêmios e sanções. Nêles se definem, também, as atividades ou condutas recomendadas ou proibidas e os direitos individuais salvaguardados. Estabelecem-se, assim, menos com fundamento na tradição do que nos imperativos da nova estrutura sócio-econômica, as regras gerais dentro de cujo enquadramento se processam a vida social e a competição entre os diferentes estratos da sociedade.

Institucionalizada e garantida pelo Estado, a ordem social inigualitária, que já se implantara espontâneamente nas relações sociais, impõe extremos de riqueza e de pobreza, de poder despótico e de opressão. A igualdade dentro das etnias tribais e a fraternidade familiar ou clânica dão lugar, daí por diante, a mutualidades e interdependências categoriais dentro de uma nova forma de solidariedade — o vínculo cívico — e de um critério nôvo de qualificação social: a estratificação. O primeiro, encarnando a figura étnica do grupo dominante, impõe sua língua, seus costumes, suas instituições e crenças a todos os povos incorporados na órbita de dominação estatal, desatrelando-os de suas próprias tradições para integrá-los na nova sociedade como camada subalterna chamada a uma participção parcial na vida cultural e institucional. O segundo, estratificando a sociedade, torna a condição de classe muito mais determinante do papel e do destino das pessoas do que a condição familiar ou tribal.

O exercício das funções de poder instituidor e mantenedor da ordem social interna e de poder promotor do expansionismo étnico conduz o Estado a ampliar incessantemente seus serviços administrativos, de contrôle social, de repressão e de guerra. Para custeá-los, introduz tributos que consomem parcelas cada vez maiores da produção, ao mesmo tempo que absorve massas crescentes de pessoas em atividades não produtivas, como a guerra, as edificações suntuárias e a burocracia. Simultâneamente, o Estado passa a assumir novas funções antes exercidas por outros órgãos, A justiça deixa de ser matéria privativa da família ou do clã para se tornar atribuição de especialistas. A tranqüilidade social se torna, por igual, objeto das polícias estatais. Por fim, a atividade guerreira, outrora obrigação de todos os homens, passa a ser cumprida por chefes especializados e tropas permanentes, mobilizáveis não só contra inimigos externos, mas, também, contra as ameaças de sublevação das classes subalternas. Êste é um desenvolvimento inevitável nos Estados Rurais Artesanais, coletivistas e privatistas, em virtude da sedentarização dos seus camponeses e da especialização de seus artesãos que, fazendo-os cada vez mais inaptos para a guerra, tornam a sociedade vulnerável aos assaltos das chefias pastoris nômades, ávidas de saque e de domínio. Todavia, o ingresso de comandos militares permanentes no corpo do poder estatal passa a constituir um dos principais fatôres de agitação interna, em virtude das ambições que suscita a existência de um poderio guerreiro autônomo, apto a apropriar-se da máquina do Estado.

Na ordem externa, cumprem ao Estado, como funções básicas, as atividades de defesa e a promoção da guerra, enquanto imperativos de perpetuação do domínio étnico sôbre

seu território e, por conseguinte, da autonomia e da liberdade dos cidadãos, e instrumento de expansão sôbre outros povos. É também o Estado quem garante as condições de estabilidade e ordem indispensáveis ao comércio. Antes de serem alcançadas, é impraticável o comércio entre sociedades distintas, pela ausência de um mínimo de garantias aos mercadores para o exercício de suas funções. Ainda que, no nível tribal, se registrem certas práticas de escambo, o desenvolvimento destas, ao nível de intercâmbio mercantil internacional, exige o estabelecimento de condições básicas de convívio pacífico e de segurança para os mercadores que transportam grande volume de bens, que só podem ter lugar sob a égide de autoridades respeitadas por todos.

A implantação da ordem interna nas primeiras áreas de Estados Rurais Artesanais de caráter coletivista constitui, assim, um pré-requisito indispensável ao desenvolvimento ulterior de sociedades mercantis de base pastoril ou marítima. Os primeiros núcleos da civilização Minóica e Micênica, bem como a Fenícia — que representaram um papel crucial na difusão dos progressos alcançados na Mesopotâmia e no Egito — constituíram, por isso, desdobramentos externos daquelas civilizações.

O papel dos mercadores não foi, porém, meramente passivo neste processo. Em muitos casos, foram êles que forçaram a abertura do comércio, exercendo-o como uma atividade pouco diferenciada da guerra, que oferecia a oportunidade de escambo como uma alternativa ao saque. No plano cultural, o traficante surge, sobretudo nas costas marítimas, como um agente intercultural desenraizado de sua comunidade de origem e capacitado a agir intersocietàriamente. As características de alineação que desenvolvera em sua própria sociedade, como agente parasitário de intermediação entre setôres produtivos, alcançam, agora, um nível de marginalidade. Em suas formas externas, êsse estamento já não guarda lealdades étnico-culturais a grupo algum, senão àqueles que lhe assegurem o exercício de sua função e a garantia da acumulação e fruição dos seus bens.

Nas sociedades em que prevalece a propriedade estatal, o Estado tem como objetivo perpetuar a ordenação social na

forma de uma comunidade de copossuidores livres e iguais, obrigados todos ao cultivo de suas terras, à produção artesanal dentro de unidades auto-suficientes e à produção de um excedente de que o Estado, através de tributos, se apropria. Entretanto, a simples presença de um comando político extracomunitário com funções de direção e de corpos diferenciados de arrecadadores de tributos, de guerreiros e de sacerdotes, tende a romper a estrutura igualitária, diferenciando uma camada dominante, cujas pautas de consumo se enriquecem, exigindo destacar crescentes parcelas da fôrça de trabalho para atendê-las. O Estado se corporifica, neste caso, como um govêrno central permanente, assentado sôbre tôda a sociedade, que opõe uma minoria dominante à massa da população incorporada nas classes de súditos. Esta minoria, chamada a exercer um papel ordenador e capaz de impor-se a todos — porque monopoliza o uso legítimo da fôrça — acaba, também, por quebrar a autonomia da unidade familiar, clânica e tribal, para fazer valer, sôbre tôdas as qualidades, a de súditos de uma entidade política suprema implantada sôbre o território. Êste grupo dominante estatal é recrutado entre os antigos líderes de prestígio fundado na tradição e na guerra e tende a perpetuar e a alargar seus privilégios através da sucessão hereditária nos postos e da educação erudita de sua prole. Consegue, assim, constituir-se também numa camada privilegiada que estrutura o Estado, não como um poder neutro, superior às classes sociais opostas pelo antagonismo de seus interêsses conflitantes, mas como o poder mantenedor dos interêsses investidos, destinado a assegurar às camadas privilegiadas o gôzo tranqüilo e a frutificação de suas regalias. Por tudo isso, também nos Estados do modêlo coletivista se destaca, com tôda nitidez, o círculo dos poderosos, formado pela nobreza hereditária, pelos chefes militares, pelas hierarquias sacerdotais e pela alta burocracia, unidos todos entre si por seu antagonismo ante a massa socialmente indiferenciada, mas sempre em conflito virtual uns com os outros, no esfôrço por ordenar a vida social do modo mais conveniente a cada facção.

Uma vez instituídos, os Estados tendem a uma regulamentação cada vez mais restritiva das atividades sociais em têrmos de preservação dos interêsses dos grupos dominantes.

Contra esta tendência atuam, porém, fôrças mais profundas, advindas tanto da dinâmica da oposição de interêsses das diversas categorias sociais quanto, e principalmente, das inovações tecnológicas que ampliam as fontes de riqueza e de poder. Estas fôrças invalidam sucessivamente as ordenações alcançadas, impedindo o esclerosamento social porque forçam continuamente a redistribuição dos frutos do trabalho ou das oportunidades de exercício do poder e de gôzo do prestígio social entre as camadas dominantes.

Em todos os modelos de Estados Rurais Artesanais, a luta pelo poder entre os corpos diferenciados da camada dominante cria problemas de legitimação formal do regime à base de concepções religiosas, militares ou cívicas, sempre discutíveis pela ambigüidade das tradições contraditórias em que se fundam e por seu caráter de meras justificações do exercício do mando, já conquistado por um dos corpos contra os demais. O certo é que em todos êles se registram as mesmas estruturas básicas de poder classista. Estas, entretanto, variando de acôrdo com o modo de recrutamento e a composição da elite dirigente, tendem a assumir a forma de Estado-Igreja, nas formações coletivistas, e a de democracias patronais-patriciais, nas privatistas; ambas ameaçadas permanentemente de submergir sob ditaduras militaristas.

Os Estados Rurais Artesanais de modêlo coletivista estruturam-se como Estado-Igreja (Leslie White 1959), regidos por monarquias de base tradicional, com forte tendência centralista, que concentram na figura do rei a propriedade nominal da terra, a condução suprema da vida religiosa (freqüentemente pela identificação do soberano com a própria divindade), o comando superior da guerra e a direção da máquina burocrática de arrecadação e de serviços. Sua organização é bàsicamente de castas, porque, dentro desta estruturação, os corpos sociais que mais se diferenciam e impõem são a aristocracia real, o sacerdócio, as chefias militares e a burocracia, todos tendentes a recrutar seus membros por critérios hereditários que os transformam em castas privilegiadas e propensas, também, a tornar a condição camponesa e artesã igualmente hereditária.

Uma configuração militarista do Estado estrutura-se mais tardiamente com o predomínio de uma hierarquia guerreira

que se impõe despòticamente sôbre seu próprio povo ou sôbre povos dominados, nos Estados de modêlo tanto coletivista como privatista. Os Espartanos oferecem um exemplo extremo dêste modêlo desenvolvido nos quadros de uma economia escravista. Outros exemplos são os diversos Estados fundados através da conquista de sociedades agrícolas por chefias pastoris, como o período de domínio Hikso sôbre o Egito ou os Estados Kassita e Hitita da Mesopotâmia e, ainda, os domínios impostos a diferentes regiões da Índia por ataques de povos pastoris, bem como diversas sucessões dinásticas exercidas por chefias mongólicas na China.

Uma terceira configuração de desenvolvimento ainda mais tardio é representada pelas cidades-Estados de organização democrática, como as gregas e romanas dos períodos iniciais, em que um patronato escravista integrado por mercadores, latifundiários e empresários de *ergasterions** participa na formação e na condução dos órgãos de poder político. Estas sociedades de modêlo privatista, propiciando maiores oportunidades de ascensão social ao empresariado de comerciantes e à oligarquia rural de grandes proprietários escravistas, alargam o estrato dominante e ensejam o desenvolvimento de instituições democráticas. Embora circunscrita ao âmbito patricial esta estruturação política se opõe, como modêlo, ao caráter centralizador dos Estados-Igreja e das dominações militaristas e enseja a substituição dos critérios hereditários de recrutamento dos membros dos corpos dominantes por procedimentos mais igualitários e competitivos. Tais estruturas mais democráticas de poder jamais alcançaram a estabilidade dos outros modelos e tenderam tôdas a degenerar em tiranias. Assentando-se na oposição irredutível entre estreitas camadas de cidadãos-proprietários livres e a plebe, que mesmo quando livre já não é igual, e a escravaria, nem livre nem igual, viram-se compelidas a criar instituições formais de contrôle social e de repressão que, fortalecendo as tendências militaristas, as conduziram a regimes ditatoriais.

Combinam-se, dêste modo, um despotismo essencial — exercido por tôda a classe dominante sôbre a massa escrava e sôbre camadas livres mas empobrecidas e por isso alienadas socialmente — com uma democracia de participação li-

* Ver pág. 110.

mitada ao extrato patronal-patricial ou com uma tutela militar exercida em nome dêsse patriciado. Os traços mais característicos de tais sistemas políticos decorrem da ausência de uma dominação sacerdotal e de uma estamentação em castas e do desenvolvimento de camadas médias entre as populações urbanas que, assegurando mais amplas oportunidades de especulação intelectual e de debate, estabelecem condições propícias para que intelectuais e artistas exerçam mais livremente suas atividades criadoras.

Todos êsses tipos de ordenação da vida política agem como um poder condicionador do progresso social, tendente a tudo subordinar aos objetivos de dominação dos grupos dirigentes. A expansão da produtividade, que se vinha experimentando desde o alvorecer da Revolução Urbana, em conseqüência de contínuos progressos tecnológicos, passa a ser condicionada, de então por diante, aos imperativos da preservação dos interêsses investidos, ou seja, da manutenção da riqueza dos ricos e da sua contraparte necessária, a pobreza geral. Tanto a disponibilidade de grandes massas de mão-de-obra submetidas à vassalagem generalizada no modêlo coletivista de Estado, como as disponibilidades de escravos apresados na guerra, no modêlo privatista, desestimulam a renovação tecnológica. Por isso é que os progressos alcançados nos dois primeiros milênios anteriores a 3000 a.C. foram tão maiores que os experimentados nos dois milênios posteriores (Gordon Childe 1946, 1960; S. Lilley 1957).

Vemos, assim, que os progressos da Revolução Urbana, embora potencialmente mais libertários pela promessa de fartura com que acenavam, representaram para a maior parte das populações humanas a condenação à escravidão ou à vassalagem, desconhecidas antes. Difundiram-se, não como meras descobertas técnicas livremente adotáveis por qualquer povo, mas como fôrças de dominação externa controladas pelas sociedades que primeiro se integram na nova tecnologia e primeiro experimentam sua ação renovadora. Em cada sociedade de economia agrícola ou rural-artesanal, somaram-se, ao incremento demográfico tornado possível pela disponibilidade de alimentos, novos contingentes, pela integração no corpo social de pessoas desalojadas de outros po-

vos através da escravização e a ela incorporadas por meio da deculturação e da assimilação.

Através dos diversos processos civilizatórios desencadeados pela Revolução Urbana — tal como já ocorrera com a Agrícola — cumpriu-se a redução da miríade de povos tribais diversificados em micro-etnias, cada qual com sua língua e cultura peculiar, a um número mais reduzido de etnias, correspondente a unidades políticas mais populosas. Em outros têrmos, as fôrças libertárias da nova revolução tecnológica não atuaram nos quadros étnicos das velhas formações tribais, mas através de configurações étnicas que ela própria gerou, ao demolir as antigas estruturas.

Estas etnias, alargadas como Estados expansionistas, entrando em conflito umas com as outras, dão lugar a novas ordenações étnico-nacionais que projetam sôbre áreas cada vez mais amplas seu poderio, suas línguas e seus costumes, juntamente com a nova tecnologia produtiva. Depois de alcançar certo grau de expansão, mediante o domínio de diversos povos, essas etnias alargadas acabam sendo abatidas pelo ataque de alguns dos povos que subjugaram, os quais, por via da própria dominação, haviam assimilado a nova tecnologia e amadurecido para a independência. Sucedem-se "idades obscuras" ou protofeudalismos em que as relações mercantis e os vínculos de suzerania se interrompem e cada população volta a reconstituir pacientemente seu próprio *ethos* até que uma delas consiga alçar-se sôbre as demais, iniciando nôvo ciclo expansionista, ou que a emergência de um nôvo processo civilizatório permita interromper êsses movimentos reiterativos, gerando novas formações socioculturais.

Nos dez milênios em que vem atuando a Revolução Agrícola, e nos seis mil anos que já dura a Revolução Urbana, elas acabaram por afetar todos os povos. Mesmo os grupos marginais que resistem, ainda hoje, à integração nos estilos de vida por elas criados, sofreram profundamente seus efeitos reflexos.

SEGUNDA PARTE

As Civilizações Regionais

III

A Revolução do Regadio

Apesar de suas imensas potencialidades, a Revolução Urbana apenas propiciou, durante os primeiros milênios, a criação de Estados locais em disputa que se sucediam nas mesmas áreas, incapazes de dar forma e estabilidade a uma civilização regional. Seus círculos concêntricos ainda se expandiam sôbre os espaços culturais pré-agrícolas e de agricultura incipiente, quando uma nova revolução tecnológica entra em curso e cristaliza uma nova formação, capacitada a constituir as primeiras civilizações regionais.

Tal se dá com o desencadeamento da *Revolução do Regadio* que provê as bases tecnológicas dos *Impérios Teocráticos de Regadio,* que surgem primeiro na Mesopotâmia, com os Impérios Acádio (2350 a.C.) e Babilônico (1800 a.C.); no Egito, com o Império Médio (2070 a.C.) e com o Império Nôvo (1750 a.C.); na Índia, com os Impérios Maurya

(327 a.C.) e Gupta (320 E.C.); na China, com as dinastias Chou (1122 a.C.), Chin e Han (220 a.C.), Tang (618 E.C.), Ming (1368 E.C.) e Ching (1644 E.C.); na Indochina, com o Império da Cambódia (600 E.C.). Mais tarde, estruturam-se nas Américas com os Maya (300 E.C.) e, finalmente, com os Inca e os Azteca, que o conquistador espanhol ainda encontrou pujantes e ràpidamente esmagou.* O Japão emerge também para a civilização no corpo de uma formação teocrática de regadio, inspirada no modêlo chinês, com Tokugawa (1603 E.C.).

Seus requisitos tecnológicos, institucionais e ideológicos, que se vinham acumulando, havia muito, nos Estados Rurais Artesanais de modêlo coletivista, configuram-se plenamente como civilizações baseadas na agricultura de regadio, através de complexos sistemas de comportas e canais, regidos por centros urbanos que, a seguir, se tornariam metropolitanos, como cabeças de extensas redes de cidades.

Alguns dêsses processos civilizatórios brotaram de gestação autóctone, cumprida passo a passo, como parece ter ocorrido na Mesopotâmia e nas Américas. Outros podem ter surgido da fecundação de um velho contexto cultural pela adoção de inovações tecnológicas e institucionais originalmente desenvolvidas em diferentes lugares. Em qualquer caso, todos se configuram como formações socioculturais tão radicalmente diferenciadas das anteriores e das posteriores que só podem ser compreendidas como uma nova etapa da evolução humana ou como o fruto amadurecido de uma nova revolução tecnológica, a do regadio.

Algumas destas civilizações brotaram da gestação de descobrimentos técnicos e institucionais desenvolvidos depois da sedentarização das comunidades agrícolas e de sua estruturação em sociedades estratificadas. Dentre êles tiveram papel decisivo os sistemas de engenharia hidráulica que abriram novos horizontes à agricultura irrigada e adubada, dirigidos por governos centralizados, que propiciaram um prodigioso acréscimo da produtividade das áreas cultivadas, com o aumento correspondente dos excedentes alimentares. Estas disponibilidades não sòmente ensejaram novos ascensos demográficos, mas permitiram a manutenção de grandes massas desobrigadas das atividades de subsistência, aliciáveis para outras tarefas, que variavam desde a construção de grandes obras hidráulicas necessárias à irrigação em alta escala até a edificação de obras faraônicas e as guerras de conquista. Suas contribuições tecnológicas fundamentais, além da engenharia hidráulica em que se assentava a agricultura de regadio em alta escala, foram a generalização da metalurgia do cobre e do bronze e a cerâmica, a invenção dos azulejos, de novas técnicas e novos materiais de construção, de novos procedimentos baseados na polia, na prensa e nos cabrestantes e, ainda, o desenvolvimento da escrita ideográfica e da notação numérica. Estas invenções, em combinação com outros elementos, conduziriam algumas sociedades humanas a avanços revolucionários, na linha da aceleração evolutiva, e, em outras, provocariam as mais profundas alterações reflexas, por via da atualização histórica.

O provimento das matérias primas, sobretudo minérios, tornadas indispensáveis, levou os Impérios Teocráticos de Regadio a melhorar as técnicas de transporte por terra e por mar e impôs vínculos externos em que se combinavam e alternavam a guerra e o comércio. As manufaturas instaladas no campo e nas cidades se padronizaram e, em alguns casos, se orientaram para a produção mercantil. Onde a metalurgia se difundiu mais amplamente, a guerra passou a fazer-se com armas de metal e com carros de rodas reforçadas. O comércio, exigindo formas mais elevadas de troca, ensejou o surgimento, em certas áreas, da moeda metálica.

Impérios Teocráticos de Regadio

No plano sociopolítico, esta nova formação caracteriza-se pelo poderio alcançado pela organização estatal, grandemen-

* Os Maya, como os Khmer, são incluídos aqui pela presença, em ambos, de obras de contrôle das águas. Todavia, nenhum dêles desenvolveu uma agricultura de regadio comparável à dos demais, em parte pelas peculiaridades ecológicas das zonas tropicais onde estas duas civilizações floresceram. Êste mesmo caráter tropical e a disponibilidade de madeiras e outros materiais de construção perecíveis é que explicam o contraste entre suas majestosas edificações de centros cerimoniais e a "pobreza" de suas cidades, carentes ou pobres de edifícios de moradia, capazes de deixar testemunho arqueológico.

te centralizada e poderosamente integradora de tôdas as fôrças de compulsão social, o que não ensejava qualquer oposição de interêsses que lhe fôsse inibitória. Tal concentração de fôrças foi atingida pela unificação, dentro de uma mesma entidade, dos contrôles políticos e militares, bem como da capacidade reguladora e integradora da religião, e, ainda, pela monopolização das atividades produtivas e comerciais. Por êsse motivo, em tais formações não surgem igrejas independentes, nem empresariados privatistas que se oponham ao poder central. Ao contrário, todos se unificam nêle, cada qual contribuindo com elementos de integração e fortalecimento do seu domínio.

Armados dêsse poder monolítico, os Impérios Teocráticos de Regadio se capacitam a alargar as bases de sua economia interna através da ampliação portentosa dos sistemas de irrigação e de defesa contra inundações e da construção de enormes obras hidráulicas, a fomentar o crescimento das cidades através de programas de urbanização e da construção de aquedutos, diques e portos e, ainda, a edificar gigantescos templos, palácios e sepulcros, bem como amplíssimas redes de caminhos, monumentais muralhas defensivas e enormes canais de navegação.

A base econômica dessas estruturas imperiais era a apropriação das terras cultiváveis pelo Estado teocrático e o desenvolvimento de complexos sistemas administrativos de contrôle da fôrça de trabalho.

A primeira condição foi alcançada mediante a atribuição ao Faraó, ao Inca ou seu equivalente, enquanto divindade viva, da propriedade nominal de tôdas as terras. Isso permitiria intervir na rotina de trabalho dos camponeses e regular a sucessão hereditária, de modo a fomentar a produtividade e criar procedimentos regulares de apropriação, depósito e distribuição dos excedentes. Dentro dêsse sistema, as terras de cultivo permaneceram entregues em usufruto às comunidades locais, sem a intermediação de proprietários individuais. Mas se conseguiu romper com a auto-suficiência das aldeias camponesas e transformá-las em parcelas ativas de um sistema econômico global.

A segunda condição foi preenchida com a criação de formas complexas de contrôle da totalidade da fôrça de trabalho e de sua direção na realização de grandes obras através de um vasto corpo sacerdotal, tendente a estruturar-se como uma burocracia gerencial. A envergadura dos empreendimentos estatais e a complexidade técnica dos mesmos obrigaram êste corpo burocrático a especializar-se e, em certa medida, a secularizar-se, de modo a capacitar o pessoal necessário ao planejamento e à direção das obras de engenharia hidráulica, rodoviária e construtiva, à implantação de sistemas uniformes de pesos e medidas, de tributação, de medição e alocação de terras de cultivo, de recolhimento de excedentes de alimentos e sua distribuição, à criação de procedimentos contábeis de registro de bens e de sistemas de conscrição e capatazia da mão-de-obra, ao exercício monopolístico do comércio exterior para o suprimento de certas matérias-primas, como minérios, madeiras, sal, além da implantação de instituições educacionais de transmissão formal do saber tradicional e também do técnico-científico.

Êste desenvolvimento organizacional fêz crescer, ao lado da nobreza hereditária e dos corpos sacerdotais que originalmente se haviam incumbido destas tarefas, um vasto corpo de servidores do Estado. Seu recrutamento, que de início devia proceder-se pela seleção de talentos, tendeu, depois, a circunscrever-se ao mesmo círculo social, em virtude da atuação de dois fatôres: primeiro, a necessidade imperativa de capacitação dos corpos técnico-burocráticos através da educação formal; segundo, os impulsos de defesa dos privilégios e direitos adquiridos por parte das camadas dominantes. A burocracia foi-se fazendo, assim, uma casta, pela sucessão dos filhos aos pais nos mesmos postos, mediante o adestramento seletivo e a crescente vinculação com a nobreza e com o clero, bem como pela oposição de interêsses entre todos êsses estratos e o conjunto da população.

Um outro elemento organizacional dos Impérios Teocráticos de Regadio foi a profissionalização de uma camada guerreira tornada indispensável para compensar a debilidade combativa das populações agrícolas sedentarizadas e, sobretudo, a vulnerabilidade dos sistemas de rêgo em face de ataques ex-

ternos. Mais tarde, êsses corpos militares profissionais já não se voltam apenas para a defesa contra invasores e para a repressão interna, mas para as guerras de conquista. Êsses exércitos, mesmo quando recrutados nas antigas camadas dominantes, já não se identificavam como um estrato indiferenciado dos demais (aristocratas, sacerdotes e burocratas), mas como uma entidade nova, apta a disputar o poder nas áreas conquistadas e, mais tarde, até mesmo no próprio centro imperial. Em conseqüência, torna-se intrìnsecamente subversiva, porque as estruturas de poder que compõe não dependem ùnicamente da fonte tradicional de legitimação do mando — que é de natureza religiosa — mas do simples uso da fôrça. Sua presença faz com que a ambição de saque que antes animava as sociedades marginais — pastoris e navegantes — contagie também os grandes centros de civilização.

Desencadeia-se, assim, um expansionismo fundado na capacidade dessas sociedades ricas de mobilizar e armar grandes exércitos, mas destinado, não a preencher suas condições de existência, senão a canalizar e atender às ambições de mando, de riqueza e de prestígio de uma camada funcionalmente diferenciada (J. Schumpeter 1965). Com êsse expansionismo sobrevém uma série de tensões dentro da classe dominante e problemas econômicos internos, conducentes à acentuação do despotismo.

Em certas circunstâncias, o surgimento do militarismo expansionista pode ser explicado por pressões internas, de ordem demográfica, decorrentes da escassez de recursos para atender a uma população crescente. Em outros casos, que parecem ser os mais freqüentes, o militarismo surge como uma pauta de conduta advinda da subjugação dos impérios por sociedades mais aguerridas que, ao integrar a classe dominante no período de restauração, lhe imprimem seus antigos corpos de valôres (J. Steward [ed.] 1955). Isto é o que parece ter ocorrido com os Impérios Teocráticos de Regadio que se sucederam na Mesopotâmia e no Império Azteca, ambos convulsionados por um militarismo extremado. Quando o poder teocrático cede lugar ao militarismo, ou com êle se associa, tende a agravar-se o despotismo, pela necessidade de impor à população uma economia de guerra que exige maiores sacrifícios a todos. Nestas condições, anula-se

também nas camadas dominantes dos Impérios Teocráticos de Regadio o sentido de responsabilidade social em relação às populações subalternas, que assegurava a cada camponês e até mesmo ao cativo certo grau de autonomia quase equivalente à liberdade, em comparação com as formas escravistas pessoais de submissão da fôrça de trabalho a proprietários individuais que se assenhoreavam das terras e dos homens.

Nos Impérios Teocráticos de Regadio, o camponês, permanecendo, embora, jungido à terra e obrigado a sofrer a extorsão dos excedentes que produzia, só encontrava acima dêle, como estrutura dominante, a própria comunidade solidaria dentro da qual vivia; e, num segundo plano, a burocracia real representada por agentes apropriadores dos excedentes de produção, através da cobrança de tributos ou formas similares de captação de bens e de imposição de serviços forçados. Entretanto, mesmo essas formas de apropriação e de conscrição encontravam certa justificativa social, porque não se destinavam ao enriquecimento de um senhor, mas, em grande parte, ao custeio de serviços públicos fundamentais, a cargo do poder central, como a construção e manutenção dos enormes sistemas de irrigação, de barragens e canais, da rêde de transportes, da produção de instrumentos de trabalho, do comércio de matérias-primas e da guerra. O próprio luxo da camada dominante era extraído das sobras dessas apropriações e constituía a forma de ressarcimento, aos nobres, sacerdotes, chefes militares e burocratas, pelos serviços que prestavam como encarregados do exercício de funções sociais explìcitamente definidas como contribuições à manutenção do sistema global (K. Marx 1966).

Mesmo quando aliciados para a edificação de obras faraônicas, como os templos e as pirâmides, o camponês e o artesão estavam contribuindo para o culto a valôres, crenças e glórias que também para êles tinham sentido. Os próprios cativos trazidos de terras longínquas para trabalhar nessas obras podiam viver juntos, criar seus filhos e preservar a língua e os costumes que fôssem compatíveis com a nova vida. O cativeiro dos judeus no Egito mostra-nos que estas massas avassaladas não se inseriam no sistema como

propriedade de senhorios individuais, mas como povos vencidos e subjugados a um poder estatal que poderia libertá-los amanhã ou fixá-los em novas terras e assim integrá-los ètnicamente como parte do campesinato e dos corpos de artesãos e soldados da macro-etnia imperial. Todavia, a situação dos cativos concentrados nas minas e nas edificações ciclópicas, ainda que distinta do escravismo individual, era a da sujeição mais despótica.

O aliciamento dessas grandes massas humanas para o trabalho produtivo deve ter sido facilitado pelo próprio caráter do Estado-Igreja, polarizado em tôrno de reis-divindades que outorgavam ao clero uma soma extraordinária de funções sociais, políticas e econômicas e atuavam em nome dos valôres mais transcendentes. Com base na autoridade de porta-vozes de uma regência sagrada, os sacerdotes podiam compelir as massas trabalhadoras a produzir excedentes, ao pagamento de tributos e ao provimento de mão-de-obra para grandes empreendimentos públicos, com maior eficácia do que qualquer outro setor da sociedade.

Um exemplo do desenvolvimento extremo dessa atribuição aliciadora e coordenadora dão-nos os templos egípcios. Um dêles, ao tempo de Ramsés III (1198/1167 a.C.), atuou como uma vastíssima emprêsa financiadora e administradora de um enorme patrimônio produtivo. Contava com 750 mil acres de terras cultiváveis, 107 mil cativos engajados no trabalho, 500 mil cabeças de gado e uma frota de 88 navios, além de 53 fábricas e estaleiros (L. White 1959:326). A êste papel econômico dentro do sistema egípcio, a igreja acrescia outras funções gerais, como as de reguladora da vida social através de corpos de normas que atingiam todo indivíduo. Ela é que prescrevia e celebrava os ritos que marcavam sua existência, do nascimento à morte e para além dela e que compunha e executava o calendário de atividades religiosas e produtivas. Era ainda ela que dirigia as instituições educativas que preparavam seu próprio corpo sacerdotal e os quadros superiores dos outros estratos dominantes. Somando a seu poderio econômico e às suas funções reguladoras o seu caráter de intermediária entre o mundo dos vivos e as fôrças sobrenaturais, a igreja alcançava um extraordinário poder de compulsão e

de disciplinamento. Fundida com o Estado, formava uma entidade política monolítica e todopoderosa.

O aspecto mais negativo dessa forma de ordenação da sociedade era o seu custo, representado pela manutenção do corpo sacerdotal parasitário, a edificação de templos e, sobretudo, das tumbas reais que absorviam a parcela maior do excedente produzido pela sociedade inteira. Avalia-se que a edificação da pirâmide de Cheops tenha ocupado 100 mil trabalhadores durante cêrca de vinte anos. Sua alimentação e vestimenta, mesmo no padrão mais baixo, ao nível do desenvolvimento tecnológico egípcio, deve ter absorvido a capacidade de produção de excedentes de cêrca de três milhões de camponeses.

Conforme vimos anteriormente, já os Estados Rurais Artesanais haviam criado cidades diferenciadas das aldeias predominantemente camponesas, por suas funções de centros das atividades político-administrativas, militares, religiosas e mercantis. Com os Impérios Teocráticos de Regadio, porém, algumas destas cidades alcançam categoria de metrópoles como capitais políticas de impérios em expansão, que as transformam em cabeças de amplas redes urbanas dispersas por vastos territórios e em poderosos centros de criatividade cultural e de difusão das grandes tradições culturais de cada civilização.

Suas populações crescem e se diversificam, tanto ocupacionalmente, pelo desdobramento das especializações funcionais, quanto ètnicamente, pela coexistência entre gente originária de diferentes povos. Suas antigas funções ganham também uma nova dimensão, ao se fazerem grandes centros imperiais de comércio, vinculados a extensas áreas, das quais trazem matérias-primas e artefatos e para as quais exportam moedas e manufaturas, e, também, núcleos difusores de uma nova tecnologia mais avançada e de uma tradição cultural formalizada.

Nessas grandes metrópoles cosmopolitas, as camadas diferenciadas de intelectuais — quase sempre sacerdotes — acrescentam à cultura societária, já bipartida num patrimônio rural e outro citadino, um conteúdo nôvo, de caráter erudito, mais especulativo e já capaz de desenvolver um corpo de conhecimentos explícitos distintos do saber vulgar,

transmitido oralmente entre a população comum. Por seus esforços desenvolveram-se a escrita, as matemáticas, a astronomia, bem como, pela fusão do saber erudito com as técnicas correntes de produção, a arquitetura monumental, o aprimoramento da metalurgia do cobre e do bronze e, mais tarde, do ferro. Os artefatos de metal, que já eram um progresso em si — espadas, pontas de arado, ferragens de rodas e eixos — passando a ser utilizados como ferramentas, possibilitam a fabricação de todo um complexo de bens materiais, como as pirâmides, os templos, os palácios, as casas, os barcos, os moínhos, etc.

Algumas civilizações urbanas fundadas na agricultura de regadio sobreviveram por milênios, constituindo, por isso, as formações mais estáveis que a história conheceu. Contando com menor número de fatôres dissociativos internos, em virtude das características estamentais de sua estratificação social, puderam perdurar por longos períodos através de fases cíclicas de ascensão e decadência. O alto grau de integração de suas culturas e a centralização de suas instituições sociopolíticas assegurava à população uma forte coesão social e uma solidariedade orgânica. Seu poder central, embora tendente ao despotismo, tirava sua fôrça do caráter social e necessário das funções econômicas que exercia como construtor de grandes obras públicas, como monopolizador da produção e do comércio, e também da soldadura que alcançou, num mesmo corpo, da ordem política com a religiosa, através da teocracia.

Duas tendências dissociativas manifestam-se, porém, nessas formações. Primeiro, o custo econômico da vasta camada parasitária, tendente a ampliar-se e a enriquecer pela acumulação de regalias, na forma de concessões de terras e de trabalhadores para exploração privada ou de atribuição a indivíduos do monopólio de certas atividades econômicas, sobretudo as comerciais, e, ainda, o crescimento dos gastos suntuários nos atos de fé, como a construção de templos e pirâmides. Segundo, o desenvolvimento do militarismo, que fortaleceu um componente societário capaz de impor sua hegemonia sôbre os demais e tendeu a deformar o sistema econômico pela expansão do poderio imperial sôbre áreas não exploráveis pela tecnologia do regadio, mas cuja posse era cobiçada pela existência de minérios ou para provimento de mão-de-obra cativa ou de tributos.

Ambas conduziram os sistemas teocráticos de regadio à decadência, por minarem as bases mesmas de sua estruturação social. A deterioração burocratizante é exemplificada pelos Inca, pela Índia e pela China, onde surgem tendências à reconstrução da economia em linhas privatistas por parte da nobreza e da burocracia. A militarista se desenvolveu especialmente na Mesopotâmia e em menor medida no México, mas ocorreu em todos os impérios, a certa altura do seu desenvolvimento, gerando tensões que contribuíram decisivamente para seu enfraquecimento e quebra diante do ataque de povos marginais.

Assim é que, uma vez atingido certo nível de desenvolvimento e de exploração do seu contexto, estas formações monolíticas caíam tôdas em regressões feudais. Para tanto contribuíram ainda vários outros fatôres, como o esgotamento das potencialidades da tecnologia de regadio sôbre terras superexploradas, o desestímulo de empreender inovações técnicas em virtude da disponibilidade quase ilimitada de mão-de-obra e a carência de inquietações intelectuais ou o seu cerceamento pelo pêso das tradições religiosas estatizadas, que faziam da intelectualidade um corpo de guardiães do saber sacramentado, só muito raramente capaz de criatividade.

Minados por êsses efeitos dissociativos, os Impérios Teocráticos de Regadio, após atingirem aos cumes de progresso, entraram em regressão feudal, abatidos pelas disputas no âmbito das camadas dominantes tornadas hereditárias, pelas guerras intestinas e, finalmente, por ataques externos que os prostravam através de séculos de feudalização, da qual apenas podiam ressurgir para a reconstituição das antigas formas, num esfôrço exclusivamente restaurador.

Os ataques externos são uma constante em todos os casos de desmoronamento das estruturas imperiais de regadio, mas atuaram, provàvelmente, como um fator adicional sôbre civilizações levadas já à decadência por um complexo de causas dissociativas de caráter econômico-social e cultural. Seu efeito crucial foi sempre a perda da integração macro-étnica e da capacidade de autodefesa de sociedades cujas classes

subalternas, vendo-se despojadas de tantas de suas instituições solidarizadoras e conscritas a um sistema de produção cada vez mais despótico, deixavam de identificar-se orgânicamente com as camadas dominantes e se tornavam suscetíveis de sucumbir, quase sem luta, ante ataques externos. Esta reação passiva constituiu,provàvelmente, uma forma de resistência ou ao menos de protesto das camadas subalternas contra a opressão a que eram submetidas.

A civilização egípcia foi abatida, primeiro, pelos cavaleiros Hiksos, conseguindo reestruturar-se, depois, sob o comando da chefia vitoriosa. Mais tarde, já como Império Nôvo, sucumbiu ao ataque dos Aqueus, Líbios e Núbios, que submergiram tôda a região numa regressão feudal de que jamais conseguiu recuperar-se (Gordon Childe 1934; L. White 1959; R. Turner 1963).

As civilizações de regadio da Mesopotâmia tiveram uma existência ainda mais agitada, sofrendo sucessivos ataques de grupos Ários, Kassitas e Hititas, Citas e, finalmente, dos Medos e Persas. Restauraram-se várias vêzes após êsses ataques e os mergulhos correspondentes no feudalismo. Sob cada nova chefia estrangeira experimentaram profundas transformações étnicas, mas conservaram sempre as bases tecnológicas e os mesmos princípios estruturais, até que êstes também foram afetados, já no curso de um nôvo processo civilizatório que transfiguraria os povos mesopotâmicos (G. Childe 1934; R. Braidwood 1952).

A civilização do regadio da Índia sofreu ataques dos Ários, dos Sakas e Hunos e de diversos outros grupos tártaro-mongólicos que a mergulharam também em sucessivas feudalizações, de que conseguiu restaurar-se algumas vêzes para cair, por fim, num longo período de estagnação feudal. As últimos invasões responsáveis pela restauração dos povos do Indus e do Ganges e sua incorporação em novos processos civilizatórios foram, primeiro, a Irânica, que resultaria no Sultanato de Delhi, a Tártara, que lhe imporia a regência Timurida, somando ambas quase seis séculos de dominação, e, finalmente, a britânica, que subjugaria a Índia por um século e meio através de um processo colonial de atualização histórica, conduzindo o povo hindu ao subdesenvolvimento em

que se debate até nossos dias. (M. Wheeler 1962; S. Piggot 1950; A. J. Toynbee 1951/64).

As civilizações chinesas experimentaram uma pressão constante dos povos do seu contexto, principalmente dos grupos pastoris euro-asiáticos da Alta Ásia, sob cujas chefias sucumbiram quatro vêzes. A primeira, pela dominação dos bárbaros Ch'tan, que lhes impuseram a dinastia Liao. Depois, sob o ataque das hostes de Jurchen, que fundaram a dinastia Chin; a seguir, pelo domínio mongol que deu lugar à dinastia Yuän; e, finalmente, pela invasão mandchu que lhes impôs sua última dinastia. A cada uma dessas ondas invasoras sucedeu um período de feudalização em que os invasores foram aculturados para iniciar-se um lento processo de restauração imperial. Graças a esta capacidade aculturativa, a China é, de tôdas as formações estruturadas como Impérios Teocráticos de Regadio — e até mesmo de tôdas as altas civilizações do passado — a única que conseguiu sobreviver conservando seu perfil macro-étnico fundamental. Seus experimentos mais recentes — como as comunas populares e a revolução cultural — são, por isso, em grande medida, uma retomada de antigas instituições sociais e um nôvo enfrentar de velhas ameaças de despotismo burocrático que arrostou sem sucesso, através de milênios (K. Wittfogel 1964; O. Lattimore 1940; Zaburov 1960).

As civilizações de regadio das Américas jamais defrontaram tensões desta ordem, exceto os meso-americanos, por parte dos Chichemecas; mas foram afinal abatidas pela expansão mercantil salvacionista dos espanhóis (J. Steward 1955a e 1955b; E. R. Wolf 1959).

Muitas das afirmativas sôbre o caráter supostamente estacionário e despótico das civilizações fundadas no regadio se baseiam, sobretudo, na observação destas sociedades depois de mergulhadas no feudalismo. K. Marx. (1955 e 1966), por exemplo, caracteriza essas formações como essencialmente estacionárias, com base em dados referentes à Índia e à China do século XIX. K. Wittfogel (1955 e 1964), para caracterizá-las como intrìnsecamente despóticas, engloba na categoria de "sociedades asiáticas" muitas formações que nada têm de comum com as civilizações fundadas no regadio.

Nenhuma destas conceituações resiste à crítica, quando se considera o vigor social e a criatividade cultural dos Impérios Teocráticos de Regadio no clímax de amadurecimento das suas potencialidades de desenvolvimento; quando se pondera que a alternativa da forma de contingenciamento da fôrça de trabalho que utilizavam, naquela altura da evolução sociocultural, era a escravização individual associada à propriedade privada da terra, muito mais alienadora e despótica; quando se admite que elas, como tôdas as civilizações, são suscetíveis de cair na feudalização com perda de sua integração macro-étnica, de sua estrutura política e da vitalidade de seu sistema econômico, afundando numa condição regressiva que não pode ser atribuída a qualquer das formações de que se originaram, porque é característica da própria feudalização; e, sobretudo, quando se conta com outras categorias conceituais para classificar as formações realmente despóticas, nenhuma das quais se baseou principalmente no regadio ou é explicável como um desenvolvimento de suas características.

IV

A Revolução Metalúrgica

A EXPANSÃO dos Impérios Teocráticos de Regadio se viu restringida por uma limitação essencial: a inviabilidade de generalizar a irrigação sôbre as áreas conquistadas, em virtude das exigências ecológicas que lhe são inerentes. Nas áreas propícias à irrigação, tendiam a implantar sua tecnologia básica, mediante programas de colonização ou da transladação de populações que acabavam por incorporar-se à etnia dominadora. Onde o regadio era inviável, apenas puderam exercer uma dominação débil.

Entretanto, a tecnologia desenvolvida pelos Impérios Teocráticos de Regadio, uma vez aprimorada e aplicada a sistemas produtivos novos, pôde florescer e expandir-se amplamente, atingindo extensas áreas e revolucionando o modo de vida de inúmeros povos. Seu impacto foi tão profundo e seus efeitos renovadores tão radicais que, a nosso juízo, cumpre

tratar esta expansão como uma nova revolução tecnológica, a Metalúrgica, responsável pela configuração de uma nova formação sociocultural: os *Impérios Mercantis Escravistas.*

Sua base tecnológica consistiu, essencialmente, na generalização e no aprimoramento da metalurgia, do ferro forjado para a fabricação de ferramentas, armas, machados, pontas de arado, rodas e eixos e partes metálicas de embarcações, e ainda da moeda cunhada, dos carros de transporte e de guerra, dos barcos mercantes e de guerra, do alfabeto fonético e da numeração decimal. A êstes elementos, tomados de outras formações e transfigurados pela nova, ela acrescentou máquinas hidráulicas, moinhos movidos a água, o aqueduto, a nora, a mó rotativa, cabrestantes e gruas, bem como os faróis marítimos.

Os Impérios Mercantis Escravistas

Os Impérios Mercantis Escravistas, como desenvolvimentos dos Estados Rurais Artesanais de modêlo privatista, caracterizam-se pela institucionalização da propriedade individual da terra, pelo incentivo à liberdade de comércio e pela mais ampla generalização do apresamento de prisioneiros de guerra para convertê-los em escravos pertencentes a senhorios individuais. São modelos característicos desta formação, em sua maturidade, a civilização Assíria (século XII a VII a.C.), a Aquemênida (século VI a IV a.C.), a Helênica (século V a século I a.C.); a Cartaginesa (século VI a II a.C.), a Romana (séculos I a.C. a IV de nossa era) e a Bizantina (séculos VI a X de nossa era). Entre elas registram-se grandes diferenças, ressaltadas nos estudos históricos, que decorrem das tradições culturais que haviam herdado e das vicissitudes particulares que enfrentaram. Tôdas estas civilizações são, porém, variantes de uma mesma formação sociocultural fundada na escravidão da maior parte da mão-de-obra e no fomento do colonialismo mercantil.

Armados da tecnologia desenvolvida na mesma área ou alhures, essas formações estruturam-se de forma oposta aos impérios fundados no regadio. Com a técnica do ferro for-

jado, que se podia produzir em qualquer parte pela ampla distribuição do minério e a simplicidade do processo produtivo, generalizam-se os instrumentos de metal. Torna-se com isso possível abater as florestas para abrir extensas áreas de cultivo dependentes das chuvas, menos produtivas por unidade-área do que a agricultura de regadio, mas passíveis de expandir-se por amplíssimas regiões. Os mesmos efeitos foram alcançados no aprimoramento dos veleiros marítimos e dos carros de transporte e de guerra. A escrita fonética, facilitando a alfabetização, permitiu recrutar uma intelectualidade numerosa e independente do sacerdócio, ensejando a ampliação de todos os conhecimentos. A moeda cunhada, dando lugar à economia do dinheiro, alargou extraordinàriamente os horizontes do comércio externo. Todos êstes desenvolvimentos associados criaram um tipo de sociedade mais livre que estimulava façanhas individuais, ensejando, aos tipos empreendedores, amplas oportunidades de enriquecimento.

O principal incentivador dêsse processo foi a economia mercantil que, por terra e por mar, vinculava centenas de comunidades, levando a cada uma delas as necessárias transformações internas para saltar da produção de subsistência para a produção de artigos de troca. Nas principais cidades de cada Império Mercantil Escravista multiplicam-se as manufaturas organizadas como *ergasterions*: serrarias, carpintarias e marcenarias; estaleiros, metalúrgicas e caldeirarias; olarias e cerâmicas; vidrarias, curtumes; e oficinas de ourives, seleiros, correeiros, sapateiros, onde dezenas e até centenas de artesãos, na sua maioria escravos, produziam artigos padronizados para comércio.

As potencialidades da formação mercantil escravista só se manifestaram incipientemente na civilização assíria e aquemênida. Sua antiga economia de mercadores e sua expansão guerreira de saque levaram-nas apenas a uma estruturação de tipo mercantil escravista em que começava a predominar a propriedade privada e a conscrição da fôrça de trabalho através da escravidão.

Expressões superiores dessa formação seriam alcançadas com a civilização grega, a expansão colonialista cartaginesa e, sobretudo, o Império Romano. Estas últimas, começando pela ampliação e multiplicação de cidades-Estados regidas por

patronatos de comerciantes, proprietários de terras agrícolas e de escravos, acabaram por estruturar-se em vastos sistemas unificados pela guerra e integrados pelo comércio. Após largos períodos de amadurecimento como cidades dominadoras dos territórios rurais circunvizinhos, fundadas na igualdade de sua camada patrícia, tôdas elas se entregaram ativamente à fundação de colônias externas, na Europa e na África. Aí concentraram mão-de-obra escrava apresada na guerra, instaurando os primeiros *ergasterions** e *plantations* destinados a produzir alimentos e manufaturas para exportação. Configurou-se, assim, um mercado internacional ativado por uma economia monetária e uma cultura erudita que se desenvolveram simultâneamente em várias cidades. O passo seguinte foi a disputa entre estas cidades-Estados por áreas externas de dominação, que abriu o caminho para a constituição dos Impérios Mercantis Escravistas.

O caráter mercantil escravista do nôvo sistema econômico, conduzindo a uma radicalização das formas de ordenação social, levou ao extremo as guerras de conquista e apresamento de escravos para prover mão-de-obra, bem como a competição interna pelo enriquecimento, estimulada pela economia de dinheiro. Em Atenas e em Roma, as massas de escravos alcançam quatro quintas partes da população, e concentrações e percentagens ainda maiores nas colônias externas, distribuídas por todo o contôrno europeu e africano do Mediterrâneo (G. Childe 1946; K. Marx 1966).

A racionalização dos procedimentos econômicos alcança, também, desenvolvimentos assinaláveis, liqüidando com as so-

* A palavra grega *ergasterion* indica manufaturas ou "fábricas" em que eram reunidos, desde dezenas até mais de uma centena de trabalhadores, principalmente escravos, para produzir cerâmica, vidro, ferramentas, armas, móveis, etc., como mercadorias destinadas ao comércio. Os *ergasterions*, que foram os predecessores, muito rudimentares, das fábricas modernas, se destinavam a produzir "industrialmente" certas categorias de bens com base na concentração da mão-de-obra especializada, por vêzes com utilização de implementos mecânicos, tais como: tornos de oleiro, moinhos rotativos de tração animal, rodas e martelêtes hidráulicos, etc. Demóstenes, o célebre orador ático, é conhecido também como "industrial" proprietário de dois *ergasterions*, um ocupando 20 escravos para produzir móveis; outro utilizando 32, para fabricar escudos. (V. Gordon Childe 1937; Max Weber 1964, vol. I:99).

brevivências das formas comunais de propriedade (*ager publicus*) e com as últimas instituições reguladoras fundadas no parentesco. Êste, de classificatório — que designava os parentes colaterais e lineares com os mesmos nomes, formando grandes categorias de pessoas solidárias — transforma-se em descritivo, que distingue com têrmos especiais os parentes lineares, restringindo a êstes o âmbito da solidariedade familiar e da herança. Mais tarde, dão-se novos passos neste caminho de racionalização da conduta, através da secularização de uma série de setôres antes regidos por critérios religiosos e da individualização das relações sociais. Institucionaliza-se a usura, cria-se a hipoteca sôbre a terra e com ela a escravização por dívida; legaliza-se o regime de herança de bens através de testamento. Por fim, o empresariado se torna hegemônico em todos os setôres, colocando os podêres do Estado a seu serviço.

A minoria rica torna-se, assim, cada vez mais poderosa, e as massas subalternas, livres ou escravas, cada vez mais miseráveis, agravando as tensões sociais até limites extremos. Legaliza-se o direito de o cidadão vender-se a si próprio e aos filhos, o que vem a ocorrer com certa freqüência nos períodos de penúria; generaliza-se a prática de submeter os devedores à servidão temporária e até mesmo a do apresamento de cidadãos da mesma etnia, nas guerras entre cidades, para fazê-los servir como escravos. Simultâneamente, escravos libertos, enriquecidos no comércio especulativo, se fazem senhores, estabelecendo como critério de qualificação social, acima da condição de plebeus ou de cidadãos, a condição de ricos e pobres. A cidadania, que fôra uma função pública geral que fazia de todos os patrícios cogovernadores de sua cidade, responsáveis pela justa condução da vida social e política, se dilui, tornando-se uma condição generalizada e irresponsável. A cidadania romana, antes limitada aos descendentes das antigas linhagens, generaliza-se a tôda a camada não servil. Nestas novas condições, intensificam-se as tensões sociais e as disputas entre cidades-Estados que se haviam aglutinado em impérios, até que o último dêles, superestendido a ponto de cobrir tôdas as terras conhecidas, esgota as potencialidades do sistema. Reagindo contra esta ameaça, na Grécia como em Roma apela-se para um superestatismo legife-

rante e para regimes ditatoriais. Em vão. O sistema alcançara os limites supremos de suas potencialidades, gerando contradições insanáveis e mergulhando, também, em regressão feudal.

Dada a flexibilidade do caráter mercantil do seu empresariado, a aplicabilidade de suas técnicas produtivas a qualquer ambiente e o poder compulsório do seu sistema de conscrição da fôrça de trabalho, os Impérios Mercantis Escravistas atuaram como centros difusores de cultura muito mais dinâmicos que os Impérios Teocráticos de Regadio. Ao engajar no seu sistema de produção escravos tomados a todos os povos dominados e concentrá-los nos núcleos metropolitanos, deculturaram e aculturaram essas massas escravas, mas também alteravam a composição étnica de sua própria gente e geravam tensões sociais que terminaram por inviabilizar o próprio sistema. Ao difundir, através do comércio e da guerra, suas técnicas produtivas e militares sôbre amplos contextos externos, aceleraram o amadurecimento de outras etnias, suscitando ambições de saque que terminariam por vitimar a êles mesmos. Ao colonizar povos próximos ou distantes, mediante a exploração escravista, também os incorporavam intrìnsecamente à sua civilização, assimilando cultural e lingüìsticamente alguns dêles como variantes da macro-etnia imperial, mas, simultâneamente, amadurecendo êstes e outros como aspirantes à emancipação. Desencadeiam-se, em conseqüência, movimentos insurrecionais que, ativando a escravaria e os "proletariados externos", criam condições para a sua reconstituição como etnias capacitadas ao comando de si mesmas.

Assim, no auge de sua expansão, o Império Romano, como tantos outros Impérios Mercantis Escravistas, atingia também o ponto extremo de fraqueza, porque se configurara como uma macro-etnia genérica, por dentro e por fora da qual evoluíam núcleos étnicos cada vez mais coesos e vigorosos. Quando às rebeliões escravas se somavam os ataques dêsses povos ao centro reitor imperial, sua destruição se tornava inevitável. Esfacelava-se, assim, todo o conjunto numa multiplicidade de componentes feudais, em que se perderia a maior parte dos progressos técnicos e culturais alcançados.

Na derrocada dos Impérios Mercantis Escravistas tiveram papel detonador da maior importância certas Chefias Pasto-

ris Nômades, parcialmente herdeiras da Revolução Urbana, que, em virtude de condições especiais — ecológicas e culturais — se fizeram produtoras e consumidoras de instrumental metálico sem se fazerem agricultores sedentários. Nestas condições, não perderam suas antigas qualidades guerreiras; pelo contrário, ativaram-nas até níveis extremos de audácia e combatividade.

Êstes povos extra-imperiais, ètnicamente coesos em tôrno de suas chefias, e irresistìvelmente atraídos pelas riquezas acumuladas pelos povos cêntricos, é que deram o golpe de misericórdia na velha formação mercantil-escravista, exausta de sua civilização, incapaz de novas crenças integradoras, com suas massas dependentes de escravos e de camponeses livres rebelados contra a sujeição despótica a que eram submetidas.

Aqui também, a desvinculação entre as classes subalternas e os estratos dominantes contribuiu para tornar a sociedade incapaz de defesa. A mesma passividade que se registrou nas camadas dependentes das formações fundadas no regadio, também incapazes de automobilização contra invasões externas, é que parece constituir uma forma generalizada de protesto dessas classes contra o despotismo. Não podendo por si mesmas subverter o sistema, deviam ver na irrupção de guerras uma forma de ruptura da dominação oligárquica que lhes ensejaria melhores perspectivas do que a simples perpetuação do sistema.

Na Europa, tôda a soberbia romana desaba diante da audácia de um punhado de bárbaros que, somando menos de meio milhão, assolaram, venceram e avassalaram 80 a 100 milhões de europeus e africanos romanizados. Estes bárbaros, nada tendo a dar à civilização dos povos que dominaram, porque sua vitória só se baseava em serem *Herrenvölker*, acabaram por inserir-se no que restava da velha formação. Seus chefes se fizeram as aristocracias e realezas das antigas províncias imperiais; seus guerreiros transformaram-se em massas sedentarizadas de camponeses ou em novos contingentes de artesãos citadinos. Muitos dêles se romanizaram lingüìsticamente e todos se romanizaram culturalmente.

Nem as formações teocráticas de regadio nem as mercantis-escravistas, ao se extinguirem, inauguram um nôvo proces-

so civilizatório, mas simplesmente se afundam na estagnação feudal divididas por miríades de pequenos potentados locais, incapazes de produção mercantil e de comércio externo, entregues a uma simples produção de subsistência e condenadas a gestos meramente passivos de defesa contra ataques externos. Vemos, assim, que as macro-etnias podem ser rompidas pela própria expansão imperial, quando incorporam mais povos do que podem atualizar històricamente e assimilar. Perdida a coesão étnica dos antigos núcleos imperiais e quebrada a sua unidade política, finda também sua condição de existência como civilização.

Dentro dêsses contextos feudais de várias origens, todos regressivos pela liqüidação dos sistemas mercantis e políticos que antes integravam e que ativavam suas economias, os antigos escravos se convertem em *colonus*, pagadores de fôro pelo uso da terra e, finalmente, confluem para constituir o campesinato feudal, transformados todos em servos de senhorios locais ou em artesãos citadinos amparados por corporações. Esta transição do escravismo à servidão opera-se menos como uma evolução resultante da luta dos escravos contra seus senhores do que em virtude da deterioração do sistema econômico anterior, em que os escravos representavam papel fundamental como produtores de bens para o comércio. Nas condições de estagnação feudal, em que as cidades caem sob o domínio de potentados rurais e quase tôda a economia se torna local e auto-suficiente, do ponto de vista de um senhor, pouca diferença representa uma tal transição. Na realidade, troca-se o escravo, que já não produz mercadorias vendáveis e deve ser alimentado e vestido, por servos atados à terra, que pagam tributos em bens ou em trabalho e se mantêm a si mesmos. Acresce, ainda, que a escravaria, desgastando-se ràpidamente no trabalho, exige uma reposição constante através de guerras de conquista, impraticáveis na economia fechada de senhorios isolados.

A feudalização da Europa pós-românica processa-se mediante duas rupturas fundamentais. Primeiro, a do sistema imperial de poder, coalhado em milhares de feudos impotentes para aglutinar seu contexto numa estrutura política duradoura. Segundo, a do sistema de intercâmbio mercantil externo, que só subsiste como atividade marginal e semi-clandestina dos que negociavam com árabes, judeus e sírios, ou que transacionavam com moedas orientais. Rompidas a atividade mercantil e a unidade política imperial, outras regressões se processam, como a reversão dos latifúndios agrícolas em terras de uso comum e em bens eclesiásticos. Os artigos manufaturados que se produziam com mão-de-obra escrava são substituídos por produção doméstica a cargo das mulheres de cada família. Dêste modo, o artesanato, que já se havia urbanizado, desgarrando-se da agricultura como uma especialização, torna a fundir-se com ela. Só muito lentamente voltam os ofícios a se organizarem nas cidades decadentes, estruturando-se como grêmios tendentes ao exercício do monopólio, e a se tornarem hereditárias as profissões.

Como efeito maior de tôdas essas regressões, a estratificação social anterior, ativada por uma intensa mobilidade social, dá lugar a uma estamentação da sociedade em estratos consolidados, com tendência a se hereditarizarem. Na cúpula situa-se a nobreza de sangue dos descendentes de invasores bárbaros, transformados em proprietários de feudos. Como seus servidores mais destacados seguem-se o clero e os vassalos, de onde se recrutam os corpos de cavaleiros senhoriais mais predispostos a prélios desportivos do que a guerras. Abaixo, encontra-se a população urbana, de pequenos mercadores e artesãos, êstes últimos segmentados em mestres, oficiais e aprendizes, divididos por ofícios e dedicados à produção para um comércio local de trocas. Na base da pirâmide social situam-se os camponeses, presos à gleba, como servos ou dependentes. O sistema econômico passa a atuar para manter e reproduzir esta mesma composição social, regida por um corpo de instituições destinadas a perpetuá-la.

Nesse mundo feudal, agitado apenas por novas invasões, como as muçulmanas, por guerras religiosas e por disputas entre nobres, acaba por implantar-se a paz da estagnação. A velha civilização romana que nêle se dissolvera transforma-se numa mera tradição, tal como havia ocorrido antes com os Impérios Teocráticos de Regadio quando caíram, também, em regressão feudal. Sua única fôrça integradora será, de então por diante, uma religião herdada de um dos povos do contexto imperial romano que, no esfôrço por explicar o drama de sua

própria dominação, redefinira suas concepções tribais, fazendo-as mais inclusivas.

Assim, um grupo minoritário, detentor de uma fé consoladora de suas aflições, que não reconhecia privilégios étnicos nem graduações sociais, mas era capaz de falar aos homens de uma destinação mais nobre que a mera existência, se faz herdeiro do mundo greco-romano feudalizado, tal como outras minorias religiosas — os budistas, os confucionistas e os hinduístas — alcançam a mesma dominância sôbre diferentes contextos igualmente submersos no feudalismo (A. J. Toynbee, 1951/64). Esta reintegração religiosa interna não consegue, todavia, restaurar, senão episódica e mediòcremente, os antigos impérios, nem impedir que as etnias subjugadas, mas ainda vivas, entrem a retramar novos *ethos* que, fundindo as antigas tradições com as dos invasores bárbaros, conformarão novas configurações étnico-nacionais.

A Igreja Católica converte-se paulatinamente na grande monopolizadora da vida econômica, organizada já não como um sistema mercantil, mas como um duplo sistema de apropriação dos poucos excedentes gerados, mediante a cobrança de dízimos e a obtenção de legados e doações, e a distribuição dêsses bens na "política de misericórdia" e na edificação de catedrais que vieram a ser, depois dos grandes castelos do feudalismo nascente, as únicas criações arquitetônicas da Idade Média. Sua riqueza cresce sem cessar pela monopolização das terras e dos rebanhos, pela ampliação das áreas de cultivo em poder das abadias, pela gerência das únicas obras capazes de proporcionar empregos e pela rapacidade dos mosteiros e das ordens religiosas. Simultâneamente, vai-se constituindo na grande fôrça ordenadora da vida social, fundada agora não no igualitarismo do cristianismo primitivo, mas numa rígida estamentação social e no culto do conformismo, da disciplina e da obediência.

O feudalismo pós-românico, como os demais, em virtude de seu próprio caráter desaglutinador de áreas antes integradas política e econômicamente, favorece um convívio humano menos despótico. As comunidades camponesas têm, provàvelmente, oportunidade de comer mais, de vestir e de morar melhor do que sob o guante dos impérios despòticamente estruturados para arrancar-lhes todos os excedentes e para re-

crutá-los como soldados. Nas cidades, cujas populações se reduziram dràsticamente, os artesãos encontram meios de desenvolver uma economia corporativa, menos sujeita à espoliação e ao abuso do que os antigos *ergasterions* greco-romanos. Liberados, uns e outros, do poder de conscrição das grandes estruturas econômicas e político-religiosas do passado, não têm *chance* de lançar-se a grandes façanhas, mas podem, por isso mesmo, viver uma existência tranqüila, ainda que apagada e sem grandeza.

Todavia, a ausência de um poder central com capacidade para impor a todos uma ordenação social integrada enseja surtos de banditismo de estrada e práticas de saque de que passam a viver multidões de celerados, protegidos por senhores feudais que só dessa forma encontravam oportunidades de enriquecimento. E, sobretudo, a sociedade e a cultura se mediocrizam, tornando-se incapazes de criatividade intelectual e de progresso técnico. Nesse ambiente apenas floresce a teologia, compendiação de diversas fontes de saber e como especulação autolimitada sôbre a verdade revelada (M. Bloch 1939/40; N. Berdiaeff 1936; A. Pietre 1962).

V

A Revolução Pastoril

NO ESTUDO das revoluções tecnológicas já examinadas, vimos sucederem-se diversos processos civilizatórios. Com a Revolução Urbana desencadeiam-se os movimentos responsáveis pelo advento dos dois modelos divergentes de Estados Rurais Artesanais e pela assunção das Hordas a Chefias Pastoris Nômades. Com a Revolução do Regadio cristalizam-se os Impérios Teocráticos de Regadio. Em correspondência à Revolução Metalúrgica, surgem os Impérios Mercantis Escravistas. Cada um dêstes processos civilizatórios se pôs em movimento e ressurgiu em diferentes regiões e em épocas diversas, ativando a vida de milhares de povos, elevando alguns ao nível de altas civilizações individualizadas em estruturas imperiais e a outros apenas atualizando històricamente como objeto de dominação alheia.

No curso de cada processo civilizatório singular — como o teocrático de regadio na China e nas Américas ou o mercantil escravista no Irã e na Europa — diversas civilizações se ergueram, viveram seu destino e decaíram, mergulhadas em regressões feudais. Sôbre suas ruínas, novas civilizações se levantaram, assentes na mesma tecnologia básica e estruturadas segundo os mesmos princípios, imprimindo-lhes coloridos peculiares, mas incapacitadas de alterá-los substancialmente. Os povos de cada uma dessas civilizações, mesmo depois de abatidos por ataques externos terrìvelmente destruidores, acabavam por absorver, assimilar e aculturar os agressores, restaurando, sob a chefia dêles, suas formas essenciais de expressão cultural. Vale dizer que, no âmbito de cada processo civilizatório, a sucessão de civilizações é meramente reiterativa do mesmo tipo básico de formação sociocultural.

Só no corpo de um nôvo processo civilizatório, fundado numa nova revolução tecnológica, se torna possível o advento de um outro tipo de civilização, representativo de uma nova etapa da evolução humana e de uma nova formação sociocultural. É o que ocorre com o amadurecimento da Revolução Pastoril que, armando alguns povos até então atrasados na história com uma nova tecnologia militar, lhes permitiria atacar áreas feudalizadas de altas civilizações e resistir à assimilação pelo povo conquistado, para configurar uma nova formação sociocultural totalmente distinta das anteriores: os *Impérios Despóticos Salvacionistas.*

Êste nôvo processo civilizatório configura-se, originalmente, como uma nova onda de expansão pastoril, fundada principalmente na aplicação da tecnologia do ferro à cavalaria de guerra. Seus elementos mais assinaláveis foram: a sela de montaria, dotada de estribos que deram maior segurança e mobilidade aos ginetes; a ferradura, que prolongou a vida útil dos animais e lhes permitiu enfrentar qualquer terreno; os freios de ferro sob o comando de rédeas que possibilitaram uma direção firme e segura.

A estas inovações se acrescentaram mais tarde, no corpo das formações despóticas salvacionistas, diversos aperfeiçoamentos no sistema de tração dos animais de tiro, que multiplicaram sua fôrça útil livrando-os da sufocação jugular dos velhos colares. Um dêstes foi um sistema de fixação dos va-

rais em selas e, depois, a introdução do arnez rígido. Outras contribuições técnicas difundidas no mesmo ciclo foram os alambiques e, sobretudo, os novos modelos de moinhos eólicos e hidráulicos, aplicáveis a elevações d'água, à moagem de cereais e à prensagem de sementes oleaginosas, e mais tarde ao martelamento de minérios e de metais, ao acionamento de serras e de foles, bem como a outros dispositivos. Dentre êsses progressos tiveram caráter crucial, na etapa expansiva, os que revolucionaram a cavalaria de guerra e armaram os guerreiros de espadas e lanças mais eficientes; e, na etapa de construção das novas formações socioculturais, a propagação das novas formas de utilização da energia muscular animal com atafonas e almanjarras aperfeiçoadas para as tarefas de aração da terra e de transporte e de aplicação da energia dos ventos e das correntes d'água a serviço do homem.

As primeiras dessas inovações tecnológicas exerceram um efeito vitalizador sôbre antigas Chefias Pastoris Nômades que se estavam integrando na tecnologia do ferro forjado, permitindo-lhes enfrentar os sistemas defensivos de sociedades mais desenvolvidas. Essas novas *Volkerwanderung*, porém, já não caem sôbre impérios regionais para afundá-los no feudalismo e ressurgir dêle culturalmente transfiguradas como novas aristocracias reiteradoras das antigas formas de civilização. Atacam, agora, áreas feudalizadas para as dinamizar e integrar numa formação totalmente distinta de tôdas as anteriores. Êstes seriam os *Impérios Despóticos Salvacionistas,* estruturados segundo princípios ordenadores novos em que representava um papel crucial um corpo de crenças religiosas de caráter messiânico. Essas crenças passam a operar não mais como fôrça integradora de unidades societárias desagregadas pela estratificação social ou como instituições reguladoras da vida social em áreas feudalizadas, mas como fôrças aliciadoras de tôdas as energias étnicas de suas populações para a destinação sagrada de impor ao mundo a verdade divina de que eram depositários. A essa missão divinal aliam-se, naturalmente, os interêsses econômicos em que importava sua transformação em senhorios de um mundo reordenado de conformidade com a palavra de seus profetas.

Aquela tecnologia nova de cavalaria de guerra e esta armadura ideológica os transformaria, de simples saqueadores

da riqueza entesourada por outros povos ou exploradores de sociedades rurais artesanais sedentarizadas, em guerreiros invencíveis e em reformadores incandescidos de fúria sagrada. Nestas circunstâncias, o inimigo deixava de ser visto como o objeto de saque do guerreiro vitorioso para ser tido como o ímpio, cuja só existência ofendia a Deus. Os povos pastoris, dinamizados por êste nôvo processo civilizatório, lançam-se, assim, sôbre o mundo circundante, com todo o seu antigo vigor de guerreiros que adestravam seus cavalos e a si próprios para as façanhas mais ousadas, robustecidos pela missão de salvadores, destinados a erradicar do mundo a impiedade e a heresia.

Os Impérios Despóticos Salvacionistas

A primeira destas expansões salvacionistas, incipiente ainda pela incapacidade de formular um culto universalista, dinamizou um conjunto de povos irânicos, os Persas Sassânidas, transformando-os em instauradores de um vasto império que dominou, por séculos (III a VII E. C.), o Irã e a Mesopotâmia e se estendeu até a Índia, e em propagadores da religião masdeísta que se alastrou até a China. O masdeísmo, fundado nos ensinamentos de Zaratustra (Zoroastro dos gregos), cuja doutrina fôra compendiada no Avesta ao tempo da dominação aquemênida, só alcançou o caráter de religião do Estado e de movimento messiânico salvacionista com os Sassânidas. A partir do primeiro quartel do século III E. C., êles se expandem pela Ásia Menor com extraordinário vigor, num movimento de restauração das antigas tradições irânicas; de erradicação da influência helenística então dominante na região; e de imposição do masdeísmo missionário. Estruturam o Império Sassânida com base num Estado sacerdotal, numa burocracia que executava a exação fiscal sôbre as populações subjugadas, ao mesmo tempo que combatia as heresias, e num sistema agrícola assentado na concessão provisória de terras e de aldeias camponesas a uma nobreza guerreira que permanecia, assim, na dependência do poder central.

Um expansionismo salvacionista mais maduramente configurado se alçaria no século VII com o Islamismo, que mobilizou as energias dos povos pastoris da Arábia e do Irã para lançá-los como os cruzados do maior movimento religioso de conquista que a história registra. Sua inspiração básica era o velho espírito de saque de terras e de bens das hordas pastoris a que se somava, agora, um sentido de destinação sagrada, formulado por Maomé. A doutrina maometana, recolhida no Alcorão, sintetizava antigas tradições judaicas, helênicas e iranianas, redefinindo-as como uma nova religião universalista, orientada mais do que qualquer outra para o salvacionismo de conquista, como expansão da glória divina.

O Islamismo se configura, assim, como um credo messiânico que põe mais empenho na expansão do domínio de Alá sôbre todos os povos e terras do mundo do que no esfôrço missionário de converter almas para salvá-las da perdição. O próprio paraíso é descrito bizarramente como o jardim de repouso do guerreiro divinal. Conseqüentemente, não desenvolve um Estado-Igreja assentado num corpo sacerdotal profissionalizado. Estrutura-se pela fusão, numa mesma unidade, do sistema político e do religioso, através da atribuição a cada homem válido de uma destinação de cruzado subjugador de povos infiéis, de colonizador das áreas conquistadas e de braço divinal impositor da submissão a Allah.

Êste espírito de missão divina, armando de fúria sagrada os guerreiros árabes muçulmanos, fêz com que arremetessem em tôdas as direções como uma avalancha diante da qual sucumbiram inúmeras sociedades feudalizadas. Infundiu-lhes também a capacidade de resistir à amalgamação cultural em contextos mais evoluídos, como ocorrera antes com os antigos invasores pastoris. E, sobretudo, incutiu-lhes o vigor necessário para estruturar os povos conquistados em imensos sistemas imperiais despóticos integrados numa nova ordem moral, fundada na palavra do Profeta.

Em poucas décadas, o domínio muçulmano se alastrou por quase todo o Oriente Médio e daí para o Oeste, sôbre o Norte da África, as ilhas mediterrâneas e a península ibérica; e para o Leste, sôbre a Alta Ásia, sôbre a Índia e, para além dela, sôbre a Indonésia e a Indochina. Seu domínio se estenderia, mais tarde, por outras áreas, penetrando profun-

damente, de um lado, na África Tropical, do outro, na Eurásia e nos confins do Oriente. Estas últimas ondas seriam conduzidas por povos islamizados, como os turco-mongólicos que, a certa altura, se colocam no centro do expansionismo muçulmano como sua fôrça mais dinâmica.

Através de ondas sucessivas implanta-se o Islã (isto é, submissão incondicional) sôbre uma área muito mais extensa que a de qualquer civilização imperial anterior, com uma capacidade de permanência também muito maior e com um poder de assimilação de povos e de aculturação compulsória jamais atingido antes. Seu domínio sôbre a Ibéria, como Califado de Córdoba, se estendeu de 750 a 1350; sôbre a Índia se prolongou por seis séculos, primeiro como Sultanato de Delhi (1300 a 1526), depois como Império Timúrida (1530 a 1705). Mesmo quando caem, posteriormente, em regressão feudal, deixam transfigurados os povos que haviam dominado, tanto os do Oriente Próximo e do Norte da África como os da África Tropical ou da Eurásia, modelando uma das mais vastas configurações histórico-culturais modernas, que engloba mais de 300 milhões de pessoas.

No curso de sua prodigiosa expansão, os povos islamizados, originalmente pastoris e de cultura rudimentar, foram avançando culturalmente até amadurecerem como uma alta civilização. Sua localização intermédia entre grandes centros de antigas civilizações os fêz herdeiros e transformadores do patrimônio cultural de muitas delas e, depois, civilizadores do Oriente e do Ocidente. Através da construção de vastas estruturas de domínio imperial e de sujeição religiosa, atuaram como agentes de um dos mais vigorosos processos civilizatórios, cuja capacidade de atualização de povos atrasados na história para a modernização tecnológica, social e ideológica só teria paralelo no curso da Revolução Mercantil e da Revolução Industrial.

Seus mecanismos essenciais de expansão e aculturação compulsória foram a conquista, seguida da dominação mais despótica, a colonização escravista, a doutrinação religiosa e a miscigenação racial. Atuaram, freqüentemente, através da eliminação dos estratos dominantes das sociedades subjugadas e sua substituição por uma nova camada de caráter burocrático. Esta era integrada inicialmente por guerreiros, aos quais

se atribuía o contrôle e exploração de extensas áreas; mais tarde, por corpos de funcionários cuidadosamente preparados para o exercício da dominação político-militar e das funções administrativas de organização econômica e de arrecadação de rendas.

No preparo dessa burocracia, apelaram largamente para sua experiência original de pastôres nômades, sistematizando as práticas de adestramento de animais para aplicá-las a homens escravizados. Para tanto, capturavam crianças nas áreas conquistadas, selecionando-as inicialmente pelo vigor físico, e as encaminhavam para casas-criatórios, onde um meticuloso sistema de treinamento, de prêmios e de punições, explorava as potencialidades de cada peça. Através dêsse procedimento, suscitavam o máximo de ambição e de espírito competitivo, levando seu adestramento a níveis extremos (A. J. Toynbee 1951/64).

Esta forma despótica de preparação de quadros, assentada num recrutamento tão ampliável quanto se desejasse e numa disciplina educativa inalcançada por qualquer outro processo, permitia formar castas de funcionários e de guerreiros de uma eficiência a tôda prova. Se, por um lado, desumanizava e alienava seus componentes, a alguns dêles ensejava carreiras tão brilhantes que, entre as populações dominadas, se desenvolveu antes uma competição pelo ingresso nestas casas do que uma oposição ao sistema.

Por êsse processo obtinham-se escravos superespecializados para o exercício das funções mais díspares, como eunucos — guardiães de haréns — artesãos, conselheiros políticos, sábios e altos funcionários capacitados a atuar como fiéis exatores do seu sultão, que podiam chegar a exercer funções de grão-vizires. As casas-criatórios produziam, porém, principalmente, guerreiros superadestrados, que se celebrizariam na história, fixando os conceitos de *janízaros*, de *sipaios* e, sobretudo, de *mamelucos*. Êstes podiam alcançar os mais altos níveis de poder e de riqueza, mas permaneciam sempre presos ao seu estatuto de escravos, como peças possuídas por seus senhores, que através dêles exerciam seu domínio.

Êsses corpos de agentes superespecializados da dominação islâmica permitiram manter por séculos um poder de outra forma impraticável para simples guerreiros incandescidos

de fúria sagrada. Após a conquista e o saque, cumpria organizar as novas possessões, civilizar a gente, inclusive os seus próprios soldados e os descendentes dêstes. Esta tarefa de organização, bem como a colonização e introdução de novas tecnicas produtivas, exigindo outras habilitações além do elã combativo, impuseram a criação e o aperfeiçoamento de instituições educacionais, a partir da tradição irânica das casas-criatórios. Estas experimentam, assim, um grande desenvolvimento, até se configurarem como um procedimento generalizado de formação de quadros militares e administrativos. Napoleão ainda encontraria o Egito dominado por uma casta mameluca que se autoperpetuara após a queda do Império Otomano.

Por tôdas estas características é que essa formação sociocultural deve ser tida como despótica e como salvacionista. A primeira qualificação vem sendo utilizada impròpriamente, desde os estudos clássicos até os modernos, para definir o chamado "despotismo oriental", ou seja, as formações de regadio. Embora se encontrassem nelas, como nas demais, elementos de despotismo, só com os Impérios Despóticos Salvacionistas êsses elementos alcançam expressão que justifique utilizá-los como traço diagnóstico de uma formação.

A influência dos Impérios Despóticos Salvacionistas se estendeu para além das suas áreas de domínio direto, através da difusão do patrimônio tecnológico que haviam desenvolvido e dos seus padrões de ordenação sociopolítica. Mas se impôs, sobretudo, em virtude da polarização dos povos contra a ameaça de seus ataques. Desta polarização temos exemplos expressivos nos esforços frustrados de rompimento do feudalismo europeu, através do advento do Sacro Império Romano-Germânico e do surto das Cruzadas, e na militarização da sociedade bizantina e sua cristalização imperial como resposta inelutável à hostilidade islâmica, inicialmente árabe-irânica, depois turco-mongólica. Uma e outra acabam por se estruturar, também, como formas incipientes de Impérios Despóticos Salvacionistas. Com o Império Carlovíngio, a Europa experimenta, por um breve período, uma dinamização dêsse tipo, para de nôvo mergulhar na desintegração, por fôrça dos interêsses feudais que prevalecem sôbre seu elã de cruzados.

Novos esforços de revitalização salvacionista tiveram lugar entre os séculos X e XIII, com o movimento das Cruzadas, que representou a primeira forma de expansão européia-ocidental. Fôra impulsionado, porém, mais pela ambição de conquista e enriquecimento dos senhores feudais franceses e da burguesia nascente das cidades italianas do que pelo elã salvacionista. Assim, ao chamamento papal para as Cruzadas, não correspondeu um *chihad* — a guerra santa dos muçulmanos — mas tão-sòmente uma irrupção messiânica. Milhares de camponeses europeus abandonaram os feudos e se puseram em marcha com suas mulheres e filhos rumo à Terra Santa, desorganizados e inermes como um exército maltrapilho que se mantinha da mendicância e da pilhagem. Só mais tarde as Cruzadas se organizam como empreendimento guerreiro mercantil mais disciplinado e eficaz. Mas então seu motor fundamental já era a conquista de antigos domínios muçulmanos que haviam entrado em feudalização. Despertos por êsses ataques, os muçulmanos reagiram, liqüidando prontamente as colônias militares implantadas pelos cruzados em todo o Oriente Próximo, encerrando-se, assim, o primeiro ciclo do expansionismo salvacionista cristão europeu.

O Império Bizantino (1025-1453) remodelou-se também segundo o padrão despótico-salvacionista, em virtude de ter de enfrentar o desafio islâmico, na qualidade de centro de afirmação e expansão cristã-ortodoxa no Oriente. Neste caso, alcançou-se um grau de integração mais alto que as tentativas européias (Império Carlovíngio), porque os imperativos de defesa contra árabes, iranianos e turcos fortaleceram o Estado imperial militarista em face da sedição dos senhorios locais, impossibilitando a refeudalização. O preço desta polarização foi, paradoxalmente, a estruturação da sociedade bizantina como formação despótico-salvacionista, primeiro cristã-expansionista, depois islâmica, quando os otomanos se instalaram em Constantinopla. A partir de então amadureceram plenamente suas características despótico-salvacionistas.

Em tôdas as áreas de dominação dos Impérios Despóticos Salvacionistas implantou-se uma mesma ordenação básica. Suas linhas gerais foram, em primeiro lugar, a prática da concessão do usufruto vitalício, mas não transmissível, da terra aos vencedores das guerras de conquista, transformada, mais

tarde, em propriedade livremente alienável. Segundo, a concessão às mesmas camadas das funções de exatores dos impostos imperiais sôbre a terra e as pessoas. Terceiro, a adoção do escravismo e da servidão, quer na forma pessoal greco-romana, para a exploração mineradora ou agro-mercantil, quer na forma da servidão russa, que vinculava o camponês à gleba e fazia recair sôbre êle uma taxação *per capita*. Quarto, uma ativação do comércio externo livre, ainda que sujeitando os mercadores a contrôles estatais e a confiscos. Quinto, o desenvolvimento de um artesanato produtor de artigos de luxo e de armas de guerra, através da criação de grandes manufaturas, freqüentemente estatizadas. Sexto, a instalação de emprêsas monopolísticas oficiais mediante concessões imperiais para explorar certos ramos produtivos. Sétimo, a implantação de um vasto sistema cartorial de recenseamento e contrôle da população das áreas dominadas e de arrecadação de tributos, freqüentemente através de leilões e arrendamentos da atribuição de cobrar taxas e impostos.

Com a estabilização do seu domínio, êsses impérios, como os anteriores, foram conduzidos, primeiro, à decomposição, por efeito das disputas entre sultanatos e chefias de diferentes origens étnicas; depois, à feudalização, pelo revigoramento do poder local dos proprietários rurais, dos concessionários de monopólios e dos arrendatários da arrecadação de tributos, em prejuízo do poder central. À medida que se acentuavam estas fôrças dissociativas, debilitava-se também o elã salvacionista, fazendo prevalecer uma crescente tolerância religiosa. Sua raiz estava no empenho pelo aumento das rendas oficiais, tendentes a cair com a conversão religiosa devido à liberação dos novos fiéis do pagamento de certos tributos. Todavia, a ausência de um inimigo externo capaz de desafiar seus exércitos supertreinados permitiu, mesmo aos sultanatos desgarrados e passíveis de feudalização, sobreviver por séculos, mantendo sempre um grande poder de compulsão sôbre suas áreas de domínio.

TERCEIRA PARTE

As Civilizações Mundiais

VI

A Revolução Mercantil

No corpo dos Impérios Despóticos Salvacionistas se foi desenvolvendo uma tecnologia produtiva e militar que alcançou o nível de uma nova revolução tecnológica nos albores do século XVI, fazendo amadurecer duas novas formações socioculturais: os Impérios Mercantis Salvacionistas e o Capitalismo Mercantil.

Tal foi a Revolução Mercantil, fundada numa nova tecnologia da navegação oceânica, baseada no aperfeiçoamento dos instrumentos de orientação (bússola magnética montada em balancins, o quadrante, a balestilha, o astrolábio, cartas celestes e portolanos, cronômetros e outros) e de navegação (as naus e caravelas, a vela latina, o leme fixo, as carretilhas e os barcos de guerra). Baseava-se, por igual, na descoberta de procedimentos mecânicos, como as bielas-manivelas, os eixos-cardan, etc., e numa nova metalurgia revolucionada com

a descoberta de processos industriais de fundição do ferro, de laminação do aço, de trefilação de arames, de fusão de novas ligas metálicas e de produção de artefatos com tornos de rôsca e mandril e com máquinas de talandrar, afiar e polir metais. Baseava-se, também, na renovação das artes de guerra com armas de fogo aperfeiçoadas — canhões, morteiros, espingardas — que em terra permitiram enfrentar a mobilidade das cavalarias armadas de arcos e lanças que haviam prevalecido no último milênio e, no mar, criaram a artilharia naval. Baseava-se, por igual, na generalização de outras técnicas, como modelos aperfeiçoados de moinhos de vento de cabeça móvel e de rodas hidráulicas horizontais impulsionadas pela fôrça da gravidade, aplicáveis para acionar foles siderúrgicos, marteletes, serras, afiadoras e outras máquinas. Baseava-se, ainda, na instalação de fábricas de papel, de tipografias para a impressão de livros com tipos móveis, bem como na produção de instrumentos óticos. Algumas combinações dessas técnicas, como a do veleiro com canhões, tiveram efeitos extraordinários, permitindo o domínio da terra a partir do mar e abrindo, dêsse modo, amplas perspectivas para a estruturação de talassocracias de nôvo tipo.

Esta tecnologia nova, desenvolvida quase exclusivamente nas áreas de dominação dos Impérios Despóticos Salvacionistas, é que possibilitou a primeira ruptura real com o feudalismo — agora não mais por ataques externos de povos pastoris, mas de dentro de áreas feudalizadas, e não mais apenas para reiniciar outro ciclo restaurador, mas para implantar novas formações socioculturais que seriam as primeiras civilizações de base mundial.

As potencialidades da nova revolução tecnológica realizaram-se através de dois processos civilizatórios sucessivos, embora nìtidamente correlacionados. O primeiro, com o advento e a expansão dos *Impérios Mercantis Salvacionistas*, através de guerras de reconquista de territórios dominados por Impérios Despóticos Salvacionistas. O segundo, pelo amadurecimento de esforços seculares de restauração da Europa feudalizada, que resultaram na instauração do *Capitalismo Mercantil*. Ambos tiveram de peculiar, em relação a todos os anteriores, seu caráter mundial, expresso tanto na sua projeção geográfica sôbre a Terra inteira quanto na sua capaci-

dade de estancar o desenvolvimento paralelo de outros processos civilizatórios.

1. Os Impérios Mercantis Salvacionistas e o Colonialismo Escravista

Os Impérios Mercantis Salvacionistas surgem na passagem do século XV ao XVI em duas áreas marginais — tanto geográfica quanto culturalmente — da Europa: a Iberia e a Rússia. Ambos tiraram, das energias mobilizadas para a reconquista de seus territórios ocupados por árabes e por tártaro-mongóis, a fôrça necessária para as façanhas da sua própria expansão salvacionista.

A Ibéria, como península avançada sôbre o Atlântico, lança-se à conquista e à subjugação de novos mundos no além-mar. Portugal, que vinha explorando a costa africana desde o comêço do século XV, descobre sucessivamente o Cabo Verde e a Costa do Ouro, contorna o Cabo da Boa Esperança e, afinal, estabelece a rota marítima para a Índia. Subjuga, a seguir, a costa ocidental e parte da oriental da Índia e de Malaca. Ocupa Aden e Ormuz, interceptando a antiga via das especiarias. Apodera-se do arquipélago de Sonda, da Indochina e do Brasil. A Espanha, atingindo as Antilhas com as expedições de Colombo, se expande, a partir daí, por todo o continente americano e implanta, também, domínios coloniais e feitorias no Extremo Oriente.

A Rússia, como extremidade oriental da Europa, estende-se sôbre a Eurásia continental, acabando por chegar também à América com a ocupação do Alasca, nos confins do seu território. Por essas expansões simultâneas, é a Europa que explode lançando as bases da primeira civilização mundial. Mas é também a Europa mais islamizada, feita herdeira tanto das inovações tecnológicas como dos princípios institucionais do patrimônio muçulmano.

Ambas haviam experimentado séculos de ocupação islâmica e tártaro-mongólica. A Ibéria, bastião ocidental do domínio mouro, vinha intensificando as lutas pela Reconquista desde o século XIV, mas só a completou no ano da desco-

berta da América. Esta guerra de emancipação, extremamente destruidora, conduzida sob a direção do Papa e do Rei, custou-lhe tantos sacrifícios que no seu decorrer tôda a sociedade se transfigurou para servir a êsse propósito, tornado obsessivo. As ordens religiosas se tornaram mais ricas e mais poderosas do que a nobreza, diferenciaram corpos especiais de sacerdotes guerreiros e a Igreja Católica se fêz herdeira de boa parte da terra reconquistada aos infiéis. A associação das monarquias ibéricas com o Papado alcançou um nível de quase fusão quando se juntaram os recursos econômicos e o salvacionismo de Madrid com o empenho anti-reformista de Roma. Nessa conjuntura, a Ibéria consegue do Papa o título de domínio exclusivo sôbre tôdas as terras que se descubram para além de uma linha imaginária; e a monarquia espanhola obtém os privilégios de erigir e dirigir a Santa Inquisição através de sacerdotes intermediários; de cristianizar o gentio com a qualidade de "vigários apostólicos" investidos da condição de "patronato universal"; e até o direito de cobrar os dízimos e outras rendas da Igreja que seriam ressarcidas depois pela Coroa.

Assim se estabeleceu uma estrutura de poder aristocrático-clerical que regeria, daí por diante, os destinos dos povos ibéricos. Entretanto, com a vitória sôbre os núcleos islâmicos da Ibéria também se destrói o sistema agrário que haviam implantado com base numa agricultura de regadio de alta tecnologia e que permitira manter, por séculos, densas populações mesmo nas zonas mais áridas. À medida que os novos senhorios aristocrático-clericais se apossavam das antigas áreas intensamente cultivadas, transformavam-nas principalmente em pastagens para a criação de ovelhas, fazendo com que a penúria sucedesse à antiga fartura. Multidões de camponeses foram enxotados e reduzidos à mendicância e a própria população entrou a diminuir dràsticamente, tanto no campo como nas cidades. Nem todo o ouro saqueado da América, nos séculos seguintes, foi suficiente para compensar êste retrocesso (J. Klein 1920).

A causa fundamental dêsse recuo estava, porém, na própria configuração de Império Mercantil Salvacionista que a península ibérica assumiu ao instrumentar-se para a Reconquista. Assim estruturada, a Ibéria capacitou-se para absorver e generalizar a tecnologia da Revolução Mercantil e para se fazer, dêsse modo, uma das matrizes do capitalismo. Mas não conseguiu configurar-se, ela própria, como uma formação capitalista mercantil. Em conseqüência, passou a perder substância quando entrou em intercâmbio com formações maduramente capitalistas, em virtude do caráter arcaico e defasado de sua estrutura sócio-econômica.

A Rússia moscovita amadureceu seu perfil étnico-nacional a partir do estágio de Estado Rural Artesanal, sob a pressão do domínio tártaro-mongólico. Sua própria classe dominante cresceu e enriqueceu no exercício da função de coletora de tributos para a Horda de Ouro. Quando conseguiu finalmente emancipar-se, depois de décadas de luta que ali também exigiram a mobilização de tôdas as energias nacionais, configurou-se como uma formação defasada, igualmente incapaz de promover um desenvolvimento capitalista pleno.

A configuração cultural nos dois Impérios Mercantis Salvacionistas surgiu, assim, profundamente impregnada por elementos tomados das tradições despóticas salvacionistas que haviam dominado seus povos ao longo de séculos e por inovações surgidas em razão da oposição àquele domínio. No plano ideológico, fazem-se movimentos messiânicos de extensão da Cristandade, como cruzados extemporâneos. A Ibéria, com um fanatismo religioso só comparável ao dos primeiros impulsos muçulmanos, conforma os capitães da conquista como híbridos de traficantes e de cruzados; e se lança, com igual furor, à erradicação das heresias do seio de suas próprias populações, através da flagelação dos suspeitos de impiedade, das festas públicas de cremação de hereges e da expulsão de centenas de milhares de mouros e judeus que haviam podido viver na península ao longo de séculos sob o domínio sarraceno.

Êste êxodo, concebido pela classe dominante como uma extraordinária oportunidade de enriquecimento pelo confisco e rateio dos bens de judeus e muçulmanos, resultou também num retrocesso econômico da maior gravidade. Efetivamente, o que se conseguiu foi erradicar da Ibéria, junto com as heresias, quase todos os setores intermédios de artesãos, pequenos granjeiros e comerciantes, compostos principalmente

por "castas infiéis". A destruição dêsse estrato social fêz cair imediatamente o nível técnico das atividades agrícolas e manufatureiras e desmontou o sistema nacional de intercâmbio mercantil que relacionava e integrava as diversas esferas produtivas, contribuindo decisivamente para tornar a Espanha, e depois Portugal, inaptos para a Revolução Industrial.

A Rússia, ao expandir-se, assume uma feição mais despótica que salvacionista. Mas é movida, igualmente, pelo elã cristianizador, expresso na assunção do papel de terceira Roma, na integração do patriciado de Moscou no Czarismo, no esfôrço secular de cristianização das populações do seu território, no caráter místico da religiosidade russa, na expansão numérica do seu clero — só comparável ao da Ibéria — na intolerância religiosa que explodiria, mais tarde, nos *pogroms*.

Na ordenação sócio-econômica dos dois impérios prevaleceram os princípios do mercantilismo de inspiração despótico-oriental sôbre os princípios do capitalismo nascente. Assim é que, nas duas áreas, acima de um empresariado burguês-capitalista, disposto a enfrentar a nobreza e o clero, se implantou uma vasta burocracia cartorial controladora do poder político-militar e arrecadadora de tributos. A expansão dos monopólios estatais sôbre diversos setores produtivos se generaliza e prepondera em relação às emprêsas privadas, sujeitas continuamente à interferência governamental. Em ambos os casos, o Estado-empresário explora minas e fábricas, estancos de sal, de fumo, de diamantes, o comércio externo e muitos outros setores; arrecada tributos e distribui regalias e títulos nobiliárquicos. Com os recursos apresados em tôdas essas fontes, mantém vastíssimos corpos sacerdotais, subvenciona a construção de inumeráveis templos, custeia as máquinas militar e administrativa que atuam como vastas agências de clientelismo, absorve os prejuízos operacionais da economia e sustenta uma enorme camada parasitária.

Os Impérios coloniais ibero-americanos, estruturados como contraparte desta formação mercantil-salvacionista, por via da atualização histórica, conformar-se-iam nos moldes de um nôvo *Colonialismo Escravista*, inserido dentro de um sistema econômico unificado e interativo. Não se configuram, portanto, como etapas pretéritas da evolução humana, mas como partes complementares de um mesmo complexo que tinha como

centro dinâmico as potências ibéricas e, como áreas periféricas e como "proletariados externos", as populações concentradas nas colônias. As semelhanças flagrantes entre o colonialismo escravista ibérico e o greco-romano ou cartaginês explicam-se melhor por serem todos oriundos de processos de atualização histórica, gerados por diferentes civilizações, do que como restaurações de etapas necessárias da evolução humana.

Os procedimentos fundamentais de dominação das colônias escravistas das Américas foram: a erradicação da antiga classe dominante local, a concessão de terras como propriedade latifundiária aos conquistadores, a adoção de formas escravistas de conscrição da mão-de-obra e a implantação de patriciados burocráticos, representantes do poder real, como exatores de impostos. Nas áreas dos impérios teocráticos de regadio da Meso-América e do Altiplano Andino, onde se concentravam grandes contingentes de mão-de-obra, condicionados já à disciplina do trabalho, a escravização se institucionaliza sob a forma de *mita* e de *encomienda* de serviços. Nesta forma de conscrição, os índios eram entregues em usufruto à exploração mais desumana. Justificava-se e disfarçava-se o sistema, porém, em nome do zêlo pela salvação eterna do gentio, pela atribuição da função de catequistas aos *encomenderos*. Mais tarde, a *encomienda* progride para uma forma de tributo pagável em dinheiro que os indígenas só podiam obter trabalhando nas minas e nas terras, sob as mais penosas condições. Para que êste regime de escravização, ainda mais opressivo e insidioso, pudesse funcionar, os caciques foram transformados em aliciadores da fôrça de trabalho válida das comunidades indígenas para entregá-la à exploração dos *encomenderos*, como condição para que os velhos sobreviventes e as crianças pudessem continuar nas aldeias (Sergio Bagu 1949 e 1952).

Sob êste sistema as populações dos antigos Impérios Teocráticos de Regadio foram tão dràsticamente reduzidas que a depopulação das colônias chegou a preocupar sèriamente a Coroa. Temia-se, agora, o desastre econômico que poderia representar a perda daquela escravaria barata, porque custara apenas o preço da conquista, e aparentemente inesgotável,

porque montara a milhões. Flagelada pelas pestes com que o europeu a contaminou e desgastada sob o pêso do trabalho, a população indígena minguava em proporções tão alarmantes que ameaçava desaparecer (H. F. Dobyns e P. Thompson 1966) e era sucedida por uma nova casta de mestiços resistentes à escravização, tendentes à rebeldia e sem lugar na estratificação societária de estamentos raciais. Além de desgastada numèricamente, aquela população se via degradada pela contingência de servir como mera fôrça de trabalho que não existia para si própria, mas como produtora dos poucos artigos que interessavam à economia colonial e, sobretudo, como extratora de metais preciosos. Perde, assim, os altos níveis de qualificação tecnológica e de saber erudito que havia alcançado, para mergulhar numa cultura espúria.

Nas outras áreas americanas restaurou-se o escravismo greco-romano em sua forma mais crua. Primeiro, pela escravização dos indígenas locais e, mais tarde, desgastados êstes, pela transladação de enormes massas de negros da África para as *plantations* e para as minas, onde seria também consumida a maior parte dêles.

Criou-se, dêste modo, uma enorme fôrça de trabalho escravo, de cuja capacidade de produção, nas condições mais espoliativas, passaram a viver espanhóis e portuguêses (Eric Williams 1944).

Êste foi o maior movimento de atualização histórica de povos jamais levado a efeito, mediante a destribalização e deculturação de milhões de índios e negros e seu engajamento em novos sistemas econômicos, na qualidade de camadas subalternas. Atuando através da colonização escravista e do despotismo salvacionista, criaram-se condições superopressivas de compulsão aculturativa que, com a destruição de milhares de etnias, o desgaste de milhões de trabalhadores e a desqualificação dos setores técnicos e profissionais especializados dos povos conquistados, incorporaram os neo-americanos às macro-etnias hispânica e lusitana, como um vasto "proletariado externo" de simples trabalhadores braçais, para sôbre esta massa indiferenciada e degradada infundir as características essenciais dos seus futuros perfis étnico-nacionais. O poder deculturador e aculturador dêsse processo de atualização histórica foi ainda maior que o dos processos equiva-

lentes de romanização e de islamização, como se constata pela uniformidade lingüística e cultural dos povos americanos, muito mais homogêneos, embora numérica e espacialmente maiores, do que as populações da própria península ibérica e de qualquer outra área do mundo.

Em tôda a Ibero-América, a Igreja revivia o papel e a função que exercera no medievo europeu, tornando-se a maior monopolizadora de terras, de índios *encomendados* e de capitais financeiros aplicados em hipotecas. As fontes dêsse enriquecimento eram as contribuições diretas da Coroa a título de dízimo, as doações, os legados, as reservas de direitos — *capelania, mão morta* — e também a extorsão inquisitorial que recaía como um flagelo sôbre os suspeitos de heresia, confiscando-lhes todos os bens familiares e fazendo saldar de imediato todos os futuros direitos de herança e todos os créditos que tivessem em mãos de quaisquer devedores (H. C. Lea 1908; B. Lewin 1962; S. Bagu 1949 e 1952).

A expansão russa processa-se com vigor muito menor e conforma-se aos padrões da formação despótica de que emerge. Assim é que a concessão das terras conquistadas e dos antigos latifúndios convertidos em *oprichnina* e redistribuídos pelo Czar, não se faz como propriedade privada, mas como *pronoia,* que representava, essencialmente, a atribuição à nobreza e ao clero do privilégio de cobrar tributos ao campesinato servil. Quando estas concessões se transformaram em propriedade territorial hereditàriamente transmissível, as imposições mais duras da servidão haviam sido substituídas por novas formas de contingenciamento, de modo a manter sempre o campesinato sob a dependência de senhorios privados. A pobreza muito maior da área de exploração russa, bem como o atraso cultural também maior de suas populações e a menor magnitude numérica destas, tornaram imperativa a manutenção dêsse sistema e não ensejaram o aparecimento de uma estrutura rural granjeira nas áreas conquistadas, nem uma prosperidade econômica equivalente à das emprêsas coloniais ibéricas.

Nestas circunstâncias, em lugar de progredir tecnológica e institucionalmente para formas maduramente capitalistas de produção e de ordenação da sociedade, acentuaram-se, nas áreas coloniais dos dois Impérios Mercantis Salvacionistas, as

tendências despóticas e, em suas áreas metropolitanas, a propensão a submergir, episòdicamente, em regressões feudais, quando a autoridade imperial se via suplantada pela nobreza latifundiária e pelo clero.

2. O Capitalismo Mercantil e os Colonialismos Modernos

Enquanto se processava a expansão salvacionista, as fôrças renovadoras da Revolução Mercantil avançavam através de um outro processo civilizatório: o *Capitalismo Mercantil*. Mais pobre, naquele momento, mas dotado de maiores potencialidades de tecnificação, de reordenação social e de progresso, tal era o esfôrço de restabelecimento do sistema mercantil europeu, primeiro no continente, depois em todo o mundo, que voltaria a ativar as economias regionais estagnadas durante o milênio de feudalização.

Seus desencadeadores foram um complexo de eventos e a adoção de novos procedimentos técnicos e institucionais que, ensejando o restabelecimento do comércio exterior, permitiram reimplantar manufaturas nas cidades italianas, francesas, flamengas e holandesas e, mais tarde, na Inglaterra e na Espanha, primeiro para o mercado interno e, posteriormente, para os de ultramar. À medida que cresciam os mercados, estas manufaturas se transformavam. Assim é que foram ascendendo, progressivamente, de simples ajuntamentos de artesãos possuidores de seus instrumentos de trabalho e financiados por um capitalista, a unidades maiores, com divisão interna do trabalho, em que o empresário já era proprietário dos meios de produção e pagava salários aos trabalhadores, lucrando com o acréscimo de produtividade de todos êles.

Inicialmente, estas manufaturas centralizadas instalaram-se no campo, para fugir ao contrôle dos grêmios artesanais urbanos. Ocupavam camponeses em fiações e tecelagens, depois em serrarias, refinarias de açúcar, fábricas de sabão, de tintas, de cerveja, etc., e, mais tarde, em estaleiros, metalurgias e fábricas de papel. Riquezas monetárias acumuladas no comércio, na usura, na exploração das finanças públicas e nos

monopólios estatais passaram a aplicar-se produtivamente nestas manufaturas, transladando-as progressivamente para as cidades, que voltaram a crescer. A necessidade de alimentar e vestir os trabalhadores urbanizados gerou uma procura crescente de bens, criando um mercado interno cada vez mais amplo para a produção agrícola e manufatureira. Os proprietários rurais, interessados em produzir para êsse mercado, passaram a forçar o campesinato à uma produção maior e a expulsar de suas terras a antiga clientela patriarcal que consumia a maior parte das safras. Culmina êsse processo, em diversas áreas, com a conversão das terras de cultivo em criatórios de ovelhas para produzir lã.

Os governos passam, então, a fomentar essas atividades que se vão tornando a fonte principal de rendas públicas. Emprestam-lhes todo apoio, através de medidas alfandegárias protecionistas e de reformas das instituições cerceadoras da liberdade de aliciamento de mão-de-obra ou da expansão do mercado interno. Derrogam-se, assim, as antigas normas que dificultavam a comercialização da produção agrícola, criando-se os mercados nacionais. Decreta-se o direito de cercar as propriedades fundiárias, acabando com os campos comunais. Liberam-se os cultivos e anulam-se os tradicionais direitos de pasto.

Por todos êsses procedimentos desagregam-se as estruturas comunitárias em que primavam as atividades de subsistência e as relações de mutualidade, para se imporem relações contratuais de trabalho definidas como legais e livres. Contingentes rurais cada vez maiores se desvinculam da economia natural ou são compelidos a fazê-lo para se converterem em mão-de-obra aliciável para o trabalho assalariado por haverem perdido as bases de provimento de sua subsistência.*

* Karl Marx descreveu admiràvelmente êste processo: "... Quando os grandes latifundiários inglêses eliminaram seus *retainers* (agregados) que consumiam parcelas da produção excedente de suas terras; quando seus arrendatários expulsaram os pequenos camponeses, etc., uma massa duplamente livre de mão-de-obra foi lançada ao *mercado de trabalho*: livre das antigas relações de clientela, de servidão ou de prestação de serviços; mas livre, também, de todos os bens e de tôda forma de existência prática objetiva, *livre de tôda propriedade*. Tal massa ficara reduzida à alternativa de vender sua capacidade de trabalho, à men-

A reação dos camponeses a esta reforma estrutural espôca em guerras na defesa do antigo *modus vivendi*, ou da reivindicação da propriedade das terras para as trabalharem por conta própria como produtores para o mercado. Essas guerras assumem, quase sempre, formas milenaristas como lutas de classes subalternas que, ao se lançarem contra a ordem constituída, têm apenas como modêlo reordenador a idealização de eras passadas em que teria prevalecido o bem e a justiça. Freqüentemente, assumem postura anticlerical pela oposição irredutível entre os seus interêsses e os da principal instituição monopolizadora da terra, a Igreja.

Nesse ambiente de renovação social tudo é pôsto em causa. A ordem social deixa de ser concebida como sagrada ou passa a ser definida em têrmos de reavaliação do conteúdo do sagrado. Traumatizam-se, assim, os mecanismos de preservação do regime, ensejando o alastramento de insurreições camponesas à medida que a estruturação capitalista marcha de região a região.

A partir do século XIII, ondas sucessivas de levantes desta natureza convulsionaram a Europa, como a dos Pastôres (1251) e a dos Plebeus (1320), nos Países Baixos e na França; a de Dolcino (1305), na Itália, as de Marcel e La Jacquérie (1357), na França; a de Wat Tylor (1381), na Inglaterra. Já no século XV estala a rebelião dos Hussitas na Boêmia e diversos levantes camponeses na Alemanha. Quando o processo de reestruturação alcança outras regiões, ali também explodem guerras camponesas, com as russas do século XVII (Razin), XVIII (Pugachov) e XIX, até a extinção da servidão em 1861; e as da China dos séculos XIX e XX. Como insurreições de classes subalternas, estavam històricamente condenadas ao malôgro pela impossibilidade de reordenar a sociedade inteira de acôrdo com seus interêsses. Sua eclosão teve, no entanto, um papel decisivo na implantação de uma nova ordem capitalista-mercantil, uma estrutura de poder li-

dicância, à vagabundagem ou ao roubo como única fonte de renda. A história registra que ela primeiro tentou a mendicidade, a vagabundagem e a delinqüência, mas que se viu afastada dêsse caminho e foi empurrada, a seguir, à estreita senda que levava ao mercado de trabalho, por meio do patíbulo, do cepo e do chicote". (Marx 1966:38).

derada pelo empresariado capitalista, e no triunfo dos movimentos de Reforma.

Um processo simultâneo de desenraizamento e relocação de trabalhadores ocorria nas cidades, desligando os artesãos dos vínculos corporativos dos grêmios para torná-los assalariados dos novos empreendimentos. Como mão-de-obra mais qualificada, êsses artesãos emprestaram à revolução tecnológica o concurso de sua destreza acumulada secularmente e acrescentaram à fôrça de trabalho um estrato diferenciado de técnicos e especialistas. Em cada país, à medida que progredia a conversão da economia aos padrões capitalistas, foram sendo abolidas as corporações de ofício, os regulamentos de aprendizagem, as juntas de salário. Tôdas essas ordenações protetoras foram substituídas progressivamente pelo ideário liberal da igualdade perante a lei e do livre direito de contrato.

A combinação da disponibilidade de capital acumulado com a oferta de mão-de-obra livremente aliciável e de bens de subsistência oferecidos à venda tornou possível montar estruturas urbanas de produção e de comércio que se fariam cada vez mais amplas até dominarem todo o sistema econômico, convertendo-o em formações socioculturais capitalistas mercantis. Êste processo civilizatório experimentou uma aceleração prodigiosa quando a êle se somaram os resultados da expansão oceânica conduzida pelos povos ibéricos. Carreando para a Europa o produto do saque de dezenas de povos e, depois, os excedentes arrancados a milhões de escravos que tinham seu consumo supercomprimido nas minas e nas plantações tropicais, o Capitalismo Mercantil pôde saltar alguns séculos no seu processo de amadurecimento. Êste não se cristalizaria, porém, em nenhuma das duas áreas onde atuara pioneiramente a Revolução Mercantil. Tendo-se configurado como Impérios Mercantis Salvacionistas, ambas se haviam atrasado na história, passando a interagir com as novas formações como estruturas defasadas e, por isso mesmo, condenadas a perder substância em todo o intercâmbio econômico posterior.

A formação Capitalista Mercantil implanta-se, primeiro, na Holanda (1609), onde assume a forma de república moderna de perfil oligárquico, governada por comerciantes e ban-

queiros, após a vitória na sua guerra de emancipação contra o domínio salvacionista ibérico. No curso dessas lutas, a Holanda apossa-se de diversos domínios coloniais portuguêses e espanhóis na África (Cabo), nas Américas (Antilhas), no Oriente (Ceilão, Indonésia), e torna-se a principal potência européia. Cria a primeira organização bancária moderna (1609), que passa a atuar como financiadora e seguradora da expansão mercantil holandesa, alçada à condição de empório distribuidor da produção mundial nos mercados europeus.

Segue-se a Inglaterra, com a revolução de Cromwell (1652-1679), que lhe permite estruturar-se também como uma formação capitalista mercantil revestida dos atributos institucionais de uma monarquia parlamentar. A Inglaterra alça-se também através da guerra contra os salvacionistas ibéricos e contra os holandeses, graças à apropriação de alguns dos seus antigos domínios colonias na América do Norte, na Índia, na China e na África. Uma das fontes de sua modernização foi o ingresso de uma centena de milhares de perseguidos religiosos, que elevaram substancialmente a qualificação de sua fôrça de trabalho e suas disponibilidades de capital financeiro. Mas seu enriquecimento se fêz, nessa primeira etapa, principalmente através do saque pelo corso sustentado pelo Estado e, mais tarde, mediante o contrabando com as colônias americanas, principalmente com a exploração do tráfico negreiro por meio de contratos monopolísticos com as nações ibéricas, operados por companhias oficiais cujos principais acionistas eram as Casas Reais espanhola e inglêsa. A eficiência capitalista aplicada ao tráfico negreiro permitiu organizar racionalmente as operações de caça de escravos no interior, de amontoamento de reservas na costa africana, de transporte marítimo, de depósito, distribuição e venda através de tôdas as Américas. Nesse processo, as nações européias, pioneiras do desenvolvimento capitalista mercantil, aliciaram, no curso de quase três séculos, mais de 100 milhões de africanos, uma têrça parte dos quais deve ter chegado a seu destino para aí serem consumidos, em sua grande maioria, no trabalho escravo (F. Tannenbaum 1947; J. Arnault 1960; E. Williams 1944).

A integração da França à nova formação amadurece lentamente no nível econômico, com a instalação, a partir do

século XVI, de manufaturas de artigos de luxo em Lyon, Reims e Paris e, mais tarde, de tipografias e de metalúrgicas. Eclodiu, por fim, no plano político, com a revolução social de 1789, comandada, inicialmente, por lideranças anti-aristocráticas e completada, mais tarde, por um regime militar que impõe as ordenações napoleônicas. Implanta-se, assim, o primeiro sistema estatal de instrução pública; derroga-se o regime legal anterior e delineia-se o modêlo básico de instituições liberal-capitalistas que seriam prontamente adotadas em todo o mundo. Esta última formação capitalista também se apropria de antigas áreas coloniais ibéricas, pela anexação, ao seu domínio colonial, de vastas áreas da América do Norte, do Canadá, da Indochina e do Senegal.

Para assumir esta posição pioneira, aquelas nações haviam reativado sua vida econômica interna, rompendo com as barreiras feudais que continham suas fôrças produtivas, e confiscado os bens eclesiásticos, os latifúndios das abadias e mosteiros, para integrá-los no sistema produtivo. Seus empresários aplicaram capitais nas manufaturas que passaram a produzir para todo o mercado nacional e, depois, para exportação. Criaram-se, assim, grandes emprêsas de investimento nos setôres mercantis, fabris, agrícolas e de obras públicas que, excedendo a capacidade financeira de um só capitalista, apelavam para vários processos de captação de recursos. E incentivaram a constituição de uma fôrça de trabalho altamente qualificada, a partir do artesanato medieval.

Como efeito maior de tôdas essas mudanças, refez-se a própria estratificação social, presidida por uma polarização que opunha uma camada de proprietários aliciadores de mão-de-obra assalariada ou escrava, a uma camada de despossuídos, conscritos como a fôrça de trabalho do sistema, na posição de dois proletariados, um interno, outro externo. As condições de existência e de reprodução dêsses estratos divergentes, mas mùtuamente complementares, e seu antagonismo intrínseco, passariam a constituir a fôrça motriz de tôda a dinâmica social.

Em sua expansão ultramarina, tôdas as formações capitalistas mercantis apelaram também para o colonialismo escravista, criando novas áreas de plantações tropicais. Mas, simultâneamente, inovaram o antigo modêlo, complementando-o,

primeiro, com colonizações mercantis, na forma de entrepostos comerciais implantados em países longínquos, com os quais não se pretendia transfigurar os povos autóctones, mas tão sòmente traficar com êles, e, mais tarde, com Colônias de Povoamento, estabelecidas através da transladação de populações européias para além-mar. Estas últimas se destinavam, essencialmente, a aliviar a Europa dos excedentes populacionais gerados no próprio processo de integração da economia agrícola em padrões capitalistas. Em conseqüência, os pequenos núcleos de colônias de povoamento — que eram as menos prósperas das colônias na formação anterior — entram a crescer, tendo por objetivo menos prover lucros do que ocupar gente desenraizada e marginalizada, cuja presença começava a representar um risco permanente de insurreição.

Uma destas colônias de povoamento, que crescera como economia ancilar dos ricos empreendimentos escravistas coloniais das Antilhas, amadureceria, pouco mais tarde, para o Capitalismo Mercantil. Era a América do Norte, onde uma ordenação capitalista incipiente, fundada nos próprios princípios que regeram a colonização, se fortificaria no curso da guerra de emancipação. Estas características se acentuariam ali de forma mais radical que em qualquer outra área colonial em virtude do caráter singular de sua implantação como uma extensão ultramarina da sociedade inglêsa. Assim é que, na América do Norte, se erige o modêlo básico de República federativa moderna, estruturada como uma formação capitalista mercantil, tendente à industrialização. Contando com enormes áreas desertas para a autocolonização, a América do Norte só tardiamente se lança à expansão colonialista, mas o faz, também, pela apropriação de antigas áreas de domínio ibérico, como as Antilhas e as Filipinas, além de algumas ilhas do Pacífico.

Como se vê, a formação capitalista-mercantil também nasce bipartida em dois complexos complementares. Primeiro, o *complexo metropolitano* das nações as estrutura por aceleração evolutiva como centros de poder e de comércio ultramarino. Internamente assentam-se em dois pilares: uma economia rural de granjeiros livres, produtores para o mercado (principalmente França e Estados Unidos da América),

e de grandes explorações agrícolas e pastoris, de tipo capitalista, que começam a atuar à base do trabalho assalariado (principalmente Alemanha e Inglaterra); e uma economia urbana de manufaturas mercantis, de comerciantes importadores e exportadores e de agências financeiras, que tanto operam no mercado europeu como no mundial. Segundo, o *complexo colonial*, implantado através de movimentos de atualização histórica, que gera as *colônias mercantis* das feitorias asiáticas de comércio e africanas de suprimento de mão-de-obra escrava e as *colônias escravistas* das áreas americanas de exploração de minas e de plantações comerciais, operadas, tanto direta como indiretamente, através de outros agentes coloniais, como os portuguêses e os espanhóis; e, finalmente, as *colônias de povoamento* das Américas, da Austrália e da Nova Zelândia.

Por meio dessas duas faces complementares — a metropolitana e a colonial — o sistema passa a atuar gerando, numa delas, o capital e os capitalistas contrapostos a massas crescentes de assalariados; e na outra, camadas gerenciais subalternas e massas escravizadas e avassaladas. Estas últimas não representavam para o sistema mais do que uma espécie de combustível humano explorado localmente ou importado da África para produzir artigos de exportação, metais preciosos e minérios. Não eram "pròpriamente trabalhadores, mas apenas trabalho", tal como aquêle que seria oferecido, amanhã, pelas fontes inanimadas de energia (K. Marx 1966:41). Nessa qualidade, propiciavam uma acumulação de capital muito maior do que a obtida pela exploração de assalariados e ensejavam a reversão para as economias metropolitanas, amadurecidas como estruturas capitalistas, de recursos cada vez mais vultosos.

A expansão oceânica européia, iniciada pelos ibéricos, torna-se, nesse passo, uma emprêsa coletiva que multiplica colônias escravistas, mercantis e de povoamento por todo o mundo, acelerando a ação do processo civilizatório capitalista mercantil, já agora como o mais vasto dos movimentos de atualização histórica. Com o seu desencadeamento, milhões de homens foram transladados de um continente a outro. As matrizes raciais mais díspares foram caldeadas e os patrimônios culturais mais divergentes foram afetados e

remodelados. As conquistas culturais, principalmeste tecnológicas, de todos êsses povos começaram a confluir, lançando as primeiras bases de uma reordenação unificadora do patrimônio cultural humano. Nesse processo, milhares de povos atados a formações tribais, aldeãs, pastoris, rural-artesanais, bem como antigas civilizações, tanto as vigorosas como as já estagnadas em regressões feudais, foram integradas num sistema econômico de base mundial, como sociedades subalternas e culturas espúrias. Sua razão de existência deixara de constituir a natural reprodução do seu modo de ser, para se converter no fator de existência e no instrumento de prosperidade dos centros metropolitanos que geriam os seus destinos.

A espoliação dêsses povos possibilitou às cidades européias retomar e superar amplamente o brilho que haviam alcançado no esplendor do Império Romano, implantando-se como metrópoles suntuosas e opulentas. Deu, também, aos europeus nórdicos, até então marginais aos processos civilizatórios, um sentimento de superioridade e de destinação civilizadora que passou a justificar tôdas as formas de opressão colonial como o exercício necessário do papel de agentes civilizadores, convictos de que representavam uma ordem moral superior e o motor do progresso humano.

As riquezas que se acumularam com as novas atividades produtivas e com o saque de tesouros alheios elevaram a níveis jamais alcançados a economia de dinheiro metálico, tornando disponíveis capitais cada vez maiores para financiar novos empreendimentos.* Esta abrupta disponibilidade de metais preciosos provoca uma elevação constante de preços, que contribui fortemente para desorganizar as economias camponesas ainda sobreviventes. Dessa forma, novas massas são

* Só no período que vai de 1591 a 1660, a Espanha retira da América 4 537,6 toneladas de ouro. Portugal retira do Brasil no século XVIII cêrca de 1 400 toneladas de ouro e 3 milhões de quilates de diamantes. Com a contribuição mexicana, a produção mundial de prata salta de 335 toneladas, em 1701/1720, para 879 toneladas, em 1781/1800. O saque britânico de Bengala, efetuado mais tarde, e a exploração posterior da Índia também contribuem, ponderàvelmente, para custear a industrialização européia. (Ver F. Mauro 1964; A. Piettre 1962; J. Arnault 1960); W. Prescott Webb e J. F. Murphy 1951).

lançadas ao mercado de trabalho ou obrigadas a emigrar, ao mesmo tempo que sobrevém uma violenta substituição das antigas camadas patronais conservadoras pelo empresariado de mentalidade capitalista.

Simultâneamente, a Europa se transfigura ideològicamente, aprofundando o movimento de renovação inaugurado com o Renascimento e intensificado pela Reforma. Nas áreas em que mais amadurecera o Capitalismo Mercantil, quebram-se as velhas hierarquias religiosas e enseja-se um amplo movimento de secularização. A alfabetização em massa nas línguas vernáculas, levada a efeito para ler a Bíblia, permitiria, de então por diante, recrutar a intelectualidade em bases muito mais amplas e assegurar-lhe maior liberdade de indagação e de pesquisa. Dêsse modo, a Europa pós-medieval, que redescobrira o mundo grego assumindo sua postura mercantil e sua atitude especulativa, pôde levar à frente o saber e as artes a partir do ponto em que haviam estagnado e pôde retomar também os modelos mercantis escravistas de estruturação política em seus conteúdos democráticos.

Nas áreas onde mais amadureceu a formação capitalista-mercantil, a Igreja Católica, de um poder autônomo ordenador das estruturas sociais e legitimador da autoridade, reduz-se a instituição auxiliar modeladora de consciências individuais. Mas é pròntamente chamada a atuar como sustentáculo espiritual da nova classe dominante. Teólogos reformistas dedicam-se, agora, a formular uma ideologia enobrecedora do enriquecimento — conceituado como sinal de benesse divina — dignificadora do trabalho e condenatória de antigas atitudes senhoriais de ócio e fruição, bem como da sua contraparte popular, a mendicância. Por tôdas essas formas de ação, a Igreja da Reforma ajuda a burguesia nascente a adotar o perfil ético que lhe corresponde e a destruir as bases morais do antigo sistema que encarava a propriedade como mais passível de deveres que de direitos e a estamentação social rígida da Europa feudal como uma expressão da vontade divina (M. Weber 1948; R. H. Tawney 1959; Th. Veblen 1951).

Com o Capitalismo Mercantil estabelecem-se, assim, as bases para a despersonalização das relações de trabalho, transformando a mão-de-obra em um bem livremente negociável;

entrona-se uma classe empresarial de nôvo tipo para a qual se prescrevem direitos mas não deveres; e implanta-se um regime econômico marcadamente racionalista e venal. Nesse ambiente liberto de peias religiosas tudo se põe em causa. As ciências e as artes experimentam um desenvolvimento sem paralelo, lançando-se as bases para uma nova revolução no plano da tecnologia. Uma onda de criatividade renova as velhas ordenações medievais através de uma geração de livre-pensadores que se ocupam da regulamentação racional das relações humanas, com base nos conceitos mais generosos de liberdade e de igualdade e com uma atitude de plena confiança no progresso humano. Opera-se, dêsse modo, uma primeira transição saint-simoniana do govêrno das pessoas, que prevalecera no mundo feudal, para um govêrno das coisas, que regeria o capitalismo. Mas só se consegue efetivar esta renovação coisificando as pessoas, a fim de tratá-las jurìdicamente como coisas.

Em sua forma plenamente amadurecida, a nova formação sociocultural assenta-se na propriedade privada das emprêsas; na mais aguda competição destas entre si e em face dos consumidores; e na implantação de um regime de espontaneísmo no plano econômico e de completa irresponsabilidade social para com o destino dos trabalhadores. Velhas tendências espoliativas e alienadoras surgidas com as primeiras formas de estratificação social, e que haviam alcançado extremos na formação mercantil escravista e, mais tarde, nas formações despótico-salvacionistas e mercantis salvacionistas, reimplantam-se e aprofundam-se mais ainda.

A certa altura, êstes concomitantes dilaceradores do processo civilizatório Capitalista Mercantil entram a atuar com intensidade crescente, fazendo das populações européias mais pacientes do que agentes das fôrças renovadoras. A riqueza social aumenta até níveis inatingidos antes, mas a pobreza das camadas despossuídas também se agrava como nunca. As populações européias crescem mais aceleradamente do que a capacidade do sistema para absorver os novos contingentes de mão-de-obra, transformando-os em "excedentes" que se devem exportar como emigrantes.

As Colônias de Povoamento, constituídas nesse processo, cresceram através do engajamento compulsório de *indentured servants*. — inglêses, irlandeses, alemães e de outras nacionalidades — aliciados pelos capitães de navios para trabalhar na América, onde eram arrematados em leilões pelos *amos* a quem serviriam por 4 a 6 anos, sem outra retribuição que o sustento e a vestimenta. A êles se juntavam os *forçados* que a justiça inglêsa condenava por delinqüência e vagabundagem e os *raptados* mediante tôda sorte de expedientes, como *redemptioners* que enfrentavam condições ainda piores, porque não tinham prazo certo de remissão e, às vêzes, não tinham prazo algum, transformados virtualmente em escravos.

Avalia-se que a proporção dêsses contingentes europeus escravizados (porque produziam mercadorias sob o estrito contrôle de seus amos) haja alcançado entre duas têrças partes e 80% da fôrça de trabalho das colônias do Norte. A mesma forma de recrutamento da mão-de-obra seria aplicada, mais tarde, a outros contingentes europeus, à medida que seus territórios eram alcançados pelas fôrças reordenadoras do Capitalismo Mercantil. Atingiria depois a Ásia, carreando para as plantações da Austrália, da África e da América novos contingentes de *coolies* chineses e indianos, como *indentured servants* (S. Bagu 1949; E. Williams 1944).

A Revolução Mercantil, que gerara o maior movimento expansionista da história humana tendente a unificar o mundo inteiro num só sistema de intercâmbio econômico, experimenta, nesse passo, um movimento oposto de segmentação dos povos em entidades étnico-nacionais carregadas de hostilidade umas para com as outras. O mesmo processo civilizatório que alargara o mundo, pondo todos os povos em contato, e que ampliara o âmbito interno de cada sociedade pelo rompimento de barreiras regionais, encontra seu têrmo nas fronteiras nacionais.

Por tôda a Europa aglutinam-se núcleos étnico-nacionais expansionistas, que vinham evoluindo desde a dissolução do Império romano. Configuram-se, assim, os espaços nacionais modernos. Cada um dêles compreende uma comunidade que, durante gerações, participara das mesmas crenças e costumes. Seus membros passam agora a identificar-se como nações definidas em têrmos de entidades solidárias excludentes de tôdas as demais, com direito ao domínio político do território que ocupavam ou pleiteavam.

Após séculos de elaboração de sua forma, como resultante de múltiplas fusões de povos, essas etnias alcançavam, afinal, consciência de sua especificidade em virtude do poder aglutinador do sistema político, empenhado em reservar ao seu empresariado o monopólio do mercado nacional. Incentivada por essas fôrças aliciadoras, a intelectualidade passa a criar auto-imagens nacionais motivadoras, na forma de obras literárias redigidas em língua vernácula, com o propósito de ressaltar o valor de suas tradições, a qualidade de seus heróis e a superioridade de seu "vínculo de sangue". Por êsses processos de organização e de afirmação nacionalista, as entidades étnico-nacionais se conformam como os quadros econômicos e sociais em que suas populações realizarão seu destino, em face das outras. Aquelas que se estruturaram precocemente como Estados e alcançaram maior desenvolvimento como economias capitalistas lançam-se à expansão, tanto assimiladora dos grupos locais e regionais ainda imaturos e indefinidos, quanto de conquista e avassalamento das outras. Estalam os conflitos entre estas unidades contrapostas. São as lutas nacionais que, através de três séculos de crises, tensões, revoluções e guerras, irão configurando o quadro étnico europeu e correlacionando com êle todo o mundo extra-europeu, transformado em área de saque e de exploração (F. Znaniecki 1944; A. van Gennep 1922 e H. Kohn 1951).

VII

A Revolução Industrial

Os processos civilizatórios fundados na Revolução Mercantil ainda atuavam quando emergiu a Revolução Industrial e, com ela, dois novos processos civilizatórios que se cristalizaram em distintas formações socioculturais.

Sua capacidade de reordenação das sociedades humanas só seria comparável à da Revolução Agrícola que, desde dez mil anos passados, vinha remodelando os povos.* Afetaria também tôdas as sociedades, acrescentando às que lograram

* Com a Revolução Agrícola, a população mundial saltara de 20 milhões a cêrca de 650 milhões. Com a Revolução Industrial passa a experimentar uma nova explosão demográfica: só a Europa passaria de 160 para 400 milhões de habitantes no curso do século XIX; a população mundial cresce de 600 milhões, em 1750, para 2,4 bilhões em 1950 e caminha para os 6 bilhões previstos para o ano 2000 (G. Childe 1946; C.M. Cipolla 1964; ONU 1965).

industrializar-se um poderio antes inimaginável e submetendo as demais a formas de dominação cada vez mais sutis e imperativas. Remodelaria internamente cada sociedade, tanto as diretamente industrializadas quanto as modernizadas reflexamente, alterando sua estratificação social e, com ela, as estruturas de poder e redefinindo profundamente sua visão do mundo e seus corpos de valôres.

O efeito crucial da nova revolução tecnológica consistiria, porém, no lançamento das primeiras bases de uma futura civilização humana, afinal unificada, pelo acesso de todos os povos à mesmo tecnologia básica, pela sua incorporação às mesmas formas de ordenação da vida social e pela sua integração aos mesmos corpos de valôres. Esta civilização humana unificada não se cristalizaria, contudo, no curso dessa revolução, que apenas conseguiria torná-la uma aspiração generalizada de todos os povos.

Tal como os processos civilizatórios anteriores, a tecnologia da Revolução Industrial não se expande como uma difusão de novos conhecimentos livremente adotáveis, mas como uma reordenação de povos que, situando os pioneiros da industrialização em posição superior de domínio e de riqueza, conduzia todos os demais à subordinação dentro de vastos complexos de nações dependentes e exploradas. O nôvo processo civilizatório tem de peculiar a circunstância de que, desde os primeiros passos, ainda marcadamente mercantis, estrutura-se como um sistema econômico efetivamente universal, com extraordinário poder de atualização histórica, que progressivamente atingiria todos os povos da Terra, envolvendo cada nação e até mesmo cada indivíduo em suas formas compulsórias de integração. Os povos atrasados na história, que haviam escapado às compulsões da Revolução Mercantil, seriam, assim, atingidos, onde quer que vivessem, e chamados a engajar-se na nova ordem econômica e social, como "proletariados externos" provedores de matérias-primas agrícolas e de minérios e consumidores de produtos industriais.

A Revolução Industrial surge no corpo das formações capitalistas mercantis pela acumulação de inventos mecânicos que permitiriam multiplicar fantàsticamente a produtividade do trabalho humano. Por isso mesmo, implanta-se, primeiro, nas áreas em que se atendera mais completamente às exigências de renovação estrutural imposta pela Revolução Mercantil, desobstruindo resistências oligárquicas à alteração do *status quo*. Tais condições encontravam-se quase idealmente amadurecidas na Inglaterra e nos Estados Unidos e, de forma mais rudimentar, na França, na Alemanha e nos países escandinavos. Eram pràticamente nulas no restante da Europa, ou constrangidas em algumas áreas, como na península ibérica e na Rússia, pelos efeitos inibitórios de suas estruturas oligárquicas fundadas no monopólio da terra, no caráter despótico de suas ordenações sociais e nas sobrevivências salvacionistas de que continuavam impregnadas.

As formações socioculturais geradas pela Revolução Industrial têm como classe dirigente uma burguesia urbana que desde a etapa anterior se vinha fortalecendo e forçando a reordenação da sociedade segundo seus interêsses. Tal era o empresariado que crescera tirando proveito das oportunidades de enriquecimento ensejadas pela restauração do sistema mercantil europeu, pela apropriação dos bens eclesiásticos tornada possível pela Reforma, pelo confisco dos baronatos feudais e dos direitos comunitários do campesinato. A esta acumulação de recursos acrescentara-se, depois, a riqueza proveniente do saque colonial, da exploração maciça do escravismo e da monetarização das economias.

Inicialmente, êsse empresariado atuava como os antigos mercadores, na exploração da usura, na especulação comercial com a escassez de bens, na monopolização de certas mercadorias e nos riscos marítimos. Com a Revolução Industrial, terá oportunidade de dedicar-se a novos setores que virão a assegurar-lhe taxas de lucro muito maiores e a curto prazo, sem os riscos do capitalismo aventureiro da fase mercantil. Agora se dedica, principalmente, à exploração da nova fonte de riqueza representada pela aplicação de capitais em sistemas fabris de produção em massa, movidos por novas fontes de energia inanimada, cuja expansão demandava uma reordenação mais radical na estrutura da sociedade. Com a nova tecnologia tornara-se possível e vantajosa a conversão de tôda mão-de-obra, inclusive a escrava, em fôrça de trabalho assalariada; e fizera-se necessário operar urgentemente esta conversão para liqüidar as formas de produção artesanal, ainda sobreviventes em todo o mundo, a fim de atribuir novas fun-

ções aos trabalhadores. Impunha-se, também, elevar seu nível de produtividade e de consumo com o objetivo de alargar o mercado dos produtos industriais para dar lugar a uma expansão continuada do sistema fabril. Dessa forma, em seus primeiros impulsos, a nova revolução tecnológica torna obsoletas as formações mercantis salvacionistas, destrói as já combalidas bases do capitalismo mercantil, absorvendo, progressivamente, seu contexto colonial e dêle erradicando o escravismo.

Desde princípios do século XVIII, a Inglaterra, que havia ampliado seu poderio naval e o sistema capitalista mercantil de base mundial nêle assentado, vinha acumulando aplicações tecnológicas de princípios científicos aos processos produtivos, na forma de fábricas e de explorações mineiras. Conseguira, dessa forma, implantar uma economia industrial essencialmente urbana que passara a produção agrícola para um segundo plano, gerara transformações radicais em sua estrutura social e lançara as bases da Revolução Industrial.

Esta renovação tecnológica enseja o amadurecimento do nôvo empresariado, que promove o recrutamento maciço de antigos artesãos desempregados e de trabalhadores rurais desalojados do campo, para organizá-los em fábricas, como operadores de engenhos mecânicos movidos por novos conversores de energia. Êste desenvolvimento processou-se em três passos, o primeiro dos quais com a invenção e a difusão das máquinas a vapor que utilizavam o carvão como combustível. Sua aplicação às minas, na forma de bombas de água e elevadores de carga, permitiu ampliar fantàsticamente a produção de carvão. Como mecanismo de conversão do vapor em energia mecânica, pôde ser atrelado a diversos dispositivos industriais para produzir máquinas operatrizes, com as quais se multiplicou a produtividade das tecelagens e metalúrgicas. Como locomotiva, revolucionou os transportes terrestres e, como navio a vapor, os marítimos. A partir de 1820, protótipos cada vez mais aperfeiçoados dessas máquinas multiplicaram-se na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França, de onde passam a ser exportados como mercadorias para todo o mundo, alargando as bases de expansão da civilização industrial.

Aos conversores de energia baseados em dispositivos de queima do carvão para produção de vapor acrescentaram-se depois outros conversores cada vez mais eficazes. Êste foi o segundo passo da Revolução Industrial, que se deu na passagem do século XIX ao XX com o surgimento e a generalização do uso de motores elétricos, fundados na energia hidráulica. O terceiro passo corresponde ao desenvolvimento e difusão, depois da primeira guerra mundial, dos motores a explosão que utilizam combustíveis de petróleo.

No correr dêsse processo a produção industrial cresce aos saltos. Assim é que, de 1860 a 1950, a produção mundial de carvão salta de 132 para 1 454 milhões de toneladas; a de petróleo, de zero a 523 milhões de toneladas; a de gás natural, também de zero a 197 milhões de metros cúbicos; e a de energia hidráulica, de 6 para 332 milhões de megawatts-hora. Esta progressão das disponibilidades de energia convertida em megawatts-hora representa um salto de 1 079 para 20 556 milhões. A produção de aço passa de 30 para 180 milhões de toneladas, de 1870 a 1930 (C. M. Cipolla 1964; H. Pasdermadjian 1960; T. S. Ashton 1964).

A estas inovações da tecnologia industrial somaram-se aperfeiçoamentos dos processos produtivos agrícolas e pastoris, que tiveram um papel da maior relevância na ampliação das disponibilidades de alimentos, viabilizando o aumento populacional das áreas recém-modernizadas. Tais foram: a generalização das técnicas de cultivo anual de tôda a terra arável através da rotação de culturas e do uso de fertilizantes; de melhoria do sistema de aração e de erradicação de pragas; de mecanização das atividades agrícolas; de seleção das sementes; de aprimoramento genético dos rebanhos de gado de corte, de leite e de lã. Êsses avanços foram acompanhados da difusão de plantas cultivadas originàriamente nas Américas, como um nôvo tipo de algodão e, sobretudo, a batata, o milho, a mandioca, o amendoím, o cacau, o tomate e muitas outras que enriqueceram extraordinàriamente a dieta humana.

Com base nesta nova tecnologia instalam-se, pela primeira vez na história, sistemas autopropulsores do desenvolvimento econômico que acelerariam, de então por diante, os ritmos de produtividade do trabalho humano e de transformação da ordem social, intensificariam a urbanização das populações e

propiciariam aumentos crescentes das disponibilidades de bens de consumo nas sociedades industrializadas e uma elevação continuada do seu poderio militar. Surgem, dêsse modo, os primeiros países "desenvolvidos" como economias capitalistas-industriais, cujo objetivo supremo e cuja condição de existência passam a ser a expansão constante de sua riqueza e poder, através da elevação da produtividade do trabalho, da maximalização dos lucros e do domínio de mercados de escala mundial.

A característica básica do sistema seria, daí por diante, sua compulsão ao progresso técnico continuado e à acumulação de capitais. Na órbita interna, esta era uma condição de sobrevivência das emprêsas, em competição umas com as outras e em face da capacidade de luta das camadas assalariadas. Na órbita externa, era uma exigência da autonomia nacional, ante a competição no mercado mundial.

1. Imperialismo Industrial e Neocolonialismo

No desdobramento de suas potencialidades, o primeiro processo civilizatório fundado na Revolução Industrial vai impondo tamanhas alterações nos modos de ser das sociedades humanas que acaba por integrá-las tôdas num só sistema interativo e por configurar uma nova formação sociocultural, também bipartida em dois complexos tecnològicamente defasados e econômicamente contrapostos, mas complementares: o superior, constituído pela aceleração evolutiva de algumas nações capitalistas-mercantis à condição de centros de dominação imperialista industrial; o inferior, constituído através de movimentos de atualização histórica que provocam tanto a redistribuição de áreas coloniais entre as novas potências como o surgimento de uma nova forma de dependência: o *Neocolonialismo*.

No curso dêste processo civilizatório, superam-se algumas das formas mais despóticas de subjugação colonial, como a escravidão, mas permanecem e até se aprofundam os vínculos econômicos de subalternidade. O caráter espoliativo das relações simbióticas entre as estruturas cêntricas e as periféricas assenta-se, agora, principalmente, na exploração das vantagens que usufruem os sistemas grandemente evoluídos no intercâmbio comercial com áreas atrasadas. O alto grau de tecnificação e de utilização de energia inanimada destas economias industriais lhes assegura vantagens de tôda ordem nas trocas de sua produção com a de economias atrasadas, cujo sistema produtivo é movido principalmente pelo trabalho humano. Seu enorme poder de compulsão obriga as sociedades que caem em dependência colonial e neocolonial a sofrer tôda sorte de transformações reflexas e as configura segundo linhas em que sirvam mais eficazmente a seus espoliadores. Dêste modo, o sistema global cresce como uma constelação simbiótica em que cada componente tem seu papel prescrito e em que todos se reproduzem guardando as relações recíprocas de núcleos colonialistas e áreas de espoliação.

Nos seus primeiros passos, o processo de industrialização é principalmente dissociativo e extremamente conflitivo. Internamente, agrava ainda mais os efeitos deletérios da reordenação capitalista, aprofundando a diferenciação social, destruindo os remanescentes dos antigos sistemas ocupacionais de base agrário-artesanal e incrementando o ascenso demográfico sem ser capaz de absorver nas fábricas e nos serviços os contingentes de mão-de-obra que produz e libera. Provoca uma intensificação do êxodo rural-urbano, acumulando nas cidades enormes massas marginalizadas. Quando estas ameaçam desencadear uma pressão irresistível de reordenação do sistema, intensificam-se os movimentos migratórios induzidos pelas autoridades governamentais, a fim de se livrarem dos "excedentes" populacionais que, não podendo ser incorporados ao sistema produtivo, ameaçam entrar na anomia ou engrossar as camadas virtualmente insurgentes. Estas transladações humanas e o consumo de gente em guerras sucessivas devem ter retirado do quadro europeu cêrca de cem milhões de pessoas no último século e meio, propiciando a indispensável distensão consolidadora do sistema capitalista industrial.* Se a esta redução se acrescentassem os efeitos

* A proporção do incremento demográfico europeu entre 1800 e 1950 pode ser avaliada pelos seguintes números: a população inglêsa cresce de 16,2 para 50,6 milhões; a francesa de 28,2 para 41,7; a alemã de 25 para 64; a italiana de 18,3 para 46,3. E crescem nesse ritmo, apesar

constritores da restrição da natalidade que então se generalizara nas nações industrializadas, o montante duplicaria.

A Inglaterra e a França são as nações que primeiro amadurecem como formações socioculturais imperialistas industriais. A mesma façanha é cumprida, logo a seguir, pelos Estados Unidos. Êsse país, contando com imensas disponibilidades de terras virgens e de recursos naturais, consegue mesmo industrializar-se, incorporando à fôrça de trabalho tôda a sua população e, ainda, enormes contingentes europeus.

Graças ao constante crescimento da produtividade do trabalho e ao desgaste de seus excedentes populacionais, as nações precocemente industrializadas conseguem, a certa altura, elevar substancialmente o padrão de vida de suas populações; organizar regimes democrático-parlamentares que ensejam uma participação crescente do povo na formação dos órgãos do poder político; escolarizar tôda a população em escolas públicas de nível elementar e, mais tarde, levar parcelas crescentes à educação de nível médio e superior. Simultâneamente, melhoram os seus níveis de sanidade, alarga-se a expectativa de vida e formulam-se novos ideais de liberdade, de justiça e de igualdade.

Na ordem externa, o processo de industrialização, atuando como um movimento de atualização histórica, promove uma modernização meramente reflexa e impõe condições de extrema penúria aos povos já submetidos ao estatuto colonial e àqueles que converte, de domínios dos impérios mercantis salvacionistas, em áreas neocoloniais das grandes potências. Suas populações são duplamente conscritas ao nôvo sistema produtivo: as classes dominantes na qualidade de estamentos gerenciais de interêsses exógenos e a massa da população na condição de "proletariado externo" engajado na produção de matérias primas. Os ultimos focos de escravismo progridem para novos padrões de conscrição da fôrça de trabalho. Êste salto se processa sem a queda em regressões feudais porque,

de exportar suas populações em enormes proporções: da Inglaterra migram 21 milhões de pessoas entre 1836 e 1935; da Holanda, 4,5 milhões no mesmo período; da Alemanha, 5,3 milhões de 1833 a 1935; da França, 2 milhões de 1821 a 1935; e da Itália, 9,6 milhões entre 1876 e 1940 (A. Sireau 1966; A. Sauvy 1954/56 e 1961; A. Landry 1949).

em lugar de se interromperem, as atividades mercantis se ativam, e porque a transição se dá no curso de um processo de intensa modernização reflexa. Só episòdicamente e em áreas restritas se registra o mergulho, por parte de populações ex-escravas, em economias de subsistência. De modo geral, são prontamente absorvidas pelos novos modos de organização do trabalho, todos êles grandemente espoliativos, incipientemente capitalistas, mas capitalistas.

Sob o domínio do imperialismo industrial, o papel dos povos atrasados na história já não será o de prover tesouros pelo saque ou de abastecer o mercado mundial de ouro e prata e especiarias, e nem mesmo dos produtos tropicais clássicos, como o açúcar e outros. Sua função passa a ser o fornecimento de matérias primas para a elaboração industrial, como os minérios, o petróleo, a borracha, o algodão, os couros, as lãs e diversas outras produzidas, predominantemente, por trabalhadores assalariados que são também consumidores. A êsses produtos acrescentam-se novos gêneros de exportação, como o café, o cacau, a carne bovina, as frutas tropicais, etc., requeridos em proporções crescentes pelos mercados das sociedades industrializadas. Assim, o mesmo progresso da industrialização, que multiplica fábricas nos países cêntricos do sistema, alarga, simultâneamente, as áreas de plantação e de pastoreio comerciais, de extrativismo florestal ou de exploração de minérios nos países periféricos.

A implantação imperialista se dá em três etapas, na medida em que os sistemas de exploração externa que desenvolve alteram suas formas de ação e alargam seus interêsses. Na primeira etapa, atua pela exportação de manufaturas e pela conquista de fontes privativas de matérias primas ou de mercados cativos, sucedendo nesta função às antigas formações mercantis, seja mediante a imposição do estatuto colonial, seja através de procedimentos neocoloniais. Na segunda, correspondente à fusão das emprêsas em grandes monopólios controlados por agências financeiras, passa a atuar principalmente pela exportação de capitais na forma de equipamento modernizador da infra-estrutura produtiva das nações atrasadas e de capitais de empréstimo a governos.

Com êsse procedimento, intensifica-se a exploração dos povos situados em posição subalterna dentro do sistema, por-

que esta passa a ser fomentada pelo próprio instrumental de industrialização que provê ferrovias, portos, sistemas modernos de comunicação e maquinaria especializada para suas atividades produtivas. Sua subordinação à órbita da potência-líder também se acentua porque, paradoxalmente, cumpre às nações dependentes pagar êste instrumental que as torna mais eficazes como provedoras de matérias primas às nações industrializadas.

Na terceira etapa, os procedimentos financeiros são suplantados em favor da instalação, nos países dependentes, de subsidiárias das grandes corporações monopolistas, como dispositivos de exploração de riquezas minerais e de produção industrial para o mercado interno, com o fim de drenar os capitais gerados nas nações pobres para enriquecer ainda mais as nações opulentas. Aparentemente, nesta última etapa, trata-se de uma aceleração evolutiva que atua através da difusão da tecnologia industrial. Processando-se, porém, como uma atualização histórica, essa implantação de indústrias, em lugar de gerar os efeitos de progresso que produzira nas nações autônomamente industrializadas, dá lugar a uma crescente dependência das nações periféricas e a um processo de modernização reflexa gerador de deformações tão profundas que, na realidade, representam sua condenação ao atraso e à penúria. Nestas condições de industrialização recolonizadora, as populações crescem para marginalizar-se, porque não se lhes oferecem perspectivas de integrar-se no sistema produtivo modernizado. Tampouco surge uma cultura erudita capaz de dominar os princípios científicos da nova tecnologia produtiva e muito menos uma elite dominante autonomista, empenhada em estancar a espoliação externa e em reformar a ordenação social arcaica.

Iniciado há mais de dois séculos, o processo civilizatório fundado na Revolução Industrial prossegue sem haver alcançado seu têrmo, mesmo nas áreas pioneiras. Examinado a longo alcance, representa, por isso, tanto um avanço do progresso quanto uma irrupção dissociativa. Contém suficiente energia para destruir ou tornar obsoletos os antigos modos de vida. Condicionado, entretanto, pelo caráter lucrativo das emprêsas que o gerem, e convulsionado por um acelerado

ritmo de renovação, não encerra dentro de si uma capacidade de promover a industrialização autônoma de novas áreas, nem de assegurar paz, estabilidade, bem-estar e liberdade aos povos que integra num sistema econômico único.

Nas áreas cêntricas, a industrialização, atuando como um acelerador da evolução social, cria sociedades de nôvo tipo, qualitativamente distintas de tôdas as anteriores. Nas áreas periféricas, onde age reflexamente ou pelos mecanismos de atualização histórica, impõe transformações igualmente profundas, mas desencadeia processos dissociativos de intensidade ainda maior, que as condenam ao atraso, enquanto permanecem inseridas no sistema. Como as revoluções tecnológicas anteriores, a industrialização se instaura como uma reordenação das relações entre povos, privilegiadora dos mais avançados, e não estabelece mecanismos de transição entre as formas de vida tradicional, tornadas arcaicas, e as novas. Em lugar disso, cria uma configuração internacional polarizada pelas nações pioneiras da industrialização, extremamente hostil ao desenvolvimento dos outros povos.

Assim é que, uma vez implantado o *modêlo precoce de desenvolvimento industrial*, integrado pela Inglaterra (1750-1800), pela França (1800-1850), pelos Países Baixos (1850-1890) e pelos Estados Unidos da América do Norte (1840-1890), êsses países repartiram entre si o mundo inteiro como um contexto destinado à espoliação ou como áreas subalternizadas às quais só se possibilitou um desenvolvimento limitado e dependente. As outras metrópoles coloniais que se atrasam na industrialização, como as ibéricas e as eslavas, passam a perder substância para os novos centros de dominação.

O primeiro modêlo de ruptura dêste círculo de domínio foi configurado pela Alemanha (1850-1914), pelo Japão 1890-1920) e, mais tarde, pela Itália (1920-1940), que conformam o *padrão tardio de desenvolvimento.* Tôdas elas o alcançam mediante a formulação e a execução de projetos de desenvolvimento autônomo, conduzidos principalmente pelo Estado e movidos por motivos de segurança nacional e de poderío militar. Nesse esfôrço, apelam para procedimentos heterodoxos, como a garantia de pleno emprêgo e o dirigismo econômico, que contrastam frontalmente com os princípios reito-

res das nações pioneiramente industrializadas, como o livre-cambismo e o livre comércio.

A condução dêsses esforços de desenvolvimento tardio, cabendo a lideranças político-militares em associação com plutocracias empresariais, as conduz fatalmente a oposições irredutíveis em relação às nações precocemente industrializadas. Desencandeiam-se, assim, sucessivas guerras locais e mundiais com o propósito de impor uma redistribuição de áreas de dominação e o reconhecimento da supremacia de Estados que se fizeram novas potências industriais. Os alemães implantam possessões coloniais na África (1884) e depois na Ásia. Os japoneses conquistam antigas áreas de dominação russa e se instalam na Mandchúria. Os italianos se apoderam de vastas regiões na África.

Êsses conflitos ensejaram a emergência de dois novos padrões de desenvolvimento industrial autônomo, o *socialismo revolucionário,* que já se configuraria em outra formação, e o modêlo de *desenvolvimento capitalista recente.* Êste último surgiu em áreas marginais, como a Escandinávia (1890-1930), ou dependentes, como o Canadá (1900-1920) e a Austrália (1930-1950). Torna-se viável, nos dois casos, pela alteração das relações de intercâmbio dessas nações com os países grandemente industrializados, nos períodos de guerra ou de crise. Em condições normais, essas relações não ensejavam possibilidades de progresso autônomo em virtude do caráter intrìnsecamente espoliativo da interação entre economias tecnològicamente defasadas. Com a emergência de conjunturas de guerra, aquelas nações puderam exportar mais do que importavam, acumulando divisas. E, sobretudo, foram estimuladas a explorar autônomamente suas próprias fontes de riqueza, realizando potencialidades de progresso até então anuladas. Findos os conflitos, achavam-se fortalecidas econômicamente e haviam criado condições para negociar novas formas de interação econômica, capazes de preservar os interêsses econômicos nacionais e de viabilizar um desenvolvimento autônomo.

Como se vê, o impacto da revolução industrial se imprime diferencialmente, conforme se exerça direta ou reflexamente sôbre os povos. No primeiro caso, configura as so-

ciedades modernas; no segundo, o contexto de nações subdesenvolvidas. Ambos são produtos das mesmas fôrças renovadoras que, no primeiro caso, realizaram suas potencialidades pela aceleração evolutiva; e, no outro caso, vendo-se limitadas externamente pela espoliação imperialista e, internamente, pela constrição oligárquica, configuram-se como um processo de atualização histórica incapaz de conduzir ao desenvolvimento autônomo.

A condição de subdesenvolvimento não representa, por isso, simplesmente, o atraso diante do progresso ou um modêlo arcaico de sociedade em face de um modêlo progressista. Representa, isto sim, uma seqüela necessária das próprias fôrças renovadoras da Revolução Industrial que geram, simultâneamente, dois produtos: os núcleos industriais como economias de alto padrão tecnológico e a periferia neocolonial de nações estruturadas menos para atender às suas próprias necessidades do que para prover aquêles núcleos de bens e serviços em condições subalternas. Suas populações são degradadas pela deculturação ou pela deterioração de sua economia tradicional, perdendo os níveis de desenvolvimento tecnológico que haviam alcançado para se transformarem principalmente em fôrça de trabalho utilizada nas formas mais primitivas, como combustível humano do processo produtivo.

O subdesenvolvimento não corresponde, pois, a uma crise de crescimento, mas a um trauma em que submergem sociedades subordinadas a centros industriais, que se vêem ativadas por intensivos processos de modernização reflexa e de degradação cultural. Somam-se a isto a explosão demográfica e a urbanização acelerada e caótica, agravando ao extremo as tensões sociais que essas sociedades não têm meios de superar ou mesmo de abrandar, porque não poderão exportar seus excedentes populacionais, como o fêz a Europa no mesmo passo. Nestas circunstâncias, os efeitos reflexos do processo de industrialização, atuando, principalmente, no sentido da dissociação, o tornam incapaz de gerar as fôrças autocorretivas que permitiriam enfrentar aquêles percalços, porque seus comandos se encontram fora da sociedade que sofre seus efeitos, e também porque as potencialidades da tecnologia industrial, sendo aplicadas nos campos e nos limites necessários para tornar as economias periféricas mais eficazes no exercício de

seu papel tradicional, aprofundam sua dependência, só ensejando uma modernização parcial e deformada. Geram, por isso, sociedades que jamais chegam a criar uma economia autônoma e autofecundante, capacitada a explorar suas próprias potencialidades de crescimento, porque se conformam funcionalmente como partes complementares de outras economias dentro de um sistema interativo autoperpetuante.

Acresce, ainda, que as nações subdesenvolvidas não são apenas atrasadas, são também as nações espoliadas da história, empobrecidas pelo saque que sofreram originalmente das suas riquezas entesouradas e, pela sucção secular, dos produtos do trabalho de seus povos, através de sistemas inigualitários de intercâmbio. Soma-se a tudo isto a deformação de sua classe dirigente que, posta a serviço da espoliação estrangeira, não se torna capaz de amadurecer como um empresariado renovador e competitivo. Em lugar disto, configura um patronato deformado no exercício de funções gerenciais; uma oligarquia retrógrada apegada a privilégios, como o monopólio da terra; e um patriciado civil e militar parasitário, que absorve grande parte dos excedentes do trabalho comum. Nestas circunstâncias, seu atraso relativo não é um estágio de transição entre o arcaico e o moderno, mas uma condição estrutural impeditiva do progresso.

As nações subindustrializadas do mundo moderno não são, como se vê, sobrevivências de si mesmas ou retratos contemporâneos das condições pretéritas das nações desenvolvidas. São, isto sim, o resultado de um processo de atualização histórica que sôbre elas atua espoliativamente para tornar possível o desenvolvimento acelerado de outras áreas. As tensões entre essas sociedades imersas no subdesenvolvimento e os centros imperialistas que lucram com seu atraso vão-se configurando como a oposição fundamental dos tempos modernos. E se torna cada vez mais aguda, à medida que se generalizam as aspirações de consumo de tipo industrial; que se aprofunda em suas lideranças a conscientização de que o sistema, por seu próprio funcionamento espontaneísta, é incapaz de conduzir ao desenvolvimento autônomo; e que seus povos se reintegrem como uma nova etnia nacional armada de um *ethos* que a capacite a empreender sua guerra de emancipação.

Um movimento histórico nôvo se alça, então, polarizando, de um lado, os povos prósperos e poderosos e, do outro, os povos subdesenvolvidos. Nestes últimos, polarizam-se também as camadas sociais segundo se identifiquem com o sistema vigente, porque sabem fazê-lo lucrativo para si próprios, ou a êle se oponham, porque se apercebem do caráter estrutural e desnecessário da penúria que suportam. Explodem, assim, no âmbito das sociedades subdesenvolvidas, lutas de emancipação do jugo colonial e conflitos internos pela reordenação estrutural. Como a contribuição destas sociedades no fornecimento de matérias primas, na absorção de mercadorias e serviços e na produção de lucros transferíveis para o exterior é indispensável ao funcionamento e à perpetuação da ordem capitalista, suas aspirações autonomistas e suas tensões internas de caráter revolucionário põem em causa o próprio sistema. Em conseqüência, forçam uma reordenação não apenas societária, mas de tôda a civilização, porquanto atinge seus próprios fundamentos econômicos, assentados na divisão de funções entre povos prósperos e povos miseráveis.

Nesta altura, torna-se necessário estabelecer uma distinção clara entre os povos atrasados na história e os povos subdesenvolvidos. Os primeiros correspondem aos contingentes marginais não atingidos por algumas (ou tôdas) as revoluções tecnológicas que conformaram o mundo moderno. Tais são, por exemplo, as tribos que sobrevivem em certas áreas, como grupos pré-agrícolas ou como formações de aldeias agrícolas indiferenciadas. Em oposição a esta condição arcaica e isolada, consideramos povos subdesenvolvidos aquêles que foram integrados no sistema econômico mundial através de processos de atualização histórica e que, ao amadurecerem ètnicamente para o comando de si mesmos, vão tomando consciência do caráter espoliativo de suas vinculações externas e da natureza retrógrada de suas classes dominantes tradicionais. Êstes últimos podem ser classificados em quatro grandes configurações histórico-culturais, correspondentes a seus processos específicos de formação étnica e responsáveis pelos problemas de desenvolvimento com que se defrontam seus povos.

Tais são, primeiro, os *Povos Emergentes*, que ascendem, em nossos dias, da condição tribal à nacional, por fôrça de

processos de atualização histórica tendentes a situá-los na categoria de áreas neocoloniais. Encontram-se, principalmente, na África Tropical e são representados pelos povos que experimentaram, até há pouco tempo, ou sofrem ainda, a dominação colonialista de inglêses, franceses, belgas, portuguêses e outros. Suas economias são, no melhor dos casos, enclaves estrangeiros implantados como quistos dentro de seus territórios na forma de emprêsas mineradoras (Congo, Rodésia, Nigéria, Catanga, Camarões), de grandes plantações tropicais de exportação (Libéria, Gana, Nigéria, Guiné, Somália, Kenya, Sudão, Tanganyika, Angola e Moçambique) e algumas áreas de exploração pastoril ou florestal, também de exportação.

Vêm, em segundo lugar, os *Povos Novos*, surgidos todos na América Latina como subprodutos exógenos de projetos europeus de colonização escravista. Reunindo no mesmo espaço físico matrizes étnicas profundamente diversificadas — indígenas, negros e europeus — aquêles empreendimentos ensejaram sua fusão mediante a miscigenação racial e a aculturação, dando lugar a figuras étnicas inteiramente novas. Estas populações, remodeladas através da destribalização e deculturação compulsória, sob pressão escravista, perderam a maior parte dos seus patrimônios culturais de origem e só puderam plasmar novos traços culturais quando êstes não colidiam com sua função produtiva dentro do sistema colonial. Não estão presos, por isso, a qualquer conservantismo e, de certa forma, encontram-se abertos à renovação, porque só têm futuro com sua integração nos modos de ser das sociedades industriais modernas. Êste é o caso do Brasil, da Venezuela, da Colômbia e das Antilhas, em que predominou o cruzamento de europeus com negros na configuração da matriz étnica. É o caso, ainda, do Chile, do Paraguai, de alguns países da América Central e dos povos rioplatenses, nos quais prevaleceu o mestiço indígena-europeu. Os rioplatenses se transfiguraram, posteriormente, sob o pêso do alude de imigrantes europeus que se encaminharam a seus territórios depois da Independência. Nenhum dos povos desta configuração alcançou o desenvolvimento pleno através da industrialização. Todos são classificáveis como áreas dependentes de caráter neocolonial.

A terceira configuração é representada pelos *Povos-Testemunho*, resultantes do impacto da expansão européia movida pelas revoluções mercantil e industrial sôbre antigas civilizações como a muçulmana, a indiana, a chinesa, a coreana, a indochinesa, a incaica e a mexicana. Todos êles sofreram profundas traumatizações de que só estão alcançando recuperar-se, através de sua própria integração na civilização industrial, o Japão pela via capitalista e, mais recentemente, a China e a Coréia do Norte pela via socialista. Os demais encontram-se marginalizados no subdesenvolvimento e são também classificáveis como economias neocoloniais, com exceção do México, do Egito e da Argélia, que se estruturam numa nova formação, o *Nacionalismo Modernizador*, e do Vietnam do Norte, integrado na formação socialista.

A quarta configuração, correspondente aos *Povos Transplantados*, é constituída pelos povos formados nas colônias de povoamento através da transladação, para novos espaços no além-mar, de europeus desalojados principalmente de áreas rurais por efeito dos processos civilizatórios que plasmaram as formações capitalistas mercantis e as imperialistas industriais. Como extensões ultramarinas de nações européias, êsses povos prosseguiram, nas áreas onde se implantaram, os processos de renovação tecnológica e reordenação institucional em curso nas suas matrizes. Encontram, por isso, e pelo caráter menos espoliativo da dominação que experimentaram, maiores facilidades de integrar-se na civilização industrial moderna. Pertencem a esta categoria os norte-americanos, os canadenses, os australianos e os neozelandeses. Integraram-se nela, ao transfigurar sua etnia original por um processo de sucessão ecológica, provocado por um alude imigratório intencionalmente conduzido, os argentinos e os uruguaios. De todo o grupo, êstes últimos são os menos desenvolvidos. Tal se deve, principalmente, à sobrevivência em ambos de uma ordenação institucional oligárquica fundada no monopólio da terra, que é um dos últimos traços da herança salvacionista ibérica que nêles ainda prevalece. São também povos transplantados, embora de caráter singular, os núcleos caucasóides da África do Sul, da Rodésia, de Kenya e de Israel. Todos êles serão levados, provàvelmente, a experimentar profundas transformações étnicas, dada a sua natureza artificiosa. São,

na verdade, intrusões européias implantadas em áreas de populações majoritàriamente estranhas que, não tendo sido dizimadas ou absorvidas pela miscigenação, amadurecem como novas etnias nacionais que, mais cedo ou mais tarde, tenderão a repelir os intrusos inassimiláveis.

2. A Expansão Socialista

Com base nas fôrças renovadoras da Revolução Industrial, desencadeia-se, depois da primeira guerra mundial, um processo civilizatório nôvo, responsável pela estruturação das formações socialistas. Estas surgem em conseqüência da atuação de três ordens de tensões geradas ou intensificadas pelos próprios progressos da industrialização, tôdas irredutíveis no âmbito das formações imperialistas industriais, e do seu contexto neocolonialista.

Tais foram, primeiro, as tensões entre as próprias potências imperialistas, que as conduziram a sucessivas guerras de repartição do bôlo colonial, acabando por envolver o mundo inteiro em conflagrações que debilitaram ao extremo os mecanismos de preservação da ordem capitalista. Segundo, as tensões entre as nações industrializadas e suas áreas de exploração, condenadas ao atraso em virtude da natureza espoliativa dos vínculos recíprocos e conducentes, por isso, a guerras de emancipação nacional, nas quais tôda a ordem social era posta em causa, ensejando profundas reformas estruturais. Em terceiro lugar, as tensões internas decorrentes da polarização nas sociedades capitalistas, tanto as industrializadas quanto as dependentes, de duas fôrças contrapostas: de um lado, os estratos patronais e as camadas a êles associadas, esforçando-se por manter o sistema e por apropriar-se da máxima parcela possível dos resultados das atividades produtivas; de outro lado, as classes subalternas, empenhadas na elevação constante de seus níveis de consumo e na melhoria de suas condições de vida e de trabalho.

Combinações diversas destas três ordens de tensões conduziram a dois movimentos básicos de reestruturação social. Um de natureza evolutiva, resultante da acumulação de mu-

danças institucionais que descaracterizam o regime capitalista, a ponto de configurar algumas sociedades industriais como uma nova formação, o *Socialismo Evolutivo*. O outro, de natureza revolucionária, conduzido intencionalmente como um esfôrço político de ruptura com os fatôres inibitórios do desenvolvimento industrial autônomo, que configurou algumas sociedades em duas novas formações: o *Socialismo Revolucionário* e o *Nacionalismo Modernizador*.

Na construção do modêlo teórico das formações socialistas evolutivas tivemos em mente algumas nações de alto desenvolvimento industrial que se encaminham para uma via divergente tanto das estruturas imperialistas industriais quanto das socialistas revolucionárias. O paradigma mais amadurecido é representado pelos países escandinavos, que se vêm estruturando como uma nova formação sociocultural graças à combinação de certos procedimentos coletivistas de produção e de consumo e à atribuição de maiores responsabilidades sociais ao Estado pelo destino de suas populações, com a preservação, em certos setôres, da emprêsa privada regida pela busca do lucro e em associação com instituições políticas liberais.

Mais larvar é a forma encontrada na Inglaterra, que, empobrecida nas últimas guerras, despossuída de suas principais colônias e tornada caudatária da economia norte-americana, se viu na contingência de encontrar em si mesma os elementos de sua própria sobrevivência, mediante reformas estruturais democratizadoras e procedimentos coletivistas de reordenação da economia nacional. Alguns movimentos revolucionários da França e da Itália propugnam também uma evolução progressiva ao socialismo, negando a imperatividade da passagem por uma "ditadura do proletariado" e a necessidade do apêlo ao unipartidarismo; duvidam até mesmo da conveniência da nacionalização prévia de todos os meios de produção. Também a Áustria, entre muitos outros países capitalistas industriais, parece tendente a configurar-se nesta nova formação, pela combinação de mudanças estruturais espontâneas com procedimentos intencionais de reordenação política.

Alguns dos teóricos que mais enaltecem as qualidades da economia livre-empresarial de mercado tentam provar a

sua capacidade de autoperpetuação precisamente por estas formas evolutivas de renovação. Assim procuram demonstrar que o desenvolvimento histórico das sociedades capitalistas se está processando no sentido de uma socialização progressiva. A seus olhos, uma socialização espontânea se vem cumprindo pela crescente participação popular na copropriedade das emprêsas e pela distribuição cada vez mais igualitária dos produtos do trabalho humano, em consonância com a democratização das instituições sociais e políticas. Sua oposição ao socialismo consiste, essencialmente, em negar a conveniência de uma intervenção racional na estrutura econômica, política e social. Confiam em que as fôrças sociais e econômicas, interagindo espontâneamente sob o contrôle informal do sistema de lucro e sob os imperativos do mercado aberto, conduzirão o processo aos melhores resultados, pelo amadurecimento progressivo das potencialidades de fartura e de liberdade que a tecnologia moderna enseja (especialmente A. A. Berle e G. C. Means 1951; J. K. Galbraith 1952).

Ainda que os teóricos do neocapitalismo pareçam estar certos no que respeita ao reconhecimento de uma tendência à socialização espontânea, as razões pelas quais esta se processará não serão certamente as que êles indicam. É mais provável que o desenvolvimento das tendências presentes conduza ao socialismo, segundo a expectativa de J. Schumpeter (1963 e 1965), não pelo amadurecimento do capitalismo, mas por sua deterioração provocada pela generalização dos procedimentos que minam as condições institucionais indispensáveis para sua preservação.

A característica fundamental do socialismo evolutivo está para Schumpeter no fato de que não emerge em conseqüência do amadurecimento do sistema capitalista, mas da atenuação de suas características cruciais que, a certa altura, pode chegar a desnaturá-lo para produzir uma configuração capitalista inautêntica, tendente ao socialismo. Efetivamente, o sistema capitalista industrial, depois de implantar o reino da racionalização contratualista, do espontaneísmo, do privatismo e do liberalismo econômico, entrou a restaurar velhas regulamentações protetoras e a criar novas, cuja generalização o vai tornando obsoleto como sistema. Não o fêz, porém, como uma concessão gratuita à massa assalariada, mas pagan-

do o preço de sua sobrevida diante da onda de insurreições, de greves e de lutas de classe que convulsionaram as sociedades capitalistas desde o último quartel do século passado. Em face dêsses movimentos, os Estados se viram na contingência de coibir os abusos mais escandalosos, regulamentando o trabalho do menor e da mulher; admitindo a liberdade de organização sindical e o direito de greve; limitando a jornada de trabalho; fixando salários mínimos e estabelecendo serviços assistenciais de previdência e de prevenção do desemprêgo.

Por esta via, os governos capitalistas foram assumindo responsabilidades sociais cada vez maiores para com a fôrça de trabalho, elevando o custo de seus serviços assistenciais e, em conseqüência, absorvendo parcelas crescentes da renda nacional. Todos êsses procedimentos forçaram a instauração de novos sistemas de repartição da renda nacional, através da política fiscal e orçamentária, que desembocaram numa intensificação do intervencionismo estatal, acabando por fazer da política econômica governamental o principal responsável pelo destino das emprêsas. Nestas circunstâncias, as próprias emprêsas passaram a aspirar também à proteção do Estado, através de subsídios e regalias fiscais à indústria e de estipêndios à agricultura. Nas nações capitalistas industriais em que êste processo atuou mais intensamente, implantou-se uma dimensão nova no sistema econômico, dentro da qual a sobrevivência do regime passou a depender fundamentalmente do aprofundamento de sua decomposição. Nestas nações, o Estado, de fôrça subordinada aos interêsses privatistas, começa a converter-se em um poder reordenador do regime, condicionado pelo imperativo de fazer funcionar a economia, já inviável nas antigas bases, para assegurar a establidade política e elevadas taxas de ocupação da mão-de-obra e para manipular a inflação e a deflação como fatôres fundamentais de contrôle da recessão econômica.

Esta política econômica nova, surgida como um protecionismo compulsório, tornado indispensável para reduzir as tensões perigosamente revolucionárias entre o patronato e os assalariados, amadureceu com o dirigismo econômico também tornado imperativo para fazer face às crises setoriais e gerais e para mobilizar a economia nas conjunturas de guerra. A

marcha dêste intervencionismo estatal, indesejado mas inevitável, acabou por afetar as próprias condições de funcionamento do sistema capitalista, sobretudo quando, ao reformismo interno, se somaram reestruturações da economia externa, impostas pela independência dos domínios coloniais e pela competição com estruturas capitalistas e socialistas mais poderosas. A certa altura do processo, o sistema econômico altera-se tão profundamente que tende a aproximar-se mais do modêlo teórico socialista que do capitalista original. Nestas condições, a economia global passa a ser regida principalmente pelo Estado, através de planejamentos que estabelecem metas para os setôres públicos e para os privados, e a orientar-se, antes por critérios sociais do que pela livre interação das emprêsas na busca da maximalização dos seus lucros.

Nas sociedades capitalistas altamente industrializadas atuam outras fôrças reordenadoras, assentadas não tanto em fatôres político-institucionais, mas em processos mais profundos de renovação estrutural que parecem conducentes ao fortalecimento das tendências socializadoras. Entre outras, ressalta a drástica redução do contingente humano dedicado a tarefas agrícolas, acompanhada de uma propensão a anular as diferenças milenarmente estabelecidas entre os homens, segundo sejam compelidos a acomodar-se a uma condição urbana ou a uma condição rural. A Inglaterra já conta com menos de 5% de sua população ativa ocupada na agricultura; nos Estados Unidos, esta percentagem é inferior a 10%. Êste último caso é ainda mais significativo, porque corresponde à economia agrária mais produtiva do mundo. Nas demais nações industrializadas que alcançaram altos índices de tecnificação na agricultura observa-se a mesma tendência minimizadora e uma igual aproximação entre o estilo de vida rural e o urbano, correspondente a uma fusão, em marcha, da indústria com a agricultura. É até mesmo possível avaliar o grau de amadurecimento estrutural de uma sociedade, nos quadros da Revolução Industrial, segundo o índice alcançado nesta fusão e em seu indicador básico, que é a redução da mão-de-obra agrícola dentro da população ativa. Assim se começa a superar, após dez mil anos de Revolução Agrícola, a própria condição humana que ela instaurou maciçamente,

transformando coletores e caçadores em agricultores e pastôres.

Uma outra renovação estrutural é a que encaminha o principal contingente da fôrça de trabalho liberada da agricultura, já não para a indústria, mas para novas e múltiplas categorias de serviços (assistenciais, educacionais, de comércio, burocráticos, recreativos e inúmeros outros) que revelaram uma capacidade insuspeitada de absorção de mão-de-obra.* A categoria ocupacional predominante nas sociedades mais industrializadas tende, por isso, a ser menos a do operário fabril que a de assalariados da categoria de empregados de escritório e profissionais universitários, chamados a representar o papel de principal contingente da fôrça de trabalho (Colin Clark 1957; J. Fourastié 1952). Êste crescimento do setor terciário não significa que se esteja generalizando uma situação de independência econômica. Isto porque, nestas mesmas sociedades capitalistas mais avançadas, as emprêsas tendem a aglutinar-se em unidades cada vez maiores e se eleva, constantemente, a proporção de assalariados em relação a proprietários e a trabalhadores autônomos (granjeiros, profissionais liberais, etc.).**

Estas tendências entraram a acentuar-se cada vez mais na última década, com o desenvolvimento da tecnologia de base eletrônica e com os primeiros passos da automação do sistema produtivo. É de supor que esta reordenação venha a operar, no plano social, como um fator de fortalecimento das

* Entre 1850 e 1950, a proporção de trabalhadores na indústria eleva-se, na França, de cêrca de 30% para 40%, enquanto que o setor terciário cresce de 16% para 30%. Nos USA, entre 1870 e 1950, os respectivos incrementos foram de 22,4% para 40,2% para o setor secundário e de 19% para 44,4% para o terciário, que passa, assim, a englobar maior parcela de mão-de-obra que a própria indústria. Sòmente a camada dos *white collar* cresceu nos USA em 10,6 milhões de assalariados, entre 1948 e 1963, enquanto o assalariado rural crescia em apenas 1,6 milhão (C. Clark 1957; J. Fourastié 1950 e 1952).

** Nos Estados Unidos, a percentagem de assalariados sôbre a população ativa cresceu, entre 1940 a 1950, de 75% a 82%; a de granjeiros sôbre a população ativa se reduziu de 17% para 6%, entre 1910 e 1956. Na França, as mesmas percentagens passaram de 48,8%, em 1906, para 60,2% em 1950. No Canadá, de 77% para 91% entre 1940 e 1954. (A. Rumiantsev [Ed.] 1963).

tendências socializantes, porque permitirá produzir quantidades de bens tão extraordinàriamente grandes que poderá desobrigar o homem do próprio dever de trabalhar para fazer jus a um salário, tornando obsoleta a condenação bíblica. Norbert Wiener (1948: 38), examinando as conseqüências prováveis da automação dos processos produtivos, exprime sua preocupação pelos efeitos dissociativos que deverá provocar, mas assinala que a resposta a êsse repto "será, evidentemente, o surgimento de uma sociedade que se baseie em outros valôres humanos que não a compra e a venda". Tal deverá ocorrer, porém, já no curso de um nôvo processo civilizatório.

Outra via alternativa da evolução pós-capitalista é o *Socialismo Revolucionário,* tal como se configura na União Soviética, nas Repúblicas Socialistas da Europa Oriental, na China, na Coréia do Norte, no Vietnam do Norte e em Cuba. A principal característica desta formação sociocultural é sua racionalidade, enquanto concretização planejada de um projeto de reforma intencional das sociedades humanas, levada à prática através de movimentos revolucionários.

Com a formulação das doutrinas socialistas, especialmente do marxismo, prefigurou-se para as camadas assalariadas, sobretudo para o proletariado fabril, um modêlo teórico de transformação intencional das sociedades e se definiu uma estratégia de combate que, pela primeira vez na história, prometia abrir às camadas subalternas perspectivas de concretizar velhas aspirações de reestruturação completa das bases da vida social. De acôrdo com esta teoria, a classe operária está destinada, històricamente, a atuar como fôrça motriz de uma revolução social que promoverá a suplantação de tôdas as formas de espoliação e de alienação dos homens, mediante a eliminação da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente erradicação da estrutura classista das sociedades e, com ela, dos mecanismos de opressão do Estado.

O modêlo teórico do socialismo marxista tem de peculiar seu duplo caráter de previsão de uma nova etapa da evolução humana e de projeto intencional de reordenação das sociedades segundo os interêsses das categorias majoritárias da população. A primeira característica decorre de que seus ideólogos o conceberam como uma nova formação sociocultural, ou seja, como a etapa natural e necessária do processo de

evolução das sociedades capitalistas, que trariam implícito, em si mesmas, êste modêlo reordenador, como um desdobramento inexorável. A segunda característica assenta-se na presunção de que esta transformação não se cumpriria por si só, como uma fatalidade, exigindo por isso a fixação de uma estratégia na condução das lutas sociais, tanto na etapa preliminar de conquista do poder, como no esfôrço, posterior, de implantação do nôvo sistema. A combinação doutrinária destas duas proposições conduziu à suposição de que as formações socialistas emergiriam, necessàriamente, de profundas convulsões de caráter revolucionário, conducentes a regimes de transição definidos como a "ditadura do proletariado".

A expectativa, porém, não se cumpriu, como seria de esperar, nas sociedades maduramente industrializadas, onde se concentrava um proletariado mais numeroso e consciente. Nem se concretizou, segundo supuseram os teóricos marxistas, pelo esgotamento das potencialidades do regime capitalista ou em virtude de crises cíclicas ou da pauperização crescente da massa trabalhadora. Efetivou-se como resultado de um projeto intencional de reordenação social, em uma área marginal, incipientemente capitalista e industrializada, com a revolução socialista russa de 1917, seguida mais tarde por várias outras, tôdas elas motivadas, principalmente, por tensões de caráter anti-oligárquico e anti-imperialista e tôdas, exceto Cuba, desencadeadas no curso de guerras mundiais.

Assim como as formações capitalistas mercantis e industriais assumiram diversas formas históricas concretas, não só diferenciadas mas até contrapostas transitòriamente umas às outras, também as socialistas se configuram segundo modêlos distintos, marcadamente nacionais e suscetíveis de experimentar oposições, como a sino-soviética. Todavia, os diversos padrões de organização socialista revolucionária são variantes do modêlo cristalizado na URSS a partir de 1917, mediante regimes autoritários de intervenção racional em tôda a vida social através do planejamento global e da mobilização de tôdas as energias para erradicar estruturas sociais arcaicas e instaurar novos modos de vida e de trabalho. Mesmo os padrões mais diferenciados de socialismo, como o iugoslavo, o cubano e o chinês, não discrepam essencialmente do modêlo. Acresce, ainda, que nenhum dêles — nem mesmo o

mais antigo — se apresenta a si próprio como expressão da forma definitiva que busca. Todos se autodefinem como vias de transição, aceleradoras do progresso tecnológico-industrial e da reestruturação social e ideológica, que criarão as bases para a implantação de futuras sociedades comunistas.

Tôdas estas variantes cabem, por isso, dentro de uma mesma formação sociocultural que é o *Socialismo Revolucionário*. Ela se define pelo apêlo à "ditadura do proletariado" como instrumento de mobilização de recursos e energias para promover aceleradamente a socialização compulsória de todos os meios de produção, com o objetivo de criar uma economia industrial de nôvo tipo, em que se vá tornando cada vez mais impraticável a opressão econômica, a desigualdade social ou a oposição entre cidade e campo e entre o trabalho físico e o intelectual.

Êste modêlo foi inaugurado na Rússia, a partir de um projeto teórico de reordenação da sociedade. Sua elaboração constituiu um sério desafio, porque pela primeira vez se conseguia reestruturar racionalmente, por um ato de vontade, tôda uma sociedade, a começar das suas bases. Tratava-se de atender objetivamente a antigas aspirações humanísticas dentro do enquadramento rígido dos fatôres econômicos que fazem a prosperidade depender da capacidade de produção e o bem-estar depender de um difícil equilíbrio entre a necessidade de investimentos crescentes no parque produtivo e o desejo de alargar as facilidades de consumo popular. Para tanto impunham-se três ordens de requisitos. Primeiro, a criação de uma nova estrutura de poder, pela erradicação da antiga classe dominante e o recrutamento e a preparação de um aparelho tecnocrático nôvo. Segundo, a instauração de um nôvo sistema econômico-social capacitado a mobilizar o fundo de bens de produção desapropriados e a totalidade da fôrça de trabalho nacional para um esfôrço continuado de edificação da indústria pesada, só alcançável através de um contrôle rigoroso sôbre todos os fatôres capazes de afetar o projeto e da adoção do planejamento global como norma de govêrno. Terceiro, a capacidade de fazer face à hostilidade externa e interna para com o experimento que ali se realizava, mediante a conclamação das energias nacionais para a autodefesa e a destinação de uma parcela ponderável de re-

cursos para fins militares. Êste enquadramento desfavorável estabeleceu os limites dentro dos quais o projeto socialista soviético pôde alcançar seus objetivos de redução das diferenças de classe e de implantação de uma democracia popular.

Apesar de todos os esforços e dos progressos alcançados nessa direção, subsistem ainda, em tôdas as sociedades socialistas, estratificações de classe que diferenciam os assalariados urbanos do campesinato e distinções societárias que privilegiam a intelectualidade burocrática incumbida da organização econômica, política e cultural. Além dessas distinções, subsistiu e se fortaleceu o estatismo — ao arrepio da expectativa dos teóricos do socialismo — gerando várias formas de despotismo burocrático-partidário.

Tais percalços só são compensados aparentemente, pela amplitude do sistema educacional, estendido a tôda a população, para selecionar novos talentos, e pela expectativa de que a combinação dessa educação democrática e do sistema impessoal de promoção por mérito seja capaz de igualar as oportunidades de ascensão social de cada nova geração. As sociedades socialistas revolucionárias confiam, presumìvelmente, nesses procedimentos como forma de evitar os riscos de estagnação e despotismo em que caíram as formações teocráticas de regadio, também fundadas na propriedade estatal dos meios de produção e também conduzidas por tecnocracias, mas tendentes a se tornarem hereditárias, esclerosadas e despóticas. Confia-se, por igual, em que os mesmos procedimentos possam obviar duas sérias ameaças com que se defrontam, a primeira delas representada pela herança russa e chinesa de tradições de despotismo dos períodos de dominação mongólica e mandchu que ambas experimentaram, a segunda pela carência de tradições liberal-democráticas na história daquelas duas sociedades, o que as obriga a processar, juntamente com a industrialização e a reestruturação social correspondente, a mobilização política e o amadurecimento ideológico das suas populações para as tarefas do autogovêrno. No modêlo chinês de socialismo revolucionário, o enfrentar dêsses riscos parece estar-se fazendo de forma mais ousada, pelo abandono dos estímulos econômicos e dos critérios tradicionais de valorização das hierarquias militares e das dire-

ções tecnocráticas, pela reestruturação das populações não metropolitanas em comunas rural-urbanas e, sobretudo, pela mobilização ideológica da totalidade da população para as tarefas de renovação da civilização chinesa, através da "revolução cultural".

O malôgro dos movimentos socialistas revolucionários nas sociedades mais industrializadas explica-se, principalmente, pela própria capacidade das estruturas imperialistas industriais de propiciar o atendimento das aspirações materiais básicas de suas populações metropolitanas. Isto se tornou possível em virtude do ritmo acelerado de progresso tecnológico da Revolução Industrial, que assegurou às emprêsas capitalistas condições de manter suas taxas de lucros, apesar do constante aumento do custo da mão-de-obra. Mas explica-se, também, pela compressão que exercem os Estados imperialistas contra os impulsos reordenadores das suas classes subalternas. Esta compressão se efetiva de muitos modos, dentre outros, pela promoção de migrações maciças e pelas dizimações nas guerras, que atuaram como formas de atenuação das tensões sociais nas áreas precocemente industrializadas; pelo enriquecimento suplementar alcançado pelas nações pioneiras da industrialização através da espoliação colonial; pelos mecanismos de institucionalização dos conflitos de classes — sobretudo o sindicalismo — que, em lugar de amadurecerem a consciência operária para o papel histórico que lhe fôra vaticinado, permitiram desviar para a conciliação e o reivindicacionismo econômico grande parte do ímpeto revolucionário; pela doutrinação ideológica associada à propaganda religiosa de caráter anti-socialista; pelo desenvolvimento de legislações sociais protecionistas e pela multiplicação de serviços assistenciais que melhoraram as condições de vida das camadas populares; pela repressão policial e militar aos movimentos operários de caráter socialista-revolucionário; e, finalmente, pela criação de regimes de terrorismo político que alcançaram sua expressão extrema no fascismo e no nazismo, ambos dedicados, essencialmente, a frustrar a irrupção de insurreições que ameaçavam conduzir a Itália e a Alemanha ao socialismo.

Paradoxalmente, exerceram também um papel no refrear os movimentos socialistas de inspiração mais utópica a própria experiência soviética e, particularmente, a imagem deformada que dela se difundiu. Essa experiência veio demonstrar que a transição revolucionária ao socialismo não se alcança automàticamente, com a simples decretação da propriedade coletiva dos meios de produção; que, ao contrário, exige um esfôrço político continuado, um grande fortalecimento do poder do Estado e enormes sacrifícios da população; e, ainda, que o socialismo não elimina a divisão do trabalho com a correspondente hierarquização de funções, nem o regime assalariado e a economia monetária.

A contingência de enfrentar o cêrco hostil das nações capitalistas no período crucial do esfôrço de industrialização acrescentou outros argumentos dissuasivos, ao compelir a URSS a adotar procedimentos rígidos de mobilização popular e de compulsão moral, com base em valôres patrióticos e personalistas que também crestaram os entusiasmos do movimento comunista internacional. Por fim, os próprios partidos socialistas e comunistas dos países capitalistas, a partir de 1935, se foram orientando antes para alvos de coparticipação nos órgãos governamentais, através de táticas parlamentares e de frente única, do que para a conquista direta do poder. Esta nova orientação das organizações políticas socialistas, associada à tendência de institucionalizar as tensões de classe, através dos sindicatos, conduziu à crescente burocratização dessas duas frentes de luta do movimento revolucionário. Ambas se transformaram, assim, nos países avançados em que se conservam fortes, em engrenagens do sistema institucional que atuam no plano político e no sindical com a função de regular e disciplinar a ação das massas trabalhadoras e, por esta via, de consolidar o próprio capitalismo. Nesta conjuntura, os partidos de esquerda acabaram por se transformar em propugnadores de um socialismo evolutivo como a alternativa desejável ao sistema capitalista e, finalmente, por conduzir suas fôrças antes para campanhas reinvidicatórias, pela redistribuição dos resultados do processo tecnológico, do que pela recordenação intencional da sociedade.

Nada indica que os padrões atuais de socialismo revolucionário e evolutivo esgotem os modos de configuração do socialismo, mesmo porque inovações tecnológicas, reordenações estruturais e renovações institucionais desenvolvidas nas

últimas décadas — tanto nas sociedades capitalistas mais avançadas quanto nas áreas subdesenvolvidas — parecem ensejar novas possibilidades de ordenação social, dentro de princípios socialistas.

A primeira dessas alternativas está surgindo em algumas nações atrasadas que, lutando por sua autonomia econômica e política num mundo bipartido entre os campos capitalista e socialista, procuram encaminhar-se para um nôvo modêlo estrutural que lhes enseje a industrialização e o desenvolvimento. Tal é o *Nacionalismo Modernizador*, fundado em princípios estruturais de inspiração principalmente socialista, como a mobilização popular para o esfôrço desenvolvimentista, o intervencionismo estatal e o planejamento econômico parcial, tendente a privilegiar as emprêsas públicas nos setôres básicos da economia, preservando embora o sistema de lucro como princípio ordenador da economia nos demais setôres; fundado, também, num vigoroso reformismo anti-oligárquico consubstanciado em programas de reforma agrária destinados a integrar as massas marginais no sistema econômico nacional e a criar amplos setôres médios de pequenos proprietários; fundado, ainda, no nacionalismo, como postura ideológica lùcidamente anti-imperialista de mobilização dos seus povos para as guerras de emancipação, como uma diretriz na condução do desenvolvimento econômico em linhas autonomistas e como expressão de etnias nacionais afinal amadurecidas para assumir sua imagem — orgulhosas dela — e para exercer o comando do seu destino.

São exemplos desta formação o México de Cárdenas, a Turquia de Mustafá Kemal e, atualmente, o Egito e a Argélia, entre outras nações do chamado Terceiro Mundo. Tôdas elas tendem a romper com o subdesenvolvimento através de procedimentos da mesma natureza que os dos países socialistas, ainda que muito menos radicais e muito menos eficazes na condução do processo de industrialização autônoma. A circunstância de que as formações nacionalistas modernizadoras surgissem, em sua totalidade, de movimentos revolucionários, revela o grau de resistência dos interêsses coloniais e oligárquicos a qualquer reforma estrutural, como revela, também, o pêso das dificuldades que se opõem à desmistificação dos *ethos* dêsses povos, impregnados de valôres espúrios por êles

adotados como explicações causais do seu atraso: o eurocentrismo, o racismo, o antitropicalismo, etc. A posição de transigência das formações nacionalistas modernizadoras entre as soluções radicalmente socialistas e as capitalistas reflete, em certos casos, a postura ideológica das suas lideranças revolucionárias; exprime, também, as próprias condições de atraso econômico e de deformação estrutural de que tiveram de partir, em virtude das constrições oligárquicas internas e da espoliação externa de que foram vítimas seculares; e revela, por fim, o poder de manutenção do *status quo* das formações imperialistas industriais que fizeram algumas sociedades recuar neste caminho, como a Turquia e o México, e impediram muitas outras de optar por êle.

A quantificação das diferenças de eficácia da ação renovadora do Socialismo Revolucionário em relação aos Nacionalismos Modernizadores demonstra que o primeiro tem uma capacidade muito maior de promover uma industrialização acelerada. Efetivamente, a URSS implantou as bases do seu sistema industrial entre 1930 e 1940 e a China entre 1955 e 1965, através de ritmos de crescimento do produto interno bruto que não têm paralelo em quaisquer outros países ou épocas. Esta capacidade de aceleração evolutiva torna o caminho socialista revolucionário especialmente atraente para nações subdesenvolvidas que enfrentam problemas paralelos e que devem partir de condições sócio-econômicas similares, se não inferiores, dado o vulto de suas populações marginalizadas e o atraso tecnológico de seus sistemas produtivos. Perpetuar sua integração no sistema imperialista internacional representaria, para estas nações, aceitar uma condenação ao atraso sem perspectivas de superá-lo em tempos previsíveis, por ser muito mais intenso o ritmo de progresso das economias capitalistas industriais maduras que os ritmos de auto-superação dos países subdsenvolvidos.

Um exemplo concreto dessa situação nos dá o Brasil, que conta, hoje, com uma população de 85 milhões e com enormes disponibilidades de recursos naturais, mas se defronta com graves problemas de desenvolvimento. O Brasil experimentou, até recentemente, um dos mais altos ritmos de incremento econômico entre as nações subdesenvolvidas: 2,8%

de aumento do PIB *per capita*, de 1955 a 1960. Entretanto, nesse ritmo, precisaria de 132 anos para alcançar o nível de produtividade e de renda *per capita* dos Estados Unidos de 1966, enquanto que, no ritmo de incremento da URSS (6,4% *per capita* ao ano, na década de 1950/60), poderia alcançar o mesmo alvo em apenas 40 anos.*

O Socialismo Revolucionário e o Socialismo Evolutivo contrastam flagrantemente por seus perfis ideológicos. O primeiro, impregnado de ideais igualitaristas e de mística "utópica"; o segundo, imbuído de valôres liberais e de uma anti-mística pessimista. Cada um dêles, pouco ou nada sensível ao corpo de valôres que o outro cultua. O Socialismo Evolutivo, emergindo de estruturas capitalistas industriais avançadas, surge impregnado das atitudes espontaneístas do velho sistema que lhe dificultam ao extremo definir-se como um projeto de reordenação racional da sociedade. Por êste motivo é que ao perfil ideológico do Socialismo Revolucionário, que procura explicitar-se como uma mística libertária e como o caminho do progresso para as sociedades atrasadas, não corresponde uma formulação equivalente do Socialismo Evolutivo. Pode-se mesmo dizer que êste se caracteriza por uma atitude adversa a tôda formulação ideológica, expressa na afirmação desalentada de que "as velhas paixões estão exaustas" (D. Bell 1960). Esta anti-mística, porém, não significa uma ausência de ideologia, porque ela própria é a ideologia que não quer explicitar sua verdadeira função aliciadora em defesa da perpetuação da ordem social. Nesse ambiente, os pensadores se vêem compelidos ao papel passivo de observadores da "ação espontânea das fôrças naturais" ou de doutrinadores dedicados à tarefa de persuadir a sociedade de que a interação "livre" dos fatôres de mudança conduzirá aos melhores resultados. No passado, a ideologia calvinista provia uma fundamentação religiosa para esta suposição; hoje, ela se reduz a um *wishful thinking.*

*** Observe-se que utilizamos os cálculos norte-americanos (Kuznets 1965) de incremento anual *per capita* da URSS, porque os dados oficiais soviéticos e chineses indicam ritmos muito mais acelerados, a saber, de 11% para os primeiros e de 16,5% para os últimos. A taxa do PIB *per capita* do Brasil caiu posteriormente a 0,7%, de 1960 a 1964. (ONU-CEPAL 1966).**

Esta aridez teórica contrasta gritantemente com a criatividade e a ousadia dos ideólogos dos albores do capitalismo. Então, uma multiplicidade de pensadores, dedicados a repensar prospectivamente suas sociedades e o humano, criou as bases teóricas da ideologia política moderna. Hoje, naquelas mesmas nações, buscar-se-iam em vão os êmulos dos velhos humanistas. Será o modêlo socialista-evolutivo tão inviável e frágil em seus fundamentos que não incite entusiasmos? Será êle, efetivamente, uma formação sociocultural ou uma mera transição entre o capitalismo que se desgasta e novas formas que ainda não se anunciam claramente?

Estas indagações têm uma importância capital, porque as civilizações só se desenvolvem enquanto são capazes de infundir um sentido de missão às populações que polarizam, emprestando um significado superior de destinação à simples existência humana (R. Linton 1936). Esta capacidade de aliciamento ideológico é que permitiu às grandes civilizações do passado mobilizar suas populações para a expansão imperial, para a edificação de macro-etnias integradas ou para engajá-las em sistemas produtivos destinados a enriquecer as minorias dominantes. Quando falta esta característica, a função integrativa tende a exercer-se à custa de puro despotismo ou se dilui, como ocorre com as sociedades feudalizadas, em que tôda a cultura se mediocriza, muito embora os seus povos possam viver mais tranqüilamente e, provàvelmente, comer mais e melhor.

QUARTA PARTE

A Civilização da Humanidade

VIII

A Revolução Termonuclear e as "Sociedades Futuras"

No curso de tôdas as revoluções tecnológicas registraram-se diversos impulsos acelerativos, responsáveis por mudanças substancias no processo produtivo e nos modos de vida das sociedades humanas, sem se configurarem como revoluções porque não deram lugar ao surgimento de novas formações socioculturais. Êste foi o caso dos ciclos de progresso ocorridos no curso da Revolução Industrial com a introdução da turbina a vapor, dos motores elétricos e dos motores de combustão interna; com a substituição do ferro pelo aço nos usos industriais; com a aparição das máquinas operatrizes (tôrno-revólver, tôrno automático, retífica, fresa, etc.); com o desenvolvimento da indústria química (ácido sulfúrico, soda cáustica, borracha, anilinas, etc.) e com a generalização do uso de dispositivos e aparelhos elétricos, e de uma miríade de bens

industriais novos (H. Pasdermadjian 1960; O. Lange 1966; F. Sternberg 1959).

Estaremos, agora — com a implantação da tecnologia científica moderna de base termonuclear e eletrônica — diante de uma aceleração cíclica da mesma natureza ou diante de transformações tão prodigiosas das fôrças produtivas e tão prenhes de conseqüências que devamos classificá-las como uma nova revolução tecnológica? A relevância dos progressos alcançados e o próprio caráter irruptivo da nova onda de inovações parecem indicar que se trata de uma revolução. Efetivamente, após um período de relativo descenso no ritmo de progresso tecnológico, entre a última década do século passado e as três primeiras dêste, a criatividade científico-tecnológica voltou a crescer de forma extraordinária (S. Lilley 1957) e desde a última guerra acumulou tal soma de inovações na capacidade humana de ação, de pensamento, de organização e de planejamento que já parece configurar-se como uma revolução tecnológica nova.

Se assim é, porém, estaremos no limiar dessa nova revolução porque, em nossos dias, apenas se podem medir seus impactos renovadores, ainda confundidos que estão com os efeitos de sucessivas alterações impostas pela Revolução Industrial. Nosso tempo pode ser comparado, portanto, à Inglaterra do primeiro quartel do século XIX, quando aquela revolução já atuava como o modelador de uma formação nova, mas seu perfil ainda era nebuloso. Comparando os frutos maduros da Revolução Industrial com aquêles renovos, sobressaem a sua rudeza e primitivismo. Nêles estavam contidos, porém, como virtualidades, os desdobramentos posteriores.

Neste sentido, são meros prenúncios do que virá nas próximas décadas a acumulação de desenvolvimentos no campo das ciências básicas e suas aplicações tecnológicas na forma de armas termonucleares, de aviões a retropropulsão, de baterias solares e, sobretudo, de dispositivos eletrônicos ultra-rápidos fundados na tecnologia dos transistores, que permitiram produzir o radar e os novos computadores, os reatores nucleares, a luz coerente, o radiotelescópio, os projéteis espaciais; e, ainda, os complexos industriais automatizados, os sistemas automáticos de produção química de sintéticos, os meios modernos de telecomunicação em massa, os sistemas cibernéticos

de coordenação de informações e de simulação de situações para a fixação de estratégias militares e econômicas.

O impacto destas inovações faz-se sentir na vida diária do homem comum do nosso tempo, principalmente através de uma torrente de novos materiais, de novos tipos de máquinas operatrizes automatizadas e de formas revolucionárias de comunicação em massa e de difusão. Já se faz sentir, também, como efeito da multiplicação da acuidade dos sentidos humanos através de instrumentos ultra-sensíveis e da duplicação da capacidade de ação humana através da contração do espaço e da extensão do tempo em graus antes inimagináveis. Seus efeitos cruciais estão concentrados, porém, na tecnologia militar que lida hoje com potencialidades absolutas de destruição da vida na Terra. As promessas da nova tecnologia, de proporcionar prodigiosas fontes de energia e uma abundância teòricamente ilimitada de bens e de serviços, são ainda meras expectativas. Entretanto, à medida em que estas promessas entrem a cumprir-se, terá início um nôvo movimento do processo evolutivo pela morte da economia da escassez e o advento da economia da abundância, no bôjo da qual deverão transmudar-se tôdas as formas atuais de estratificação social.

Em face dêsses desenvolvimentos futuros, que propiciarão a generalização da prosperidade, a divisão da sociedade em classes econômicas (surgidas como fruto dos primeiros acréscimos revolucionários da produtividade do trabalho humano e que só permitia o progresso pela escravização de extensas camadas) tenderá a reduzir-se cada vez mais, até se extinguir completamente. Contra esta tendência, porém, erguer-se-ão com o vigor desesperado da luta pela sobrevivência todos os interêsses privatistas, cujos privilégios se assentam na desigualdade social. Supunha-se que êste embate se desse de forma catastrófica, a certo nível do amadurecimento da nova economia. Na verdade, desencadeou-se diante da mera possibilidade teórica de implantar a igualdade e a abundância, através do processo civilizatório que se cristalizou nas formações socialistas revolucionárias como uma antecipação histórica. Sua universalização é que está em causa,

neste momento, bem como as vias pelas quais se efetivará e os modelos de sociedade que deverão configurar os povos.

Neste sentido, marcha, hoje, cada vez mais aceleradamente, um nôvo processo civilizatório de âmbito universal. Marcha, porém, condicionado pela característica básica da evolução sociocultural que atua, essencialmente, por saltos nos processos produtivos e não se cumpre pela enunciação teórica de novos princípios, mas pela multiplicação dos frutos concretos de sua aplicação. Uma coisa é o protótipo viável de um machado de pedra polida, de um arado, de um veleiro, de um automóvel ou de um aparelho de televisão; outra coisa é a entrada em uso de milhões destas inovações. A Revolução Termonuclear só se fará sentir, efetivamente, como a nova fôrça conformadora da história, quando fizer suceder à tralha industrial moderna tôda a prodigiosa parafernália que hoje se encontra no nível de projetos ou de potencialidades ou de objetos, instrumentos, máquinas e motores de uso limitado.

A designação de *Revolução Termonuclear* para esta onda emergente de inovações tecnológicas e de seus concomitantes socioculturais justifica-se, tanto pelo caráter crucial do fator energético na evolução humana a que se refere, como pelo impacto que a competição atômica entre a América do Norte e a União Soviética desencadeou sôbre a humanidade, desde o fim da última guerra mundial. Esta competição conduziu a uma relocação de recursos financeiros e humanos sem paralelo na história (M. H. Halperin 1967).

Hoje, a América do Norte aplica cêrca de 75% do seu orçamento em atividades de defesa (84 mil milhões de dólares em 1966). Nelas já gastou mais de 897 mil milhões de dólares desde 1946 e ocupa um exército de 6 milhões de combatentes (NATO, SEATO, etc.) espalhados pelo mundo, além de 350 mil cientistas e tecnólogos que representam cêrca de 900 diferentes especialidades (Ch. R. de Carlo 1965). Como as inversões militares soviéticas e chinesas devem ser equivalentes, verifica-se que estamos diante de um fato nôvo e decisivo por sua magnitude e pela sua capacidade de afetar as sociedades humanas. Sòmente uma parcela desta fantástica mobilização de recursos se aplica na tecnologia nuclear. A própria guerra que se prevê não se designa mais como atômica, mas como químico-bacteriológico-radiológica ou pela sigla sinistra Q.B.R. Todavia, foi a competição termonuclear e o pavor à destruição total que acarretou que pôs em marcha o processo da revolução tecnológica em curso e lhe deu a extraordinária aceleração que experimenta em nossos dias (H. Kahn 1962; M. N. Halperin 1965).

A Revolução Termonuclear, mesmo nestes seus primeiros passos, colocou nas mãos das sociedades mais avançadas somas tão fantásticas de poder destrutivo, construtivo e constritivo que tanto pode conduzir o homem ao reino da fartura e da eqüidade como pode desencadear um processo de deterioração sociocultural e até biológica mais profundo que qualquer das regressões anteriores. Nesse poder de modelar o futuro está sua característica distintiva de revolução tecnológica. Qualquer que seja o seu porvir, o homem terá transitado por esta etapa e será marcado indelèvelmente por ela.

É mesmo admissível que venha a subverter o caráter do processo evolutivo, que, neste passo, deixará de ser um movimento histórico acionado de modo espontaneísta pela acumulação de progressos dos meios de ação sôbre a natureza e de seus efeitos "naturais" sôbre as sociedades humanas, para converter-se num processo racional de condução intencional da evolução sociocultural. Ao menos, o repto com que se defrontam hoje as sociedades mais avançadas é, essencialmente, o de reger o processo de mudança provocado pelo desenvolvimento científico-tecnológico, a fim de determinar o seu ritmo e estabelecer a direção em que se exercerá sôbre os povos.

Desde seus primeiros passos, a Revolução Termonuclear provocou a mobilização de todos os quadros científicos das respectivas áreas de influência para tarefas de investigação de natureza militar. As universidades e os centros de pesquisa assim conscritos perderam grande parte da autonomia e até mesmo a capacidade de exercer suas funções decisivas de núcleos de pensamento independente e de criatividade cultural livre. Naqueles primeiros momentos, os cientistas, tratados como um misto de sábios e de magos detentores dos segredos da Bomba, experimentaram a ilusão de que assumiriam, afinal, as alavancas do poder. Foram, porém, reduzidos, progressivamente, a uma função meramente assessorial das altas

hierarquias civis, militares e empresariais, nada predispostas a abdicar do poder que detinham. E, mais do que isso, viram-se submetidos aos sistemas mais vexatórios e opressivos de vigilância policial, ao mesmo tempo em que se defrontavam — já de mãos atadas — com os problemas éticos de agentes humanos do desencadear de fôrças naturais capazes de dar fim a tôdas as formas de vida (D. M. Whitaker 1951; C. P. Snow 1963; Don K. Price 1965).

A própria ciência, como fator cultural, se translada do plano ideológico para o adaptativo, convertendo-se, de uma expressão abstrata do esfôrço humano de compreensão da experiência, no mais eficaz dos agentes de ação sôbre a natureza, de reordenação das sociedades e de configuração das personalidades humanas.

Para isso contribuem três fatôres fundamentais.

Primeiro, o desenvolvimento exponencial experimentado pelos conhecimentos científicos no século XX, acompanhado de uma redução drástica do intervalo entre os progressos teóricos e suas aplicações práticas, de modo a fundir a ciência e a tecnologia numa entidade única no plano operativo. Entre as experiências de Faraday (1821) e a integração dos motores elétricos no sistema produtivo (1886) medearam 65 anos. Entre os estudos de Maxwell e Hertz e a comercialização dos aparelhos de rádio passaram-se 35 anos (1887-1922). Mas entre as formulações teóricas e a concretização tecnológica do radar (1935-1940), da bomba atômica (1938-1945), do transistor (1948-1951) e da bateria solar (1953-1955) medearam períodos muito inferiores, como o revelam as datas (W. O. Baker 1965).

Segundo, a profissionalização da ciência e da tecnologia avançada, que, de atividade lúdica ou inusitada nos princípios do século, se vai convertendo em ocupação ordinária de um contingente humano que deve estar alcançando um milhão de pessoas em nossos dias. Seu ritmo de incremento é tão intenso quanto o dos operários fabris dos primeiros passos da revolução industrial. Tal como naquele caso, tenderia a absorver, nas próximas décadas, tôda a população ativa e, finalmente, a humanidade inteira, se esta não fôsse uma inflexão ocasional, destinada a corrigir-se. Nos dois casos, entretanto, a correção posterior da curva não impedirá a transfiguração total das sociedades que experimentarem êsse impacto.

Em terceiro lugar, a expansão fantástica da aplicação de recursos nas atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico de projetos. As despesas com tais programas por parte do govêrno norte-americano, que vinham crescendo na proporção de um dólar, em 1920, para quatro, em 1940, saltaram a 35, em 1950, e a 175, em 1960. Em números absolutos, esta progressão foi de 80 milhões de dólares, em 1920, para cêrca de 16 mil milhões, em 1963 (D. Bell 1965). Tudo indica que os investimentos russos em pesquisa científica e tecnológica sejam ainda mais altos e que os chineses estejam se aproximando cada vez mais destas magnitudes. Uma indicação do incremento exponencial destas atividades científicas e tecnológicas dá-nos, indiretamente, a expansão impetuosa do número de publicações científicas. Estas tendem, já, a reproduzir a totalidade da matéria publicada cada 15 anos. E já se eleva à soma extraordinária de 50 mil o número de periódicos técnico-científicos do mundo, que publicam, anualmente, cêrca de um milhão de artigos.

Estas três ordens de incrementos se revestem do caráter de inflexões extraordinárias a que nos referimos e tendem, por isso mesmo, a experimentar reduções de ritmo. Todavia, não serão reduções da ampliação do saber e da sua aplicação, mas dos agentes humanos e materiais através dos quais a ciência se constrói hoje, evidentemente inadequados como forma de criação, de registro e de acumulação do saber humano. Tal como a redução progressiva da percentagem de operários fabris não importou no decréscimo da produção, é de prever que também estas correções de ritmo se façam simultâneamente com o florescimento ainda maior do saber e da técnica e com uma integração crescente de conteúdos científicos na cultura. A ciência torna-se, dêsse modo, o agente fundamental da ação humana sôbre a natureza externa, sôbre a ordem social e sôbre a própria natureza humana.

A revolução tecnológica em curso põe em causa a observação de Marx sôbre as relações necessárias entre a ampliação das fôrças produtivas e o caráter das relações de produção. Ou, em outros têrmos, sôbre as quantidades de mudanças tecnológico-produtivas que podem suportar as sociedades

modernas sem romper sua estrutura institucional. Os efeitos dos novos processos produtivos sôbre as relações de trabalho apenas começam a tornar-se mensuráveis. Estão-se acumulando, porém, pelo somatório de pequenas rupturas e de traumas que, amanhã, serão conflitos abertos ao longo de tôda a vida social, conducentes a configurá-la em novas formações.

Suas conseqüências mais singelas são as desconexões de caráter mecânico entre fontes de energia e máquinas; ou entre máquinas e matérias primas; ou ainda, entre máquinas e máquinas que compelem já à substituição periódica de setores inteiros do parque produtivo. Por exemplo, o desuso do equipamento químico-industrial ou dos parques de máquinas têxteis, inadaptáveis aos fios sintéticos. Mais graves são as desconexões humanas, representadas pelo desuso de especializações profissionais que se tornam arcaicas — como os antigos foguistas das locomotivas, substituídos por motores Diesel e elétricos — e que, em conseqüência, se vêem deslocados e obrigados a reajustamentos sucessivos, em muitos casos impossíveis.

Esta ordem de desajustamentos tende a crescer cada vez mais, atingindo, primeiro, alguns setores da fôrça de trabalho; produzindo, depois, massas de deslocados e gerando, por último, multidões de marginalizados social e ocupacionalmente e, assim, condenados a viver como pensionistas do Estado. O contrôle das tendências dessas massas desajustadas à insubordinação consistirá num repto muito mais agudo que aquêle com que se defrontaram as primeiras sociedades industriais, atenuado, então, pela exportação maciça dessas populações para áreas coloniais e pelos desgastes humanos em guerras. Os novos problemas sociais não admitem, porém, soluções tão singelas, porque põem em causa, de forma ainda mais dramática, a incompatibilidade da ordenação social com a tecnologia produtiva que opera; e porque os impulsos de reordenação social já se exercem sôbre sociedades de um nôvo tipo, cujas populações são, provàvelmente, mais capazes de autodefesa contra a opressão. A combatividade do nôvo negro norte-americano em sua luta contra a discriminação racial dá-nos uma medida dessa capacidade de autodefesa das camadas marginais das sociedades avançadas.

A fonte principal dessas tensões é a promoção dos trabalhadores, da condição de manuseadores de ferramentas à de operadores de máquinas e, finalmente, à de supervisores de sistemas produtivos ultracomplexos. Êstes, além de exigir muito menor número de trabalhadores, não carecem de energia muscular nenhuma e não requerem qualquer adestramento profissional. Em compensação, exigem, de seus supervisores, uma qualificação educacional cada vez mais alta. Sua implantação na indústria importa, em primeiro lugar, na eliminação maciça de trabalhadores; e, a seguir, na proscrição progressiva da "aristocracia operária", constituída pelos trabalhadores grandemente especializados, para dar lugar a um contingente nôvo de operadores cada vez mais intelectualizados e mais parecidos com as velhas camadas de empregados burocráticos e com os engenheiros modernos.

Êste complexo de desconexões mecânicas e humanas requer, além de reajustamentos no parque fabril, na fôrça de trabalho e nas instituições de previdência e amparo, uma revisão completa do sistema educacional. Transformando a escolaridade num drástico seletor social, que exclua da vida produtiva os não instruídos, torna-se imperativa a abertura do sistema escolar de todos os níveis à totalidade da população; impõe-se a revisão de todo o seu conteúdo curricular para ajustá-lo aos graus de integração das ciências na cultura e torna-se indispensável o acesso de tôda a fôrça de trabalho a uma reeducação continuada e de alto padrão ao longo de tôda a vida produtiva.

O efeito dêsses impactos sôbre as sociedades socialistas, ainda que enorme, deve ser tido como irrelevante no plano estrutural porque, provàvelmente, virão a atuar como aceleradores de mudanças já em curso. Isto se deve, essencialmente, ao seu caráter de economias coletivistas e planificadas, capazes, portanto, de absorver a tecnologia nova, beneficiando a sociedade inteira com o acréscimo de produtividade que propicia. Para os regimes privatistas, porém, essas inovações representam um sério desafio, em virtude da precedência dos interêsses particulares sôbre os públicos e, conseqüentemente, do caráter incipiente da programação econômico-social que podem pôr em execução.

Ante êsses desafios, essas sociedades tendem a reagir com esforços obstinados a fim de evitar que a revolução tecnológica ponha em risco os interêsses investidos e ameace as estruturas tradicionais de poder. Para isso condicionam a aplicação das potencialidades de multiplicação da produtividade à consolidação do regime vigente e procuram utilizar exaustivamente os novos e prodigiosos sistemas de comunicação em massa para conformar uma opinião pública submissa e disciplinada, mediante uma doutrinação que a torne incapaz de qualquer opção radical.

Aspirações semelhantes foram sustentadas, no passado, por tôdas as camadas privilegiadas tornadas obsoletas. Em verdade, tôdas malograram, mas, no seu afã de perpetuar-se como classes dirigentes, conduziram seus povos, muitas vêzes, a processos de degradação extrema, com apêlo ao despotismo e ao militarismo. Êsses riscos são, hoje, muito mais graves, porque o próprio desenvolvimento tecnológico acarretou uma concentração e uma fusão extremas dos núcleos do poder econômico, político e militar e uma expansão fantástica dos meios de informação e de modelamento da opinião pública. Nessas circunstâncias, um pequeno grupo de elite pode apropriar-se da máquina do Estado para conduzir os assuntos nacionais segundo seus interêsses e até contar com o apoio caloroso de enormes parcelas da população, suscetíveis de serem ganhas para as teses mais irracionais, como o recorda a experiência hitlerista.

O paradoxal, porém, é que essas formações imperialistas aderidas à ordem social vigente se vão tornando cada vez mais conservadoras no plano estrutural e ideológico e crescentemente ousadas no plano tecnológico e econômico. O motor dessa ousadia é o clima criado pela disputa armamentista que arrasta a América do Norte e a União Soviética a uma competição sem limites pela sua própria segurança, fundada no máximo de capacidade de represália em face de um ataque. Em ambas as estruturas, a competição conduz a uma acentuação sem paralelo da criatividade científica e tecnológica. Na América do Norte, no entanto, a expansão se vê constringida pelo imperativo de dirigir a criatividade para o plano técnico-científico — sobretudo espacial e eletrônico-militar — ao mesmo tempo em que se comprimem ao máximo

as necessidades de programação racional da transformação social e ideológica. Cria-se, dêsse modo, um verdadeiro síndrome espontaneísta e anárquico, que procura conciliar o máximo de transformações no plano produtivo com a manutenção das relações de trabalho, com um mínimo de interferência no plano estrutural e institucional.

Acionados pelo pavor atômico, os setores militares e empresariais passaram a promover a ciência e a tecnologia de guerra. Os primeiros, porque não tinham outra opção; os últimos, porque foram subsidiados para isso. Nessas condições, as altas hierarquias nacionais configuraram-se como cidadelas de anti-radicalismo em que se combinam uma confiança desmedida na capacidade de utilização do progresso técnico-científico e uma aversão suprema às formas estatais centralizadas de administração e de contrôle. Como estas são inevitáveis — em virtude da correlação entre o grau de tecnificação das atividades produtivas e a necessidade de criar corpos cada vez mais ampliados de tecnocratas e de implantar uma centralização crescente dos órgãos de direção — o processo de transformação evolutiva torna-se extremamente conflitivo. Faz-se intencional e lúcido em todos os conteúdos científico-tecnológicos, mas residual e irracional nos conteúdos institucionais e sociais.

Exemplos flagrantes dessa contradição são-nos oferecidos pela integração das emprêsas privadas nos programas de investigação científico-militar em que, ao invés de tratar com questões de produtividade, de custos e de mercados, lidam com aptidões e idéias transformadas em mercadorias. O menor problema criado por essa integração foi o da corrupção. Ela é inerente a situações em que recursos públicos são destinados ao subsídio de atividades de pesquisa, de desenvolvimento ou de produção de protótipos, em que o custo da própria implantação empresarial está incluído nas encomendas. Um observador autorizado revela ser impossível distinguir, nos livros de contabilidade de uma emprêsa particular, os gastos investidos no seu próprio desenvolvimento e aquêles que emprega na execução dos contratos públicos (E. D. Johnson 1965).

Só uma dedicação extrema ao espírito de livre emprêsa e uma preferência de caráter ideológico pela gerência privada

de bens explica a doação de parcelas astronômicas de recursos públicos, nessas condições, a grupos privados. A situação é tão dúbia que algumas emprêsas norte-americanas se negaram mesmo a participar de concorrências públicas, ao verificar a incompatibilidade dos critérios de eficácia e de honestidade usuais na produção para o mercado com os vigentes nos contratos com o govêrno. Outras trataram de desdobrar-se em associadas, a fim de não envolverem seus patrimônios nos negócios com o Tesouro. As mais importantes foram instituídas especialmente para explorar esta nova mina que são os contratos de encomendas militares.

Problemas ainda mais graves surgiram com a administração empresarial de cientistas, selecionados segundo rigorosos procedimentos de mensuração de sua capacidade virtual de produzir inventos. Um dêles é o da propalada queda do nível de criatividade do cientista com a idade madura, o que leva algumas emprêsas a se preocuparem com seus corpos de sábios, que têm de ser dispensados quando se aproximam dos 40 anos. Outro problema é o do rendimento científico minguante das aplicações adicionais de recursos em pesquisas conduzidas como negócios. Outra fonte de traumas decorre da disparidade entre as pautas mais liberais dos cientistas e as correntes nos setores tradicionais da sociedade. Êstes, agindo segundo critérios estritamente econômicos — dentro da sagrada primazia dos lucros empresariais ou segundo normas rígidas de segurança militar e de vigilância policial — criam um ambiente carregado de tensões em que o trabalho criador se torna impraticável (E. Ginzberg 1965).

Todos êsses problemas estão a indicar as dificuldades de integração, no mundo empresarial privado, dos conteúdos dinâmicos da nova tecnologia produtiva. A integração é, todavia, inevitável, porque constitui a única forma de garantir a sobrevida do próprio sistema capitalista. Efetivamente, os setôres públicos, absorvendo e aplicando, anualmente, desde há mais de uma década, duas terças partes a três quintas partes do Produto Nacional Bruto da América do Norte, já teriam implantado um vastíssimo sistema de emprêsas estatais, caso não existisse a orientação taxativa de utilizar as fôrças da renovação tecnológica dentro do enquadramento obrigatório da preservação dos interêsses investidos. Nessas condições, o pré-

requisito básico para a perpetuação do sistema empresarial passa a ser sua degradação pelos descaminhos da apropriação privada de recursos públicos, do uso abusivo da corrida armamentista como estimulante da vida econômica, da ingerência burocrática governamental e militar na vida das emprêsas e, por fim, da acumulação de tensões entre as camadas assalariadas e o patronato. A solução parece ser, por isso mesmo, meramente paliativa, uma vez que só consegue acumular tensões destinadas a romper, finalmente, a própria estrutura.

Além da relocação do papel das ciências na cultura, a Revolução Termonuclear parece destinada a operar uma verdadeira reversão do próprio processo evolutivo. Êste, em lugar de atuar como um processo de atualização histórica espoliador das nações atrasadas — tal como atuavam tôdas as revoluções anteriores, privilegiadoras das estruturas macro-étnicas que primeiro absorveram as inovações tecnológicas — tende a pôr em movimento novas formas de difusão e de generalização dos progressos tecnológico-culturais. Em conseqüência, êstes não implicarão no estabelecimento de relações de subordinação entre os povos avançados e os atrasados.

Para isso contribuem três fatôres decisivos. Primeiro, a competição entre os campos socialista e capitalista, impeditiva do surgimento de uma *entente* neoimperial reacionária. Segundo, o amadurecimento do *ethos* dos povos atrasados, como resultante residual da expansão da Revolução Industrial. Êsse amadurecimento é claramente perceptível, em nossos dias, pela comparação da impotência de alguns dêsses mesmos povos, há um século, quando foram avassalados pela expansão imperialista, com a capacidade extraordinária de enfrentar e de autodefesa que revelam hoje. (Considere-se a combatividade dos insurretos da Argélia contra a França e do Vietnam contra os Estados Unidos). Terceiro, a magnitude da revolução chinesa, que detonou um processo de aceleração evolutiva sôbre uma parcela enorme da humanidade dentro da área mais povoada, mais miserável e mais espoliada do mundo. Seu vulto pode ser medido pela expectativa dos demógrafos da ONU, segundo os quais os chineses constituirão 1,8 dos 6 bilhões de habitantes da Terra no ano 2000.

Também contribuirão decisivamente para essa reversão os movimentos de emancipação política, econômica e cultural

em que estão empenhadas as nações subdesenvolvidas. Espocando, simultâneamente, em todo o mundo, ameaçam liqüidar as bases neocoloniais do sistema imperialista, compelindo à criação de novas constelações internacionais. Dêste modo, caberá aos povos atrasados na história uma função civilizadora dos povos mais evoluídos, tal como, no paradoxo de Hegel, cabia històricamente ao escravo o papel de combatente da liberdade.

Assim é que a Revolução Termonuclear, exercendo-se sôbre uma humanidade prèviamente integrada num sistema interativo único, formado de partes interdependentes, e atuando sôbre povos deliberados a defender suas oportunidades de desenvolvimento autônomo, deverá desencadear-se como um processo de aceleração evolutiva que a todos irá integrando, progressivamete, na mesma tecnologia e em formas de vida idênticas. As vantagens alcançadas pelas sociedades mais avançadas poderiam induzi-las a se fecharem sôbre si mesmas para fruir seus progressos. Sua dependência do sistema mundial de intercâmbio obrigá-las-á, porém, a interagir com os povos mais atrasados. E êstes, na medida em que se tornem capazes de defender seus próprios interêsses, imporão novas formas de interação cada vez menos espoliativas às relações internacionais.

As profundas defasagens de tempos evolutivos que hoje medeiam entre os povos poderão ser, assim, paulatinamente reduzidas. Para isso conta-se com a unidade psíquica essencial da espécie humana, que a tôda ela torna suscetível de progresso, e com a natureza mesma da evolução cultural que, ao contrário da biológica, processando-se por transmissão simbólica, se faz ràpidamente difundível sôbre todos os contextos humanos. Para tanto, ter-se-á de criar sistemas adequados de difusão e de educação de base mundial, capacitados a socializar cada nova geração de acôrdo com os mesmos conteúdos e as mesmas diretrizes.

Por todos êsses caminhos, o que está em marcha é uma etapa evolutiva nova, que transmudará, mais uma vez, a condição humana — agora de forma ainda mais radical, porque colocará, finalmente, a ação modeladora de uma revolução tecnológica sob o contrôle de uma política intencional de base científica. Assim, na medida em que a ciência se translada do

plano ideológico para o adaptativo, confundida com a tecnologia, a intervenção racional humana é que passará a gerir a história (R. Arzumanian 1965).

Até essas altitudes, porém, muitos obstáculos terão de ser superados. Em primeiro lugar, o das carências elementares — como a fome, a falta de vestimenta, de moradia, de facilidades sanitárias mínimas contra enfermidades curáveis e o acesso a um mínimo de escolaridade — que afligem a quase totalidade da espécie humana. Êste problema capital está ìntimamente relacionado com a orientação do esfôrço científico e tecnológico, voltado, hoje, predominantemente, para tarefas de destruição. Apenas uma percentagem irrelevante dos recursos investidos em pesquisa se dirige à busca de melhores soluções para os problemas representados por aquelas carências fundamentais de bens e de serviços. Temos um exemplo dêles na composição do corpo de tecnólogos e cientistas norte-americanos: 140 mil se ocupam em pesquisas aeronáuticas, espaciais e de eletrônica militar, mas apenas 1 200 se dedicam a problemas da indústria têxtil, 4 mil estudam cimento e problemas de edificação e 5 mil investigam metalurgia básica (E. Ginzberg 1965).

Outros obstáculos a vencer são a superação do caráter intrìnsecamente espoliativo da interação entre estruturas sociais tecnològicamente defasadas e, especialmente, a liqüidação da exploração imperialista que pesa sôbre os povos subdesenvolvidos e os condena a empenhar-se em guerras de emancipação e em revoluções sangrentas para alcançar condições mínimas de autonomia na condução dos seus destinos. Ligado a êste problema está o da superação da rigidez estrutural das nações imperialistas, cujo apêgo ao *status quo* permite o domínio político interno por grupos minoritários deliberados a manter o sistema a qualquer preço. Sua façanha já representa um ônus tão alto em despesas militares com guerras e subvenções a regimes títeres que ultrapassa de muito o que podem arrancar de outros povos. Assim, o sistema só subsiste em virtude da contradição entre o poderio dos interêsses privatistas, que continuam obtendo altos lucros dessa exploração, e a debilidade política dos interêsses nacionais majoritários que o subsidiam através de impostos.

Soma-se a êste problema o pêso das diferenças de classe e da discriminação racial, que continuam impondo condições desumanizadoras à maioria da espécie humana. A superação dêsses percalços, hoje aparentemente intransponíveis, pode fazer-se pela aceleração evolutiva acionada pela própria Revolução Termonuclear no curso do processo de modelação das *Sociedades Futuras*. Não será alcançada, porém, de forma espontaneísta, porque importará num esfôrço extraordinário, só praticável através de um planejamento rigoroso e da mais completa cooperação internacional.

As características dessas Sociedades Futuras são, hoje, tão pouco previsíveis quanto o eram as das formações contidas em potencial na Revolução Industrial, nas primeiras décadas do seu desencadeamento. Entretanto, algumas delas já são visíveis em nossos dias. Assim é que se pode afirmar que o sentido do desenvolvimento humano aponta para a configuração das Sociedades Futuras como formações socialistas de um nôvo tipo. Estas serão, com tôda a probabilidade, sociedades não estratificadas em classes econômicas, embora de caráter infinitamente superior ao das comunidades tribais indiferenciadas de que a humanidade partiu há dez milênios e em que prevaleciam relações pessoais e igualitárias. Também serão de tipo muito mais alto que o "socialismo" dos Impérios Teocráticos de Regadio, igualmente fundados na propriedade estatal, que conformaram, em sua primeira etapa, regimes de alta responsabilidade social para com a pessoa humana e de alto nível de integração societária, mas que decaíram, por fim, num estatismo militarista marcadamente despótico. Serão, por igual, superiores às formas socialistas modernas de tipo revolucionário ou evolutivo.

Nesse rumo impreciso parecem progredir, convergentemente, tanto as formações socialistas revolucionárias quanto as evolutivas. Por êsse rumo progredirão, provàvelmente, as formações imperialistas atuais, à medida que seus contextos neocoloniais se emancipem e que elas próprias se desvencilhem das imposições dos interêsses privatistas sôbre os Estados, para se configurarem como socialismos evolutivos. No mesmo rumo avançarão, também, as nações neocoloniais modernas, pelas vias do Nacionalismo Modernizador ou do Socialismo Revolucionário, que, sofreando a espoliação imperialista e reduzindo as constrições oligárquicas internas, as amadurecerão para a industrialização e, finalmente, para a sua configuração como Sociedades Futuras.

Uma característica já visível das Sociedades Futuras será a superação da diferença entre cidade e campo, pela industrialização das atividades agrícolas em curso e pela expansão das cidades sôbre as áreas adjacentes. Outra característica será a superação da distância entre o trabalho braçal — pràticamente proscrito — e o trabalho intelectual. A composição da fôrça de trabalho será, majoritàriamente, de pessoas com preparo de nível universitário, dedicadas a tôda sorte de tarefas, principalmente as educacionais, assistenciais, culturais e recreativas, que experimentarão enorme expansão. Êsses níveis mais altos de preparo educacional terão igualmente o efeito de fazer, da maioria dos homens, herdeiros do patrimônio cultural humano, tornado comum, e uma proporção ponderável dêles capaz de criatividade artística e intelectual.

A ruptura entre o produtor e o produto do seu trabalho — provocada pela mercantilização do artesanato e acelerada, mais tarde, pela industrialização — será, dessa forma, superada, permitindo a cada pessoa exprimir-se no que faz. O desejo de beleza, que amanheceu tão cedo nas sociedades humanas — expresso em tôda sorte de artefatos mais perfeitos e trabalhosos do que o necessário para serem operativos — e foi tão cedo soterrado pela mecanização e pela especialização, voltará a florescer. Quebrar-se-ão, assim, os círculos fechados de artistas herméticos e de apreciadores eruditos para devolver a arte e a criatividade artística ao homem comum.

Uma terceira característica das Sociedades Futuras será sua capacitação a atuar num mundo de possibilidades quase absolutas no plano do conhecimento e da ação, tanto destrutiva quanto construtiva e constritiva. O contrôle mínimo indispensável destas capacidades, para que não se voltem contra o homem, importará no imperativo de proscrever as guerras e de criar um sistema mundial de poder estruturado segundo princípios supranacionais que permitam dar representatividade às populações humanas segundo sua magnitude. Exigirá, também, o desenvolvimento de órgãos internacio-

nais de contrôle dos meios de comunicação de massa e de modelação da opinião pública.

Uma vez superados os problemas da carência e da regulação social da abundância, bem como os da igualização das oportunidades de formação educacional e de assistência sanitária, os desafios com que se defrontarão as Sociedades Futuras deixarão de ser os da utilização das suas fontes prodigiosas de energia, de bens e de serviços. Serão, desde então, os do emprêgo apropriado do seu poder de compulsão sôbre as personalidades humanas e de condução racional do processo de socialização. Efetivamente, é provàvel que as Sociedades Futuras enfrentem seus maiores problemas no esfôrço por capacitar-se a utilizar seus podêres quase absolutos de programação da reprodução biológica do homem, de ordenação intencional da vida social, de condução do processo de conformação e regulamentação da personalidade humana e de intervenção sistemática nos corpos de valôres que orientam a conduta pessoal. Todos êsses podêres importarão, naturalmente, em enormes riscos de despotismo, mas criarão possibilidades, maiores do que nunca, de libertar o homem de tôdas as formas de mêdo e de opressão.

Tocqueville, ideólogo do liberalismo, apreensivo com o amadurecimento dessas tendências despersonalizadoras e despóticas, perceptíveis em seu tempo, registrou, em 1835, a seguinte antevisão das Sociedades Futuras:

"Vejo uma multidão inenarrável de homens, iguais e semelhantes, que giram sem descanso sôbre si mesmo com o único fim de satisfazer os pequenos e vulgares prazeres com que enchem suas almas. Cada um dêles vive à parte, alheio ao destino de todos os demais. Seus filhos e seus amigos íntimos constituem para êle tôda a espécie humana. Enquanto concidadãos, está junto dêles sem vê-los; toca-os sem os sentir; só existe em si e para si mesmo. Se lhe resta uma família, pode-se dizer que já não lhe resta uma pátria. Acima de todos êles eleva-se um poder imenso e tutelar que se encarrega, sòzinho, de garantir seus prazeres e de velar por êles. Êste poder é absoluto, minucioso, regular, previdente e apacível. Pareceria um poder paternal se, como êste, tivesse por objetivo preparar os homens para a idade viril; ao contrário, porém, busca apenas fixá-los irrevogàvelmente na infância. Não lhe desgosta que os cidadãos gozem, sempre e quando só pensem em gozar. Trabalha com gôsto para fazê-los felizes, mas quer ser o único agente, o único árbitro. Supre sua segurança, provê suas necessidades, facilita seus gozos, gestiona seus assuntos importantes, dirige sua indústria, regula suas sucessões, divide sua herança. Ah, se pudesse livrá-los inteiramente do incômodo de pensar e da dor de viver!" (1957 : 137).

Um dos principais imperativos que as Sociedades Futuras terão de enfrentar será o de pôr sob contrôle essas tendências ao despotismo que preocupavam Tocqueville. Para tanto, terão de situar no centro das preocupações coletivas, como o valor mais alto, o cultivo e o estímulo ao livre desenvolvimento da personalidade humana, o incentivo a tôdas as formas de expressão da criatividade e a exploração de tôdas as potencialidades humanas de desenvolver formas de conduta solidária e socialmente responsável.

Em 1859, Marx, o ideólogo do socialismo, também procurou prefigurar as Sociedades Futuras, mas o fêz a partir de uma posição otimista que não via a prosperidade ordenada como uma condenação, mas como uma liberação de tôdas as potencialidades humanas:

"De fato, diz Marx, uma vez abandonada a estreita forma burguesa, que será a riqueza senão a universalidade de necessidades, capacidades, gozos, podêres de produção, etc., dos indivíduos, produzida no intercâmbio universal? Que será, senão o desenvolvimento pleno do domínio humano sôbre as fôrças da natureza, as de sua própria natureza, assim como da chamada "natureza"? Que será, senão a explicitação absoluta de suas faculdades criadoras, sem outro requisito prévio que a evolução histórica precedente, que tornará a totalidade dessa evolução — isto é, a evolução de todos os podêres humanos como tais, sem os medir com nenhuma vara *prèviamente estabelecida* — um fim em si mesmo? Que será isto, senão uma situação na qual o homem não se reproduza a si mesmo de uma forma determinada, senão que produz sua totalidade; em que não procura per-

durar como algo formado pelo passado, mas se coloca no movimento absoluto do devenir?" (1966 : 17).

O futuro imediato das sociedades mais avançadas será o de Tocqueville ou o de Marx, conforme se desenvolvam as virtualidades de despotismo ou de liberdade de que estão prenhes. O futuro mais longínquo, o do homem, será, certamente, o da antevisão de Marx. Êste se cristalizará no curso de uma civilização que amadurecerá com o nôvo homem produzido pela Revolução Termonuclear, já não adjetivável ètnica, racial ou regionalmente. Esta será a Civilização da Humanidade.

Sumário

RECAPITULANDO os caminhos da evolução sociocultural, vemos que as sociedades humanas emergiram, com a *Revolução Agrícola*, da condição de *Tribos de Caçadores e Coletores* para a vida em *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas* ou em *Hordas Pastoris Nômades*, através de dois processos civilizatórios sucessivos. Estas transições tiveram lugar, pela primeira vez, há cêrca de 10 mil anos no caso das formações agrícolas e um tanto mais tarde no das pastoris, entrando ambas a expandir-se, desde então, até abranger todo o mundo. No curso do seu desenvolvimento, acabaram por dinamizar a vida de todos os povos, integrando a maioria dêles nas novas tecnologias e a outros marginalizando como sociedades atrasadas na história, algumas das quais ainda hoje se encontram nesta condição. Seu efeito crucial foi a cristalização de dois modos de enquadramento da vida humana que, uma vez plas-

mados, persistiriam durante milênios como modeladores da existência dos povos.

Estas formações socioculturais, engendradas pela criação de novos sistemas de produção, passaram a atuar e a propagar-se de acôrdo com imperativos a elas inerentes, só podendo ser suplantadas por novas transformações revolucionárias na tecnologia produtiva ou militar. Com a Revolução Agrícola e respectivos processos civilizatórios tem início um movimento de aceleração evolutiva que faria suceder uns aos outros tôda uma série de modeladores. Êstes se escalonariam genèticamente e se diferenciariam uns dos outros pelo caráter mais progressista de cada nova formação, em têrmos do grau de eficácia de sua ação produtiva, da magnitude dos contingentes humanos que poderiam integrar em unidades operativas e da ampliação e acuidade de seus corpos de saber.

À Revolução Agrícola sucede a *Revolução Urbana*, por uma acumulação de progressos tecnológicos e de mudanças correlatas operadas na estruturação social e nas esferas ideológicas da cultura. Com essa segunda revolução tecnológica e seus dois processos civilizatórios, algumas sociedades passaram à condição de *Estados Rurais Artesanais*, de modêlo *Coletivista* ou *Privatista*, que já encontrariam no território em que se assentavam a base de sua unidade étnico-política e se bipartiriam em contingentes urbanos e rurais, ambos estratificados em classes econômicas. Outro processo civilizatório movido pela mesma revolução tecnológica conduziu algumas hordas à condição de *Chefias Pastoris Nômades*, socialmente menos diferenciadas e culturalmente mais atrasadas que os Estados Rurais Artesanais, mas, em compensação, muito mais aguerridas. Os choques entre lavradores e pastôres representaram, desde então, um papel dinamizador do processo histórico, que contribuiu tanto para a aceleração evolutiva de alguns povos como para a quebra da autonomia de muitos outros, através de movimentos de atualização histórica e da criação de entidades multi-étnicas tendentes ao expansionismo. Onde os povos pastoris estiveram ausentes, como nas Américas, pela inexistência de espécies domesticáveis para montaria e tração, a evolução processou-se mais lenta e menos tumultuadamente.

Com o desencadear da Revolução do Regadio surgem, passados cêrca de 7 000 anos, as primeiras *Civilizações Regionais*, na forma de *Impérios Teocráticos de Regadio* impulsionados por uma tecnologia fundada principalmente na irrigação.

A aplicação, a outras áreas, da tecnologia desenvolvida no corpo das formações teocráticas de regadio e seu aprimoramento posterior dariam lugar a um surto de prodigiosas inovações tecnológicas. Com o seu amadurecimento como Revolução Metalúrgica, há três mil anos passados, surgem os *Impérios Mercantis Escravistas*. As duas formações socioculturais, após sucessivo esplendor e decadência como civilizações distintas, acabaram por mergulhar em largos períodos de *Regressão Feudal*, conduzidas tanto pela exaustão do seu potencial civilizatório quanto por ataques de povos marginais, principalmente por Chefias Pastoris Nômades que também se haviam feito herdeiras da tecnologia metalúrgica e de outras conquistas daquelas civilizações.

Uma nova revolução tecnológica, a *Pastoril*, desencadeia-se nos primeiros séculos de nossa era, provocando as primeiras rupturas com o feudalismo, de caráter não meramente restaurador das velhas formações. Emerge com o amadurecimento de algumas Chefias Pastoris Nômades integradas na tecnologia do ferro e motivadas por religiões messiânicas de conquista, que se lançam sôbre áreas feudalizadas. Armados com uma tecnologia nova e com uma ideologia legitimadora de sua fúria sagrada, êstes grupos pastoris capacitaram-se a conquistar grandes populações e estruturá-las na forma de *Impérios Despóticos Salvacionistas*.

Segue-se a *Revolução Mercantil*, que amadurece no século XV, baseada fundamentalmente nos progressos da navegação oceânica e das armas de fogo, ensejando uma segunda superação do feudalismo, agora pela dinamização das fôrças reordenadoras internas. Tal se dá, originalmente, com a explosão da Europa sôbre o mundo, processada, simultâneamente, a partir da Península Ibérica e da Rússia moscovita, nos albores do século XVI. Ambas encontram energias para a expansão reorientando os esforços mobilizados para a reconquista de seus territórios dominados, no primeiro caso por muçulmanos, no segundo por tártaro-mongóis. Configuram-se

como *Impérios Mercantis Salvacionistas,* só incipientemente capitalistas, profundamente influenciados por motivações religiosas e por tradições despóticas. Como povos peninsulares, os ibéricos lançam-se ao mar e estruturam o primeiro império mundial fundado no colonialismo escravista. Os russos, como área continental, lançam-se à colonização mercantil dos povos do seu contexto, integrando no mesmo sistema sociopolítico tôda a Eurásia.

A mesma revolução tecnológica vinha propiciando, simultâneamente, a restauração do sistema mercantil europeu e, por esta via, o amadurecimento de uma nova formação sociocultural, o *Capitalismo Mercantil,* que, rompendo a estagnação em que havia caído a Europa feudalizada, acionou um nôvo processo civilizatório que se expandiria, a seguir, sôbre todo o mundo. A formação Capitalista Mercantil, tal como os Impérios Mercantis Salvacionistas, biparte-se em complexos contrapostos, porém mùtuamente complementares: os núcleos metropolitanos de economia principalmente capitalista e o contexto externo, objeto de sua exploração, que se configura como *colonialismo* de caráter escravista, mercantil ou de povoamento.

Um nôvo salto evolutivo sobrevém, trezentos anos depois, com a *Revolução Industrial,* fundada na tecnologia de conversores de energia inanimada, ativando algumas das sociedades capitalistas mais avançadas para configurá-las como uma nova formação sociocultural, a *Imperialista Industrial.* Também esta se divide em dois complexos: os núcleos reitores, já agora situados em vários continentes, e as formações *neocoloniais* para as quais tanto progridem as antigas áreas de dominação colonial quanto regridem as nações independentes que, não havendo integrado seus sistemas produtivos na tecnologia industrial, caíram em situação de dependência e de modernização reflexa através da atualização histórica.

As tensões geradas pela Revolução Industrial fazem surgir, no curso da primeira guerra mundial, uma nova formação sociocultural, o *Socialismo Revolucionário,* que entra a expandir-se sôbre áreas periféricas do sistema capitalista como um processo de aceleração evolutiva capaz de conduzir sociedades atrasadas na história à condição de sociedades industriais modernas. Mais tarde, algumas formações capitalistas industriais, despojadas de contextos coloniais e dinamizadas por processos internos de reestruturação social, entram a transformar-se, configurando uma outra formação, o *Socialismo Evolutivo.* Por fim, alçam-se alguns povos coloniais ou neocoloniais, através de movimentos revolucionários de emancipação nacional, contra a espoliação imperialista e contra as estruturas oligárquicas internas que se opõem a seu desenvolvimento, configurando-se como *Nacionalismos Modernizadores.*

Os movimentos cruciais desta evolução sociocultural foram provocados pelas duas últimas revoluções tecnológicas — a Mercantil e a Industrial — que desencadearam os primeiros processos civilizatórios de âmbito mundial. Elas é que colocaram em interação todos os povos do mundo, acordando alguns adormecidos em idades tribais, ativando outros ainda estruturados em economias rurais-artesanais ou pastoris nômades e subjugando os dois Impérios Teocráticos de Regadio das Américas, bem como Povos-Testemunho de antigas civilizações estancadas no feudalismo. Engajaram-nos todos num mesmo sistema produtivo e mercantil, mediante a atualização histórica, como seu contexto colonial ou neocolonial. Dêste modo unificaram a humanidade inteira como o quadro sôbre o qual deverão atuar as fôrças renovadoras de uma nova revolução tecnológica, a Termonuclear, tendente a cristalizar uma *Civilização da Humanidade,* estendida por todo o mundo, movida pela mesma tecnologia básica, ordenada segundo as mesmas linhas estruturais e motivada por idênticos corpos de valôres.

No presente esquema da Evolução Sociocultural, reconhecem-se oito revoluções tecnológicas (Agrícola, Urbana, do Regadio, Metalúrgica, Pastoril, Mercantil, Industrial e Termonuclear) que se desdobram em doze processos civilizatórios, responsáveis pela cristalização de dezoito formações socioculturais, algumas das quais se dividem em dois ou mais complexos complementares. Conceitua-se o Feudalismo, não como uma etapa evolutiva ou um processo civilizatório gerador de uma formação sociocultural específica, mas como uma regressão cultural seguida do mergulho no estancamento sócio-econômico em que pode tombar qualquer sociedade que se encontre no nível de civilização urbana. Desta condição

regressiva as civilizações só podem ressurgir para restaurar-se nas mesmas bases, até que a emergência de nova revolução tecnológica enseje a superação dêsses movimentos cíclicos. Isso foi o que ocorreu na Europa, onde se desencadeou, pioneiramente, a Revolução Mercantil, fazendo de alguns de seus povos o centro reitor de novos processos civilizatórios que se expandiram por todo o mundo. O rompimento se deu, primeiro, através de duas áreas marginais, a Ibéria e a Rússia, configuradas pela Revolução Mercantil como formações incipientemente capitalistas e suscetíveis de cair em feudalização; em seguida, pelo amadurecimento das primeiras formações Capitalistas Mercantis, algumas das quais dinamizadas mais tarde pela Revolução Industrial, que daria às nações do Centro e do Norte da Europa, até então atrasadas no conjunto da evolução sociocultural, alguns séculos de domínio hegemônico sôbre todos os povos.

A circunstância de terem êsses passos necessários da evolução humana ocorrido pioneiramente na Europa coloriu de conteúdos ideológicos singulares os processos civilizatórios através dos quais se difundiu a tecnologia da Revolução Mercantil e da Revolução Industrial. Assim é que o desenvolvimento capitalista-mercantil e o imperialista-industrial ganharam um perfil "europeu ocidental e cristão", como se êsses atributos étnico-culturais e religiosos fôssem o conteúdo fundamental da tecnologia da navegação, das armas de fogo, dos motores a explosão ou da gasolina. Em conseqüência, estas conquistas tecnológicas e o poderio nelas assentado foram tidos como "façanhas do homem branco" e como provas de uma suposta superioridade inata sôbre todos os povos do mundo. Na verdade, trata-se de etapas naturais e necessárias do progresso humano que, a não terem amadurecido no contexto europeu, teriam fatalmente florescido em outra área, como a muçulmana, a chinesa ou a indiana.

Florescendo na Europa, permitiram a alguns de seus povos europeizar uma larga parcela da humanidade. O processo prosseguiu atuando, até cristalizar-se no século XX como uma civilização policêntrica em que os antigos centros de civilização da Europa se foram convertendo em núcleos secundários em face do desabrochar das potencialidades de progresso de diversos povos extra-europeus. Desmascararam-se, dessa forma, as mistificações ideológicas que faziam interpretar um avanço precoce e circunstancial como prova da superioridade intrínseca de uma matriz cultural e religiosa.

Às fôrças renovadoras da Revolução Industrial somam-se, em nossos dias, dois efeitos cruciais. Primeiro, os da *Revolução Termonuclear*, da qual se deve esperar uma função homogeneizadora das formações mais avançadas, que culminará por configurá-las no mesmo tipo de formação sociocultural. Segundo, uma função aceleradora do progresso, que possibilitará a recuperação do atraso histórico dos demais povos. Estas duas fôrças atuam convergentemente no sentido de integrar todos os povos numa mesma "civilização humana", afinal unificada e insuscetível de qualificar-se como correspondente a qualquer raça ou a qualquer tradição cultural particular.

Algumas das características básicas da Revolução Termonuclear, enquanto processo civilizatório — como a redução progressiva das diferenças de classe, a integração da ciência no sistema adaptativo e a compulsão antes aceleradora do que atualizadora — inovam o próprio processo de evolução, colocando a humanidade diante de um nôvo limiar de desenvolvimento autoconduzido e de regência intencional da história que acabará por integrar todos os povos numa mesma formação sociocultural.

Encarado em conjunto, êste esquema da evolução sociocultural é caracterìsticamente multilinear porque admite várias formas de transição da condição tribal à agro-pastoril, desta às civilizações regionais e, finalmente, às sociedades modernas. Considera, ainda, que cada revolução tecnológica segue seu curso através de processos civilizatórios que, ao se expandirem em ondas consecutivas, vão alargando cada vez mais as áreas de difusão das novas tecnologias e remodelando os povos, mesmo depois da emergência de novas revoluções. Estas, por sua vez, envolvem povos atingidos ou não pelas anteriores, remodelando-os e afetando diferencialmente seus modos de vida e suas perspectivas de desenvolvimento, conforme se difundam como movimentos exógenos de atualização histórica ou como esforços endógenos de aceleração evolutiva.

A concatenação das revoluções tecnológicas e dos processos civilizatórios com as respectivas formações socioculturais permite falar de um processo civilizatório global, diversificado em etapas sucessivas, que, mesmo cumprindo-se em povos separados uns dos outros no tempo e no espaço, promoveu reordenações da vida humana em áreas cada vez mais amplas e sua integração em entidades étnicas e políticas cada vez maiores, até unificar tôda a humanidade num só contexto interativo. Através dêsse processo, a espécie humana, que era originalmente pouco numerosa e largamente diferenciada em etnias, se foi multiplicando demogràficamente e reduzindo o número de complexos étnicos, tanto no plano racial quanto no cultural e lingüístico. Êste movimento parece conduzir, em têrmos milenares, à unificação de todo o humano em uma só ou muito poucas variantes raciais, culturais e lingüísticas, até que um dia, em futuro remoto, a redução do patrimônio genético torne qualquer casal capaz de reproduzir qualquer fenótipo e cada pessoa capaz de entender-se com as outras, à base de um amplo patrimônio cultural coparticipado.

O esquema evolutivo proposto registra, por último, que os intervalos entre as sucessivas revoluções tecnológicas se vêm reduzindo progressivamente e que, simultâneamente, aumenta seu poder condicionador, tanto em capacidade compulsória como em amplitude de ação. Assim, a humanidade necessitou de meio milhão de anos para edificar as bases da conduta cultural sôbre as quais se tornou possível a Revolução Agrícola, deflagrada há dez mil anos passados por uns poucos povos (8000 a.C.). Seguiu-se-lhe a Revolução Urbana, que amadureceu originalmente há 7 000 anos passados, e a que sucedeu a Revolução do Regadio, que se exprimiria nas primeiras civilizações regionais (2000 a.C.), cêrca de 3 000 anos mais tarde. Da Revolução Metalúrgica (1000 a.C.), desencadeada dois milênios depois, passa-se à Revolução Pastoril (600 E.C.), que emerge passados 1 600 anos. Vêm em continuação a Revolução Mercantil (1500), que tem lugar 700 anos mais tarde, a Revolução Industrial (1800), que se distancia em apenas 300 anos da anterior, e, por fim, a Revolução Termonuclear, que floresce em nossos dias com um intervalo ainda menor.

Esta intensidade crescente no ritmo de mudança nos modos de vida humana faz com que a experiência e a visão do mundo de duas gerações contemporâneas se distanciem mais que as predominantes entre dez ou cem gerações no passado. O caráter acumulativo do progresso tecnológico e a aceleração do seu ritmo permitem supor que, nas próximas décadas, ainda neste século, conheçamos transformações ainda mais radicais. Nesse caminho, o homem, que venceu a competição com outras espécies na luta pela sobrevivência, desenvolvendo uma conduta cultural que lhe permitiu disciplinar a natureza e colocá-la a seu serviço, acabou por ver-se submergido num ambiente cultural hoje muito mais opressivo sôbre êle do que o meio físico ou qualquer outro fator.

Nada autoriza a supor que tenha limites a flexibilidade até agora revelada pelo homem para ajustar-se às condições mais diversas. É de perguntar-se, porém, se o condicionamento cada vez mais opressivo a ambientes culturais não pode pôr em risco a própria sobrevivência humana. As ameaças que já hoje pesam sôbre a humanidade levam a temer que estejamos alcançando êsses limites, arriscando ultrapassar a linha fatal, se não forem desenvolvidas formas racionais de contrôle da vida social, econômica e política que habilitem os povos ao comando científico de todos os fatôres capazes de afetar seu equilíbrio emocional e sua sobrevivência sôbre a Terra. Também êsse imperativo de racionalização da vida social e de intervenção no mundo dos valôres que motivam a conduta aponta para o socialismo como a mais capaz das formas de prover os sistemas impessoais de contrôle tornados indispensáveis para fazer os homens mais livres e mais responsáveis no mundo da abundância, estimulando sua capacidade criadora e fazendo da pessoa humana a norma e o fim do processo de humanização.

Observações Sôbre a Bibliografia

Nos ESTUDOS de base principalmente bibliográfica, como o presente, adquire especial importância a indicação das fontes que o autor compulsou e a explicitação dos critérios que regeram sua seleção. Esta exigência é ainda maior no caso de temas amplos e polêmicos como a teoria da evolução sociocultural, em que se conta com uma vastíssima bibliografia de ensaios teóricos e de estudos descritivos de qualidade muito desigual.

Em razão desta copiosidade, adotamos o sistema de referência bibliográfica usual nas revistas para citar no texto as fontes de sustentação das afirmações, dados e teses que apresentamos. Êsse procedimento permitiu liberar o livro de demasiadas notas de rodapé e reduzir as citações ao mínimo indispensável. Atendendo porém, às exigências de explicitação, damos, a seguir, uma relação circunstanciada das fontes

bibliográficas a que apelamos no estudo de cada tema. Dêsse modo, procuramos assegurar aos especialistas as informações necessárias para apreciar a representatividade do material bibliográfico de que dispusemos e fornecer ao leitor interessado uma indicação de outras fontes em que possa aprofundar o estudo dos mesmos temas.

I. Estudos Teóricos e Esquemas de Evolução

As principais fontes dêsse estudo são as tentativas anteriores de fixar os princípios básicos da evolução sociocultural e de estabelecer as suas seqüências gerais. Podemos dividi-las em três grupos: os clássicos da antropologia, as obras fundamentais do marxismo concernentes ao tema e os estudos modernos de antropologia.

1. Entre os primeiros ressaltam a obra clássica de Lewis H. Morgan, *Ancient Society, or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization*, 1877, que estabelece o primeiro esquema geral da evolução humana, a obra fundamental de Augusto Comte (1840) e os compêndios de Edward B. Tylor (1871 e 1881) e Herbert Spencer (1897), que sistematizaram a noção de evolução social e a difundiram. De tôdas elas, sòmente a primeira continua atual. Apreciações gerais sôbre essas obras encontram-se em H. E. Barnes e H. Becker (1945); G. P. Frantsov (1966); e críticas específicas em Leslie White (1945, 1945a, 1948, 1960), em Bernhard J. Stern (1931, 1946 e 1948) e em M. E. Opler (1964).

2. Vêm, em segundo lugar, os estudos de Karl Marx, especialmente suas anotações referentes às *Formações Pré-Capitalistas* (1966), o Prólogo da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1955) e *O Capital* (1956). Na mesma categoria incluem-se a obra clássica de Friedrich Engels, *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. À luz das pesquisas de Lewis H. Morgan* (1955) e seus estudos sôbre o papel do trabalho no processo de humanização (1955a e 1955b). Incluem-se, igualmente, as obras clássicas de divulgação do pensamento marxista devidas a Karl Kautsky (1954) e a G. V. Plekhanov (1941 e 1947).

As anotações de Marx sôbre as formações pré-capitalistas (*Formen die der Kapitalistichen Produktion vorhergehen*), embora redigidas em 1857-59, só foram publicadas, pela primeira vez, em 1939 e só começaram a ser debatidas na década de 1950, quando se tornou evidente sua discrepância com o esquema evolutivo de Engels e o alto valor de sua interpretação. Apreciações desta obra encontram-se em E. Hobsbawm (1966), M. Godelier (1966); J. Chesneaux (1964); Oscar del Barco (1965).

A obra clássica de Engels, *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats. Im Aschluss an Lewis H. Morgan's Forschunge*, 1884 (ver B. J. Stern 1948), como fonte explícita ou inconfessa da maior parte das teorias de alto alcance histórico, deu lugar a uma ampla literatura de que se destaca, como obra mais completa e sistemática, a de A. Viatkin (*Ed.* s.d.) e, entre muitos outros textos de divulgação, os de O. V. Kuusinen (*Ed.* 1964), de A. Makarov (*Ed.* 1965) e de D. I. Chesnokov (1966). Outros estudos redigidos com a mesma orientação, porém com maior originalidade, focalizam aspectos particulares da evolução: M. Dobb (1946); Oskar Lange (1963 e 1966); Paul Sweezy (1963); Paul Baran (1964); P. Sweedy e P. Baran (1966); P. Sweezy e outros (1967).

3. Dentre os estudos antropológicos modernos que retomam a teoria evolucionista, destacamos, por seu extraordinário valor, as obras de Gordon Childe (1934, 1937, 1944, 1946 e 1951), de Leslie White (1949 e 1959) e de Julian H. Steward (1955a caps. 1 e 11; 1955b). Seguindo a orientação dêsses estudiosos surgiram recentemente diversos ensaios de alto interêsse. Dentre êstes destacam-se os de Betty J. Meggers (1960), de Morton H. Fried (1967) e de Elman R. Service (1962) e a coletânea editada por M. D. Sahlins e E. L. Service (1965) com trabalhos de ambos e também de David Kaplan e Thomas G. Harding. Alguns estudos acêrca das civilizações fundadas no regadio, de Angel Palerm (1955), de Angel Palerm e Eric Wolf (1961), bem como a monografia dêste último (1959), oferecem também alto interêsse, como o estudo comparativo de Robert McC Adams (1967) sôbre o processo evolutivo na Mesopotâmia e no México Central. Coletâneas de estudos especiais sôbre a evolução foram publi-

cadas por Betty J. Meggers (*Ed.* 1959), por Sol Tax (*Ed.* 1960) e por H. R. Barringer e outros (1965).

II. Estudos Para-evolucionistas

Duas orientações dos estudos antropológicos — apesar de apresentadas como opostas ou alternativas às teorias evolucionistas — produziram obras de grande interêsse para o nosso trabalho. É o caso das obras difusionistas ou cicloculturalistas de W. Schmidt e P. W. Koppers (1924), F. Graebner (1925), G. Montandon (1934), J. Imbelloni (1953) e Pia Laviosa Zambotti (1958 e 1959). Incluem-se também nesta categoria algumas obras antropológicas que procuram traçar panoramas do desenvolvimento das civilizações, tais como Alfred L. Kroeber (1944, 1962) e Ralph Linton (1955).

III. Estudos Temáticos Comparativos

Também nos foram de grande utilidade as obras clássicas de Émile Durkheim (1843 e 1912), W. Sombart (1946), Max Weber (1947, 1948 e 1964), de Pitirim Sorokin (1937/41 e 1960), L. Mumford (1938, 1948 e 1966), Karl Mannheim (1950), Thorstein Veblen (1951). Situam-se na mesma categoria os estudos teóricos sôbre a causação social de W. F. Ogburn (1926) e R. MacIver (1949); o estudo do contraste rural-urbano de R. Redfield (1953 e 1956); a monografia polêmica sôbre o "despotismo oriental" de K. Wittfogel (1964, vide apreciação de P. Vidal Naquet 1964); o estudo da mulher que se deve a Simone de Beauvoir (1957/65) e a história da ciência de J. D. Bernal (1964).

IV. Teorias da História

1. Oferecem interêsse para o estudo da evolução algumas obras clássicas e modernas de teoria da história, como as de O. Spengler (1958), Alfred Weber (1960), Paul Scherecker (1957), Karl Jaspers (1965) e, particularmente, a obra

fundamental de Arnold J. Toynbee (1951/64, vide apreciações em A. L. Kroeber 1952 e J. Bentancourt Dias 1961).

2. Dentre os ensaios interpretativos de filosofia da história, consultamos as obras clássicas de A. N. Condorcet (1921), G. W. F. Hegel (1946), L. Gumplowicz (1944), P. Kropotkin (1947), e J. Novicov (1902), bem como as reconstituições dos perfis culturais de certas civilizações que se devem a Jacob Burchardt (1945), A. de Tocqueville (1957), J. Huizinga (1924) e N. Berdiaeff (1936).

V. Tratados de História e Monografias Históricas

Constituíram fontes de particular importância para nosso trabalho os tratados de história de M. Crouzet (*Ed.* 1961); J. Pirenne (1956); Ralph Turner (1963) e UNESCO (1963).

Consultamos, também, com proveito, certo número de monografias de arqueologia, pré-história e história. Dentre estas ressaltam os estudos de Gordon Childe (1934) e de R. J. Braidwood (1952) sôbre as civilizações do Oriente Próximo; de E. Drioton e J. Vandier (1952) sôbre o Egito; de M. Pallottino (1956) sôbre os etruscos; de G. Glotz (1930) sôbre a Grécia; de Rostovtzeff (1937) sôbre Roma; de H. Massé (1952) sôbre o Irã; de L. Gardet (1948) sôbre o Islão; de A. A. Vasiliev (1952) sôbre Bizâncio; de M. Wheeler (1952 e 1962) e de S. Piggot (1950) sôbre a pré-história da India; de O. Lattimore (1940) e R. Grousset (1939) sôbre a expansão tártaro-mongólica; de M. A. Zaburov (1960) e R. Grousset (1965) sôbre as Cruzadas; de C. Osgood (1951) sôbre a Coréia; de G. Maspéro (1930) sôbre a Indochina; de J. Suret-Canale (1959) sôbre a África; e de P. Bosch-Gimpera (1960) sôbre os indo-europeus.

VI. Estudos Americanistas

Nossas fontes bibliográficas principais sôbre as Américas foram os estudos reunidos por Julian H. Steward no *Handbook of South American Indians* (1946-1950); os ensaios sôbre as altas civilizações americanas — o de Sylvanus Morley

(1940) sôbre os Maya; de George Vaillant (1944), Alfonso Caso (1953) e Jacques Soustelle (1956) sôbre os Azteca; de P. Armillas (1951), Eric R. Wolf (1959) e I. Bernal (1953) sôbre a Meso-América; de Wendell C. Bennett (1946), Wendell C. Bennett e Junius B. Bird (1949) e o de J. H. Steward e L. C. Faron (1959) sôbre os Inca; a coletânea publicada por Betty J. Meggers e Clifford Evans (1963) sôbre a evolução cultural nas Américas e a monografia inédita de B. J. Meggers sôbre o tema.

VII. Dinâmica Cultural

Apelamos, com pouco proveito, para os estudos teóricos referentes à mudança cultúral e o processo de aculturação, tais como: R. Redfield, R. Linton e M. Herskovits (1936); R. Beals (1953); Barnett, H. G., B. Siegel e outros (1954); G. Aguirre Beltrán (1957); B. Malinowsky (1944 e 1945); M. Hunter (1956) e M. Mead (1966). De maior utilidade nos foram as obras de G. M. Foster (1962 e 1964); H. G. Barnett (1953) e os estudos de Georges Balandier (1955, *Ed.* 1956, *Ed.* 1958) sôbre o colonialismo.

Ainda que não focalizem diretamente o tema, ofereceram alto interêsse para o nosso trabalho alguns ensaios teóricos: E. Sapir (1924); C. Lévi-Strauss (1949 e 1953); G. P. Murdock (1947 e 1949); A. R. Radcliffe-Brown (1931); Clyde Kluckhohn (1953); e os artigos recentes de Talcott Parsons (1964) e S. N. Eisenstadt (1964), que retomam, no campo da sociologia, a perspectiva evolucionista.

VIII. Evolução e Desenvolvimento Desigual

São muito precárias ainda as tentativas de aplicação das teorias da evolução ao estudo das causas do desenvolvimento desigual das sociedades contemporâneas e das formas de superação do atraso. Devem-se as melhores a V. I. Lênin (1957, 1960 e 1960a); L. Trotzky (1962/63); Paul Baran (1964); P. Baran e P. Sweezy (1966); A. Gunder Frank (1967). Relacionamos e comentamos a copiosa bibliografia sôbre o tema

em outro livro nosso (*As Américas e a Civilização*, Introdução). Aqui apenas desejamos destacar como representativos de estudos "doutrinários" de modernização reflexa as obras de W. W. Rostow (1961 e 1964); D. Lerner (1958); A. Gerschenkron (1962); K. H. Silvert (1965); B. Hoselitz (1960); E. F. Hagen (1962); S. N. Eisenstadt (1963) e S. Kuznets (1946 e 1965).

Estudos sócio-econômicos mais explicativos das causas do desenvolvimento desigual encontram-se em G. Myrdal (1961 e 1962); L. J. Zimmermann (1966); Frederick Clairmonte (1963); P. Moussa (1960); I. Lacoste (1959); L. J. Lebret (1961); L. A. Costa Pinto (1967); Celso Furtado (1966); Irving L. Horowitz (1966) e N. P. Schemeliov (1965).

Uma coletânea de estudos antropológicos relacionados a êste tema foi publicada por Herbert R. Barringer e outros (1965), em que se destacam os ensaios sôbre teoria da evolução de D. C. Campbell e Morris E. Opler e estudos de sua aplicabilidade por J. S. Spengler, A. S. Feldman e W. F. Cottrell.

IX. Análise de Fatôres: Ecologia, Tecnologia e Economia

Reunimos nesta categoria as obras fundamentais para a análise do papel dos fatôres ecológicos, tecnológicos e econômicos na mudança sociocultural, bem como os estudos de demografia.

1. Com relação aos fatôres ecológicos, foram-nos especialmente úteis os estudos de E. Huntington (1927); C. Daryll-Forde (1966); Betty J. Meggers (*Ed.* 1956); Pierre Gourou (1959); M. Bates (1959); Josué de Castro (1962); Julian H. Steward (1955a cap. 2 e 1955).

2. As principais obras que consultamos sôbre a história da tecnologia e seu papel na evolução sociocultural foram: Ch. Singer, E. F. Holymand e A. Hall (*Eds.* 1954/58); Maurice Dumas (*Ed.* 1963); K. Marx (1956); Gordon Childe (1944, 1951, 1954, 1958); A. Leroi-Gourhan (1943, 1945 e 1963); S. Lilley (1957); F. Cottrell 1958); E. W. Zimmermann (1951); F. R. Allen (*Ed.* 1957); A. Briggs e outros (1965); C. M.

Cipolla (1964); R. Y. Sayce (1965); A. P. M. Fleming e H. J. Brocklehurst (1925).

3. Cabem também nesta categoria os estudos antropológicos com abordagem econômica de M. Herskovits (1954), apesar de sua atitude anti-evolucionista; a obra clássica de Richard Thurnwald (1932), o estudo de antropologia econômica de J. S. Berliner (1962) e as análises recentes de populações tribais de caçadores e camponeses devidas a M. Sahlins (1968) e a E. C. Wolf (1966), elaboradas com uma perspectiva evolucionista. Foram também de utilidade para o nosso trabalho os estudos comparativos das culturas indígenas da América Latina publicados no volume V do *Handbook of South American Indians* (1949 J. H. Steward, *Ed.*) de autoria de Wendell C. Bennett, A. Métraux, Lila O'Neale, William C. Root, John M. Cooper, Paul Kirchhoff, R. H. Lowie, A. L. Kroeber, Erwin H. Ackerknecht e J. H. Steward. E, ainda, os estudos de difusão cultural de E. Nordenskiöld (1930 e 1931) e de Max Schmidt (1959).

4. Sôbre demografia, movimentos migratórios, fenômenos de depopulação e incremento populacional, consultamos Gordon Childe (1946 e 1958), A. Sauvy (1954-56 e 1961), A. Landry (1949), Kingsley Davis (*Ed.* 1950), A. Sireau (1966), M. Cèpéde e outros (1967), C. M. Cipolla (1962).

X. Plantas Cultivadas e Agricultura

Sôbre a origem das plantas cultivadas e sôbre a agricultura, consultamos, principalmente, N. I. Vavilov (1951); C. O. Sauer (1952), René Dumont (1957), Charles B. Heiser (1965) e a obra de E. C. Curwen e G. Hatt (1953) sôbre a tecnologia agrícola. Oferece também alto interêsse a tipologia das comunidades agrícolas de E. C. Wolf (1966) e o estudo das formas mais elementares de cultivo devido a H. C. Conklin (1961).

XI. Etnia, Estado e Nacionalidade

1. O estudo das etnias foi coberto através das obras de G. Weltfish (1960), R. Narrol (1964), Florian Znaniecki

(1944), Hans Kohn (1951), A. van Gennep (1922). É também assinalável o estudo recente das etnias tribais devido a M. D. Sahlins (1968).

2. Para o estudo das nacionalidades e do Estado, apelamos para as obras marxistas clássicas de F. Engels (1955), V. I. Lenin (1960a) J. Stalin (1937), e para os estudos antropológicos de Radcliffe-Brown (1940, Prefácio), Leslie White (1959, Estado-Igreja), S. N. Eisentadt (1966), E. A. Hoebel (1954), M. A. Fried (1960, 1967), A. Southall (1965), M. Gluckman e Fred Eggan (1965, Introdução).

XII. Escravismo

Sôbre o conceito de "escravismo" consultamos as obras de A. Viatkin (*Ed.* s.d.), de O. V. Kuusinen (1964) e de A. Makarov (*Ed.* 1965). Foram-nos muito mais úteis, no entanto, as observações de K. Marx (1966) sôbre as formações "antigas clássicas", o estudo do Império romano de Rostovtzeff (1937) e os ensaios publicados em coletânea por R. Guenther (1960), em especial o de Kuo Mo-jo sôbre a China, de S.L. Uchenko, S.I. Kovaliev e Elena M. Schtaerman sôbre Grécia e Roma.

Sôbre a escravidão nas Américas, tivemos como fontes básicas Eric Williams (1944), J. Tannenbaum (1947) e Sergio Bagu (1949 e 1952).

XIII. Feudalismo

Sôbre o feudalismo, utilizamos como fontes básicas as obras de K. Marx (1955, 1956 e 1966) e seus artigos sôbre a Índia (1966), bem como de F. Engels (1955), e os estudos de M. Dobb (1946) e Sweezy e outros (1967), embora discordando da concepção do feudalismo como uma etapa progressista da evolução. Servimo-nos, também, de K. Wittfogel (1964) e J.H. Steward (1955a cap. 11), cujas análises das "conquistas cíclicas" reelaboramos para mostrar o caráter regressivo do feudalismo. Utilizamos, igualmente, as obras gerais de M. Bloch (1939/40), H. Pirenne (1939), Roushton

Coulborn (*Ed*. 1956), N. Berdiaeff (1936), A. Piettre (1962) e José Luiz Romero (1967). Discutiremos em outro trabalho (*As Américas e a Civilização*) a utilização do conceito de feudalismo no estudo da península ibérica e das Américas. Sôbre êsse tema ver Sergio Bagu (1949 e 1952), J. C. Mariátegui (1963), Antonio García (1948), R. Stavenhagen (1965) e A. Gunder Frank (1967 e 1967a).

XIV. Urbanização: Cidades e Metrópoles

Sôbre a origem e o desenvolvimento da vida urbana e problemas conexos, como o papel da cultura erudita, servimo-nos de Louis Wirth (1938), S. N. Eisenstadt (1966), L. Mumford (1938 e 1966), Kingsley Davis (1955), B. Hoselitz (1953), R. Redfield e M. B. Singer (1954), J. Dorselaer e A. Gregory (1962), J. J. Hardoy (1964), G. Sjoberg (1966), R. Quintero (1964) e R. M. Adams (1967).

XV. Etapas da Evolução Sociocultural

Discriminamos, a seguir, as obras mais importantes no estudo das revoluções tecnológicas e na fixação dos modelos teóricos das formações socioculturais.

1. Sôbre a chamada "revolução humana" utilizamos principalmente: S.L. Washburn e F. Clark Howell (1960); Ch. F. Hockett e R. Ascher (1964), A. Montagu (1964), A. Okladnikov (1962), além de Julian S. Huxley (1952 e 1955) e G. G. Simpson (1966).

2. Sôbre as formações pré-agrícolas: Julian H. Steward (1955a cap. 7 e 8), Roger C. Owen (1965) e M.D. Sahlins (1968). Apelamos, também, para nossas próprias experiências junto a grupos indígenas como os Guajá e os Xokléng do Brasil.

3. Para o estudo da Revolução Agrícola e das Aldeias Agrícolas Indiferenciadas, utilizamos especialmente: Gordon Childe (1934, 1937, 1944, 1946, 1951), Leslie White (1959), Julian H. Steward (1955a cap. 11). Foram também da maior

utilidade, tanto o conhecimento da bibliografia etnológica sul-americana (vide J. H. Steward, *Ed*. 1946/1950; H. Baldus 1954; L. Pericot y Garcia 1962; P. Armillas (1963), quanto nossas próprias pesquisas de campo, particularmente o estudo dos índios Urubus-Kaapor e das tribos do Xingu.

4. No estudo das sociedades pastoris é que nossa bibliografia tem carências maiores. Efetivamente, só contamos com textos didáticos como K. Dittmer (1960), com as monografias históricas já referidas de O. Lattimore (1940) e R. Grousset (1965) e com o apêlo a enciclopédias. Também neste caso, porém, influíram em nossa compreensão a experiência de campo junto a grupos indígenas que adotaram o cavalo (Mbayá-Guaikuru) e a bibliografia alusiva ao tema na América do Norte.

5. Sôbre a Revolução Urbana e os Estados Rurais Artesanais, nossas fontes básicas foram: Gordon Childe (1937, 1946, 1951, 1960); Leslie White (1949 e 1959), J. H. Steward (1955 cap. 11), J. Steward e L.C. Faron (1959). Utilizamos também o estudo de A.L. Kroeber sôbre os Chibcha (1946) e o de J. Suret-Canale (1959) sôbre os reinados africanos. Para a discussão do papel das talassocracias, tivemos em mãos A. O. Hirschman (1945) e A.T. Mahan (1890).

6. Utilizamos, como fontes bibliográficas principais sôbre a Revolução do Regadio e os Impérios Teocráticos de Regadio, Gordon Childe (1937, 1946 e 1951), Julian H. Steward (1955 cap. 11 e 1955 *Ed.*), Leslie White (1959), Karl Wittfogel (1955 e 1964) e H. Cunow (1933). Entre as obras pioneiras sôbre o papel do regadio e o caráter das sociedades nêle fundadas, consultamos as observações de K. Marx concernentes ao "modo de produção asiático' e seus escritos sôbre a Índia (1966) incluídos na edição espanhola das "Formações" e também Metschnikoff (1889) e L. Baudin (1940). Entre os estudos modernos sôbre o tema destacam-se P. Armillas (1951), Eric Wolf (1959), Angel Palerm (1955) e Robert McC Adams (1967). Também nos foi de grande utilidade a consulta a Robert Braidwood (1952) com respeito ao Oriente Próximo; a M. Wheeler (1953 e 1962) com relação à Índia; e a H. G. Creel (1937) com referência à China.

7. Sôbre a Revolução Metalúrgica e os Impérios Mercantis-Escravistas, utilizamos especialmente Gordon Childe (1937, 1946 e 1951), Leslie White (1959) e K. Marx (1966). Mas foram-nos também úteis as obras de W. S. Ferguson (1913), o estudo de Rostovtzeff sôbre Roma, as obras de A. J. Toynbee (1959) e de G. Glotz (1930) sôbre a civilização helênica, os estudos de M. Pallottino (1956) sôbre os etruscos e de A. A. Vasilev (1952) sôbre Bizâncio.

8. Sôbre a Revolução Pastoril e os Impérios Despótico-Salvacionistas utilizamos especialmente R. Levy (1957), H. Massé (1952), K. Wittfogel (1964), A. J. Toynbee (1951/64 vol. III) e R. Linton (1955).

9. Sôbre a Revolução Mercantil, os Impérios Mercantis-Salvacionistas, as formas modernas de Colonialismo Escravista, Mercantil e de Povoamento, foram-nos de particular valia; Frédéric Mauro (1964), Max Weber (1948 e 1964). Sôbre a expansão russa, consultamos Wladimir Solovieff (1946), B. A. Grekov (1947), B. Nolde (1952/53) e A. Briúsov e outros (s.d.). Sôbre a expansão ibérica: C. Sánchez Albornoz (1956 e 1960), R. Altamira y Crevea (1913 e 1949), J. Vicens Vives (1957/1959); J. P. Oliveira Martins (1951), Jayme Cortesão (1947), Antônio Sérgio (1929). Apelamos também para os ensaios de J. H. Parry (1958) sôbre a expansão européia; J. Klein (1920) sôbre a "mesta", H. C. Lea (1908) e B. Lewin (1962) sôbre a Inquisição. Com referência às instituições coloniais hispano-americanas, consultamos Sergio Bagu (1949 e 1952), J. M. Ots Capdequi (1957) e C. Harring (1966).

10. Sôbre o Capitalismo Mercantil, utilizamo-nos especialmente de K. Marx (1956 e 1966), da obra de texto de A. Viatkin (*Ed.* s.d.) e dos estudos de W. Cunningham (1913), Max Weber (1964), W. Sombart (1946), Maurice Dobb (1925 e 1946), P. M. Sweezy e outros (1967), P. Renovin (1949, Introdução), Henri See (1961) e Frédéric Mauro (1964).

11. Sôbre a Revolução Industrial, utilizamos, principalmente, K. Marx (1951 e 1956), F. Engels (1946), Paul Baran e P. M. Sweezy (1966), Max Weber (1964), Thorstein Veblen (1951), Joseph Schumpeter (1963 e 1965), F. Sternberg (1961), R. Aron (1965), H. Pasdermadjian (1960), Colin Clark (1957), J. Fourastié (1950 e 1952), R. Dahrendorff (1959), A. Sireau (1966), C. M. Cipolla (1964), A. Rumiantsev (*Ed.* 1963), F. Perroux (1964) e John Strachey (1956).

12. Sôbre o Imperialismo Industrial, consultamos, principalmente, J. A. Hobson (1948), V. I. Lenin (1957, 1960 e 1960a), R. Luxemburg (1963) J. Schumpeter (1965), P. Sweezy (1963a), P. Baran (1964), A. G. Frank (1967), I. L. Horowitz (1966), J. Strachey (1959.

13. Sôbre o Neocolonialismo, servimo-nos sobretudo das obras de J. Arnault (1960), G. Balandier (1956), K. Nkrumah (1966), P. Jalée (1966), Frantz Fanon (1963), Peter Worseley (1966). Também neste campo, o conhecimento direto dos problemas de desenvolvimento da América Latina nos foi de especial valia.

14. Sôbre o neocapitalismo, consultamos Berle & Means (1951), J. K. Galbraith (1962), P. Mendès-France e G. Ardant (1955); e, para sua crítica, J. Strachey (1956), P. M. Sweezy (1963a) e Paul Baran (1964).

15. Sôbre a expansão socialista, o socialismo revolucionário, o socialismo evolutivo e o nacionalismo modernizador, apelamos para V. I. Lênin (1960 e 1960a), L. Trotzky (1931 e 1962/63), O. V. Kuusinen (1964), A. Viatkin (*Ed.* s. d.), P. Soboliev e outros (*Ed.* s.d.), B. Ponomariov (*Ed.* s.d.), V. Afanasiev (s.d.), S. e B. Webb (1936), Oskar Lange (1963 e 1966), M. Dobb (1948), D.R. Hodgman e A. Bergson (*Eds.* 1954), K. Mannheim (1944 e 1966), F. Perroux (1958), A. Sauvy (1952/54 e 1961), K. S. Karol (1966), N. P. Schemeliov (1965) e I. L. Horowitz (1966).

16. Sôbre a Revolução Termonuclear e as sociedades futuras consultamos N. Wiener (1948 e 1950), J. R. Oppenheimer (1957), D. Bell (1960 e 1965), C. P. Snow (1963), J. D. Bernal (1964a), E. H. Carr (1951), E. H. Laski (1944), M. Djilas (1957), E. Fromm (1956), J. Henry (1967), Gunnar Myrdal (1961), Eli Ginzberg (*Ed.* 1965), R. Arzumanian (1965), D. Lerner e H. D. Lasswell (*Eds.* 1965), C. Wright Mills (1960), A. J. Toynbee (1951/64), M. H. Halperin (1965 e 1967), H. Kahn (1962) e Gerald Holton (1967).

Bibliografia

Adams, Robert McC
1955. — "Developmental Stages in Ancient Mesopotamia" *in* J. H. Steward (*Ed.*).
1966 — *The Evolution of Urban Society. Early Mesopotamia and Prehistoric Mexico*. Chicago.

Afanasiev, V.
s.d. — *El Comunismo Científico*. Moscou.

Albornoz, C. Sánchez
1956 — *España, un Enigma Histórico*. 2 vols. Buenos Aires.
1960 — *La España Musulmana*. 2 vols. Buenos Aires.

Allen, Francis R. (*Ed.*)
1957 — *Technology and Social Change*. New York.

ALTAMIRA Y CREVEA, Rafael
1913 — *Historia de España y de la Civilización Española*. Barcelona.
1949 — *A History of Spain*. New York.

American Association for the Advancement of Science
1967 — "The Integrity of Science" *in* Gerald Holton (*Ed.*).

ARMILLAS, Pedro
1951 — "Tecnología, Formaciones socio-economicas y Religión en Mesoamérica" *in* Sol Tax (*Ed.*).
1963 — *Programa de Historia de América. Período Indígena*. México.

ARNAULT, Jacques
1960 — *Historia del Colonialismo*. Buenos Aires.

ARON, Raymond
1965 — *Dieciocho Lecciones sobre la Sociedad Industrial*. Barcelona.
1966 — *La Lucha de Clases*. Barcelona.

ASHTON, T.S.
1964 — *La Revolución Industrial* 1760-1830. México.

ARZUMANIAN, A.
1965 — *Ideología, Revolución y Mundo Actual*. Buenos Aires.

BAGU, Sergio
1949 — *Economía de la Sociedad Colonial. Ensayo de Historia Comparada de América Latina*. Buenos Aires.
1952 — *Estructura Social de la Colonia*. Buenos Aires.

BAKER, William O.
1965 — "El Dinamismo de la Ciencia y la Tecnología" *in* E. Ginzberg (*Ed.*).

BALANDIER, G.
1955 — *Sociologie actuelle de l'Afrique Noire*. Paris.

BALANDIER, G. (*Ed.*)
1956 — *Le Tiers Monde. Sous-Développement et Développement*. Paris.

1958 — *Social, Economic and Technological Change: A Theoretical Approach*. Paris.

BALDUS, Herbert
1954 — *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São Paulo.

BARAN, Paul A.
1964 — *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M.
1966 — *Capitalismo Monopolista. Um ensaio sôbre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro.

BARNES, H. E.: BECKER, H.
1945 — *Historia del Pensamiento Social*. México.

BARNETT, H. G.
1953 — *Innovation: The basis of cultural change*. New York.

BARNETT, H. G.; SIEGEL, B. e outros
1954 — "Acculturation: An Exploratory Formulation". *American Anthropologist* 56: 973/1002.

BARRINGER, H. R.; BLANKSTEN G.I.; MACK, R.W.
1965 — *Social Change in Developing Areas*. Massachusetts.

BATES, Marston
1959 — *Países sin Invierno*. San Juan de Puerto Rico.

BAUDIN, Louis
1940 — *El Imperio Socialista de los Incas*. Santiago.

BEALS, Ralph
1953 — "Acculturation" *in* A. L. Kroeber (*Ed.*).

BEAUVÒIR, Simone de
1957/1965 — *El Segundo Sexo*. 2 vols. Buenos Aires.

BELL, Daniel
1960 — *The End of Ideology*. Glencoe, Illinois. (Trad, esp, 1964, Madrid).
1965 — "La Sociedad Postindustrial" *in* E. Ginzberg (*Ed.*).

BELTRÁN, G. Aguirre
1957 — *El Proceso de Aculturación*. México.

BENEDICT, Ruth
1934 — *Patterns of Culture*. New York.

BENNETT, Wendell C.
1946 — "The Archeology of the Central Andes" *in* J. H. Steward (*Ed.*).

BENNETT, Wendell C.; BIRD, Junius B.
1949 — "Andean Culture History". American Museum of Natural History. Handbook Series nº 15. New Kork.

BENTANCOURT DIAS, J.
1961 — *La Filosofía de la Historia de Arnold J. Toynbee*. Montevidéu.

BERDIAEFF, Nicolás
1936 — *The Meaning of History*. New York.

BERLE JUNIOR, Adolf; MEANS, Gardiner C.
1951 — *The Modern Corporation and Private Property*. New York.

BERLINER, J.S.
1962 — "The Feet of the native are large: an essay on Anthropology by an Economist". *Current Anthropology* III: 47/77.

BERNAL, Ignacio
1953 — *Mesoamérica. Período Indígena*. México.

BERNAL, John D.
1964 — *Historia social de la Ciencia*. Barcelona.
1964a — *Un Mundo sin Guerra*. Buenos Aires.

BLOCH, Marcel
1939/40 — *La Société Féodale*. 2 vols. Paris.

BOSCH-GIMPERA, P.
1960 — *El Problema Indoeuropeo*. México.

BRAIDWOOD, Robert J.
1952 — *The Near East and the Foudations for Civilization*. Oregon.
1957 — *Prehistoric Men*. Chicago

BRIGGS, A. e outros
1965 — *Tecnologia y Desarrollo Económico*. Madrid.

BRIÚSOV, A., SÁJAROV, A.; FADEIEV, A.; CHERMENSKI, E.; SÓLIKOV, G.
s.d. — *Historia de* la URSS. Moscou.

BURCKHARDT, Jacob
1945 — *The Civilization of the Renaissance in Italy*. Oxford.

CAPDEQUI, J. M. Ots
1957 — *El Estado Español de las Indias*. México.

CARR, Edward Hallett
1951 — *The New Society*. Londres.

CASO, Alfonso
1953 — *El Pueblo del Sol*. México.

CASTRO, Josué de
1962 — *Geopolítica del Hambre*. Buenos Aires.

CÈPÉDE, M.; HOUTART, F.; GROND, L.
1967 — *La Población Mundial y los Medios de Subsistencia*. Barcelona.

CHAND, Tara
1962 — *Historia del Pueblo Indio*. Buenos Aires.

CHESNEAUX, J.
1964 — "Le Mode de Production Asiatique: quelques perspectives de recherche". *La Pensée* nº 114, abril. Paris.

CHESNOKOV, D. I.
1966 — *Materialismo Historico*. Montevidéu.

CIPOLLA, Carlo M.
1964 — *Historia Económica de la Población Mundial*. Buenos Aires.

CLAIRMONTE, Frederick K.
1963 — *Liberalismo Económico y Subdesarrollo*. Bogotá.

COLIN CLARK, M.A.
1957 — *The Conditions of Economic Progress*. Londres.

COMTE, Auguste
1840 — *Cours de Philosophie Positive*. Vol. IV. Paris.

CONDORCET, A. N.
1921 — *Bosquejo de un Quadro Historico de los Progresos del Espíritu Humano*. Madrid.

CONKLIN, H. C.
1961 — "The Study of Shifting Cultivation". *Current Anthropology* II — 1: 27/61.

CORTESÃO, Jayme
1947 — "Los Portugueses" in *Historia de América y de los pueblos americanos*. Vol. II. Barcelona.

COSTA PINTO, L. A.
1967 — *Desenvolvimento Econômico e Transição Social*. Rio de Janeiro.

COTTRELL, Fred
1958 — *Energía y Sociedad*. Buenos Aires.

COULBORN, Rushton (*Ed.*)
1956 — *Feudalism in History*. Princeton.

CREEL, H. G.
1937 — *Studies in Early Chinese Culture*. Baltimore.

CROUZET, M. (*Ed.*)
1961 — *Historia General de las Civilizaciones*. Vol. III. Barcelona.

CUNNINGHAM, W.
1913 — *An Essay on Western Civilization and its Economic Aspects*. Cambridge.

CUNOW, H.
1933 — *La Organización Social del Imperio de los Incas (Investigaciones sobre el comunismo agrario en el antiguo Perú)*. Lima.

CURWEN, E. CECIL; HATT, G.
1947 — *Plough and Pasture: The early history of farming*. Londres.

DAHRENDORFF, Ralf
1959 — *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford.

DARRYLL-FORDE, C.
1966 — *Habitát, Economía y Sociedad*. Barcelona.

DAVIS, Kingsley
1955 — "The Origin and Growth of the Urbanization in the World". *The American Journal of Sociology* LX — 5: 428/437.

DAVIS, Kingsley (*Ed.*)
1950 — *Corrientes Demográficas Mundiales*. México.

DE CARLO, Charles R.
1965 — "Perspectivas sobre la Tecnología" *in* E. Ginzberg (*Ed.*).

DEL BARCO, Oscar
1965 — "Las Formaciones Económicas Precapitalistas de Karl Marx". *Pasado y Presente*, IX: 84/96. Córdoba, Argentina.

DIAMOND, S. (*Ed.*).
1960 — *Culture in History*. New York.

DITTMER, K.
1960 — *Etnología General: formas y evolución de la Cultura*. México.

DJILAS, Milovan
1957 — *The New Class*. New York.

DOBB, Maurice
1925 — *Capitalist Enterprise and Social Progress*. Londres.
1946 — *Studies in the Development of Capitalism*. New York.
1948 — *Soviet Economic Development since 1917*. Londres.

DOBYNS, H. F.; THOMPSON, Paul
1966 — "Estimating Aboriginal American Population". *Current Anthropology* VII: 395/449.

DOLE, Gertrude E.; CARNEIRO, Robert L. (*Eds.*).
1960 — *Essays in the Science of Culture*. New York.

DORSELAER, J.; GREGORY, A.
1962 — *La Urbanización en América Latina*. 2 vols Friburg, Suiça.

DRIOTON, E.; VANDIER, J.
1952 — *L'Égypte*. Paris.

DUMAS, Maurice (*Ed.*).
1963 — *Histoire Générale des Techniques*. Paris.

DUMONT, René
1957 — *Types of Rural Economy: Studies in World Agriculture*. Londres.

DURKHEIM, Émile
1893 — *De la Division du Travail Social*. Paris.
1912 — *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*. Paris.

EISENSTADT, S.
1963 — "Modernización: crecimiento y diversidad". *Desarrollo Económico* 3 — 3: 423/452. Buenos Aires.

1964 — "Social Change: Differentiation and Evolution". *American Sociological Review* 29: 375/386.
1966 — *Los Sistemas Políticos de los Imperios*. Madrid.

ENGELS, Friedrich
1946 — *The Condition of the Working Class in England in 1844*. Leipzig 1845. (Trad. esp., Buenos Aires).
1955 — *El Origen de la Familia, la Propriedad privada y el Estado*. (Obras Escogidas de K. Marx e F. Engels. Tomo II). Moscou.
1955a — *Introducción a la Dialéctica de la Naturaleza*. (Obras Escogidas de K. Marx e F. Engels. Tomo II). Moscou.
1955b — *El Papel del Trabajo en la Transformación del Mono en Hombre*. (Obras Escogidas de K. Marx e F. Engels. Tomo II). Moscou.

FANON, Frantz
1963 — *Los Condenados de la Tierra*. México.

FERGUSON, W. S.
1913 — *Greek Imperialism*. Boston.

FLEMING, A. P. M.; BROCKLEHURST, H. J.
1925 — *A History of Engineering*. Londres.

FOSTER, George M.
1962 — *Cultura y Conquista: la Herencia Española de América*. Xalapa, México.
1964 — *Las Culturas Tradicionales y los Cambios Técnicos*. México.
1965 — "Peasant Society and the Image of Limited Good". *American Anthropologist* 67: 293/315.

FOURASTIÉ, Jean
1950 — *Le Grand Espoir du XXe Siècle*. Paris.
1952 — *Machinisme et Bien-Être*. Paris.

FRANK, Andre Gunder
1967 — *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Historical Studies of Chile and Brazil. New York.

1967a — "Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology". *Catalyst* nº 3: 20/73. Buffalo.

FRANTSOV, G. P.
1966 — *El Pensamiento Social: su trayectoria histórica*. Montevidéu.

FRIED, Morton H.
1960 — "On the Evolution of Social Stratification and State" *in* S. Diamond (*Ed.*).
1967 — *The Evolution of Political Society. An Essay in Political Anthropology*. New York.

FROMM, Erich
1956 — *The Sane Society*. Londres.

FURTADO, Celso
1966 — *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro.

GALBRAITH, John K.
1962 — *The Affluent Society*. Londres.

GANNAGÉ, Elias
1962 — *Economie du Développement*. Paris.

GARCÍA, Antonio
1948 — "Regímenes Indígenas de Salario. El salario natural y el salario capitalista en la historia de América". *América Indígena* VIII nº 4. México.

GARDET, L.
1948 — *La Cité Musulmane*. Paris.

GENNEP, Arnold van
1922 — *Traité Comparatif des Nationalités. I — Les Éléments Extérieurs de la Nationalité*. Paris.

GERSCHENKRON, A.
1962 — *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge.

GINZBERG, Eli (*Ed.*)
1965 — *Tecnología y Cambio Social*. México.

GINZBERG, Eli
1965 — "Confrontaciones y Orientaciones" *in* E. Ginzberg (*Ed.*)

GLOTZ, Gustave
1930 — *The Greek City and its Institutions*. New York.

GLUCKMAN, M.; EGGAN, Fred
1965 — Introdução a *Political Systems and the Distribuition of Power*. A.S.A. Monographs, 2. Londres.

GODELIER, Maurice
1966 — "La Noción de 'Modo de Producción Asiático' y los Esquemas Marxistas de la Evolución de las Sociedades" *in* K. Marx, 1966. Córdoba, Argentina.

GORDON CHILDE, V.
1934 — *New Light on the Most Ancient East*. New York.
1937 — *Man Makes Himself*. Londres. (Trad. esp., 1956, Buenos Aires).
1944 — "Archæological Ages as Technological Stages" *in Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland,* vol. 74
1946 — *What Happened in History*. New York. (Trad. esp., *Qué Sucedió en la História,* 1956, Buenos Aires).
1951 — *Social Evolution.* Londres. (Trad. esp., 1964, México).
1954 — "Early Forms of Society" *in* Ch. Singer (*Ed.*).
1958 — *Sociedad y Conocimiento*. Buenos Aires.
1960 — *Progreso y Arqueología*. Buenos Aires.

GOUROU, Pierre
1959 — *Los Países Tropicales*. Xalapa, México.

GRAEBNER, F.
1925 — *El Mundo del Hombre Primitivo*. Madrid.

GREKOV, B. D.
1947 — *The Culture of Kiev Rus*. Moscou.

GROUSSET, René
1939 — *L'Empire des Steppes: Attila, Gengis Khan, Tamerlam*. Paris.
1965 — *Las Cruzadas*. Buenos Aires.

GUENTHER, R.; SCHROT, G. e outros
1960 — *Estado y Clases en la Antigüedad Esclavista*. Buenos Aires.

GUMPLOWICZ, Luis
1944 — *La Lucha de Razas*. Buenos Aires.

HAGEN, Everett F.
1962 — *On the Theory of Social Change: how economic growth begins*. Illinois.

HALPERIN, Morton H.
1965 — *China and the Bomb*. New York.
1967 — *Contemporary Military Strategy*. Boston.

HARDOY, Jorge E.
1964 — *Ciudades Precolombinas*. Buenos Aires.

HARING, Clarence H.
1966 — *El Imperio Hispánico en América*. Buenos Aires.

HEGEL, G. W. F.
1946 — *Lecciones sobre la Filosofía de la Historia Universal*. Buenos Aires.

HEISER, Charles B.
1965 — "Cultivated Plants and Cultural Diffusion in Nuclear America". *American Anthropologist* 67: 930/949.

HENRY, Jules
1967 — *La Cultura contra el Hombre*. México.

HERSKOVITS, M. J.
1938 — *Acculturation: the Study of Culture Contact*. New York.
1954 — *Antropología Económica*. México.

HIRSHMAN, A. D.
1945 — *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Berkeley.

HOBSHAWN, Eric J.
1966 — Prólogo à edição inglêsa de *Formaciones Precapitalistas*, de Karl Marx. Buenos Aires.

HOBSON, John A.
1948 — *Imperialism: A Study*. Londres.

HOCKETT, Charles F.; ASCHER, Robert
1964 — "The Human Revolution". *Current Anthropology* V: 135/147.

HODGMAN, D. R.; BERGSON, A. (*Eds.*)
1954 — *Soviet Economic Growth*. New York.

HOEBEL, E. A.
1954 — *The Law of Primitive Man*. Cambridge.

HOLTON, Gerald (*Ed.*)
1967 — *Science & Culture*. Boston.

HOROWITZ, Irving Louis
1966 — *Three Worlds of Development. The Theory and Practice of International Stratification*. New York.

HOSELITZ, Bert F.
1953 — "The Role of Cities in the Economic Growth of Underdeveloped Countries". *The Journal of Political Economy* LXI — 3:195/208.
1960 — *Sociological Factors of Economic Development*. Glencoe, Illinois.

HUIZINGA, J.
1924 — *The Waning of the Middle Ages*. Londres.

HUNTER, Monica
1956 — *Reaction to Conquest*. Londres.

HUNTINGTON, E.
1927 — *The Human Habitat*. New York.

HUXLEY, Julian S.
1952 — "Biological Evolution and Human History". *American Anthropological Association, New Bulletin* VI — 16.
1955 — "Evolution, Cultural and Biological" *in Yearbook of Anthropology*. New York.

IMBELLONI, José
1953 — *Epítome de Culturología*. Buenos Aires.

JALÉE, Pierre
1966 — *El Saqueo del Tercer Mundo*. Paris.

JASPERS, Karl
1965 — *Orígen y Meta de la Historia*. Madrid.

JOHNSON, E. D.
1965 — "La Industria Espacial" *in* E. Ginzberg (*Ed.*)

KAHN, Herman
1962 — *Thinking about the unthinkable*. New York.

KAROL, K. S.
1966 — *China, el otro comunismo*. México.

KAUTSKY, Karl
1954 — *Las Doctrinas Económicas de Karl Marx*. Buenos Aires.

KLEIN, Julius
1920 — *The Mesta. A Study in Spanish Economic History. 1273-1836*. Cambridge, Inglaterra.

KLUCKHOHN, Clyde
1953 — "Universal Categories of Culture" *in* Kroeber (*Ed.*)

KOHN, Hans
1951 — *The Idea of Nationalism*. New York.

KON, I.; CHAQUIN, B. e outros
1962 — *El Desarrollo en la Naturaleza y en la Sociedad*. Buenos Aires.

KOVALIEV, Serguei I.
1960 — "El vuelco social del siglo II al V en el Imperio Romano de Occidente" *in* R. Guenther e outros.

KRADER, Lawrence
1968 — *Formation of the State*. New Jersey.

KROEBER, A. L.
1944 — *Configurations of Cultural Growth*. Berkeley.
1946 — "The Chibcha" *in* J. H. Steward (*Ed.*).
1947 — *Cultural and Natural Areas of Native North America*. Berkeley.
1948 — *Anthropology*. New York.
1952 — "Toynbee's 'A Study of History'" *in The Nature of Culture*. Chicago.
1962 — *A Roster of Civilizations and Cultures*. Chicago.

KROEBER, Alfred L. (*Ed.*)
1953 — *Anthropology Today: An Encyclopedic Inventory*. Chicago.

KROPOTKIN, P.
1947 — *El Apoyo Mutuo: Un Factor de la Evolución*. Montevidéu.

KUO Mo-Jo
1960 — "La Sociedad Esclavista en China" *in* R. Guenther e outros.

KUUSINEN, Otto V. e outros
1964 — *Manual de Marxismo-Leninismo*. Buenos Aires.

KUZNETS, Simon
1946 — *National Income, a Summary of Findings*. New York.
1965 — *Crecimiento Económico de Posguerra*. México.

LACOSTE, Yves
1959 — *Les Pays Sous-Développés*. Paris. (Trad. esp., 1962, Buenos Aires).
s.d. — *Introducción Bibliografica al Desarrollo Económico y Social*. Montevidéu.

LANDRY, A.
1949 — *Traité de Démographie*. Paris.

LANGE, Oskar
1966 — *La Economía en las Sociedades Modernas*. México.
1966a — *Economía Política. I. Problemas Generales*. México.

LASKI, H. J.
1944 — *Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires.

LATTIMORE, Owen
1940 — *The Inner Asian Frontiers of China*. New York.

LEA, Henry Charles
1908 — *The Inquisition in the Spanish Dependencies*. New York.

LEBRET, Louis Joseph
1961 — *Manifiesto por una Civilización Solidaria*. Lima.

LENIN, V. I.
1957 — *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Buenos Aires.
1960 — *El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo*. (Obras Escogidas, Tomo I). Moscou.
1960a — *El Estado y la Revolución*. (Obras Escogidas, Tomo II). Moscou.

LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. (*Eds.*).
1965 — *The Policy Sciences*. Stanford.

LERNER, David
1958 — *The Passing of Traditional Society: modernizing the Middle East*. Glencoe, Illinois.

LEROI-GOURHAN, André
1943 — *L'Homme et la Matière*. Paris.
1945 — *Milieu et techniques*. Paris.
1963 — "Les Origines de la Civilisation Technique" *in* M. Dumas (*Ed.*).

LÉVI-STRAUSS, Claude
1949 — *Les Structures Élémentaires de la Parenté*. Paris.
1953 — "Social Structure" *in* A. L. Kroeber (*Ed.*).

LEVY, R.
1957 — *The Social Structure of Islam*. Cambridge.

LEWIN, Boleslao
1962 — *La Inquisición en Hispanoamérica*. Buenos Aires.

LILLEY, Samuel
1957 — *Hombres, Máquinas y Historia*. Buenos Aires.

LINTON, Ralph
1936 — *The Study of Man*. New York. (Trad. esp. 1963, México)
1955 — *The Tree of Culture*. New York.

LINTON, Ralph (*Ed.*)
1947 — *The Science of Man in the World Crisis*. New York.

LIST, Frederich
1904 — *National Systems of Political Economy*. Londres.

LOWIE, Robert H.
1927 — *Origin of the State*. New York.

LUXEMBURG, Rosa
1963 — *La Acumulación del Capital*. Buenos Aires.

MACIVER, R. M.
1949 — *Causación Social*. México.

MAHAN, A. Thayer
1890 — *The Influence of Sea Power upon History. 1660-1783*. Boston.

MAKAROV, A. (*Ed.*)
1965 — *Manual de Materialismo Histórico*. Buenos Aires.

MALINOWSKI, Bronislaw
1944 — *A Scientific Theory of Culture*. North Caroline.
1945 — *The Dynamics of Culture Change*. New Haven.

MANNHEIM, Karl
1944 — *Diagnóstico de Nuestro Tiempo*. México.
1950 — *Ideologia e Utopia*. Pôrto Alegre, Brasil.
1966 — *Libertad, Poder y Planificación Democrática*. México.

MAO TSÉ-TUNG
1966 — *Cuatro Tesis Filosoficas*. Pequim.

MARIÁTEGUI, José Carlos
1963 — *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. La Habana.

MARX, Karl
1955 — Prólogo à *Contribución a la Critica de la Economia Politica, in Obras Escogidas* de K. Marx e F. Engels, Tomo I. Moscou.
1956 — *El Capital*. 5 vols. Buenos Aires.
1966 — *Formaciones Económicas Precapitalistas* (Formen die der Kapitalistischen Produktion vorhergehen). Córdoba, Argentina.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich
1947 — *Correspondencia*. Buenos Aires.
1958 — *La Ideología Alemana*. Montevidéu.
1960 — "El Trabajo Enajenado" *in Ciencias Políticas y Sociales* nº 22, out./dez. México.
1964 — *Sobre el Sistema Colonial del Capitalismo* (Seleção). Buenos Aires.
1966 — "Cartas y Artículos sobre la India" *in* K. Marx 1966. Córdoba, Argentina.

MASPÉRO, G.
1930 — *L'Indochine*. 2 vols. Paris.

MASSÉ, H. (*Ed.*)
1952 — *La Civilisation Iranienne*. Paris.

MAURO, Frédéric
1964 — *L'Expansion Européenne 1600-1870*. Paris.

MCINNIS, Edgar e outros.
1951 — *Ensayos sobre la Historia del Nuevo Mundo*. México.

MEAD, Margaret
1966 — *Continuities in Cultural Evolution*. New Haven.

MEAD, Margaret (*Ed.*)
1961 — *Cultural Patterns and Technical Change*. New York.

MEGGERS, Betty J.
1960 — "The Law of Cultural Evolution as a Practical Research Tool" *in* G. E. Dole e R. L. Carneiro (*Ed.*).
— *Prehistoric New World Cultural Development. Ms.*

MEGGERS, Betty J. (*Ed.*)
1956 — Seminar on Archeology 1955: "Functional and Evolutionary Implications of Community Patterning" *in Am. Antiquity* XXII 2: 129/157.
1959 — *Evolution and Anthropology: a centennial appraisal*. Washington.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford (*Ed.*)
1963 — *Aboriginal Cultural Development in Latin America: An Interpretative Review*. Washington.

MENDÈS-FRANCE, P.; ARDANT, G.
1955 — *Economics and Action*. New York.

MERTON, Robert K.
1957 — *Social Theory and Social Structure*. Glencoe, Illinois.

METSCHNIKOFF, LEV Ilitch
1889 — *La Civilisation et les Grands Fleuves Historiques*. Paris.

MONTAGU, Ashley M. F.
1961 — *La Dirección del Desarrollo Humano*. Madrid.
1964 — *The Human Revolution*. New York.

MONTANDON, Georges
1934 — *L'Ologénèse Culturelle. Traité d'éthnologie cyclo-culturelle et d'ergologie systématique*. Paris.

MORGAN, Lewis H.
1877 — *Ancient Society*. New York.
1880 — "Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family". *Smithsonian Contribution to Knowledge* XVII: 1-590.

MORLEY, Sylvanus
1946 — *The Ancient Maya*. Stanford. (Trad. esp., 1956, México).

MOUSSA, Pierre
1960 — *Las Naciones Proletarias*. Madrid.

MÜLLER-LYER, F.
1930 — *La Familia*. Madrid.

MUMFORD, Lewis
1938 — *The Culture of Cities*. New York.
1948 — *Técnica y Civilización*. Buenos Aires.
1966 — *La Ciudad en la Historia*. 2 vols. Buenos Aires.

MURDOCK, G. Peter
1947 — "The Common Denominator of Culture" *in* Ralph Linton (*Ed.*)
1949 — *Social Structure*. New York.
1951 — *Outline of South American Cultures*. New Haven.

MURPHY, J. F.; PRESCOTT WEBB, W.
1951 — "The Precious Metals as a medium of exchange: a frontier incident" *in* Edgar McInnis e outros.

MYRDAL, Gunnar
1961 — *El Estado del Futuro*. México.
1962 — *Teoría Económica y Regiones Subdesarrolladas*. México.

NAQUET, Pierre Vidal
1964 — "Histoire et Idéologie — Karl Wittfogel et le Concept de 'Modes de Production Asiatique' *in Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, vol. 19:531, Paris.

NAROLL, Raoul
1964 — "On Ethnic Unit Classification" *in Current Anthropology* V: 283/291.

NEF, J. U.
1954 — *Naissance de la Civilisation Industrielle*. Paris.
1964 — *Fundamentos Culturales de la Civilización Industrial.* Buenos Aires.

NKRUMAH, Kwame
1966 — *Neocolonialismo, la Ultima Etapa del Imperialismo*. México.

NOLDE, B.
1952/53 — *La Formation de l'Empire Russe*. Paris.

NORDENSKIÖLD, Erland
1930 — *Modifications in Indian Culture through Inventions and Loans*. Götenborg.
1931 — *Origin of the Indian Civilizations in South America*. Götenborg.

NOVICOV, Jacques
1902 — *L'Avenir de la Race Blanche*. Paris.

OGBURN, W. F.
1926 — *Social Change*. New York.

OKLADNIKOV, A.
1962 — "Devenir del Hombre y de la Sociedad" *in* Kon e outros. Buenos Aires.

OLIVEIRA MARTINS, J. P.
1951 — *Historia de la Civilización Ibérica*. Buenos Aires.

ONU
1965 — *Conferencia Mundial de la Población*. Boletín Informativo. New York.

ONU-CEPAL
1966 — *Estudio Económico de América Latina, 1964*. New York.

OPPENHEIMER, J. Robert
1957 — *Ciencia y Entendimiento Común*. Buenos Aires.

OPLER, Morris E.
1964 — "Morgan and Materialism: a Reply". *Current Anthopology* V: 110/114.

OSGOOD, C.
1951 — *The Koreans and their Culture*. New York.

OWEN, Roger C.
1965 — "The Patrilocal Band: a linguistically and culturally hybrid Unit". *American Anthropologist* 67: 675/690.

PALERM, Angel
1955 — "The Agricultural Basis of Urban Civilization" *in* Julian H. Steward (*Ed.*).

PALERM, Angel; WOLF, Eric
1961 — "La Agricultura y el Desarrollo de la Civilización en Mesoamérica". *Revista Interamericana de Ciencias Sociales*. 1-2. Washington.

PALLOTTINO, M.
1956 — *The Etruscans*. Harmondsworth.

PARRY, J. H.
1958 — *Europa y la Expansión del Mundo. 1415-1715*. México.

PARSONS, Talcott
1964 — "Evolutionary Universals in Society". *American Sociological Review* 29: 339/357.

PASDERMADJIAN, H.
1960 — *La Segunda Revolución Industrial*. Madrid.

PERICOT Y GARCÍA, Luiz
1962 — *América Indígena*. Tomo I. Barcelona.

PERROUX, François
1958 — *La Coexistance Pacifique*. Paris.
1964 — *La Industrialización del Siglo XX*. Buenos Aires.

PIETTRE, André
1962 — *Las Tres Edades de la Economía*. Madrid.

PIGGOT, S.
1950 — *Prehistoric India*. Londres.

PIRENNE, Henri
1939 — *Historia Económica y Social de la Edad Media*. México.

PIRENNE, J.
1956 — *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle*. Neuchâtel.

PLEKHANOV, G. V.
1941 — *El Papel del Individuo en la Historia*. Buenos Aires.
1947 — *In Defense of Materialism: the development of the monist view of history*. Londres.

PONOMARIOV, B. (*Ed.*)
s.d. — *Historia del Partido Comunista en la Unión Soviética*. Moscou.

PRICE, Don K.
1965 — "The Established Dissenters" *in* Gerald Holton (*Ed.*).

QUINTERO, Rodolfo
1964 — *Antropología de las Ciudades Latinoamericanas*. Caracas.

RADCLIFFE-BROWN, A. R.
1931 — "The Present Position of Anthropological Studies". *in British Association for the Advancement of Science*, pp. 1/32. Londres.
1940 — Prefácio *in* M. Fortes; E. E. Evans-Pritchard (*Eds.*), *African Political Systems*. Oxford.
1961 — "O Desenvolvimento da Antropologia Social". Preleção na Universidade de Chicago, 1º-12-1936. (*Trad. Mimeogr.*).

REDFIELD, Robert
1953 — *The Primitive World and its Transformations*. Ithaca. (Trad. esp., 1963, México).
1956 — *Peasant Society and Culture*. Chicago.

REDFIELD, R.; SINGER, M. B.
1954 — "The Cultural Role of Cities" *in Economic Development and Cultural Change*. III — 1:53/74

REDFIELD, R.; LINTON, R.; HERSKOVITS, M. J.
1936 — "Memorandum for the Study of Acculturation". *American Anthropologist* 38:149/152.

RENOUVIN, P.
1949 — Introdução a *Les Politiques d'Expansion Impérialiste*. Paris.

REVELLE, Roger
1965 — "Água" *in* A. Briggs e outros.

RIO, Pablo Martínez del
1952 — *Los Orígenes Americanos*. México.

ROMERO, José Luiz
1967 — *La Revolución Burguesa en el Mundo Feudal*. Buenos Aires.

ROSTOW, W. W.
1961 — *Las Etapas del Crecimiento Económico*. México.
1964 — *El Proceso de Desarrollo*. Buenos Aires.

ROSTOVTZEFF, M. I.
1937 — *Historia Económica y Social del Imperio Romano*. Madrid.

ROUSE, Irving
1953 — "The Strategy of Culture History" *in* A. L. Kroeber (*Ed.*).

RUMIANTSEV, Alexei (*Ed.*)
1963 — *La Estructura de la Clase Obrera en los Países Capitalistas*. Praga.

SAHLINS, Marshall D.
1968 — *Tribesman*. New Jersey.

SAHLINS, Marshall D.; SERVICE, Elman R. (*Eds.*)
1965 — *Evolution and Culture*. Ann Arbour.

SAPIR, Edward
1924 — "Culture, Genuine and Spurious" *in American Journal of Sociology*, vol. 29, 401/429. New York.

SAUER, Carl O.
1952 — *Agricultural Origins and Dispersals*. New York.

SAUVY, Alfred
1954/56 — *Théorie Générale de la Population*. Paris. 2 vols.
1961 — *El Problema de la Población en el mundo: De Malthus a Mao Tse-tung*. Madrid.

SAYCE, R. U.
1965 — *Primitive Arts and Crafts*. New York.

SCHEMELIOV, N. P.
1965 — *Los Ideologos del Imperialismo y los Problemas de los Países Subdesarrollados*. Bogotá.

SCHMIDT, Max
1959 — *El Sistema de la Etnología*. 1.ª Parte. (Mimeografado). Assunção, Paraguai.

SCHMIDT, W.; KOPPERS, P. W.
1924 — *Völker und Kulturen*. Regensburg.

SCHRECKER, Paul
1957 — *La Estructura de la Ciivlización*. México.

SCHUMPETER, J. A.
1963 — *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. México.
1965 — *Imperialismo — Clases Sociales*. Madrid.

SÉE, Henri
1961 — *Origen del Capitalismo Moderno*. México.

SEDILLOT, René
1961 — *Historia de las Colonizaciones*. Barcelona.

SELIGMAN, Edwin R. A.
1957 — *La Interpretación Económica de la Historia*. Buenos Aires.

SÉRGIO, Antônio
1929 — *Historia de Portugal*. Barcelona.

SERVICE, Elman R.
1962 — *Primitive Social Organization. An Evolutionary Perspective*. New York.

SHTAERMAN, Elena M.
1960 — "La Caida del Régimen Esclavista" *in* R. Guenther e outros. Buenos Aires.

SILVERT, Kalman H. (*Ed.*)
1965 — *Nacionalismo y Política de Desarrollo*. Buenos Aires.

SIMPSON, George Gaylord
1966 — *El Sentido de la Evolución*. Buenos Aires.

SINGER, Charles; HOLYMARD, E. F.; HALL, A. R. (*Eds.*)
1954/58 — *A History of Technology*. Londres.

SIREAU, A.
1966 — *Teoría de la Población. Ecología Urbana y su aplicación a la Argentina*. Buenos Aires.

SJOBERG, Gideon
1966 — *The Pre-Industrial City: Past and Present*. New York.

SNOW, C. P.
1963 — *Las Dos Culturas y la Revolución Científica*. Buenos Aires.

SOBOLIEV, P.; GUIMPELSON, E.; TRUKAN, G.; CHEBAEVSKI, F.
s.d. — *La Historia de la Gran Revolución Socialista de Octubre*. Moscou.

SOLOVIEFF, Vladimir
1946 — *Rusia y la Iglesia Universal*. Madrid.

SOMBART, W.
1946 — *El Apogeo del Capitalismo*. México.

SOROKIN, Pitirim
1937/41 — *Social and Cultural Dynamics*. 4 vols. New York.
1960 — *Las Filosofías Sociales de Nuestra Epoca de Crisis*. Madrid.

SOUSTELLE, Jacques
1956 — *La Vida Cotidiana de los Aztecas*. México.

SOUTHALL, Aidan
1965 — "A Critique of the Typology of States and Political Systems" *in Political Systems and the Distribution of Power*. A.S.A. Monographs, 2. Londres.

SPENCER, Herbert
1897 — *Principles of Sociology*. New York.

SPENGLER, Oswald
1958 — *La Decadencia de Occidente*. 2 vols. Madrid.

STÁLIN, J.
1937 — *Le Marxisme et la Question Nationale et Coloniale*. Paris. (Trad. esp., 1947, Buenos Aires).
1946 — *Cuestiones del Leninismo*. Moscou.

STAVENHAGEN, Rodolfo
1965 — "Siete Tesis Equivocadas sobre América Latina". *Política Exterior Independente* nº 1. Rio de Janeiro.

STERN, Bernhard J.
1931 — *Lewis Henry Morgan, Social Evolutionist*. Chicago.
1946 — "L. H. Morgan Today". *Science and Society* X: 172/176.
1948 — "Engels on the Family". *Science and Society,* XII — 1:42/64

STERNBERG, Fritz
1961 — *La Revolución Militar e Industrial de Nuestro Tiempo*. México.

STEWARD, Julian H.
1949 — "Cultural Causality and Law: A Trial Formulation of the Development of Early Civilizations". *American Anthropologist* LI:1/27. (Republicado em 1955a cap. 11).
1953 — "Evolution and Process" *in* Kroeber, A. L. (*Ed.*).
1955 — *Theory and Practice of Area Studies.* Washington. (Trad. esp., 1955, Washington).
1955a — *Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution*. Urbana, Illinois.
1955b — "Some Implications of the Symposium" *in* J. H. Steward (*Ed.*).

STEWARD, Julian H. (*Ed.*)
1946/50 — *Handbook of South American Indians*. Vols. I a VI. Washington.
Vol. II — *The Andean Civilizations*. 1946.
Vol. V — *The Comparative Ethnology of South American Indians*. 1949.
1955 — *Irrigation Civilizations: A Comparative Study.* Washington.

STEWARD, Julian H.; FARON, Louis C.
1959 — *Native Peoples of South America*. New York.

STRACHEY, John
1935 — *The Nature of the Capitalist Crisis*. New York.
1956 — *Contemporary Capitalism*. New York.
1959 — *The End of Empire*. Londres.

SURET-CANALE, J.
1959 — *Africa Negra*. Buenos Aires.

SWEEZY, Paul
1963 — *Teoría del Desarrollo Capitalista*. México.
1963a — *Capitalismo e Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires.

SWEEZY, P. M. e outros
1967 — *La Transición del Feudalismo al Capitalismo*. Madrid.

TANNENBAUM, Frank
1947 — *Slave and Citizen. The Negro in the Americas*. New York.

TAWNEY, R. H.
1959 — *La Religión en el Orígen del Capitalismo*. Buenos Aires.

TAX, SOL (*Ed.*)
1951 — *The Civilizations of Ancient America*. Selected Papers of the XXIX International Congress of Americanists. Chicago.
1960 — *Evolution of Man*. Vol. II: *Evolution after Darwin*. Chicago.

THURNWALD, Richard
1932 — *Economics in Primitive Communities*. Londres.

TOCQUEVILLE, A. de
1957 — *La Democracia en América*. México.

TOYNBEE, Arnold J.
1948 — *Civilization on Trial*. Londres.
1951/1964 — *Estudio de la Historia.* 13 vols. Buenos Aires.
1959 — *Hellenism: The History of a Civilization*. Londres.

TRENTIN, Bruno
1965 — *La Ideología del Neocapitalismo*. Buenos Aires.

TROTZKY, Leon
1931 — *The Permanent Revolution*. New York.
1962/63 — *La Historia de la Revolución Rusa*. Buenos Aires. 2 vols.

TURNER, Frederick J.
1961 — *La Frontera en la Historia Americana*. Madrid.

TURNER, Ralph
1963 — *Las Grandes Culturas de la Humanidad*. 2 vols. México.

TYLOR, Edward B.
1871 — *Primitive Culture*. Londres.
1881 — *Anthropology*. Londres.

UCHENKO, S. L.
1960 — "Clases y estructura de clase en la sociedad esclavista antigua" *in* Guenther e outros.

UNESCO
1963 — *Historia de la Humanidad. I. Prehistoria*. Buenos Aires.

USHER, Abbot P.
1954 — *A History of Mechanical Inventions*. Cambridge.

VAILLANT, Georges
1944 — *La Civilización Azteca*. México.

VASILIEV, A. A.
1952 — *History of the Byzantium Empire*. Madison.

VAVILOV, N. I.
1951 — *Estudios sobre el Orígen de las Plantas Cultivadas*. Buenos Aires.

VEBLEN, Thorstein
1951 — *Teoría de la Clase Ociosa*. México.

VIATKIN, A. (*Ed.*)
s.d. — *Compendio de Historia y Economía. I. Las Formaciones Precapitalistas. II. La Sociedad Capitalista*. Moscou.

VIVES, J. Vicens
1957/59 — *Historia Económica y Social de España y América*. Barcelona. 5 vols.

WASHBURN, S. L., HOWELL, F. Clark
1960 — "Human Evolution and Culture" *in* Sol Tax (*Ed.*), vol. II.

WEBB, Sidney & Beatrice
1936 — *Soviet Communism: a New Civilization?* New York.

WEBER, Alfred
1960 — *Historia de la Cultura*. México.

WEBER, Max
1947 — *Theory of Social and Economical Organization*. (Ed. de T. Parsons). New York.
1948 — *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Londres.
1964 — *Economia y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. 2 vols. México.

WELTFISH, Gene
1960 — "The Ethnic Dimension of Human History: Pattern or Patterns of Culture?" *in Selected Papers* — V International Congress of Anthropological & Ethnological Sciences. Philadelphia.

WHEELER, Mortimer
1953 — "The Indus Civilization" *in Cambridge History of India*.
1962 — *India y Pakistán*. Barcelona.

WHITAKER, Douglas M.
1951 — "The Natural Sciences in Policy Formation" *in* D. Lerner & H. D. Lasswell (*Eds.*).

WHITE, Leslie
1945 — "History, Evolutionism and Functionalism: three types of interpretation of Culture". *Southwestern Journal of Anthropology* I:221/248.
1945a — "Diffusionism *vs.* Evolutionism: an anti-evolutionist fallacy". *American Anthropologist* 47: 339/356.

1948 — "Evolucionismo e anti-evolucionismo na teoria etnológica americana", *in Sociologia*, X: 1/39. São Paulo, Brasil.
1949 — *The Science of Culture*. New York. (Trad. esp., 1964, Buenos Aires).
1959 — *The Evolution of Culture. The Development of Civilization to the Fall of Rome*. New York.
1960 — "Foreword" *in* M. D. Sahlins & E. L. Service (*Eds.*).

WIENER, Norbert
1948 — *Cybernetics*. New York.
1950 — *The Human Use of Human Beings*. New York.

WILLEY, Gordon R.
1950 — *The Civilizations of Ancient America*. Chicago.

WILLEY, Gordon R. (*Ed.*)
1956 — *Prehistoric Settlement Patterns in the New World*. New York.

WILLIAMS, Eric
1944 — *Capitalism and Slavery*. North Caroline.

WIRTH, Louis
1938 — "Urbanism as a Way of Life". *American Journal of Sociology*, vol. 44.

WISSLER, Clark
1938 — *The American Indian: an Introduction to the Anthropology of the New World*. New York.

WITTFOGEL, Karl
1955 — "Developmental Aspects of Hydraulic Societies" *in* J. H. Steward (*Ed.*).
1964 — *Oriental Despotism. A Comparative Study of Total Power*. New York. (Trad. esp., 1966, Madrid).

WOLF, Eric
1959 — *Sons of the Shaking Earth*. Chicago.
1966 — *Peasants*. New Jersey.

WORSELEY, Peter
1966 — *El Tercer Mundo*. México.

WRIGHT MILLS, C.
1960 — *La Elite del Poder*. México.
1960a — *Las Causas de la Tercera Guerra Mundial*. Buenos Aires.

ZABUROV, M. A.
1960 — *Historia de las Cruzadas*. Buenos Aires.

ZAMBOTTI, Pia Laviosa
1958 — *Orígen y Difusión de la Civilización*. Barcelona.
1959 — *Orígen y Destino de la Cultura Occidental*. Madrid.

ZIMMERMANN, E. W.
1951 — *World Resources and Industries*. New York.

ZIMMERMAN, L. J.
1966 — *Países Pobres, Países Ricos — La Brecha que se Ensancha*. México.

ZNANIECKI, Florian
1944 — *Las Sociedades de Cultura Nacional y sus Relaciones*. México.